

The background of the cover features several wooden puppets, likely from a traditional Brazilian puppet show. One puppet on the left is light-colored with a red collar and the word 'VÉIO' written on its chest. Another puppet in the center is painted blue. The puppets are set against a dark, textured background.

JOSÉ FRANCO DE AZEVEDO

NÓS, LAÇOS E TRAMAS NA AGRICULTURA FAMILIAR



EDITORA
IFS

NÓS, LAÇOS E TRAMAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

JOSÉ FRANCO DE AZEVEDO

NÓS, LAÇOS E TRAMAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Capa: Jean Carlo da Silva

Arte final e diagramação: Jean Carlo da Silva

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do IFS.

©2015 by José Franco de Azevedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A994n Azevedo, José Franco de
Nós, laços e tramas na agricultura familiar [recurso eletrônico] / José Franco de Azevedo. – Aracaju: IFS, 2017.
204 p. : il.

Formato: e-book
ISBN 978-85-9591-036-2

1. Agricultura familiar. 2. Identidade cultural. 3. Município Nossa Senhora da Glória - Sergipe. I. Título.

CDU: 631.115.11(815.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS

Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia, Bairro Jardins - Aracaju | Sergipe.
CEP: 49025-330 TEL.: 55 (79) 3711-3222 E-mail: edifs@ifs.edu.br
Impresso no Brasil - 2017

Obra financiada pelo Edital
FAPITEC/CAPES/SE nº 01/2014 e
PROPEX/IFS





Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Reitor do IFS
Ailton Ribeiro de Oliveira

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão
Ruth Sales Gama de Andrade

(...) "conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Inter reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis." (Bourdieu, 1998, p. 28).

Dedico este livro,
A meu filho João Pedro.
A minha esposa Juciara.
A meus pais Antônio e Nezila.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Doutora Maria Geralda de Almeida, minha orientadora, reconheço não somente as contribuições para a construção da presente Tese, mas também pela excelente relação acadêmica e de convivência. Agradeço pela valiosa oportunidade me dada como seu orientando. Agradeço a profissional que admiro e respeito, pela confiança e autonomia depositadas em mim. Tendo sido um privilégio trabalhar ao lado de uma pessoa com o seu conhecimento!

Agradeço a Doutora Dalva Mota minha orientadora no Curso de Mestrado com quem aprendi a ser profissional, respeitando a opinião dos entrevistados e cumprindo os horários previamente agendados. Agradeço também pelo incentivo para que eu fizesse o Curso de Doutorado.

Agradeço ao Professor Doutor Saulo Bispo dos Reis meu orientador na bolsa de Iniciação Científica, bem como no Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação em Economia da UFS. Com quem aprendi os primeiros e importantes passos na pesquisa científica.

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe, e aos Professores do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia pela contribuição a minha formação.

Agradeço aos meus colegas de Doutorado em Geografia, pela força, pelo incentivo e pela compreensão durante o percurso do curso, em nome de Rodrigo Herles, Ademário Alves, Gleides Teles e Sônia Tomasoni.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, pela adoção de políticas de incentivo a qualificação, possibilitando a minha redução de carga horária em sala de aula para que pudesse concluir o Curso de Doutorado.

Agradeço a generosidade dos colegas de trabalho do IFS pelas contribuições ao trabalho em nome de Marcos Barroso, Cleidinson Cunha, Victor Rangel e Marconiedes Araujo.

Agradeço aos agricultores familiares entrevistados do Município de Nossa Senhora da Glória, SE, pela disponibilidade e disposição ao falarem de suas trajetórias sociais, e partilharem seus sonhos, dificuldades e projetos políticos.

Agradeço à minha família, pelo carinho e por acreditar em mim.

SUMÁRIO

	PREFÁCIO	13
	INTRODUÇÃO	17
1	DO CAPITAL CULTURAL AO CAPITAL SOCIAL: A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO	22
	Cultura e Identidade: evolução conceitual	
	Capital Cultural e Capital Social	
2	IDENTIDADE CULTURAL, TERRITÓRIO E REDES SOLIDÁRIAS	44
	A Identidade: o elo de ligação entre o sujeito e a sociedade	
	Território: imposto ou construído?	
	Redes Solidárias: as relações sinérgicas entre os iguais	
3	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	62
	O sentido social da comunidade rural	
	A emergência de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	
	PNAE: Segurança Alimentar e possibilidade de fortalecimento da Agricultura Familiar	
	PAA: o arremate entre o Pronaf e a Segurança Alimentar e Nutricional	
	Políticas Públicas para a agroindustrialização da produção familiar	
	A emergência dos subalternos via associações	
4	ASPECTOS TERRITORIAIS DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, SE	86
	Tipo de Pesquisa	
	Locus do estudo	
	Os Territórios amostrais	
	Composição da amostra	

Instrumentos de Coleta de Dados

A formação dos territórios

A toponímia e as estratégias produtivas

Território dos “assentamentos”

Território “mais dinâmico”

Território “mais pobre”

Uma feira e diversos territórios

5 [ENTRE] LAÇOS SISTÊMICOS: O CAPITAL CULTURAL NA PRODUÇÃO E A FORMA SOCIAL DE PRODUIR DOS AGRICULTORES FAMILIARES 104

Os entrelaçados modos de produção

O subsistema de cultivo para consumo humano

O subsistema criação

O subsistema processamento de leite

O subsistema cultivo para consumo animal

O sistema social produtivo

6 LAÇOS DE SOLIDARIEDADE ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA 122

As comunidades: materialização dos territórios em forma de solidariedade

A cooperação entre os Agricultores Familiares

Um tempo de cooperação: os batalhões

Na pisada da cooperação

Construindo cooperação: a taipa de casa

Aboiadores da cooperação: a ferra e a pega de boi

7 A TRAMA DO MODELO ASSOCIATIVISTA PROPOSTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS TERRITÓRIOS 138

O Associativismo entre os Agricultores Familiares de Nossa Senhora da Glória

Um pouco da história do associativismo no município

A dinâmica das associações

A qualidade da participação dos agricultores nas organizações

8 **NÓS DA [NA] AGRICULTURA FAMILIAR E A UTILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO** **155**

O Capital Social entre agricultores familiares do Município de Nossa Senhora da Glória, SE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

9 **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** **191**

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Prefaciando o livro “Nós, laços e tramas na agricultura familiar”, permite-nos deliciar da diversidade num universo multidimensional e de forte representatividade cultural, com nuances que extrapolam os sentidos, com a percepção da identidade, da cultura e de suas interfaces com a (des) construção histórica dos territórios. A obra consegue aglutinar temáticas que permeiam os vários conhecimentos da ciência, mas conduz de forma didática, clara e objetiva o delinear de um espaço geográfico, prioritariamente, rural, mas difuso e edificado pelo capital cultural representado pelos agricultores diante das relações subjetivas de convívio, unificadas pela identidade e representatividade dos grupos sociais no município de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe. O autor, talvez pela formação ampliada em vários campos do conhecimento científico, consegue expor e discutir abordagens que, aparentemente antagônicas, aparecem numa trama de ideias que permite ao leitor viajar pelo imaginário popular de produção e reprodução do capital cultural, especificamente, de agricultores familiares, estabelecendo um convite ao leitor em conhecer e refletir sobre o território, no contexto das organizações dos atores sociais. Coube a geografia... e a habilidade do autor, o esclarecimento necessário as relações que se processam na produção do espaço de vivência do agricultor; campo recente de discussão na ciência geográfica. Daí o desafio e a ousadia em entrelaçar num mesmo estudo, o capital cultural, a construção da identidade e dos territórios; campos de discussão tratados em muitos estudos, de forma isolada, sem conexão e reflexão. Diferentemente da proposta desse estudo que incorpora, por vezes, mesmo que de forma involuntária, um pensar sistêmico com bases complexas, mas que cumpre o papel de construção de um novo paradigma do pensar científico. Reinventar bases de compreensão da realidade e representação social dos agricultores familiares, a partir do simbólico, valorizando o material e imaterial construído culturalmente ao longo de gerações, são arquitetonicamente construídas ao longo da obra e demonstradas, mesmo que de forma subjetiva e indireta, a partir da paisagem, enquanto concretização da dinâmica territorial e do capital cultural. A leitura da obra permite-nos, ainda, presentear com formas tradicionais de cooperação e solidariedade que se contrapõe e que resiste a intervenção do capital cultural exteriorizante que se coaduna com o processo recente da “modernização” da agricultura, que insere novos aspectos materiais e imateriais a paisagem, sufocando as relações sociais existentes, desterritorializando e impondo novas formas de organização social, divergindo das primeiras. Portanto, identificar e discutir as formas tradicionais de organização dos agricultores familiares, impõe ao estudo a qualidade em resgatar, valorizar e reconhecer a importância desse capital cultural para a (re) produção do conhecimento e das relações de solidariedade, historicamente construídas por gerações de famílias de agricultores. Por fim, o livro convida o leitor a (re)conhecer a importância do capital cultural na constituição e dinâmica dos territórios e nuances com a organização coletiva dos atores, na perspectiva em contribuir com a perpetuação dos valores, dos sentimentos, das simbologias que são inerentes aos agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe...essa, sem dúvida, a significativa contribuição do estudo...boa leitura!

Prof. Dr. Cleidinson de Jesus Cunha

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este livro nasceu da inquietação decorrente da busca pelo entendimento do por que da supervalorização da solidariedade e reciprocidade entre agricultores familiares no semiárido sergipano. Durante o campo para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas sobre a organização entre agricultores familiares no município de Nossa Senhora da Glória, SE, uma questão me chamou a atenção. Os agricultores familiares, ao serem abordados sobre as formas tradicionais de solidariedade, respondiam demonstrando emoção e saudosismo.

18 A partir daí surgiram diversos questionamentos a respeito do tema e a ansiedade só fazia aumentar, bem como a necessidade de respostas convincentes para a importância dada pelos agricultores à solidariedade e reciprocidade.

Após diversas reflexões, instituir hipóteses e estabelecer conexões que pudessem oferecer respostas ao fenômeno evidenciado, como: relação com os fatores edafoclimáticos da região, povoamento, e os laços de parentesco, concluir sobre a necessidade de fazer uma abordagem mais aprofundada sobre o tema.

A minha formação em Ciências Econômicas não era suficiente para responder as inquietações, tornando-se necessário buscar suporte em outros ramos da Ciência. Deparei-me então com a Geografia como norteadora de caminhos, mesmo convicto que esta Ciência não seria por si só, suficiente para exaurir todas as minhas agitações, como de fato aconteceu, no primeiro momento elas foram progressivamente ampliadas. Contudo, ao utilizar-me dos conhecimentos proporcionados pela Geografia, pude compreender o valor do simbólico inerente ao fenômeno.

Neste sentido, iniciei as primeiras leituras propostas pela Geografia Cultural, para então avançar na compreensão de temas importantes que poderiam contribuir para descortinar o fenômeno em questão, como: Território, Capital Cultural e Identidade.

Enveredei-me pela área de concentração da dinâmica territorial, com destaque para a formação dos territórios no Alto Sertão sergipano, definindo-se como o objetivo principal deste livro analisar o papel do capital cultural nas redes solidárias de reciprocidade entre agricultores familiares para a organização e fortalecimento do(s) território(s) em Nossa Senhora da Glória/SE. E como objetivos específicos caracterizar as redes sociais existentes na agricultura familiar em Nossa Senhora da Glória/SE; investigar como se deu o processo de constituição das redes sociais de reciprocidade entre agricultores familiares; analisar o papel do Estado no contexto dos novos padrões de organização social; discutir o impacto das políticas públicas voltadas a Agricultura Familiar na dinâmica dos territórios; e, por último, caracterizar as relações das redes sociais com o poder público e seus reflexos nas configurações territoriais.

No percurso para alcançar estes objetivos considerei necessário analisar a origem da

ocupação da região do Alto Sertão sergipano. Esse contexto é preciso para o entendimento de como se constituiu o território e de que forma se molda as novas realidades territoriais.

O Capital Cultural é peça fundamental na compreensão do território, em especial, quando se observa a dinâmica territorial. A questão nuclear era saber de que forma o capital cultural constitui um componente para o fortalecimento dos territórios e sua identidade, bem como na qualidade de vida dos agricultores familiares por meio dos laços de proximidade, solidariedade e confiança. Essa ênfase no capital cultural contraria uma lógica promovida pelo poder público estatal, a qual tem como reflexos novos padrões de organização social formal, alicerçados nas discussões de associativismo formal, gerando novos padrões de redes institucionais e tecnossociais.

Para cumprimento do itinerário do livro, inicia-se com o capítulo intitulado **“Do Capital Cultural ao Capital Social: a evolução de um conceito”**, que aborda uma discussão sobre a relação entre o capital cultural e o capital social, verificando como um influencia o outro e fornecem a sociabilidade e reciprocidade de informações entre os grupos sociais. Para tanto, são analisadas as concepções dos territórios, se estas reforçam a construção de identidades articuladas com valores construídos socialmente. Nessa perspectiva, foi feita uma análise crítica tendo como pano de fundo os debates conceituais e políticos nas ciências sociais. O destaque foi, principalmente, com as contribuições de pensadores como Bourdieu (1980, 1986), Granovetter (1984), Coleman (1990) e Putnam (2000) sobre o capital cultural e capital social, incluindo da análise da Teoria das representações sociais.

O segundo capítulo **“Identidade Cultural, Território e Redes Solidárias”**, enfatiza a importância da identidade cultural para o fortalecimento dos territórios, a partir de uma perspectiva de integração entre aspectos econômicos, políticos e culturais que formam os territórios e suas territorialidades. Para isso, realiza-se um embasamento teórico sobre a identidade cultural e território na formação e consolidação da territorialidade.

São expostas algumas referências consideradas mais relevantes para a análise do objeto de estudo nas discussões sobre território e sobre a formação de redes solidárias entre agricultores familiares. Na sequência, é exibida a compreensão sobre a ação das redes solidárias em uma perspectiva de integração entre as dimensões econômicas, políticas e culturais.

Entre as principais obras sobre território, têm-se como referência Sack (1986), Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2008), Saquet (2008, 2010), Almeida (2005, 2008) e Claval (1999) em várias obras publicadas. Quanto ao embasamento sobre Identidade Cultural recorre-se a Castells (1999, 2000, 2001), Hall (2004, 2011) e Cucho (2002). Para a discussão de Redes adota-se as seguintes referências, Santos (1996), Castells (1999), Kastrup (2004) e Scherer-Warren (2006).

Já o terceiro capítulo **“Organização Social e as Políticas Públicas para a Agricultura Familiar”**, aborda as políticas públicas agrícolas implementadas no Brasil desde a década de 1930, destacando a influência destas na organização social dos agricultores familiares. Também, esse capítulo trata como a elaboração das políticas públicas favorece na modernização do setor agrícola, descrevendo as concepções que conduziram o ajuste deste setor aos interesses do Estado.

Com enfoque para o espaço social, a organização social, primeiramente, foi discutido o sentido social da comunidade rural, posteriormente a emergência de políticas públicas para a agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar, as linhas para a agroindustrialização da produção familiar, o Programa da Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A exigência pelo Estado da organização dos agricultores familiares em organizações formais encerra esse capítulo.

O sentido social da comunidade rural foi discutido com base nas seguintes referências: La Blache (1995), Hartshorne (1996), Brunhes (1969), Santos (1994, 1996), Bauman (1995) e Tuan (1983). Já para a abordagem das políticas públicas recorre-se a Grisa (2010, 2012), Schneider (2004), Belik (2009), Gliessman (2001), Caporal e Costabeber (2000), assim como da legislação de criação e regulamentação dos programas para a Agricultura Familiar.

Objetiva-se por meio deste capítulo, analisar o processo de definição e escolhas das políticas públicas para o desenvolvimento local, pois, a problemática da tese era entender como as políticas públicas têm contribuído para fortalecimento do capital social.

O quarto capítulo **“Aspectos territoriais de Nossa Senhora da Glória, SE”**, apresenta os aspectos metodológicos que nortearam o estudo com vistas a alcançar os objetivos procedentes da problemática em questão, retratando uma caracterização geral dos três territórios em análise no estudo. Adotando-se como referências para definição metodológica do estudo, Gil (2008), Richardson (2009), Trivinos (1987), Minayo et al. (1994) e Moreira (2004), assim como, aborda um breve histórico da ocupação da microrregião do Alto Sertão sergipano, com base em referências de Santos e Andrade (1992), Santos e Oliva (1998) e Mota, Sá e Sá (2006). Retrata-se também sobre o conjunto de estratégias de sobrevivência adotadas pelos agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória, buscando a sustentabilidade.

Cabe ressaltar, que os territórios analisados foram definidos por seus processos históricos de formação, pela relação reticular e multidimensional, pelas relações de poder, considerando-se as redes de circulação e comunicação, os processos econômicos e principalmente as identidades culturais.

No quinto capítulo, **“(Entre) Laços Sistêmicos: O Capital Cultural na produção e a forma social de produzir dos Agricultores Familiares”**, buscou-se apresentar uma visão da organização interna dos agroecossistemas do tipo familiar no município de Nossa Senhora da Glória/SE. Para tanto adotou-se o modelo sistêmico proposto por Mazoyer e Roudart (2001). Ressalta-se que a adoção de práticas tradicionais na agricultura e pecuária se constituem em Capital Cultural para os agricultores familiares.

De acordo com os supracitados autores é imprescindível explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas diferentes partes do mundo. E que, torna-se indispensável dispor de um corpo de conhecimentos que possa ao mesmo tempo integrar-se à cultura geral e constituir uma base conceitual, teórica e metodológica para todos aqueles que têm a ambição de intervir no desenvolvimento agrícola, econômico e social.

O sexto capítulo faz uma abordagem sobre **“As Formas tradicionais de cooperação praticadas pelos agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória”**. O propósito foi entender, como se dá atualmente, as relações entre os agricultores familiares e a formação dos territórios.

A fundamentação teórica deste capítulo está alicerçada nas seguintes referências: Temple (1998), Sabourin (2011), Caillé (2002), Mauss (1974), Cândido (1998), Caldeira (1956) e Lupasco (1951).

A comunidade recebe influência das transformações sociais, dos costumes, das crenças e dos comportamentos vigentes em uma dada sociedade. Foi nessa perspectiva que se pode

compreender as práticas tradicionais de cooperação entre os agricultores familiares, como sendo permeada por diversos aspectos, sejam eles sociais, econômicos, religiosos ou políticos.

As práticas tradicionais de cooperação formam um campo fértil de contribuições para entender os níveis de Capital Cultural de um grupo de pessoas, uma vez que elas retratam ao longo de sua história as transformações sociais e as mudanças culturais de uma dada comunidade, por quem também é influenciada.

O sétimo capítulo **“A Trama do modelo associativista proposto aos agricultores familiares”**, traz um debate sobre o modelo de organização proposto aos agricultores familiares para a implantação de políticas públicas nos territórios e suscita debates acerca da eficiência do referido modelo. O debate é, também, se a estrutura organizacional própria à autogestão e de processos sociais de participação coletiva vêm, em tempos atuais apresentando-se como alternativa capaz de responder aos desafios impostos pela sociedade moderna em diferentes territórios.

Contudo, uma indagação está presente nesse capítulo: se a participação coletiva nas organizações apresenta-se como importante instrumento para garantir conquistas, por que uma grande parcela das pessoas não participa destas entidades? Na busca por pistas recorre-se as seguintes referências, Avritzer (2004), Olson (1965), Mc Carthy e Zald (1977) e Demo (2001).

O oitavo capítulo denominado **“Nós da (na) Agricultura Familiar e a utilização do Capital Social para a promoção do desenvolvimento comunitário”**, discute o resultado do questionário elaborado pelo Banco Mundial, com o objetivo de medir o Capital Social nos territórios analisados.

1 – DO CAPITAL CULTURAL AO CAPITAL SOCIAL: A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

FOT01 - Atelier do artista em Nossa Senhora da Glória/SE



FONTE: Azevedo, 2015.

“Todo imaginário social é também um imaginário geográfico, porque, embora fruto de um atributo humano – a imaginação – é alimentado pelos atributos espaciais não havendo como dissociá-los.” (Castro, 1997, p.178).

1 – DO CAPITAL CULTURAL AO CAPITAL SOCIAL: A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

1 – DO CAPITAL CULTURAL AO CAPITAL SOCIAL: A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

A proposição discutida neste capítulo é a relação entre o capital cultural e o capital social, verificando como um influencia o outro e fornecem a sociabilidade e reciprocidade de informações entre os grupos sociais. Para tanto, são analisadas as concepções dos territórios, se estas reforçam a construção de identidades articuladas com valores construídos socialmente. Nessa perspectiva, foi feita uma análise crítica tendo como pano de fundo os debates conceituais e políticos nas ciências sociais. O destaque foi, principalmente, com as contribuições de pensadores como Bourdieu (1980, 1986), Granovetter (1984), Coleman (1990) e Putnam (2000) sobre o capital cultural e capital social, incluindo da análise da Teoria das representações sociais.

CULTURA E IDENTIDADE: EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Antes de abordar sobre cultura e sociabilidade, faz-se necessário esclarecer alguns conceitos de cultura e sobre qual se volta o olhar deste estudo. O termo cultura vem do latim *colere*, que significa cultivar. Cultura é o modo de vida, os padrões de comportamento, as crenças e os valores de cada sociedade. Ou seja, é tudo aquilo que é produzido e transformado pelos grupos humanos (ARANTES, 2005).

Todavia, o homem não se identifica apenas com a sua cultura, mas com identidades comuns a humanidade. Sendo assim, a identidade é um aspecto de relevância nas atividades e representações culturais das sociedades e, representada por meio de símbolos, esconde-se em texto e produções artísticas de uma época. Portanto, cultura e identidade estão imbricadas e, compreender:

[...] o que é cultura, com seus conceitos antropológicos e sociais e a relação que tem com o indivíduo e a sociedade é uma forma de entender o que é e como surge a identidade, uma vez que ela é a expressão máxima da realidade cultural e social de um povo. (TORRES, 2005, p. 45).

Diversos estudiosos se debruçaram sobre as concepções de culturas, haja vista a multiplicidade de conceito existente na literatura. Autores como John Thompson (1995), Alfredo Bosi (1987), Peter Burke (2004), Sidney Mintz (2010), Rafael Perico (2009), Edward Tylor (2005) e outros trazem contribuições essenciais para a compreensão do termo. Thompson (1995) discorre sobre a cultura e suas variações e o uso desta categoria. Quanto à variação do que vem sê-la, têm-se algumas considerações acerca do período em que a ciências sociais, com mais proximidade à Antropologia, se apropriam desse conceito como objeto de estudo e formula o que Thompson (1995) classificou como sendo “descritiva e simbólica”.

A concepção descritiva, caracterizada por ele como sofredora de influência direta das ideias iluministas de progresso, está direcionada ao conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade em um período histórico.

Para Thompson (1995), na concepção simbólica o foco são os fenômenos simbólicos e o estudo para interpretação dos símbolos e da ação dos mesmos. Esse autor elabora o que ele chama de concepção estrutural de cultura, que se propõe a observar a constituição significativa das formas simbólicas e a sua contextualização social.

Quanto à produção cultural, também se insere no universo transformador da revolução industrial, vivendo mutações que implicam nas novas técnicas e estudos elaborados a partir das transformações na produção artística. Sendo assim, surge para ele o que se conceitua como consumo conspícuo, que é a elevada comercialização de “bens não essenciais à sobrevivência dos seres humanos”.

Outra vertente para discutir a questão de cultura e suas variáveis dentro de uma comunidade eclética, como é o caso de qualquer município brasileiro, é a análise desenvolvida por Bosi (1987) quanto à pluralidade cultural do Brasil. Esse autor inicia a reflexão, fortalecendo a ideia de equívoco em se pensar, por muito tempo, que a cultura brasileira fosse singular, homogênea e coesa. Essa concepção contribuiu, por muito tempo, para sociólogos e, sobretudo políticos, a tentarem construir um perfil cultural que forjasse uma identidade nacional.

O que Bosi procura salientar é que as culturas ditas populares, eruditas e de massa, interagem entre si, modificando-se, fortalecendo-se, por isso não existe uma cultura homogênea, como matriz comportamental e sim uma pluralidade que demanda uma compreensão do “resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço” (BOSI, op. cit.,7).

Essa interação de culturas também se dá entre as diversas esferas nacionais e internacionais. Tais intercâmbios culturais podem ocorrer por meio de migrações externas e internas e por meio das relações mais variadas.

Referente às produções populares e eruditas, este autor tece as seguintes considerações: Tanto a cultura popular quanto a erudita, não são baseadas na produção em série mais a aspiração pela autonomia faz surgir nos meios intelectuais uma consciência crítica mais total do seu universo, elaborando análises sobre si mesmo, como afirma Bosi:

À medida que a ciência se mostra capaz de pensar a si próprio; à medida que o estilo de hoje resgata; refaz ou parodia a linguagem de outros tempos o espírito humano não se enreda nos fios da pura tautologia. (BOSI, op. cit., 14).

Assim, a cultura é global, presente em todos os aspectos da vida, e de acordo com as condições de cada um, cada qual produz sua cultura. A cultura vive em constante transformação. Da desigualdade entre as classes sociais e, portanto, de desigualdade entre a cultura de elite e a cultura popular que são determinadas pelas classes dominantes, detentoras do capital e dos meios de produção e controladores das instituições culturais. Por meio do elemento cultural é possível distinguir, logo, as desigualdades sociais e essa cultura se tornar elemento de transformações sociais. O estudo da cultura popular permite a abrangência sociocultural

e literária, uma vez que a sociedade não é um todo unificado e bem delimitado, mas uma reconstrução das culturas sociais nas quais os indivíduos estão inseridos.

Para Burke (2004), o termo cultura é mais problemático que o termo popular. Inicialmente, o termo se referia às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – a música folclórica, medicina popular e assim por diante. Depois passou a se referir a uma ampla gama de artefatos, tais como, imagens, ferramentas, casas, entre outros aspectos e práticas (conversas, leitura, jogos).

Assim sendo, nessa concepção a cultura e a sociedade estão intrinsecamente ligadas, pois para o surgimento da cultura é necessário que haja uma interação entre os indivíduos localizados em um determinado ambiente e espaço. Como consequência dessa integração e coação, a cultura surge como um resultado das relações espaço-temporais humanas. Desta forma, “para que se possa entender o direcionamento do pensamento e das ações de uma sociedade, deve-se relacionar o indivíduo que dela faz parte” (TORRES, 2005, p. 29).

As premissas colocadas revelam que o termo cultura é bastante complexo e por isso suscita muitas discussões por admitir diferentes acepções. Desta forma, cultura significa tanto os valores e padrões de comportamento de uma sociedade; como civilidade e progresso e, ainda, apuro ou elegância. Tais significados podem ser facilmente utilizados, pelo senso comum, atendendo a determinadas e corriqueiras situações.

A conceituação sobre a cultura leva um maior entendimento do comportamento humano e conseqüentemente, nas relações dos indivíduos em sociedade. De acordo com Mintz (2010) e Perico (2009) o conceito de cultura surgiu nas discussões intelectuais do final do século XVIII, na Europa. Na França e na Inglaterra, sendo precedida pela análise do termo “civilização”, imbuída das qualidades do civismo, cortesia e sabedoria administrativa, e referia-se, em especial, às realizações materiais de uma cidade.

Em tal concepção, o termo civilização se opunha ao que era considerado como bárbarie e selvageria. E, no curso das teorias evolucionistas predominantes do período, esse conceito foi sendo associado às ideias de superioridade das nações civilizadas.

Já na Alemanha, o termo de início, tinha significado similar ao utilizado nos outros países europeus. No entanto, após discussões entre os intelectuais da época o termo “civilização” passou a ser compreendido como algo externo, racional, universal e progressivo, enquanto que a cultura referia-se ao espírito, às tradições locais, ao território.

Destaca-se, que é em 1871, que surge o conceito de cultura no seu sentido mais amplo e sob o ponto de vista antropológico, concepção esta formulada por Tylor no livro *Cultura Primitiva*. Tylor (2005, p. 14) define cultura como: “todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem na condição de membro de uma sociedade”.

A partir da concepção de cultura, Tylor sintetiza em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de destacar o caráter de aprendizagem da cultura, contrária à ideia da aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. Essa perspectiva evolucionista o levou a explicar a diversidade das culturas existentes enquanto diferentes práticas de desenvolvimento ou evolução (selvageria, barbárie e civilização). Nesse sentido, concebeu a cultura como processo único, expresso em diferentes níveis de evolução.

O antropólogo alemão Franz Boas radicado nos Estados Unidos, iniciou a principal reação à perspectiva evolucionista linear da cultura, a partir dos estudos realizados com os

esquimós ao final do século XIX. Boas (2010) elaborou uma crítica ao evolucionismo e propôs à antropologia as tarefas de fazer a reconstrução particular da história das cidades ou das regiões e comparar a vida social de diferentes cidades com padrões de desenvolvimento pautados nas mesmas leis.

Ao desenvolver o particularismo histórico, Boas rompeu com o evolucionismo linear, sob a afirmação de que cada cultura segue seus próprios caminhos, à proporção que desempenha funções nos diferentes eventos históricos. Ele argumentou que a explanação evolucionista da cultura só teria sentido em termos da abordagem multilinear e; nesse sentido, já não era possível falar em cultura singular (como única cultura que seguia práticas de evolução).

Nessa perspectiva, Boas (2010) estabeleceu as bases para o relativismo cultural, o que já nortearia conceber uma cultura superior às demais. Desde então, os avanços dos estudos antropológicos resultaram na produção de vários conceitos de cultura, sendo que a antropologia americana, no período compreendido entre as décadas de 1920 a 1950, chegou a constituir mais de 150 definições de cultura.

Para obter precisão conceitual sobre cultura, R. Keesing (1974) esforçou-se para classificar essas tentativas modernas e, com isso, apresentou dois esquemas básicos. O primeiro, referido às teorias que consideram as culturas como sistemas adaptativos, servem para adequar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos, padrões de estabelecimento de agrupação social e organização política, crenças e práticas religiosas, dentre outros.

O segundo, refere-se às teorias idealistas da cultura, que foram subdivididas em três abordagens: a) desenvolvida por antropólogos como o W. Goodenough¹ aborda a cultura como sistema de conhecimento que abrange tudo o que alguém tem que conhecer e crer para operar e se portar de forma aceitável dentro de sua sociedade; b) a desenvolvida pelo antropólogo francês Claude Lévi- Strauss², que considera a cultura enquanto sistema estrutural e que a define como sistema simbólico resultante da criação cumulativa da mente humana, restando para o antropólogo a tarefa de descobrir na estrutura dos domínios cultural (mito, arte, parentesco, linguagem) os princípios da mente que geram estas elaborações culturais, e c) a abordagem desenvolvida em especial, pelo antropólogo americano Clifford Geertz⁴, que considera a cultura não como complexos padrões concretos de comportamentos – costumes, usos, tradições, hábitos –, mas enquanto conjunto de mecanismos de controle – planos, prescrições, regras e instruções para governar o comportamento. Com isso, Geertz (1989) afirmou que todas as pessoas nascem aptas para receber um programa cultural, por isso são dependentes desses. Evidencia-se, que ele ao discutir sobre cultura tem-se sempre em mente a humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência.

Os antropólogos W. Goodenough (1971) e Claude Lévi-Strauss (1982) contribuíram para o aprofundamento e ampliação da discussão sobre cultura. O primeiro por desenvolver um sistema cognitivo, no qual entendia que a cultura era um sistema de conhecimento; o segundo, por defender uma visão de sistema estruturalista, no qual a cultura é fruto de uma criação cumulativa da mente humana.

Lévi-Strauss busca descobrir na estruturação dos domínios culturais como: mito, arte, linguagem, etc. a explicação para o fato do ser humano se submeter a regras sociais. Clifford Geertz (1989) também apresenta uma visão sistêmica na sua definição de cultura,

2 Antropólogo e professor americano, contribuiu com diversos estudos sobre cultura escolar e antropologia cognitiva.

3 Antropólogo, professor e filósofo francês, considerado fundador da antropologia estruturalista, em meados da década de 1950 e um dos grandes intelectuais do século XX.

4 Antropólogo e professor americano, por três décadas, foi considerado o antropólogo mais influente nos Estados Unidos.

ou seja, para ele a cultura deve ser considerada um conjunto de mecanismos de controle, planejar, regras, receitas, etc., para se poder governar. Estudar cultura é em síntese estudar um sistema de símbolos. O conceito de cultura é essencialmente semiótico, que vem de encontro com o pensamento de Max Weber “que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Geertz concebe a cultura como uma “teia de significados” que o homem tece ao seu redor e que o amarra. Busca-se apreender os seus significados (sua densidade simbólica).

Contudo, o objetivo deste estudo não é discutir a amplitude alcançada pelos conceitos de cultura nas teorias atuais, mas indicar perspectivas adotadas para o desenvolvimento da análise proposta. Neste sentido, adota-se a definição elaborada por Geertz (1989), em que a cultura é entendida como sistemas simbólicos divididos pelos membros de uma sociedade para ordenar seus comportamentos, valores e manifestações expressando unidade e coesão social.

Geertz compreende que a cultura promove vínculos entre os homens, no que são em essência capazes de fazer um pelo outro e o que de fato fazem. Tornar-se humano é tornar-se individual, mas fazer-nos individuais sob a direção dos padrões culturais, dos sistemas de significados criados historicamente que norteiam a dar-mos forma, ordem, objetivo e direção a nossas vidas.

As discussões feitas até aqui revelam que as sociedades são caracterizadas por culturas distintas. As raízes dessas culturas, geralmente estão atreladas aos fundamentos religiosos, e são tão antigas quanto o processo de formação dessas sociedades. Quando os indivíduos de uma sociedade se associam entre si, estão tentando estabelecer critérios de convivência, de ritualização e de significação que tornam a sociedade dos homens um mundo seu, cultivado, construído e consolidado na mente das gerações. Desta forma, a cultura torna-se expressão do caráter de um povo.

O processo de formação de uma civilização, ou seja, de uma sociedade com uma cultura específica é um processo lento e longo, em que conta a preservação de tradições, o incremento dos saberes e a transmissão dessa tradição sempre acrescida, mas sempre construída dentro de parâmetros aceitos socialmente e regulados pelo corpo da própria cultura.

Desse modo, pertencer a uma cultura significa ter identidade frente ao outro e, sobretudo, compartilhar, com aqueles pertencentes à mesma cultura, um grau de igualdade tal que se permita, a cada indivíduo, ser, ao mesmo tempo, livre e igual, já que o que torna os homens iguais em uma cultura subjaz à própria consciência de identidade que o torna livre em sua manifestação dessa cultura.

Para Hall (2011), a identidade cultural apresenta-se sob dois focos. O primeiro, refere-se à cultura compartilhada em sociedade ou nação, aquela que reflete experiências históricas comuns consolidadas em códigos e referências que dão sentido à pertinência a uma sociedade ou nação, representando o corpo estável da cultura. O segundo foco refere-se, complementarmente ao primeiro, à experiência individual que agrega valores e referências a uma cultura, tornando-se mecanismo de transformação, mudança e adaptação dessa.

Segundo Castells (1999) as identidades são consolidadas nos processos de construção de significado pautado no atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado. Cabe à tarefa de recolher os significados que se sobrepõem aos demais, tendo em vista reconhecer e delimitar

5 Bourdieu (1979) conceitua habitus como um sistema de arranjos socialmente elaborado que se constitui em um princípio gerador de um conjunto de práticas e ideologias de um grupo social. O habitus “é o produto de uma aprendizagem inconsciente, uma aparente aptidão natural que possibilita ao sujeito evoluir livremente em um determinado meio social” (BOURDIEU, 1979, p. 73). Assim quando estruturado o habitus é capaz de produzir percepções, representações, opiniões, desejos, crenças, gestos e uma imensurável quantidade de produções simbólicas.

uma unidade territorial com expressão de identidade.

É certo que a comunidade influencia e recebe influência das transformações sociais, dos costumes, das crenças e dos comportamentos vigentes em uma dada sociedade. É nessa perspectiva que se podem compreender as práticas tradicionais de cooperação entre a sociedade como sendo permeada por diversos aspectos, sejam eles sociais, econômicos, religiosos ou políticos.

As práticas tradicionais de cooperação formam um campo fértil de contribuições para entender as manifestações culturais e econômicas de um povo, uma vez que elas retratam ao longo de sua história as transformações sociais e as mudanças culturais de uma dada comunidade, por quem também é influenciada.

Os elementos sociais e econômicos permitem mostrar que as formas tradicionais de cooperação fazem parte da vida social, de um lado, e, de outro se encontram em estado dinâmico, não sendo estática sua permanência no grupo.

CAPITAL CULTURAL E CAPITAL SOCIAL

Na compreensão do capital cultural é importante destacar a construção de identidades articuladas com valores construídos socialmente, por meio de uma análise crítica, tendo como pano de fundo, a Teoria de capital cultural de Pierre Bourdieu, o capital social a partir das contribuições de Coleman (1990), Gittel e Vidal (1998), Narayan (1999), Woolcock (1999), Putnam (2000), World Bank (2000) e Moyano (2001), bem como a teoria das representações sociais que se constitui, na atualidade, uma referência para pesquisadores sociais, educadores, psicólogos, entre outros. Esta referência não reside no fato de ser apenas “mais uma boa teoria” (GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 1998, p. 17), mas por questionar os fenômenos estudados, e apresentar-se inovadora na pesquisa e na compreensão da relação entre os indivíduos e destes com o ambiente social que os cercam, visando à construção do conhecimento do cotidiano, do senso comum e dos processos cognitivos que envolvem.

A representação social é uma configuração de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

As representações sociais são socialmente elaboradas e partilhadas, significa que estão inseridas em um campo de relações entre indivíduos e grupos, que possuem “uma certa posição dentro do espaço social e, conseqüentemente, um *habitus*”⁵ (DOMINGOS SOBRINHO, 1998, p. 12). Desse modo, as diferentes visões de uma pessoa sobre uma situação conduzem às elaborações mais complexas como a identidade grupal, que pode ser muito mais que características fenotípicas ou sociológicas. No entanto, pode ser considerada também como a resultante de um somatório de representações vigentes entre seus indivíduos.

Bourdieu (1979) tenta compreender as possibilidades de escolha do indivíduo, mas reconhece que esse não escolhe por livre arbítrio. Esse problema teórico é resolvido por meio do *habitus*, que assegura a coerência da concepção de sociedade feita por Bourdieu e a concepção de agente social individual com escolhas. É a noção de *habitus* que vai garantir a articulação entre o individual e o coletivo.

Decorrente de uma estrutura, o *habitus* é, entretanto, reatualizado pelas situações

conjunturais. É nesse sentido que o conceito de *habitus* permite pensar na questão de como o homem se torna social. Nesse processo de socialização, o indivíduo aprende como funcionam as relações sociais e assimila normas e valores. Esse ser social é permeado por diversas representações sociais.

No caso de representações Abric enfatiza que:

As representações definem para os grupos uma identidade e garante-lhes a especificidade, autorizando, assim, uma comparação intergrupar. Perceber-se-á que as representações de cada grupo de inserção são sempre valorizadas por seus integrantes em alguns de seus aspectos, no propósito de atribuir-lhe uma imagem positiva. (ABRIC, 1998, p. 28)

Ao elaborar uma representação acerca de um objeto qualquer, a pessoa elabora ou transforma sua identidade, afirma Domingos Sobrinho (1998). Para ele a identidade é algo relacional, em permanente processo de construção, degeneração e reconstrução, compreendê-la requer uma reflexão sobre todo o sistema de referências culturais do indivíduo ou grupo em estudo. Essa reflexão permite considerar os diversos componentes identitários do sujeito, com alguns mais evidentes do que outros.

Bourdieu (1979) observa que esse sistema de disposições incorporado pelo sujeito não conduz suas ações de modo mecânico. Essas disposições não seriam normas rígidas e detalhadas de ação, mas princípios de orientação que precisariam ser adaptados pelo sujeito às variadas circunstâncias de ação. Ter-se-ia, assim, uma relação dinâmica, não previamente determinada, entre as condições estruturais originais nas quais foi constituído o sistema de disposições do indivíduo e que tendem a se perpetuar por meio deste e as condições nas quais essas disposições seriam aplicadas. Em poucas palavras, a estrutura social conduziria as ações individuais e tenderia a se reproduzir por meio delas, mas esse processo não seria rígido, direto ou mecânico. Sendo assim, cada indivíduo passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente herdada.

Finalmente, é oportuno ressaltar que, um mesmo fato ou evento social é apreendido por grupos diferentes, de formas diversas, podendo ter maior, menor ou nenhuma importância quando classificado dentro de suas respectivas escalas de valores e, ainda, ter uma função simbólica na ação ou comportamento dos indivíduos do grupo diante do objeto e em suas relações.

Domingos Sobrinho em suas pesquisas no campo representacional, afirma que:

É, portanto, a partir da construção das representações dos diferentes objetos em disputa dentro de um campo particular do espaço social que um determinado grupo vai construindo os traços distintivos de sua identidade. Entretanto, os sistemas culturais por eles produzidos não são estranhos entre si. Ao contrário, não podemos imaginá-los de maneira isolada, mas dentro de um universo onde todos estão em relação de articulação e interdependência. Cada condição social é, assim, definida por suas propriedades intrínsecas, particulares e, ao mesmo tempo, pelas propriedades relacionais que cada uma deve a sua posição dentro do sistema das diferentes condições sociais que é também sistema de diferença: 'a identidade social se define e se afirma pela diferença. A identidade do grupo,

Dentro dessas considerações, pode-se dizer que o estudo da teoria das representa-

6 Envolve os vínculos entre agentes de uma mesma posição.

7 Envolve os laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos.

ções sociais torna-se, efetivamente, um precioso instrumento na compreensão dos discursos e práticas dos indivíduos, bem como de seus grupos de pertença, contribuindo para o estabelecimento de uma “identidade social” e um posicionamento ante uma gama de fenômenos no cerne da sociedade, no caso específico deste estudo: a contribuição do capital cultural para o fortalecimento dos territórios e a identidade dos agricultores familiares, que por sua vez demanda uma análise do capital social.

A literatura que discute capital social e redução da pobreza afirma que, principalmente, em países atrasados, a população menos favorecida tem acesso a fartos estoques de bonding social capital⁶, pouco bridging⁷ e quase nenhum linking⁸ (WOOLCOCK, 1999).

A possibilidade de coesão entre os menos favorecidos é maior, tendo em vista a confiança, reciprocidade e solidariedade. Entretanto, a fluidez social em sentido vertical é mais difícil, diante da dificuldade em se estabelecer as pontes entre os grupos de agricultores e as instituições das esferas de governo; e nem sempre o governo ouve as demandas dos grupos beneficiários, por estas necessidades não chegarem a quem tem poder de atender, ou ainda, por falta de interesse político.

No entendimento de Abramovay:

A literatura distingue dois tipos fundamentais de vínculos entre os indivíduos. Por um lado estão os laços de tipo cola: a confiança que se forma com base na identidade social dos atores, em seu sentimento comunitário de pertencer ao mesmo universo, à partilha de tradições e valores comuns. Estes laços são importantes, mas, por si só, insuficientes para permitir a mobilização de recursos capazes de estimular iniciativas inovadoras. Mais que isso, tais laços podem representar o fechamento deste conjunto social sobre si próprio, classificando as formas locais de dominação, o que vai resultar na impossibilidade de incorporar as aspirações das novas gerações e de novas demandas. Razão pela qual adquire importância um outro tipo de vínculo entre os indivíduos que tem um formato de ponte: a capacidade de um determinado grupo de ampliar o círculo de relações em que se movem os indivíduos, além daqueles que participam imediatamente de sua vida social. (ABRAMOVAY, 2001, p. 132).

Ainda de acordo com o supracitado autor, o sucesso de determinados assentamentos é atribuído ao alinhamento dos laços do tipo cola, que promovem a coesão comunitária interna e do vínculo entre indivíduos no formato ponte, que é a capacidade de relacionar-se com atores sociais distantes de seu mundo social imediato. Abramovay (op.cit.) ressalta que o alinhamento deve se apoiar num terceiro elemento decisivo que é o comportamento da própria burocracia estatal.

A noção de capital social tornou-se, a partir da década de 1990, o principal instrumento teórico para a análise de processos de desenvolvimento local e regional. Cabe ressaltar, que anteriormente ao debate de capital social prevaleciam as teorias sobre o desenvolvimento, principalmente as que se baseiam unicamente em avaliações macroeconômicas, de forma sistemática, e que ignoravam a importância do capital social.

Bourdieu (1986) apresenta uma visão distinta de capital social se diferenciando dos demais autores clássicos com alguma semelhança com a abordagem de Coleman (1990) no que diz respeito ao capital humano – ao qual Bourdieu se refere como capital cultural. Na percepção de Bourdieu o capital social é um recurso individual (e não de uma determinada família, organização ou comunidade) e da ênfase no aspecto simbólico (e, portanto, ligado

.8 Envolve as relações entre os grupos sociais e os agentes em postos de decisão em organizações, ou seja, as ligações verticais.

à concepção de poder e de classes – uma influência claramente marxista) em detrimento do aspecto econômico (reputação dos atores, confiança em uma conduta esperada, um sistema de normas, regras e instituições etc.).

O autor adota o princípio de que o capital em suas diversas dimensões (econômica, social, cultural, simbólica e histórica) pode ser projetado a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que seja considerado social e historicamente limitado às circunstâncias que os produzem. Ainda segundo o autor os benefícios do capital social são individuais e coletivos, ou seja, também beneficia as classes sociais as quais os indivíduos estão inseridos.

Bourdieu (1986) discorda da visão meramente economicista de capital, e inclui na sua definição aspectos imateriais e não-econômicos de capital, especificamente capital cultural e social. Ainda de acordo com ele os diferentes tipos de capital podem ser adquiridos, trocados, e convertidos em outras formas de capital; e fundamenta a sua visão uma vez que a estrutura e a distribuição de capital também representam a estrutura natural do mundo social, e que o entendimento das múltiplas formas de capital ajudará a elucidar a estrutura e o funcionamento do mundo social.

34

Para esse autor, o capital cultural pode se apresentar de três formas: o estado incorporado (*embodied state*), o estado objetificado (*objectified state*) e o estado institucionalizado (*institutionalized state*).

O estado incorporado está diretamente relacionado ao conhecimento do indivíduo, e representa o que ele sabe e pode fazer. O capital incorporado pode ser aumentado investindo-se tempo na auto-melhoria da forma de aprender. À medida que o capital incorporado torna-se integrado ao indivíduo, ele se torna um tipo de hábito e, portanto, não pode ser transferido instantaneamente – diferentemente das formas de capital econômico.

Segundo Bourdieu (op. cit.) o capital cultural incorporado pode se apresentar de duas formas, a primeira e mais primitiva é a capacidade de aquisição de mais capital cultural por meio da aprendizagem (o aprender a aprender, a alfabetização, o raciocínio lógico, matemático, espacial entre outras áreas do conhecimento); e a segunda, os demais conhecimentos em si. Ressalta-se que outra característica importante deste capital é que o esforço de tempo para a acumulação deste capital deve ser feito pelo próprio investidor, não pode ser delegado a um terceiro. Da mesma forma, ele tem um limite máximo de acumulação (a capacidade cognitiva do indivíduo), e é extinto com o fim da existência dele (não é possível herdar conhecimento).

O estado objetificado do capital cultural é representado pelos bens culturais-materiais tais como: livros, obras de arte (pintura, escultura, mobiliário), máquinas entre outras formas. Estes materiais podem ser apropriados tanto materialmente (por meio do capital econômico) como simbolicamente (por meio da incorporação do capital). Se um livro for adquirido por um analfabeto, ele terá apenas a propriedade material (econômica) sobre este capital cultural, mas não a simbólica (tendo em vista que ele, ao menos sozinho, não conseguirá assimilar e incorporar os conhecimentos presentes no livro). No entanto, o capital cultural pode ser apropriado simbolicamente pelas pessoas, mesmo que elas não detenham a posse dos referidos bens materiais, isso é possível nas visitas aos museus, as bibliotecas públicas, por meio dos patrimônios culturais em logradouros públicos.

Neste sentido, conclui-se que o capital cultural é regulado e se reproduz de um modo

similar a um hábito. Destaca-se que desta maneira famílias com um determinado nível de capital cultural poderiam apenas gerar descendentes com a mesma quantidade de capital cultural. Contudo, observa-se que esta abordagem é um tanto inflexível, tendo em vista que não prevê que os descendentes destas famílias poderão superar o nível de capital cultural herdado, ou seja, as futuras gerações estariam limitadas pelo capital cultural inicial que lhes foi transmitido pelas suas famílias.

A partir da concepção de Bourdieu, o capital social pode ser definido uma rede de relacionamentos é o produto de estratégias de investimentos, individuais ou coletivos, conscientemente ou inconscientemente direcionada a estabelecer ou reproduzir relações sociais que são diretamente usáveis a longo prazo, implicando em obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimento de gratidão, respeito, amizade, etc) ou institucionalmente garantidas (direitos).

O capital social de um indivíduo é determinado pelo tamanho de sua rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e o volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada uma das pessoas às quais ele tem alguma conexão. Portanto, o capital social exerce um papel multiplicador do referido capital existente em um determinado grupo de pessoas, deixando-o disponível a todos os membros desta rede.

Para Bourdieu (op. cit.), as redes precisam de manutenção e de estímulos constantes ao longo do tempo, de forma que possam ser ativadas rapidamente no futuro. Deve haver uma série contínua de trocas (econômicas, culturais, simbólicas, sociais) entre os membros do grupo, para que o reconhecimento mútuo seja interminavelmente afirmado e reafirmado. Bourdieu entende que a habilidade dos indivíduos do grupo é de fundamental importância para a criação e manutenção do capital social.

Ainda de acordo com Bourdieu, o capital econômico pode sofrer conversão para outra dimensão do capital (social ou cultural). O capital econômico pode se transformar em social, desde que o indivíduo dedique tempo, atenção, cuidado, interesse, etc. Ressalta-se que do ponto de vista meramente econômico, este esforço pode ser percebido como um desperdício; mas em termos da lógica das trocas sociais é um investimento sólido, e o lucro aparece no longo prazo.

Outro aspecto abordado por Bourdieu é que o capital social pode ser herdado (simbolizado por um sobrenome em uma determinada região, por exemplo) possibilitando relações circunstanciais em relações duradouras com menor esforço.

Quanto ao capital nas dimensões social e cultural, Bourdieu (op. cit), ainda entende que são fundamentalmente enraizadas no capital econômico, mas elas não podem ser reduzidas a forma de capital econômico. Entretanto, existe um risco embutido na tentativa de esconder a dimensão econômica das outras dimensões, que seria a perda deste capital:

[...] the declared refusal of calculation and of guarantees wich characterizes exchanges tending to produce a social capital in the form of capital of obligations that are usable in the more or less long term (exchanges of gifts, services, visits, etc.) necessarily entails the risk of ingratitude, the refusal of that recognition of non-guaranteed debts which such exchanges aim to produce. (BOURDIEU, 1986, p. 254)⁹.

Ao discutir a dimensão econômica do capital social Granovetter (1984) afirma que as

⁹ A recusa declarada de cálculos e garantias que caracteriza a troca tendendo a produzir um capital social na forma de capital de obrigações que são utilizáveis em um prazo mais ou menos longo (troca de presentes, serviços, visitas, etc) necessariamente implica no risco de ingratitude, a recusa do reconhecimento de débitos não garantidos que tais trocas visam produzir (BOURDIEU, 1986, p. 254).

ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais. As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social. Elas podem contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.

O supracitado autor critica as duas visões do comportamento econômico: - a visão neoclássica e a visão estruturalista marxista. A primeira ele classifica de sub-socializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectado das relações sociais; e a estruturalista e a marxista, ele as qualifica de sobre-socializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.

Granovetter propõe a superação dessa dicotomia por meio da adoção de uma abordagem denominada “embedded”, que entende as ações econômicas dos agentes como inseridas numa rede de relações sociais; e que os indivíduos fazem as suas escolhas dentro de um universo de possibilidades de conexões com outros agentes.

Coleman (1990) preocupou-se em elaborar o conceito de capital social de forma que este o ajudasse a resolver, teoricamente, os dilemas da ação coletiva. Essa era, até então, considerada o velho problema do oportunismo e do altruísmo no comportamento humano, que ainda hoje suscita discussões entre os pensadores sociais. Ele assume um construto de homem econômico semelhante ao usado pela economia clássica e que seria posteriormente desenvolvido pela sua vertente liberal, baseado na premissa de que o agente econômico age racionalmente e movido pelo interesse próprio.

A partir destes axiomas, Coleman postula que somente aquelas sociedades que detêm um alto nível de capital social são capazes de resolver os seus dilemas de ação coletiva. Para ele, este estoque de capital social faz com que os agentes econômicos, mesmo que eles sejam racionais e maximizadores de utilidade, prefiram cultivar a confiança e a cooperação nas suas relações econômicas a observar apenas o seu interesse de curto prazo. Numa sociedade sem capital social, prevaleceria o interesse imediato e o lucro de curto prazo.

Coleman ressalta o caráter ainda embrionário do conceito de capital social e aponta para a dificuldade de sua operacionalização:

Se o capital social se tornará um conceito quantitativo tão útil para as ciências sociais como são os conceitos de capital financeiro, capital físico e capital humano ainda é uma questão em aberto; o seu valor atual repousa, sobretudo, em sua utilidade para análises qualitativas dos sistemas sociais e para análises quantitativas que adotam indicadores qualitativos. (COLEMAN, 1990, p. 305-306).

Entende-se o capital social como sendo propriedade de uma comunidade cujos principais ativos são: engajamento civil, promoção da cidadania, participação de seus membros em associações de classe e um alto grau de confiabilidade, lealdade e reciprocidade entre os atores sociais participantes das redes de relações interpessoais. Esse capital social pode ser facilmente identificado em contextos econômicos, sociais e políticos sempre associados às comunidades fortes e identificadas com as suas tradições e com o seu território.

De acordo ainda com esse autor (op. cit.), o capital social é definido por sua função. Recursos estruturais imersos nas relações sociais são concebidos como ativos (capital asset) para os indivíduos pertencentes a um determinado grupo social. Esta carteira de ativos é por ele denominada de capital social. O capital social não é um recurso único, mas é composto

por uma soma de recursos que têm duas características em comum: todos os seus elementos consistem em algum aspecto da estrutura social; e facilitam ações dos indivíduos que estão dentro desta estrutura. Diferentemente de outras formas de capital, o capital social está inserido na estrutura de relações entre pessoas. Não é uma propriedade dos indivíduos nem está incorporado em utensílios físicos da produção.

Já Putnam (1993) buscou investigar as causas do atraso econômico da região Sul da Itália em relação ao Norte, e encontrou na forte participação cívica do Norte o elemento que o diferenciaria do Sul, onde as relações eram hierárquicas e autárquicas. Assinalou que padrões hierárquicos de organização da sociedade e formas autárquicas de resolução de conflitos (regulação social) são dois obstáculos, por excelência, à produção, acumulação e reprodução do capital social. Como percebeu Putnam, no Sul da Itália o clientelismo, como exemplo de relação hierárquica vertical, e a violência como modo de regulação autárquica, são os grandes exterminadores do capital social.

Para Putnam (1996, p. 177) “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Constata-se na definição do capital social de Putnam um ponto de convergência com a definição de Coleman (1990), ao associar o conceito de capital social à capacidade de uma sociedade em resolver os seus dilemas da ação coletiva. Entretanto, como o nível de análise de Coleman é essencialmente microeconômico e Putnam quer explicar diferenças no desempenho econômico entre duas regiões de maneira agregada, este último passa do nível micro para o nível macro por meio de mediações que enfatizam a importância de instituições intermediárias, como as associações, as esferas de governo, os partidos políticos e até a Igreja. Desta forma, para Putnam, o capital social encontra-se nas relações entre pessoas e grupos de pessoas e as instituições intermediárias seriam os canais por onde se manifestariam as diferentes formas de capital social.

De acordo com este autor (1993):

A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui, o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas [...] A confiança é um componente básico do capital social [...] A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança [...]. O capital social facilita a cooperação simultânea. (PUTNAM, 1993, p. 177-180).

O capital social é um conjunto de recursos estruturais imersos nas relações sociais e podem ser percebidos como ativos para os indivíduos (ou grupo de indivíduos) pertencentes a um determinado grupo social. Estes recursos têm como principal característica facilitar ações coletivas de grupos sociais que estão dentro de uma estrutura social. Desta forma, o capital social é visto como um recurso social e relacional inerente às redes solidárias.

Putnam (op. cit.) define capital social como as relações entre pessoas e grupos de pessoas, mas torna essas relações mais tangíveis, inclusive passíveis de serem quantificadas, quando afirma que as instituições intermediárias são os canais por meio dos quais se mani-

festam estas relações. Enquanto Coleman (1990) tem consciência do caráter ainda embrionário do capital social e sinaliza para a dificuldade de sua operacionalização. “Se o capital social se tornará um conceito quantitativo tão útil para as ciências sociais como são os conceitos de capital financeiro, capital físico e capital humano ainda é uma questão em aberto” (COLEMAN, op. cit., 305).

O conceito de capital social para Putnam (1993) baseado nos vínculos institucionais (Estado, comunidade e firmas) e no associativismo (número de associações, número de associados) é mais palpável e se torna possível de ser mensurado. Entretanto, é preciso ressaltar que a escola do associativismo sofre severas críticas, por conta do modelo imposto pelo Estado para implantar equipamentos coletivos nas comunidades rurais.

Já Coleman (1990), apresenta uma proposta de difícil mensuração do capital social, baseada em uma matriz de créditos e obrigações, no nível de análise microeconômico, no qual o capital social está na estrutura de relações pessoais e bilaterais. O autor considera o estoque de capital social de um agente como o volume de obrigações que ele detém e que se espera que sejam cumpridas por outros agentes, com os quais mantém uma relação de confiança.

38 Para Putnam (1993) instituições cívicas são capital social. Uma vez que o capital social é intrínseco às relações sociais e ao mesmo tempo um produto da institucionalização dessas relações, busca-se, como forma de se avaliar o potencial de criação de capital social na área de pesquisa, instrumentalizar a transição de suas formas latentes para formas mais maduras e institucionalizadas, isso foi feito sob os domínios da hipótese do construtivismo social. Em outras palavras, o estabelecimento de relações sinérgicas ocorre a partir do momento em que há uma institucionalização de relações sociais que já carregam, em sua estrutura, formas latentes e menos desenvolvidas de capital social.

Conclui-se que o capital social está presente nas interações sociais e nas redes de relações interpessoais. É um ativo que pertence a uma determinada comunidade. Mesmo o mais qualificado indivíduo ou agente econômico precisa de outros parceiros para realizar e executar projetos, sendo que a confiança, a lealdade e a boa intenção são ativos caros capazes de proporcionar um fluxo de rendas futuras, bem superior àquele proporcionado pela posse de ativos fixos. Nasce então as relações de confiança entre vizinhos econômicos que operam numa mesma área ou num mesmo setor de atividade. Neste sentido, podem-se destacar algumas propriedades do capital social, como:

O capital social tem algumas propriedades que o distinguem dos bens privados, divisíveis e alienáveis tratados pela teoria neoclássica. Uma delas é a sua inalienabilidade. Embora seja um recurso que tenha valor no seu uso, ele não pode ser facilmente trocado. Como um atributo da estrutura social na qual um indivíduo está inserido, o capital social não é propriedade privada de qualquer uma das pessoas que dele se beneficiam. (COLEMAN, 1990, p. 315).

Também, o capital social tem caráter de bem público, pode ser melhor explicado comparando-o com o capital físico. Este último é ordinariamente um bem privado, e os direitos de propriedade possibilitam àquele que nele investe capturar os benefícios que ele proporciona. Desta forma o incentivo para investir em capital físico não é restringido, porque quem nele investe se apropriará de todo o benefício por ele proporcionado. Para o capital

humano, o mesmo acontece; mas para a maioria das formas de capital social isto não ocorre. Por exemplo, as estruturas sociais que tornam possível a emergência das normas e das respectivas sanções ao seu não cumprimento podem por vezes não beneficiar as mesmas pessoas cujos esforços foram necessários para trazer à tona tais normas e sanções. Justamente porque vários dos benefícios decorrentes das ações que fazem emergir o capital social são apropriados por pessoas outras do que aquelas que o fizeram emergir. Muitas vezes não é do interesse destas últimas fazê-lo emergir. O resultado disto é que muitas das formas de capital social são criadas ou destruídas como um subproduto de outras atividades, que não estão diretamente vinculadas à criação e/ou à destruição de capital social: “muito capital social aparece ou desaparece sem ser o produto de nenhum desejo pessoal” (COLEMAN, op. cit., 315).

O capital social é uma destas formas de capital que se depreciam com o tempo. Como o capital humano e o capital físico, o capital social se deprecia se ele não é renovado. Relações sociais morrem se não são mantidas; expectativas e obrigações desaparecem com o tempo; e normas dependem de uma comunicação regular (COLEMAN, op. cit.). Esta característica de perecibilidade do capital social é reforçada por Putnam quando ele afirma que:

Muitas das formas de capital social existentes – confiança, por exemplo – são o que Albert Hirschman denominou ‘recursos morais’, isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados (...) Também outras formas de capital social, como as normas e as cadeias de relações sociais, multiplicam-se com o uso e minguam com o desuso. Por todos esses motivos, cabe esperar que a criação e a dilapidação do capital social se caracterizam por círculos virtuosos e círculos viciosos. (PUTNAM, 1993, p. 179).

O capital social possibilita a àqueles que o possuem, o acesso a mais capital social no futuro, ou seja a acumulação de capital social: “Tal como sucede com o capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a acumular mais” (PUTNAM, op. cit., 179).

Embora estes estudiosos apresentem reflexões significativas para compreender o capital social, adota-se neste estudo a classificação de Putnam (2000), que, baseia-se na posição social dos agentes sociais envolvidos para estabelecer três formas de capital social:

a) *“Bonding social capital”*: envolve os vínculos entre agentes de uma mesma posição. São os grupos homogêneos, voltados “para dentro”, nos quais as identidades dos membros são reforçadas. Putnam (2000, p. 23), define esse comportamento como a “super cola sociológica” que cria um ambiente de lealdade e reciprocidade entre os membros, possibilitando a resolução de problemas de ação coletiva e para o apoio mútuo intragrupo;

b) *“Bridging social capital”*: reporta-se aos laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos. Putnam (op. cit., p. 23), afirma que se trata de um “óleo lubrificante social” – “a sociological WD”, no qual o comportamento de outros agentes e as oportunidades disponíveis fluem por meio do capital social tipo bridging; quando essa modalidade de capital social é abundante, tem-se uma sociedade fluída e integrada na qual membros de diferentes classes sociais confiam uns nos outros e trocam informações;

c) *“Linking social capital”*: Diz respeito às relações entre os grupos sociais e os agentes em postos de decisão em organizações, ou seja, são as ligações verticais. De acordo

com o Wolrd Bank (2000) comunidades onde há fartura desse tipo de capital têm governos permeáveis às demandas oriundas dos estratos inferiores da pirâmide social.

Tedesco (1999, p. 117) corrobora com o pensamento de Coleman ao afirmar que “a co-operação precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de confiança e o crédito futuro”. O hábito da retribuição pela gratidão do benefício recebido se constitui em um capital simbólico. Toma-se como exemplo a seguinte situação: um agricultor que ajuda a outro a ensacar seu milho para armazenar, espera ser retribuído em outro momento; assim como o agricultor que recebeu a ajuda assume o compromisso moral sob pena de ficar hostilizado na comunidade.

Contudo, uma estreita relação ou porque não dizer sobreposição entre capital social e território é fundamental para o desenvolvimento local; no entanto, é preciso considerar a importância de fatores, ambientais e econômicos.

Woolcock (1998) no seu entendimento de capital social incorpora os componentes relativos às relações sociais (territórios) que conformam o processo de desenvolvimento territorial. Entretanto, é importante destacar que o desenvolvimento não depende apenas do tipo e das qualidades das relações sociais e institucionais; dependem também de condicionantes como: riqueza econômica, a situação macroeconômica, a localização geográfica, entre tantos outros fatores.

Ainda de acordo com Woolcock (1998) os motivos que explicam as diferenças de desenvolvimento entre regiões:

Não podem ser explicados nem pelas teorias neo-utilitaristas que dizem que isto é devido simplesmente a que os agentes sociais implicados têm distintas atitudes frente à co-operação, e que o estado é o problema e não a solução, nem pelas explicações culturais das teorias da modernização, nem pelos argumentos das teorias da dependência que enfatizam a importância da exploração centro-periferia. Para compreender estas diferenças se deve incorporar uma análise das relações Estado-sociedade civil dentro dela. A cultura, o poder ou a racionalidade podem jogar importante papel nos processos de desenvolvimento, mas os resultados desses processos se materializam através de relações concretas que é preciso conhecer [...]. É impossível compreender as possibilidades de políticas de desenvolvimento sem conhecer as características das relações sociais existentes tanto em nível micro como macro, nem sem saber como se articulam estes níveis entre si, nem como esse tipo de articulação emergiu historicamente. (WOOLCOCK, 1998, p. 183).

Neste sentido, este objetivo ganha importância para a análise do desenvolvimento de países como o Brasil; principalmente, para entender qual a contribuição das políticas públicas para o fortalecimento ou para a formação de capital social entre os agricultores familiares.

Na acepção de Durston (2003) o capital social pode ser parte do problema e da solução, tendo as políticas públicas um papel regulador nessa equação, porque podem aumentar ou reforçar a desigualdade existente entre grupos que desfrutam de vantagens políticas e econômicas e aqueles pobres em capital social. Isso implica induzir e criar mecanismos que favoreçam a formação de redes e possibilitem gerar o círculo virtuoso da pobreza.

Quanto às aplicações do conceito de capital social, nesta tese adota-se a hipótese do determinismo histórico de Putnam (1993); por entender que é a hipótese que melhor se

aplica aos agricultores familiares¹⁰ de Nossa Senhora da Glória, SE; com isso busca-se esclarecer qual a contribuição do capital social para o fortalecimento do território.

A hipótese do determinismo histórico defendida por Putnam (1993), pretende que o estoque de capital social existente em uma sociedade seja o resultado de um longo processo de acumulação que se auto-reforça a cada fato histórico, político ou social novo. Este processo acaba criando um círculo virtuoso de engajamento cívico, bom desempenho econômico e legitimação das instituições, o que por sua vez reforça ainda mais os sistemas de participação cívica.

Tem-se então uma espécie de subordinação à trajetória, na qual as sociedades que apresentam desde a sua constituição na época moderna sistemas democráticos de representação, fortes vínculos horizontais e modos não-autárquicos de resolução de conflitos formam instituições fortes que se legitimam com o tempo e reforçam os sistemas de participação cívica.

Segundo esta interpretação, o estoque de capital social de uma determinada sociedade seria um legado histórico que dificilmente pode ser construído em períodos curtos de tempo. Disto se depreende que sociedades arcaicas, cujas relações sociais sejam fortemente marcadas pela hierarquia e que utilize modos autárquicos de resolução de conflitos, incentivando o clientelismo e o assistencialismo, não são sociedades capazes de produzir boas instituições nem tampouco de criar hábitos, rotinas e convenções que promovam regras de reciprocidade e confiança generalizada. Tais sociedades possuem um baixo estoque de capital social ou, até mesmo, um estoque de capital social no sentido negativo do conceito, o que promove a apropriação da riqueza social por um grupo fechado que detêm o poder e o comando destas sociedades. Ambas as situações, opostas, são situações de equilíbrio social que perduram e que tendem a auto-reforçar-se com o tempo. Não existem, para esta linha de argumentação, pontos de bifurcação que permitem a passagem de uma trajetória à outra.

Já a hipótese de construtivismo social da autoria de Coleman (1990) admite esta passagem. Uma sociedade pode construir boas instituições a partir do engajamento de sua população em programas de apoio que visem a reformulação destas instituições. Existem pontos de bifurcação, que podem ser originados por fatos históricos, políticos e econômicos, externos ou não ao ambiente sócio-produtivo, que podem significar a passagem de uma trajetória à outra, de um círculo vicioso a outro virtuoso. Apesar de esta transformação exigir uma certa maturação das instituições locais, o que implica a passagem do tempo, o que está em jogo para a tese do construtivismo é que esta passagem não está condicionada a uma dotação prévia de capital social acumulado. Como analisado adiante, pequenas ações de integração social, ações que promovam a sinergia entre o poder público local e a sociedade civil, está representada tanto pelas suas instituições informais como pelas redes de relações existentes em seu território, são capazes de promover a criação de capital social e de legitimar, progressivamente, suas instituições.

Segundo Rocha e Almeida (2005, p. 108), o território é o lugar do vivido a partir do percebido e do concebido, ou, em outras palavras, o lugar é concebido a partir do vivido. Para se entender o território, busca-se analisar a identidade cultural por meio do coletivo de suas festas, seus ritos, seus mitos, suas crenças, no simbólico, enfim, na sua história

¹⁰ Agricultura familiar é definida por Wanderley (1996, p. 02) como: [...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 02).

Para Putnam (1993), em todas as sociedades os dilemas da ação coletiva obstam as tentativas de cooperar em benefício mútuo, seja na política ou na economia. A coerção de um terceiro (o Estado) seria uma solução inadequada para esse problema e a cooperação voluntária depende do capital social acumulado. As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação cívica, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica.

Assim como a inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos. Tal argumentação sugere que deve haver pelo menos dois equilíbrios gerais para os quais todas as sociedades que enfrentam os problemas da ação coletiva tendem a convergir e que, uma vez atingidos, tendem a auto-reforçar-se. (PUTNAM, op. cit.).

Esse autor defende a hipótese de que existem dois equilíbrios sociais que são estáveis e contínuos ao longo do tempo, pois são retroalimentados. Ao mesmo tempo, estas duas trajetórias são opostas e levam as respectivas sociedades a caminhos opostos, como se as suas convenções, rotinas, hábitos e modos de resolução de conflitos fossem estabelecidos de uma só vez. Ainda de acordo com o supracitado autor:

Tanto 'desertar sempre' quanto 'retribuir ajuda' são convenções fortuitas, ou seja, regras que se desenvolveram em certas comunidades e que, tendo-se desenvolvido desta forma, são estáveis, mas poderiam ter-se desenvolvido diferentemente. Em outras palavras, tanto reciprocidade/confiança quanto dependência/exploração podem manter unida a sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional. Uma vez inseridos num desses dois contextos, os atores racionais têm motivos para agir conforme suas regras. A história determina quais desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade. Assim, momentos históricos decisivos podem ter consequências extremamente duradouras [...] Por reagirem racionalmente ao contexto social que lhes foi legado pela história, os indivíduos acabam reforçando as patologias sociais. Teóricos da história econômica apelidaram recentemente esta característica dos sistemas sociais de 'subordinação à trajetória': o lugar a que se pode chegar depende do lugar de onde se veio, e simplesmente é impossível chegar a certos lugares a partir de onde se está. A subordinação à trajetória pode produzir diferenças duradouras entre o desempenho de duas sociedades [...] O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o solo regional é fértil, as regiões sustentam-se das tradições regionais, mas quando o solo é ruim, as novas instituições definham. A comunidade cívica tem profundas raízes históricas. (PUTNAM, 1993, p. 188-192).

Portanto, conclui-se que o capital social é a base sobre a qual se instauram as formas de manifestação da reação autônoma, que por sua vez se expressam por meio da construção de redes solidárias. As formas assumidas pelo capital social em um determinado território é a síntese da reação deste território às forças heterônomas que sobre ele se impõem. A densidade de capital social em um território é medida pela quantidade de redes duráveis e

coesas de relações econômicas, sociais e institucionais entre os atores locais.

As relações entre os atores locais podem ser institucionalizadas por meio das instâncias ou formas intermediárias de coordenação (poder público local, tecido empresarial local e sociedade civil).

Coleman (1990) entende que o capital social está na estrutura de relações pessoais e bilaterais, e considera o estoque de capital social de um agente como o volume de obrigações que ele detém e que se espera sejam cumpridas por outros agentes, com os quais mantém uma relação de confiança. A forma de pagamento destas obrigações são as trocas sociais que se estabelecem entre os agentes e que perpassam a esfera puramente econômica. O terreno fértil para a criação de capital social é o grau de coesão das relações interpessoais e o volume de trocas sociais mantidas pelos agentes, trocas que não são apenas econômicas, mas envolvem todo tipo de “favores prestados” e “obrigações devidas” que, em um momento qualquer no tempo, podem ser convertidas e sancionadas de maneira a gerar um ato econômico ou a favorecer uma apropriação de capital.

2 – IDENTIDADE CULTURAL, TERRITÓRIO E REDES SOLIDÁRIAS

FOTO 2 - Instalação "Moradia sertaneja", por Véio

FONTE: Azevedo, 2015.

"A crise de identidade seria o novo mal do século. Quando hábitos seculares vêm abaixo, quando gêneros de vida desaparecem, quando velhas solidariedades desmoronam, é comum, certamente, que se produza uma crise de identidade". (Lévi-Strauss, 1977, p.10-11).

2 - IDENTIDADE CULTURAL. TERRITÓRIO E REDES SOLIDÁRIAS

2 – IDENTIDADE CULTURAL, TERRITÓRIO E REDES SOLIDÁRIAS

Este capítulo analisa a importância da identidade cultural para o fortalecimento dos territórios, a partir de uma perspectiva de integração entre aspectos econômicos, políticos e culturais que formam os territórios e suas territorialidades. Para isso, parte-se de um embasamento teórico sobre a identidade cultural e território na formação e consolidação da territorialidade.

48

São expostas algumas referências consideradas mais relevantes para a análise do objeto de estudo nas discussões sobre território e sobre a formação de redes solidárias entre agricultores familiares. Na sequência, é exibida a compreensão sobre a ação das redes solidárias em uma perspectiva de integração entre as dimensões econômicas, políticas e culturais.

A IDENTIDADE: O ELO DE LIGAÇÃO ENTRE O SUJEITO E A SOCIEDADE

Para muitos autores, vive-se um momento de crise das identidades. Neste sentido, inicia-se com um diálogo de diferentes pensadores objetivando delinear uma concepção para identidade.

Castells (2001, p. 22) entende por identidade “fonte de significado e experiência de um povo”. E que, dentro da cultura de um povo pode coexistir mais de uma identidade que harmonizam e conflitam entre si; logo, se existe mais de uma identidade devemos tratar mais em significados e experiências de um povo.

Oliveira (2001, p. 139) afirma “que a identidade cultural seria uma espécie de pertencimento”.

Para Saquet (2007), “na geografia, a identidade significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade”. Ainda de acordo com a visão desse autor a identidade tem também um caráter de organização política, podendo significar permanências e/ou mudanças nas relações sociais. Assim, mostra-se como uma estratégia de reprodução social:

[...] ‘constantemente, reconstruída histórica e coletivamente e se territorializa, especialmente, através de ações políticas e culturais’, apresentando especificidade em cada situação local. Dessa forma, “a identidade é territorial e significa além de pertencimento a certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elemento de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade”. (SAQUET, op. cit., 147).

Castells (1999, p. 231), apresenta uma definição de identidade articulada com as re-

lações de poder; quando afirma que a identidade “é o processo de construção do significado com base em um atributo cultural ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”.

Ainda para Castells (2000), é necessário distinguir a identidade e os papéis que se exerce, ou seja, os papéis são estruturados por instituições e organizações da sociedade (ser trabalhador, mãe, político etc). A identidade refere-se a fontes de significados construídas por meio da individualização, constituindo fontes mais importantes do que os papéis sociais, justamente pelo processo da autoconstrução e individualização.

O supracitado autor, afirma que a identidade deve ser compreendida como processo culturalmente construído e repleto de significados. E que há três formas de construção da identidade:

Há três formas de construção da identidade: a identidade legitimadora: construída por instituições dominantes (por exemplo, o nacionalismo), levando a constituição de uma sociedade civil; a identidade de resistência: fundamentadas em posições contrárias estigmatizadas pela classe dominante (como exemplo, os favelados), propiciando a formação de comunas e comunidades; a identidade de projeto: refere-se à ação de atores sociais que buscam uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e a transformação estrutural da sociedade (por exemplo, o feminismo), produz por sua vez, sujeitos, ou seja, atores sociais coletivos que lutam por uma sociedade melhor (CASTELLS, 2000, p. 24-26).

49

Segundo Silva (2000, p. 89), “A identidade é um significado cultural e socialmente atribuído”. A identificação pressupõe uma prévia caracterização que se atribui ao que é semelhante, ao mesmo tempo em que permite distinguir o que é diferente.

De acordo com Almeida (2005) a identidade representa um conjunto de características e circunstâncias que são distintas de um indivíduo para o outro, concebidas por situações que se diriam culturais na medida em que representam momentos e territórios característicos de um grupo social sobre espaços e temporalidades determinadas.

Com base na visão dos autores supracitados constata-se que existe uma interação entre os termos identidade e cultura; neste sentido é possível relacioná-los, partindo-se do princípio de que a cultura consiste na “essência”, na “natureza” de um grupo social, enquanto que a identidade pressupõe uma classificação, um sentimento de pertencimento a um determinado grupo cultural. Contudo, embora exista uma relação entre os termos, estes apresentam distinções conceituais.

Cuche (2002, p. 176) afirma que:

[...] a cultura pode existir sem consciência da identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas. (CUCHE, 2002, p. 176).

Fica, pois, claro que, a identidade é uma função direta da cultura, ou seja, a identidade é uma resultante da cultura; possibilitando exprimir suas características distintivas mais marcantes, atribuindo “valores culturais”. A identidade permite a análise da inclusão ou não de indivíduos em determinados grupos sociais.

Portanto, a identidade cultural é o elemento distintivo entre os grupos sociais, baseando-se nas diferenças. Assim como, a identidade se configura como o resultado da relação entre um grupo social e sua base espacial, por meio de estabelecimento de vínculos.

Cuche (2002) alega que não existe identidade em si, nem para si própria, mas sempre em relação à outra, acompanhando a diferença. Neste sentido, cabe ressaltar que identidade e diferença embora não sejam sinônimos, mantêm uma relação de interdependência.

Na visão de Haesbaert (2007) a relação identidade e diferença é algo que dificilmente se consegue dissociar:

Com relação à identidade e diferença ocorre um cruzamento ainda mais íntimo, pois não há como “identificar-se” algo sem que sua “diferenciação” (em relação ao “outro”) seja construída, a ponto de “diferenciar-se” e “identificar-se” tornarem-se completamente indissociáveis – isto demonstra, de saída o caráter permanente relacional da construção identitária, sempre produzida na relação com aquele que é estabelecido como o seu ‘outro’. (HAESBAERT, 2007, p. 36).

50

Nessa linha de pensamento Hall (2011, p. 87) afirma que a “identidade e diferença são indissociavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, sendo que uma nunca anula completamente a outra”.

Castells (1999) ressalva a existência de identidades múltiplas ao abordar a questão das distintas formas e origens de construção das identidades, visto que as diferenças estão estritamente vinculadas a um dado contexto social.

Neste sentido, destaca-se que as identidades são construídas historicamente, são determinadas pelo contexto social e que, portanto, para Hall devem ser entendidas como processo de identificação:

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobre determinação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” - uma sobre determinação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como toda prática de significação ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção dos “efeitos de fronteira”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo de que é deixado de fora – o exterior que a constitui. (HALL, 2004, p. 106).

Contudo, entende-se que a identidade cultural por estar vinculada a um determinado contexto social sofre alterações, é mutável, possuindo, um caráter dinâmico e multidimensional; e que, portanto, fundamenta-se na diversidade.

Destaca-se ainda, que o processo de identificação é, por natureza, aberto e dinâmico, portanto, pressupõe a todo o momento novas interpretações, significações e resignificações, construídas no tempo histórico e dentro do campo social em que se move e é produzida, operando como uma estratégia discursiva entre indivíduos e grupo. Entende-se, que o processo de identificação está diretamente inserido no jogo e nas disputas do grupo social a qual se identifica. Neste sentido, o seu conteúdo é negociado, se traduz em um arranjo de forças, passível então, de apropriação e de manipulações inerentes às disputas de poder.

Claval (1999) afirma que:

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: quem sou eu? Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo, como lembra Françoise Héritier a respeito dos Samo. Os traços que caracterizam as pessoas são tão numerosos que somente uma parte é retida para definir a identidade. Isto significa que, a partir da mesma situação, outras conceitualizações seriam impossíveis. Mas a identidade, uma vez definida, contribui para fixar a constelação de traços que ela reteve, e subtrai-los dos desgastes do tempo. (CLAVAL, 1999, p. 15).

No entendimento de Almeida (2008, p. 59), “é inevitável à conclusão que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território”. A autora ainda considera, que o conceito de territorialidade engloba o conteúdo simbólico-cultural que une a identidade e o território, podendo mesmo afirmar “que a identidade cultural dá sentido ao território e delinea as territorialidades” (ALMEIDA, 2008, p. 61).

Por fim, ressalta-se que neste estudo adota-se a identidade legitimadora de Castells (2000) por entender que é a que melhor dialoga com a análise da identidade Sertaneja.

TERRITÓRIO: IMPOSTO OU CONSTRUÍDO?

As primeiras concepções sobre o território foram permeadas por um forte viés das concepções biológicas. Nesta altura muito ligada aos estudos sobre o comportamento dos animais – em especial, grandes mamíferos, mas não só eles – que geralmente usam grandes áreas espaciais quase que de forma exclusiva ou em uma porção do espaço exercem fortes mecanismos de controle e demarcação. Já em um segundo momento, o território foi pensado, como o referencial de atuação do Estado-Nação, território-solo e, teve suas raízes mais distantes sedimentadas em concepções da Filosofia das Nações.

No entendimento de Claval (1999, p. 7), “os geógrafos dos anos 60 atribuíam tudo ao espaço, hoje em dia eles falam mais comumente de território”. De acordo com este autor, esta mudança reflete os debates epistemológicos internos da Geografia e é, sobretudo, “testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo”.

Para Saquet e Spósito (2008) a referida mudança teve início a partir da década de 70, do século passado, na Europa, em países como França, Suíça e Itália, quando ganha destaque a discussão sobre território e territorialidade, concretizando o que se convencionou chamar de abordagem territorial. Ainda de acordo com os referidos autores, é neste contexto que se consolidam as concepções renovadas de território e da territorialidade, destacando-se inicialmente as contribuições dos seguintes pensadores em diversas áreas: Gilles Deleuze e Félix Guattari na filosofia e psicanálise; Arnaldo Bagnasco, Donatella Calabi na sociologia; Francesco Indovina na economia; Alberto Magnaghi na arquitetura; Giuseppe Dematteis, Massimo Quaini, Paul Claval, Claude Raffestin e Robert Sack na geografia.

A partir das contribuições destes autores, foram possíveis novas formas de interpretação do real, atribuindo-se a trabalhos posteriores uma forte retomada da utilização do conceito de território. A este propósito Saquet e Spósito (2008) fazem a seguinte leitura:

Há três formas de construção da identidade: a identidade legitimadora: construída por instituições dominantes (por exemplo, o nacionalismo), levando a constituição de uma sociedade civil; a identidade de resistência: fundamentadas em posições contrárias estigmatizadas pela classe dominante (como exemplo, os favelados), propiciando a formação de comunas e comunidades; a identidade de projeto: refere-se à ação de atores sociais que buscam uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e a transformação estrutural da sociedade (por exemplo, o feminismo), produz por sua vez, sujeitos, ou seja, atores sociais coletivos que lutam por uma sociedade melhor (CASTELLS, 2000, p. 24-26).

Com relação a importância que o termo “território” ganhou nos últimos anos na geografia, Almeida (2005) afirma que:

A despeito de não ser um termo próprio do vocabulário dos geógrafos, em poucos anos, território tornou-se uma das palavras-chaves na Geografia. Três ideias habitualmente são utilizadas pelos geógrafos em seus estudos espaciais: o de área dominada pelo controle territorial, o de limites face às fronteiras e àquela da dominação vinculada ao poder do governante. (ALMEIDA, 2005, p. 104).

52

Contudo, sabe-se que as perspectivas teórico-conceituais e analíticas de território possuem muitas faces, e que, portanto, vem sendo discutida, sob diferentes enfoques. A utilização de uma ou outra vertente relaciona-se ao período histórico e/ou à área do conhecimento, ou mesmo, em uma mesma área, nos diferentes enfoques dados pelas diferentes pesquisas, como acontece na própria Geografia.

No entanto, o interesse aqui é delimitar uma compreensão a partir de considerações sobre obras que, para esta tese, entende-se como mais importantes como referência na discussão sobre território. Cabe destacar a importância da concepção de território neste estudo, principalmente sob a ótica da dimensão cultural, com o objetivo de evidenciar o caráter identitário entre agricultores familiares e os espaços por eles ocupados; assim como, é a vertente que melhor dialoga com o determinismo histórico proposto por Putnam (1993) no seu conceito de capital social.

Entre as principais obras sobre território, têm-se como referência as seguintes: Sack (1986), Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Saquet (2008), Almeida (2005, 2008), em várias obras publicadas, como será visto a diante.

Como já foi mencionado, inicia-se a abordagem destas referências por Robert Sack (1986), nos Estados Unidos com a obra “Human Territoriality”. Nesta obra, o autor propõe que o território nasce das estratégias de controle necessárias à vida social. Estas estratégias de controle se projetam em uma área geográfica delimitando-a e afirmando este controle, com o intuito de nela “afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações” (SACK, 1986, p. 6).

Na visão do autor acima mencionado, o território é a área controlada e delimitada por uma autoridade, evidenciando a estreita relação entre a concepção do termo ao exercício do poder. E, a territorialidade, são as estratégias utilizadas para criar e manter este controle.

Entretanto, a principal contribuição da abordagem de Sack (1986) é a compreensão de território e territorialidade aplicável a todas as escalas, desde uma sala de uma casa até a

11 Traduzida para o português em 1993, se constituindo como uma das mais importantes contribuições para a difusão, no Brasil, do conceito de território.

abrangência de atuação do Estado, ou ainda, desde as relações do cotidiano até as organizações mais complexas. Sua abordagem caracteriza-se como relacional, incluindo aspectos sociais como a economia, a política e a cultura no entendimento da constituição do território.

Outra importante concepção é a defendida por Claude Raffestin (1993) na Suíça, com a obra “Por uma Geografia do Poder”¹¹, onde afirma que:

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (op. cit.) compreende o território como o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa, por meio do trabalho e com a ajuda de mediadores ou instrumentos materiais e imateriais) em qualquer nível. Esta ação projeta-se como uma relação no ambiente geral (que envolve o ambiente orgânico e/ou inorgânico [fatores bióticos e abióticos] e o ambiente social [sistemas sociais: economia, política e cultura]). Produz-se, assim o território, assentando-se no que o autor chamou de malhas, nós e redes, e no qual se estabelece uma territorialidade. Esta é entendida como o conjunto de relações que permite satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade, ou ainda, como nas palavras do próprio autor, “as condições de estabelecer relações aleatórias com o ambiente físico e o ambiente social, dando conta dos recursos do sistema” (RAFFESTIN, 2010, p. 15).

O supracitado autor remete a necessidade de compreender o território concomitantemente à paisagem, entendendo-a, “não somente como um instrumento para conhecer a realidade, mas um excelente meio para conhecer o modo de ver/observar a realidade e de usá-la” (RAFFESTIN, op. cit., 16). Isto porque, para ele não existe compreensão dos processos na sua conjuntura sem ajuda de uma imagem, principalmente a partir das novas configurações territoriais materializadas no espaço.

Saquet já afirma:

Nesse sentido, é possível ver o território e representá-lo por meio de imagens que podem ser compreendidas como paisagens [...] É uma forma de se trabalhar, na geografia, a interação terra-território, através da representação e do estudo da vida cotidiana, a qual é possível apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global. (SAQUET, 2007, p. 81).

Desta forma, pode-se afirmar que o território é intrinsecamente relacionado ao contexto histórico; assim como o espaço subjacente a qualquer elemento da realidade. Portanto, ambos os conceitos só podem ser compreendidos quando enfocados na sua relação recíproca com a sociedade e as diferentes relações de produção materializadas historicamente.

Afirma Raffestin que o território como produto do processo de produção em escala diacrônica e em contínua evolução, e a paisagem, ao contrário,

[...] como resultado de um processo de produção mental, que se origina, a partir da observação humana mediatizada por diferentes linguagens: naturais, da pintura, da escultura, lógico-formais e matemáticas. (RAFFESTIN, 2010, p. 17)

A paisagem constitui, assim, no espaço representado, em que se expressa o controle, domínio e imagem do território (SAQUET, 2007). Como não é possível esgotar a riqueza do real, as imagens permitem um conhecimento diferente e diversificado da realidade (RAFFESTIN, 2010).

Na compreensão de território de Raffestin (1993) a relação de poder é muito evidente, podendo o mesmo ser exercido pelas pessoas de forma individual ou em grupo. Já Haesbaert (2006, 2007) faz uma interpretação conceitual de território centrada em fatores de instrumento do poder político e como espaço de identidade cultural.

Para o autor acima, o território tem um caráter de domínio político e uma apropriação simbólico-identitária determinada pelos grupos sociais sobre o espaço de vida. Desta forma resultando uma sobreposição de territórios denominada multiterritorialidade. Ela envolve os territórios-zona, onde há o predomínio da lógica política; os territórios-rede, em que prevalece a lógica econômica; e os aglomerados de exclusão, discutidos pelo autor a partir da desterritorialização. Logo, o território é produto socioespacial de relações concretas e simbólicas articuladas aos interesses políticos e econômicos promovidos por um sistema altamente concentrador.

No entanto, destaca ainda o autor, esta definição de territorialidade torna-se parcialmente obsoleta à medida que há um mediador com fantástica potência de modificar o jogo dos demais mediadores: a moeda. Para o autor, a autonomia individual ou coletiva, buscada por meio da territorialidade, constitui-se cada vez mais em função do rendimento individual e do PIB coletivo em um mundo global. Desta forma, os demais mediadores, materiais e imateriais, são cada vez mais condicionados a este mediador maior já citado, a moeda no sentido material e a iconografia no sentido imaterial.

Para Saquet e Spósito (2008), entre as principais contribuições de Raffestin (1993) estão a ênfase dada às relações de poder e às redes de circulação e comunicação. E, ainda, a importância da natureza como elemento presente no território e a centralidade da territorialidade na vida cotidiana, como âmbito de tomada de decisões e de organização política.

Comparativamente as concepções de territorialidade de Sack (1986) e Raffestin (1993), apresentam diferenças fundamentais e que devem ser observadas. Estas diferenças são apontadas por Governa (2005) e também por Saquet (2006).

Para Governa (2005) a territorialidade de Sack (1986) seria uma territorialidade passiva, enquanto que a de Raffestin (1993) seria uma territorialidade ativa. A diferença fundamental entre as duas é que enquanto a primeira se traduz em ações de exclusão, a segunda se manifesta em ações de inclusão. Ou seja, a territorialidade de Sack (1986) é “a capacidade de separar e excluir, utilizando-se de estratégias de controle, coerção e exercício de poder” (SAQUET & SPÓSITO, 2008, p. 18), enquanto que para Raffestin (1993) a territorialidade é “a capacidade de valorização dos atores e dos recursos de certo lugar, através de ações de co-operação”.

Saquet (2008, p. 48), apresenta uma visão de território a partir da realidade na vivência do grupo de pessoas, que é “substantivado por contradições, movimento, superações,

coexistências [...]” Nesta realidade ou mundo vivido, há articulações territoriais nos níveis horizontal e vertical, e que de acordo com o autor, leva a pensá-la a partir da abordagem territorial. Esta abordagem está centrada na relação espaço-tempo e na reciprocidade que ocorre na relação E-P-C (economia-política-cultura) e/ou na E-P-C-N (economia-política-cultura-natureza), nos quais se dá a apropriação e produção do espaço geográfico e do território.

Nesta óptica, o território tem como elementos centrais as redes/conexões (de circulação e comunicação), relações de poder (as quais se cristalizam no âmbito da E-P-C), identidades locais/enraizamentos, e ainda, dois outros elementos considerados centrais: a natureza exterior ao homem e a contradição. Cabe destacar, que para o autor acima mencionado também fazem parte do território: as “materialidades e imaterialidades, mudanças e permanências, continuidade-descontinuidade, homogeneidade e heterogeneidade, concreto e abstrato, novo-velho-superação, desigualdades e diferenças, diversidade e unidade” (SAQUET 2008, p. 48).

Desse modo, entende que o território é efetivado no e com o espaço geográfico, pelas forças econômicas, políticas e culturais, centradas e emanadas da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/ temporalidades/territorialidades.

Do entendimento do autor supracitado o poder está presente nas ações do Estado, mas também de instituições, empresas, enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando o controle e a dominação sobre os homens e as coisas. Desta forma, entende-se que o território está diretamente atrelado ao exercício de poder (do Estado, das empresas e das demais instituições) e a apropriação do espaço (pelo trabalho, pelas técnicas e pelas tecnologias).

São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas [...] gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas. (SAQUET & ANTONELLO, 2010, p. 407).

Segundo Rocha e Almeida (2005), para compreender o território, é necessário analisar a identidade cultural por meio de suas manifestações coletivas, tais como: festas, seus ritos, seus mitos, suas crenças, no simbólico, enfim, na sua história. Para Almeida (2005, p. 108):

O território responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo. (ALMEIDA, 2005, p. 108).

Pelo entendimento da supracitada autora é evidente uma forte relação entre território e o cotidiano dos agricultores familiares, assim como da importância das dimensões instrumental e cultural, por meio de operações simbólicas. E que, o território atende tanto as necessidades mais concretas da vida social (necessidades econômicas, materiais, sociais e políticas das sociedades) como também, a dimensão simbólica da vida.

Entende Almeida (2008, p. 58) que o território é:

[...] uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural. Nestas condições, compreende-se de que maneira o significado político do território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade e se serve como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução de grupos humanos que o ocupam. (ALMEIDA, 2008, p. 58).

Por sua vez, Haesbaert (2008), afirma que desde a origem, a palavra território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de térreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam aliçados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2008, p. 20).

Assim sendo, para este autor, o território tem sempre a ver com poder, porém, não só o tradicional “poder político”. Diz respeito ao poder na acepção mais concreta e funcional de dominação (político-econômica) e, também, na acepção mais simbólica de apropriação (cultural, do vivido, do pertencimento, do valor de uso) sociedade-espaço.

Desta forma, a perspectiva integradora de Haesbaert (2004) propõe que enquanto articulação entre economia, política e cultura, o território e a territorialização se desdobram em um continuum entre dominação e apropriação do espaço. No primeiro processo predominam as relações políticas e econômicas, objetivas, de posse, propriedade, ligada ao aspecto concreto e funcional, de valor de troca (controle físico, produção, lucro). Enquanto que no segundo, predominam as relações culturais e simbólicas, subjetivas, de identificação, carregadas de marcas do “vivido”, vinculadas ao valor de uso (território como “abrigo”, “lar”, segurança afetiva).

Cabe ainda destacar, que no entendimento do supracitado autor sobre o território, a relação dominação e apropriação deveria ter um equilíbrio, ou no mínimo então, um predomínio da apropriação sobre a dominação. No entanto, a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a dominação superasse quase na totalidade a apropriação, criando obstáculos as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

Haesbaert (2007, p. 23) destaca que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional (processos de dominação) e simbólico (processos de apropriação)”, tendo em vista que nunca se manifestam em estado puro. “Todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Haesbaert (op. cit.) sobre territorialidade concorda com Sack (1986) no que se refere a sua ideia de estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual o mundo é experimentado e dotado de significado pelos diferentes sujeitos. Afirma ainda que, além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade diz respeito também as relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas

dão significado ao lugar.

Neste sentido, os territórios a serem estudados podem ser analisados sob diferentes enfoques, tais como: o espaço apropriado pelos agricultores familiares, às relações de poder e/ou ainda pelas práticas culturais. Entretanto, priorizaremos a dimensão cultural por entendermos que é a que melhor se aplica ao universo da pesquisa e aos objetivos deste estudo.

REDES SOLIDÁRIAS: AS RELAÇÕES SINÉRGICAS ENTRE OS IGUAIS

O termo “redes” comporta em si mesmo uma variedade de sentidos que se movem por eixos diferenciados em busca de definição e compreensão analítica.

Neste estudo adota-se a dimensão cultural do agir coletivo em processos de enredamento social, a qual denominou-se de redes solidárias. E quando se pensa na morfologia das redes solidárias, busca-se evidenciar processos de inter-relacionamento entre as famílias de agricultores de Nossa Senhora da Glória, SE, que se interconectam, estabelecem trocas e criam laços de fortalecimento mútuo e que são potencialmente geradores de novas solidariedades.

Para Santos (1996) o uso equivocado e comum do termo “rede” tem contribuído para a sua imprecisão:

A voga que a palavra e a ideia de rede estão encontrando, tanto nas ciências exatas e sociais, como na vida prática, paga o preço devido à popularidade. A polissemia do vocábulo tudo invade, afrouxa o seu sentido e, pode por isso, prestar-se a imprecisões e ambiguidades, quando o termo é usado para definir situações. (SANTOS, 1996, p. 208)

Para Castells (1999, p. 498), “rede é um conjunto de nós interconectados” que não possui centro uma vez que não funciona por meio da lógica binária de inclusão e exclusão. Dessa forma, se um nó da rede deixa de desempenhar uma função útil este será excluído da rede e a mesma se reorganizará, como células de um corpo biológico. Alguns nós se apresentam com maior importância que outros, mas cada um estabelece relações de interdependência enquanto parte do sistema rede. As possíveis dominações entre os nós não assumiriam o caráter de dominação sistêmica, ou seja, dificilmente se pode dominar toda a rede a partir de um único nó. Esta descrição evidencia a característica de horizontalidade predominante na organização das redes contemporâneas que, dotadas de maior complexidade organizacional, se afastariam das formas piramidais das clássicas organizações surgidas na modernidade.

O autor evidencia também a importância da comunicação para a existência das redes, quando afirma:

[...] redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, op. cit., 499).

Kastrup (2004) entende que a rede é uma figura topológica de geometria variável e que exige certa organicidade para que possa obter êxito. E ainda que a rede:

Não é definida por sua forma, por seus limites extremos, mas por suas conexões, por seus pontos de convergência e de bifurcação. Por isso a rede deve ser entendida com base numa lógica das conexões, e não numa lógica das superfícies [...] [e não] pode ser caracterizada como uma totalidade fechada, dotada de superfície e contorno definido, mas sim como um todo aberto, sempre capaz de crescer através de seus nós, por todos os lados e em todas as direções. (KASTRUP, op. cit., 80).

As redes solidárias são autônomas, apresentam uma arquitetura flexível que não define fronteiras estáveis e não são organizadas tendo em vista a regulação. As relações de tipo rede são um fim em si mesmo, tendo por objetivo uma sociabilidade. Em uma rede solidária, não há regras do jogo conscientemente estabelecidas visando à regulação do conjunto. As relações são informais, não há espaço para a regulação e as suas relações remetem à relações de parentesco, amizade e territorialidade.

De acordo com Scherer-Warren (2006) na formulação de um conceito teórico para rede social pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

58

Portanto, para a supracitada autora rede é entendida como um movimento social, que se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, deste modo, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Scherer-Warren (1996) formula uma análise metodológica para o estudo das redes de movimento:

implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros. (SCHERER-WARREN, op. cit., 10).

A autora ressalta que os estudos que indicam como caminho investigativo a análises de redes nos estudos de ações coletivas, têm apontado para a ideia de que as ações coletivas surgem de redes - que interagem e influenciam-se mutuamente.

Assim, o reconhecimento dessas redes seria um agente facilitador da compreensão dos processos de mobilização, de formação das redes, como também dos "caminhos" percorridos pela informação nesses movimentos. Dessa forma seriam articuladas várias dimensões de análise, de modo complementar, para perpassar os seguintes indicadores: territorialidade e desterritorialização – interação entre os vários espaços comunitários, articulações locais, regionais e nacionais - temporalidades históricas; sociabilidade político-ético-cultural - articulação das redes submersas com as redes ético-políticas. Desse modo, busca-se analisar qual a contribuição das redes sociais formada por agricultores familiares pertencentes a determinados territórios para o desenvolvimento local.

Em geral, as relações solidárias não objetivam exercer qualquer tipo de regulação ou função reguladora. As informações e conhecimentos dificilmente são trocados e geralmente não possuem valor mercantil, ou quando possuem têm um custo de transmissão baixo.

O saber-fazer é repassado facilmente e os conhecimentos mais úteis continuam no domínio do tácito e são transferidos por meio de contatos. As unidades de moradia e produção familiares próximas geograficamente têm mais chances de trocar entre si conhecimentos formais e informais. Neste sentido, respalda-se a importância da proximidade geográfica entre os agricultores familiares e a se considerar o peso das redes de conhecimento. A abordagem meso-econômica necessita levar em consideração essas relações, na medida em que elas participam dos processos de dinâmica econômica (COURLET, 2001, p. 68).

O debate e o entendimento por teóricos da importância do capital cultural como uma das formas de operacionalização por meio da participação das comunidades para o desenvolvimento local não é recente. Embora no Brasil ele tenha emergindo na última década do século XX, em países desenvolvidos e, mais particularmente, na América Latina ele existe desde os anos 1980.

Segundo Milani (2004) a Igreja Católica por meio dos Movimentos e das Comunidades Eclesiais de Base; assim como os agrupamentos políticos de esquerda são os responsáveis pelo o início da prática de métodos participativos na América Latina. Constata-se que é desta mesma forma que ocorre no Brasil, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988 com a institucionalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Entretanto, o que surge como novo, é a importância que tais práticas adquirem na agenda internacional de desenvolvimento. O capital social e a participação deixam de ser temas marginais no campo do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, não mais interessam somente as ciências sociais que tradicionalmente analisaram os fenômenos sociais locais a partir da perspectiva dos grupos sociais e dos indivíduos.

As instituições promotoras do desenvolvimento estão atentas ao papel central que o capital cultural tem no processo de desenvolvimento. Neste sentido, as redes solidárias passaram a receber atenção por parte dos organismos internacionais, tais como: o Banco Mundial, a OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) entre outros organismos.

Para Abramovay (1998, p. 3) “a recente incorporação do termo capital social ao vocabulário das instituições internacionais de desenvolvimento é um sinal dos tempos”. Em contraposição à visão que prevaleceu na década de 1980 - e que de maneira cada vez mais explicitamente crítica com relação ao ideário do Consenso de Washington – o Banco Mundial, a FAO, a CEPAL e a UNCTAD convergem hoje no sentido de colocar em destaque as condições institucionais de que dependem o desenvolvimento.

Na visão de Milani, (2006), o interesse dos organismos internacionais pelo tema pode ser analisado sob quatro aspectos:

O primeiro, estaria relacionado à crise da economia neoclássica na tentativa de explicação do desenvolvimento e seus motores. Os limites da abordagem neoclássica já haviam sido analisados e denunciados dentro e fora da esfera econômica.

Um segundo aspecto é que as Organizações Internacionais se beneficiam do fato de que as ciências sociais se revoltam contra a colonização e o império da disciplina econômica no campo do desenvolvimento: O formalismo matemático e a inventividade estatística são atualmente postos a prova pelas Ciências Sociais.

O individualismo metodológico e a maximização utilitarista são igualmente questionados. É curioso perceber que as principais contribuições produzidas pelas organizações internacionais sobre capital social não provêm da Economia, mas de outras Ciências Sociais – as quais sempre têm, porém, a economia como alter ego, seja no método, seja na defesa da hipótese de que fatores não-econômicos produzem crescimento e reduzem desigualdades.

O terceiro, diz respeito ao ponto de vista político e ideológico, da crise do neoliberalismo e do Consenso de Washington surge a “redescoberta” pelas instituições financeiras internacionais do papel do Estado e da dimensão social do desenvolvimento (o Banco Mundial). No “novo” Post-Washington Consensus, a dimensão social teria mais relevância no desenvolvimento e o Estado teria sua função de regulação mais universalmente reconhecida.

Na opinião de alguns pensadores, a mudança seria mais no âmbito do discurso e das declarações do que das práticas efetivas; ela afetaria muito mais o nível da direção das organizações do que seu quadro de funcionários, que absorveriam tais tentativas de mudança menos rapidamente. De qualquer modo, é importante analisar o quanto a integração do capital social e seus temas correlatos (participação, descentralização, governança local) na estratégia comunicacional das organizações internacionais impacta na transformação qualitativa de seus programas e métodos de trabalho (por exemplo, na definição de prioridades de financiamento ou nos métodos de avaliação e gestão de projetos).

Em quarto lugar, o interesse das organizações internacionais pelo capital social reflete também o relativo êxito, junto aos governos dos países em desenvolvimento, dos programas de construção de indicadores não-econômicos do desenvolvimento (por exemplo, o IDH do PNUD): o reconhecimento da relevância do capital social para o desenvolvimento é seguido da necessidade de medi-lo quantitativa e qualitativamente. Como lembra relatório publicado pela OCDE ao cabo de uma conferência organizada em 2002 sobre indicadores de capital social, o desafio metodológico é gigantesco, tanto na tentativa de medir propriedades de conceitos instáveis e variáveis, para não dizer ambíguos e polissêmicos, tais como comunidade, confiança, rede, organização, quanto na consideração da multidimensionalidade e da variabilidade contextual do capital social. A competição das organizações por indicadores de capital social é acirrada igualmente em função de tendências à redução de orçamentos e da necessidade crescente de justificação e avaliação de todo dólar investido na cooperação internacional.

Quanto à captação de recursos materiais de sustentação às redes solidárias se dá por meio de apoios financeiros de agências não-governamentais nacionais e internacionais e algumas vezes governamentais. Cabe ressaltar, a possibilidade de contribuições individuais de agentes fomentadores da solidariedade.

3 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Foto 3 - Esculturas diversas, por Véio

FONTE: Azevedo, 2014.

3 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

3 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo aborda as políticas públicas agrícolas implementadas no Brasil a partir da década de 1930, destacando a influência destas na organização social dos agricultores familiares. Também, trata como a elaboração das políticas públicas favorece na modernização do setor agrícola, descrevendo as concepções que conduziram o ajuste deste setor aos interesses do Estado.

66 O enfoque será para o espaço social, a organização social. Primeiramente, será discutido o sentido social da comunidade rural, posteriormente a emergência de políticas públicas para a agricultura familiar, também as políticas públicas para agroindustrialização da produção familiar e, finalmente a exigência pelo Estado da organização dos agricultores familiares em associações.

O objetivo é analisar o processo de definição e escolhas das políticas públicas para o desenvolvimento local, pois, a problemática nossa é entender como as políticas públicas têm contribuído para fortalecimento do capital social.

O SENTIDO SOCIAL DA COMUNIDADE RURAL

Entende-se por espaço social, “uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade”. Por causa dessa qualidade, o espaço social é parte do espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. “Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos” (FERNANDES, 2005, p. 274).

Neste sentido, o espaço construído em torno das necessidades comunitárias pode ser interpretado a partir das funções que se articulam diretamente às iniciativas vinculadas às necessidades coletivas. É neste ponto que a comunidade rural pode ser concebida, considerando o exercício diário dos afazeres que compreendem o conjunto das atividades que agrega os indivíduos em torno de um modo ou estilo de vidas.

A produção realizada pela comunidade rural projeta-se a começar pelos laços de solidariedade em que o trabalho coletivo é mais que uma relação de troca vinculada às interpretações capitalistas. Como foi discutido no capítulo 2, a relação pode ser apreendida, também, como uma forma de construir laços de identidade e de representação coletivas em torno de um objetivo comum.

As diversas formas de construir os relacionamentos que tenham significativos impactos sobre a forma social de organização do espaço implica-nos a admitir que as comu-

nidades rurais são uma oportunidade de se entender de que forma o trabalho, a partir de uma relação em que produza o capital social necessário à organização e a condução da vida coletiva, gera dividendos sociais relevantes.

Como enfatiza La Blache (1995), uma organização social implica visualizar como esta organização causa impactos sociais às formas com as quais projetar as atividades econômicas sobre o território. Para o geógrafo francês, quaisquer que sejam as configurações de produção e organização social desta produção elas produzem determinados impactos que forjam uma nova organização que, numa relação territorial, provoca demandas e necessidades coletivas vinculadas às necessidades projetadas sobre os atores sociais que se articulam na elaboração das necessidades deste capital social.

Hartshorne (1996) realizou diversos estudos encomendados pela Organização das Nações Unidas, a fim de que se pudessem produzir diagnósticos necessários aos investimentos em comunidades interioranas de diversos países, principalmente do continente africano. Estas localidades estavam desprovidas de uma infraestrutura necessária à manutenção de uma qualidade de vida fundamentada no acesso aos bens comuns, como água, luz, transportes, escola, saúde, etc. Este autor concluiu que, o ponto de partida a uma organização social consolidada nos laços de solidariedade tem uma lógica em que as necessidades sociais são consideradas como elementos indispensáveis a uma vida social baseada numa relação de vínculos e necessidade humana realizável.

Já Brunhes (1969) pondera que a construção social é, no território posto, como uma demanda, também social, historicamente construída. O bom andamento da vida coletiva, que se acentua na organização e na administração racional do território, interpretado, ocorre como prerrogativa às necessidades de se constituir um poder organizado, articulado com forças produtivas (SANTOS, 1994, 1966).

Ao se referir as mudanças que a globalização traz aos contornos dos espaços, que se mesclam aos poderes constituídos pela pulverização das relações sociais, Bauman (1995) entende que o território capturado é alvo direto das necessidades de um sistema que permanece vigilante às necessidades territoriais de organização do poder – que pode ser exclusivamente um poder social e um capital também social - do território, quase sempre econômicas.

Ressalta-se que sendo esta articulação historicamente construída, as relações sociais estabelecidas, que definem também a posição social, constroem as demandas necessárias ao fortalecimento do território como resultado de um fazer diário e experimental.

Tuan (1983) posiciona-se no sentido de realçar que os fazeres diários de um dado grupo social representam uma conquista coletiva quando todos os elementos presentes na teia social das relações sociais que, por razões diversas, podem ser objetivas e simbólicas, são estabelecidos sobre os princípios das necessidades sociais coletivamente construídas.

Estas necessidades, desigualmente concebidas, são postas como uma necessidade objetiva de todos. De outra forma, na hora de repartir os benefícios apenas uns lucram, entretanto, em caso de prejuízo, este se reflete em todos os membros do território.

Isto quer dizer que a manutenção de uma ordem social, pautada nos princípios das relações de poder, acentua-se sobre as bases territoriais como materialização das relações sociais historicamente produzidas. Como a cultura, para Tylor (1964), é o fazer e o pensar do homem, não há como não compreender o território e o capital social, nele projetado, como

parte indissociável desta premissa.

E neste contexto que as políticas públicas ganham relevância, haja vista que elas representam estratégias de atuação dos territórios.

A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Ao longo de sua história, o Brasil optou por um modelo de desenvolvimento fundamentado na concentração da terra, em que se preservou o latifúndio, e ainda, foi incorporando o modelo do agronegócio (ANDRADE & DI PIERRO, 2004).

Um recorte histórico no início do século mostrará que o Brasil buscou soluções para combater a recessão advinda da crise de 1929. Desde então, houve um desenvolvimento da economia que propiciou a expansão de diversos setores do País, e à medida que a economia crescia, foram desenvolvidos empreendimentos industriais que, por sua vez, fizeram com que uma parcela do homem do campo fosse para a cidade (BERTOLLI FILHO, 2006).

Este processo atraiu um contingente muito grande de pessoas, gerando aglomeração nas grandes cidades, que trouxeram, por sua vez, consequências negativas, tais como: a desorganização urbana e sanitária, o alastramento de problemas sociais e a exclusão social. Nesse cenário, as preocupações sociais se fizeram presentes no espaço cidade, visando à instrução dos trabalhadores que se inseriam no processo produtivo industrial. E, as preocupações foram, também, para as condições existentes no meio rural causadoras do êxodo rural e, medidas para assegurar a fixação do homem rural.

Leite (1999) explica que com a saída do homem do campo para a cidade, a situação do espaço rural continuou inalterada e quase que esquecida pelo Estado. Já na década de 1940 foi criada a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais, cujo objetivo era a implantação de projetos educacionais e o desenvolvimento das comunidades rurais. Com a parceria Brasil-Estados Unidos foram criadas as missões rurais. Nesta mesma linha foram instituídas a Associação de Crédito e Assistência Rural, atual EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Outras campanhas foram sendo criadas nas décadas subsequentes, com a criação de programas regionais de assentamento visando colonizar áreas de fronteira e áreas pouco desenvolvidas. O contexto ditatorial ofereceu um campo fértil para intelectuais, políticos, liberais e estudantes lançarem-se ao campo da atuação das organizações dos agricultores por meio de movimentos ligados à cultura popular. O objetivo deles era promover a participação política das massas populares no processo de consciência da problemática brasileira (SOUZA, 2006).

A consolidação e expansão do bloco socialista começam a representar perigo crescente para os países capitalistas. Desde a II Guerra Mundial, a recém-criada Organização das Nações Unidas – ONU, passa a buscar estratégias capazes de garantir a ordem social e de preservar o mundo livre dos regimes e ideologias consagradas como não-democráticas. Sob o argumento de que:

A pobreza é um entrave para o desenvolvimento de áreas mais pobres e uma ameaça para as áreas mais prósperas, o governo americano inicia a partir de 1945 um extenso programa de assistência técnica aos países mais pobres, principalmente aqueles situados na América Latina. (AMMANN, 1978, p. 30).

O Brasil então importa um pacote tecnológico voltado para a agricultura com o objetivo de promover a expansão da oferta agropecuária, aumento e diversificação das exportações, além de normalizar o abastecimento interno e definir as estratégias e instrumentos de ação, programa denominado Revolução Verde, em meados da década de 1960.

Cabe ressaltar que esse programa foi adotado por outros países do terceiro mundo com a mesma denominação. Segundo Buainain (1997), a modernização da base técnica, o fortalecimento da agroindústria e a expansão das fronteiras agrícolas foram os eixos de ação norteadores da dinamização do setor agropecuário.

Portanto, é nesse contexto que surge a concepção de Desenvolvimento Comunitário no Brasil, cuja implantação recorre-se à criação das associações, que servirão de organismos de intermediação entre as massas subjugadas da sociedade, o Estado, a iniciativa privada e o mercado.

Segundo Lisboa (1999, p. 52), quando da implantação do Desenvolvimento Comunitário no Brasil:

[...] observou-se a sua apreensão pelo capital, sobretudo no meio rural, ficando claro que a concretização da ideia do Desenvolvimento de Comunidade, foi uma combinação de elementos desfavoráveis ao trabalhador rural, associado à disponibilidade de o grande capital se projetar. (LISBOA, 1999, p. 52).

A primeira proposta de Desenvolvimento de Comunidade a ser implantada no Brasil foi criada no ano de 1948 em Minas Gerais, com a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, patrocinada por organizações americanas e que tinha como principal objetivo “a bandeira da educação de adultos desfraldada como grande estratégia para tais propósitos” (MACHADO, 1987).

Na década de 1960, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE foi o órgão responsável pela implantação do primeiro programa de Desenvolvimento Comunitário, nos estados que compõem a região Nordeste, por meio da Divisão de Ação Comunitária. Esses e outros programas criados e implementados pela SUDENE eram financiados, principalmente, pelo capital norte-americano com o intuito de consolidar os ideais do modelo capitalista. De acordo com Melo (2005) a iniciativa foi seguida pelas superintendências de desenvolvimento de outras regiões brasileiras.

A iniciativa de organização de trabalhadores rurais por meio de associações nas décadas de 1960 e 1970 foi bastante tímida. Somente a partir dos anos 1980, com a criação de projetos em vários estados do país, em que se buscou a integração do agricultor familiar ao mercado, exigindo a participação do beneficiário em associações rurais, como condição para que os grupos possam se beneficiar por meio dos projetos a serem implantados. Esta era orientação das principais instituições financiadoras, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial.

A esse respeito comenta Grisa:

Nas décadas de 1960 e 1970, o Estado brasileiro adotou um ‘pacote’ de instrumentos tradicionais de política agrícola (crédito rural, seguro, garantia de preço, assistência técnica e pesquisa) visando modernizar a agricultura, para que esta pudesse cumprir as suas funções no desenvolvimento econômico do país. Na década de 1970 também foi elaborado um conjunto de ‘Programas Especiais’, dentre os quais alguns procuravam

contemplar especificamente a denominada 'pequena produção' ou 'produção de baixa renda'. (GRISA, 2012, p. 20).

Sendo assim, a década de 1970 consagrou-se como o período no qual começa a se intensificar as discussões em torno das políticas agrícolas no Brasil. Surgem, como fruto desse contexto os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI's, consolidados mediante a organização das comunidades e a efetiva fiscalização destas pela SUDENE (LISBOA, 1999).

Grisa (2012) traça uma síntese do que representaram as décadas de 1960 e 1970 para os agricultores familiares. Segundo essa autora, essas décadas de 1960 e 1970 foram um marco da intervenção do Estado brasileiro na agricultura. É importante destacar que isso não significa dizer que nas décadas anteriores o Estado foi totalmente omissos, mas sim que a partir deste momento o país precisou modernizar o setor agrícola e responder as demandas peculiares de grupos de interesses, notadamente aqueles ligados ao cultivo do café e da cana-de-açúcar, como destacam os estudos de Mueller (2010), Coelho (2001) e Delgado (1985).

Neste momento, foram sendo criadas diversas instituições e instrumentos de políticas públicas agrícolas para modernizar e alterar os padrões de produção e administração dos estabelecimentos rurais (GRISA, 2012). São exemplos de instrumentos para a modernização da agricultura brasileira:

A criação do SNCR em 1964; a reformulação da PGPM em 1966; a regulamentação do seguro agrícola em 1966; a constituição da EMBRAPA em 1973 e da EMBRATER em 1974; os incentivos fiscais às exportações; as minidesvalorizações cambiais; os subsídios à aquisição de insumos; a tributação diferenciada; a expansão da fronteira agrícola; e o desenvolvimento de infraestruturas. Dentre esses instrumentos que configuraram a presença de uma política agrícola ativa, o crédito rural assumiu um papel preponderante, considerado o 'carro-chefe' da mudança da matriz tecnológica da agricultura. (GRISA, 2012, p. 90)

Um segundo grande momento para o surgimento de novas instituições rurais no Brasil é a década de 1980. Ela foi marcada pela forte recessão econômica, ocasião em que se observa a impotência do Estado para resolver as desigualdades sociais do campo, mantendo-se o privilégio das políticas agrícolas que atendem aos interesses dos grandes proprietários.

Porém, no início dos anos 1980, surge o Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas no país desde final dos anos de 1970, tendo em vista que a questão agrária no Brasil é estrutural e histórica. Neste sentido, o MST passou a aglutinar a mão-de-obra desempregada do campo, bem como aqueles trabalhadores que de alguma forma perderam as suas terras, tornando-se um dos grandes movimentos sociais dos últimos anos. Ele serve de estímulo à organização dos agricultores como um todo. Mais recentemente agrega trabalhadores pobres da cidade, também estão se organizando, numa tentativa de garantir a sua sobrevivência, a exemplo dos Sem-Teto.

O MST é um movimento de massa, que teve sua fundação em janeiro de 1984. É considerado o primeiro responsável pelo ressurgimento da questão da reforma agrária no

Brasil, a expropriação das grandes áreas nas mãos de multinacionais, o fim de latifúndios improdutivos, com a definição de uma área máxima de hectares para a propriedade rural. É, além de outros aspectos, um movimento político, revolucionário e conscientizador (SOUZA, 2006).

Desde a abertura política do país e da mobilização por eleições diretas, os agricultores familiares passam a se organizar e a reivindicar do Estado mais benefícios por meio das políticas públicas. A concessão de benefícios aos agricultores familiares, de forma atrelada à sua organização, foi a fórmula encontrada pelo Governo Federal, sob orientação dos organismos internacionais (ONU, FAO e UNESCO), para incorporar como sua a proposta da organização dos produtores por meio de entidades representativas.

Na década de 1990, as políticas públicas avançaram consideravelmente em virtude das reivindicações das famílias trabalhadoras no campo na luta pela terra e assentamentos rurais de reforma agrária. Em meados dessa década os “pequenos agricultores”, passaram a ser chamados de “agricultores familiares”, e viraram foco das políticas públicas brasileiras.

Segundo Schneider et al. (2004) nas décadas anteriores não foram elaboradas políticas com alcance nacional para o atendimento específico dos agricultores familiares. Somente com a criação do PRONAF, em 1995 houve um reconhecimento estatal aos agricultores familiares, legitimando a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais na implantação de políticas diferenciadas para atender as demandas e especificidades do meio rural.

Conforme Grisa (2012, p. 20) as ações do Programa concentraram-se em quatro grandes linhas financiamentos:

[...] da produção (crédito de custeio e de investimento para as atividades produtivas rurais); de infraestruturas e de serviços básicos municipais por meio de apoio financeiro aos municípios; capacitação e profissionalização; e da pesquisa e da extensão rural. (GRISA, 2012, p. 20).

Schneider et al. (2004, p.23) analisam o programa como sendo uma estratégia de apoio institucional aos pequenos produtores rurais que visa prover crédito agrícola para que os produtores agrícolas possam desenvolver suas atividades.

Posteriormente ao PRONAF, enfatizam Grisa e Wesz Junior (2010) que o reconhecimento da agricultura familiar pelo poder público trouxe como resultado a elaboração e implantação de outras políticas visando atender essa categoria social, sendo, a maior parte delas, complementares ou tributárias do PRONAF.

Isso pode ser constatado, principalmente, com a criação do Projeto Nordeste, que tinha como objetivo o desenvolvimento econômico e social da região. Apesar de os programas terem sido elaborados dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável, os quais deveriam ser implantados em pequenas localidades de forma integrada, levando-se em consideração a sua sustentabilidade, isso não foi o que se deu na prática (COSTA & RIBEIRO, 1999).

De acordo com Caporal e Costabeber (2000), um modelo de desenvolvimento sustentável, tem que buscar respostas à problematização da relação sociedade e natureza. Ainda de acordo com estes autores, este modelo:

Que sustenta a necessidade de um novo critério de racionalidade que fosse amparado por duas dimensões de solidariedade: a solidariedade diacrônica, com respeito às gerações futuras, mas sem esquecer a solidariedade sincrônica, que deve ser estabelecida entre gerações presentes. Além disso, supõe o pluralismo tecnológico, calcado na importância da utilização das tecnologias tradicionais e modernas de forma adequada, respeitando as condições do ecossistema local e, ao mesmo tempo, estando de acordo com as necessidades e decisões conscientes dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. (CAPORAL & COSTABEBER, 2000, p. 20).

Constata-se que os programas estatais se aproximam mais do modelo proposto pela corrente ecotecnocrática, que vislumbra o crescimento econômico continuado, na tentativa de resolver a questão entre crescimento da produção, sociedade e meio ambiente pela adoção de tecnologias e mecanismos de regulação de mercado. Ressalta-se que a referida corrente não apresenta estratégias alternativas no que se refere à organização do trabalho, assim como as formas de produção. Além disso, o referido modelo não considera os distintos modos de vida das comunidades rurais, as diferentes culturas e o favorecimento a preservação da biodiversidade nos agroecossistemas.

Para Andrade:

A visão que permeia os planos estatais demonstra a não-superação da visão tecnológica que caracterizou a revolução verde. Num contexto marcado pela precariedade do solo, pela insuficiência de água, e pelo exíguo tamanho das propriedades, a saída tem sido sempre a busca de mecanismos que garantam uma maior produtividade no menor espaço de tempo, independentemente dos resultados negativos do ponto de vista ambiental. (ANDRADE, 2004, p. 242).

Na opinião de Costa & Ribeiro (1999) a única linha de ação realmente implantada e que alcançou condições de funcionamento foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP, no período de 1985 a 1995, cujo objetivo geral era “estimular e induzir os pequenos produtores rurais a se organizarem sob a forma associativa, visando aumentar os seus níveis de produção, produtividade e renda”.

Cabe ressaltar, que o aumento de produção, produtividade e renda estava condicionado a adoção de novas tecnologias e ao uso de insumos externos. E segundo Gliessman (2001), a agricultura não pode ser sustentável enquanto permanecer essa dependência de insumos. Primeiro, que os recursos naturais dos quais muitos insumos derivam-se não são renováveis e suas reservas são finitas. E segundo, a dependência de insumos externos deixa produtores, regiões e países inteiros vulneráveis a falta de fornecimento, flutuações de mercado e aumento de preços.

Entretanto, a forte pressão exercida pelos grandes proprietários rurais no início da década de 1990 sobre o Governo Federal, com a intenção de ampliar as concessões e vantagens ao setor agropecuário, fez o Estado ceder às pressões, beneficiando, ainda mais o agronegócio. Diante de uma situação de forte tensão no meio rural provocada pelo descaso do Estado para com os agricultores familiares, o Governo Federal criou a partir de 1994 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2002) até aquele momento não havia recursos específicos para a agricultura familiar e o próprio conceito de agricultura familiar era ainda pouco difundido. Em 1995 o governo lança o Plano Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PLANAF, que veio a funcionar como uma limitada linha de crédito. Entretanto, no ano 1996, este plano transformou-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, legalmente instituído por decreto presidencial em 28 de junho de 1996, que mantém como exigência para implantação das linhas do programa a organização dos agricultores em associações.

Em Sergipe, o PAPP foi o único Programa de Desenvolvimento Regional Integrado – PDRI, efetivamente implantado pelo PRONESE a partir de meados de 1984, ano da criação do órgão. A sua execução se deu em três etapas, sempre privilegiando a formação das associações rurais (PRONESE, 1994).

Para Kolming (1997),

O Projeto Nordeste em Sergipe, desde o final dos anos 1980 tem revertido a sua política através do estímulo de financiamentos não-reembolsáveis, investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais, apostando nas associações, como forma de fortalecimento do processo de organização e participação do processo. (KOLMING, 1997).

A Constituição Federal de 1988 sugeriu a criação de Conselhos especiais como forma de garantir o desenvolvimento social, com o objetivo de descentralizar e fortalecer o poder local; e define como mecanismos para o controle social os Conselhos e as Associações. Para Andrade (2004, p. 240) esse redirecionamento se deu em virtude do “esgotamento do padrão centralizado de formulação de políticas, característico do estado brasileiro que provocou a transferência da competência de planejamento das ações governamentais para o nível mais descentralizado de governo: o município”.

O PAPP foi reavaliado no início da década de 1990 pelo Banco Mundial e pelo Governo Federal, que concluíram que apesar de algumas experiências bem sucedidas (em diferentes estados da federação e atividades do projeto), o Programa como um todo não estava alcançando os seus objetivos de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e diminuir a pobreza rural no Nordeste.

Não por acaso, em 1995, o PAPP passou a chamado de Programas de Combate à Pobreza Rural – PCPR, os quais continuam vigentes atualmente. A partir de então, em Sergipe o programa foi denominado de Sergipe Integrado.

Na visão de Delgado (1989, p. 115) das ações de política agrícola contempladas no PAPP, a Compra Antecipada de Produção – CAP foi a única operação “razoavelmente bem sucedida”, os demais instrumentos (geração e difusão de tecnologias, assistência técnica e crédito rural) apresentaram dificuldades de contemplar as particularidades dos pequenos produtores e/ou os recursos foram utilizados para sustentação das instituições que implementaram os instrumentos.

Soares (1996) afirma que parte importante dos recursos do PAPP foram gastos com atividades-meio, com a administração do Programa e a sustentação das instituições de assistência técnica e de pesquisa agropecuária, as quais pouco repercutiram em benefícios diretos às famílias pobres do meio rural.

O referencial do PAPP foi reformulado em 1993 e o Apoio a Pequenas Comunidades Rurais – APCR tornou-se o instrumento central do Programa. Nestas reformulações observadas, no período de 1993 a 1995, enquanto o Governo Federal e a SUDENE diminuíram suas intervenções no Programa, os estados e as comunidades rurais assumiram maior participa-

ção, respectivamente, como mutuários dos empréstimos do Banco Mundial e agentes da implantação dos projetos, cabendo ainda a ambos a realização de contra partidas, como recursos financeiros ou materiais e as comunidades com o trabalho.

Para Zyl et al., (1995) estas mudanças tiveram como cenário as “falhas” apresentadas pelo PAPP e que decorriam por conta da sua elevada centralização pelo Governo Federal, o que, por conseguinte, conferia complexa dinâmica institucional ao Programa, como: dispersão dos seus objetivos em outras ações, apropriações dos recursos para as atividades-meio ou outros usos, ausência de participação do público beneficiário e desconsideração de suas prioridades.

O Diagnóstico apresentado pelo Banco Mundial era de que “a administração e o planejamento de cima para baixo para os pequenos agricultores reforçam relações econômicas paternalistas e desencorajam a organização comunitária e a construção de capacidades ao nível local.” (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 259).

Contudo, embora o PAPP tenha apresentado resultados positivos em termos de investimentos em infraestrutura comunitária e melhorias na qualidade de vida da população rural, estas medidas não foram suficientes para que os pequenos agricultores transformassem efetivamente suas condições de reprodução social.

Evidencia-se, portanto, que o PAPP foi um referencial de política pública para a agricultura familiar centrado em medidas paliativas de alívio a pobreza que não reconheceu a importância econômica desta categoria de agricultores para o país.

PNAE: SEGURANÇA ALIMENTAR E POSSIBILIDADE DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é o mais antigo programa social do Governo Federal. Sua implantação se deu em 1954, com o estabelecimento da Campanha da Merenda Escolar (CME). O programa visava atender algumas escolas públicas de estados do Nordeste; entretanto com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o PNAE se configurou como um programa de abrangência nacional e reconhecido como um direito constitucional.

Desde a regulamentação do PNAE como política pública, este programa vem sofrendo alterações no seu marco legal, com destaque para as realizadas em 2009, com a criação da Lei Federal nº 11.947 e da Resolução/CD/FNDE nº 38.

O artigo 14 da Lei 11.947/2009 regulamenta o percentual de recursos financeiros repassados ao PNAE, a serem empregados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com o supracitado artigo, os grupos de fornecedores do PNAE são formados pelos seguintes perfis de agricultores familiares: assentados de reforma agrária,

comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e agricultores agroecologistas. Sendo que este último perfil de agricultores está evidenciado no artigo 20 da Resolução/CD/FNDE Nº 38, o qual apresenta a prioridade da compra de gêneros alimentícios orgânicos e/ou agroecológicos produzidos pela agricultura familiar, conforme apresentado abaixo:

Art. 20. Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009).

A reestruturação do programa possibilitou inovações, principalmente, no processo de aquisição de alimentos, ressaltando a integração entre a alimentação saudável e o respeito aos hábitos alimentares locais, estimulando para tanto, o investimento obrigatório mínimo de 30% dos recursos financeiros destinados ao PNAE, na aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares.

O PNAE tem como objetivo suprir no mínimo 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das redes públicas de ensino, contribuir para a redução da evasão escolar e favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes do país. Insere-se pois, no espírito de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para Belik (2009) o PNAE é o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, atendendo aproximadamente 50 milhões de estudantes em todo Brasil. No entanto, muitos municípios do país têm encontrado dificuldades para compreender a interseccionalidade deste programa, a qual perpassa pelo fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos escolares; pela soberania dos agricultores familiares e pelo desenvolvimento local.

Outro aspecto relevante do programa é a possibilidade de participação da agricultura familiar, organizada em grupos formais (cooperativas e associações) ou não formais (apoiada por entidades não remuneradas e sem responsabilidade formal) nos canais de comercialização institucional.

Isso significa que o PNAE valoriza a realidade local, fortalecendo o capital social, por meio da interação de grupos locais com as instituições envolvidas no programa. Assim como, fortalece o capital cultural dos territórios respeitando os hábitos alimentares do público-alvo beneficiado pelo programa.

Contudo, um longo caminho precisa ser percorrido para que esta política pública seja devidamente empregada como uma eficaz ferramenta para o fortalecimento da agricultura familiar do Território.

PAA: O ARREIMATE ENTRE O PRONAF E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, foi instituído por meio da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 7 de maio de 2008, como resultado de uma ampla discussão nas décadas de 1980 e 1990, sobre a importância da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

É importante ressaltar, que uma das principais contribuições do enfoque da segurança alimentar e nutricional na formulação recente de programas governamentais no Brasil foi à criação do Programa Fome Zero, em janeiro de 2003, e a elaboração de um Plano de Safra

da Agricultura Familiar também no ano de 2003, que impulsionado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), se diferenciou da elaboração dos planos de safra convencionais, voltados essencialmente para o agronegócio.

A implantação do PAA contribuiu sensivelmente para o reconhecimento da agricultura familiar, como importante categoria de agricultores, segmento este que já vinha ganhando expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf em 1996. Mas o Pronaf continuava sofrendo os efeitos do modelo de matriz tecnológica proposto para a agricultura brasileira nas décadas de 1960/1970 e, de modo mais longínquo, as consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil.

O PAA incentiva a diversificação das atividades na agricultura familiar, contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive aqueles oriundos da agrobiodiversidade brasileira (MDS, 2008). São contemplados pelo Programa os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas. Além disso, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Este apoio se dá por meio da distribuição de alimentos adquiridos dos agricultores familiares, com quantidade, qualidade e regularidade, atestados pelos órgãos de inspeção federal, estadual ou municipal quando se tratar de produtos de origem animal e repassados a grupo em estado de vulnerabilidade.

O objetivo do PAA é:

[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2010).

O Programa envolve a articulação de vários ministérios, entidades governamentais, governos estadual e municipal bem como a sociedade civil organizada. É dirigido por um comitê gestor integrado pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Desenvolvimento Agrário (MDA); Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Fazenda; Planejamento; Orçamento e Gestão. Seus recursos têm origem no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, coordenados e disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A operacionalização deste instrumento se dá pelo estabelecimento da relação entre o agricultor familiar e o público beneficiário, num processo de “doação simultânea”. Ou seja, um grupo formal de agricultores familiares (por meio de associações e/ou cooperativas) estabelece um acordo de fornecimento de alimentos para um ou mais grupos de consumidores, por meio de uma das modalidades do programa, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Linhas de ações do Programa de Aquisição de Alimentos

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
CPR – Doação	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, asilos, hospitais públicos etc., e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares etc., resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho/renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais, ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela CONAB com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00.
CPR – Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
IPCL PAA Leite	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.

Fonte: Brasil (2010).

Ressalta-se que os grupos contemplados são formados por populações em situação de risco alimentar, hospitais, entidades beneficentes e ainda para a merenda escolar na rede pública de ensino.

De acordo com relatos dos agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória/ SE, o programa tem contribuído para o aumento da produtividade, na redução de custos e na melhoria da qualidade do leite. No entanto, também identificaram como obstáculo a baixa adesão de agricultores familiares não participantes.

Grisa (2010), entende que as modalidades do PAA “Compra para Doação Simultânea” e “Compra Direta Local da Agricultura Familiar”, têm estimulado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares. E, elas conseqüentemente, se expressam, também, na matriz de consumo destas famílias e das pessoas/famílias beneficiadas com os alimentos.

Já a incumbência de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, ficou a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. A Conab atua em todo o território nacional por meio das suas Superintendências Regionais.

De acordo com Grisa:

O PAA apresenta também, alguns limites, sendo os principais, a falta de divulgação e o desconhecimento dos seus objetivos e forma de funcionamento pelos beneficiários; o atraso na liberação dos recursos; dificuldades com o transporte; a falta de assistência técnica e problemas na obtenção da DAP. O programa carece, também, de avançar em termos do marco legal e de sua institucionalidade, de modo a conferir-lhe todos os atributos de uma política

pública no tocante, entre outros, às ações dos vários setores envolvidos e ao montante e regularidade na liberação de recursos. (GRISA, 2010, p. 20)

78

Contudo, apesar das fragilidades observadas pelos autores supracitados, é inegável as contribuições do Programa para o agricultor familiar, oportunizando a comercialização da produção, por meio das compras governamentais, com contratos que são elaborados com base na realidade local, minimizando assim muitas vezes, as perdas por falta de canais de comercialização.

O Programa também garante a segurança alimentar e nutricional da população com a doação dos produtos da agricultura familiar às entidades públicas locais de assistência social, como creches, escolas, asilos, igrejas, associações comunitárias.

Cabe ressaltar que do ponto vista cultural os programas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar têm respeitado os hábitos alimentares das comunidades ou grupos atendidos.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR

Paralelamente a discussão da necessidade de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, no Brasil, a partir da década de 1990, surge também o debate sobre a importância do fortalecimento das agroindústrias para a formação da renda da agricultura familiar. A referida discussão não ficou restrita apenas ao meio acadêmico, incluindo também o meio político, uma vez que os programas estatais passaram a discutir a contribuição destas agroindústrias na promoção do desenvolvimento rural.

Entende Wesz Junior (2009) que um dos principais critérios que define esse tipo de empreendimento é do tipo familiar é a comercialização de parte ou da totalidade da produção processada. Ou seja, ele exige-se que os laços de consumo superem o ambiente estritamente familiar para que sejam estabelecidas relações mercantis que possibilitem a geração de valor de troca e não somente valor de uso.

Essa situação ganha veemência no momento de distinguir e estratificar os diferentes tipos de agroindústrias, pois os critérios que delimitam essa atividade ainda são genéricos e pouco precisos quanto se é necessário que a sua localização esteja no meio rural, à utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, a procedência própria da matéria-prima ou dos vizinhos e o comparecimento de processos artesanais vinculados, geralmente, à tradição local (MIOR, 2005).

Na visão de Prezotto (2002), para que esses empreendimentos sejam considerados do tipo familiar, deverão apresentar o seguinte conjunto de características: possuir a posse dos bens de produção. Nesse a gestão do estabelecimento é exercida pelos próprios agricultores familiares; a mão-de-obra é praticada pelo grupo doméstico (ocorrendo em alguns casos à contratação esporádica de empregados externos) e; a competitividade das unidades não está no ganho em escala, mas na diferenciação dos produtos e na redução dos seus custos (seja pela verticalização de todo processo produtivo, seja pela proximidade com o mercado consumidor).

Dentre as vantagens que justificam uma ênfase maior para agroindustrialização da produção familiar, a literatura a exemplo de Vieira (1998), Schmidt e Turnes (2002) e Prezotto (2002) destaca: o aumento da renda dos agricultores pela agregação de valor aos produtos agropecuários; em geral, estão situadas na propriedade agrícola; geram postos de trabalho no meio rural; abastecem mercados locais próximos; elevam a arrecadação municipal de impostos; contribuem para a dinamização das economias locais e a permanência das pessoas nesse espaço com qualidade de vida (esse aspecto assume particular importância em comunidades que precisam ser revitalizadas econômica e socialmente); reduzem custos de transportes pela proximidade das matérias-primas às agroindústrias; envolvem número expressivo de agricultores familiares; produzem em pequena escala e de forma descentralizada, evitando a concentração da produção e de resíduos poluidores; valorizam a riqueza cultural das experiências de agroindustrialização; os produtos são de qualidade; a boa aceitação dos produtos da agroindústria familiar pelos consumidores.

Quanto a dificuldades enfrentadas por este tipo de empreendimento, a mesma literatura faz menção aos seguintes aspectos: - do ponto de vista da legalidade, restrições desdobram-se nos campos tributário, fiscal, sanitário, ambiental e previdenciário, na produção queijeira de Nossa Senhora da Glória, SE, destaca-se as dimensões ambiental e sanitária, tendo em vista, o não atendimento às normas vigentes; - crédito, dificuldades de acesso, volume limitado e custos dos recursos; - assistência técnica, poucos profissionais qualificados nessa área; - problemas diversos que interferem na produtividade e na qualidade da produção, relacionados a inadequação das agroindústrias ao sistema legal em vigor, qualidade da matéria-prima, dimensionamento e desenvolvimento de equipamentos e instalações adaptados às condições locais e aos volumes de produção, racionalização dos processos produtivos, higiene e profissionalização das pessoas envolvidas, uniformidade dos produtos, gestão dos empreendimentos, pouca atenção para aspectos de mercado e divulgação.

Neste sentido, a agroindustrialização da produção de escala familiar ganha destaque por se constituir uma estratégia produtiva e de renda para os agricultores familiares, por meio da possibilidade de agregação de valor aos seus produtos. Assim como, de natureza social, ambiental e cultural por promover aspectos de inclusão produtiva e na geração de um conjunto de externalidades positivas tanto para as famílias envolvidas como para a co-

12 Pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos, que tem como finalidade apresentar e defender os interesses dos associados.

munidade local.

Entretanto, para estas iniciativas se consolidem, torna-se necessário que alguns aspectos sejam ajustados e as dificuldades sejam superadas. Neste sentido, uns programas, ainda que de forma tímida, tem se apresentado no sentido contribuir para o fortalecimento destas agroindústrias da produção familiar.

Os programas estatais têm orientado para a consolidação de base organizacional multifamiliar - uma economia de aglomeração - como forma de viabilizar infraestrutura e serviços de assessoria gerencial e comercial do ambiente produtivo, resultante da estruturação de uma nova agroindústria, onde um exemplo bastante ilustrativo é o desenho da proposta do PRONAF Agroindústria de 1998.

Essa base organizacional estabelecida como ponto de partida pode ainda ser desdobrada em pelo menos duas perspectivas distintas na comercialização dos produtos. A primeira, preconizando o incentivo de economias de escala agrícola para enfrentar o padrão de custos das cadeias em que os agricultores familiares estariam se inserindo por meio da agroindustrialização e como forma de viabilizar o “[...] acesso desta produção tanto para o mercado nacional quanto internacional”, competindo diretamente com grandes agroindústrias, conforme afirmam Schenkel, Moura e Andreatta (2004, p. 8).

A segunda perspectiva apresentada pelo Programa vai, ao sentido contrário à proposta anterior, a produção objetivando o abastecimento de mercados locais e regionais. Segundo Wilkinson (2003), a baixa densidade de consumo desestimula as redes modernas de distribuição. Neste caso, o foco nas estratégias de aglomeração justifica-se como forma de viabilizar certas demandas de serviços (formação, assessoria técnica, pesquisas de mercado, etc.). Elas são inviáveis, sob a perspectiva isolada das agroindústrias, promovendo o ajuste do tamanho das iniciativas às dimensões do mercado e às capacidades de mobilização da matéria-prima.

Diante da contribuição desse conjunto de fatores para a implementação de uma linha de crédito voltada às agroindústrias familiares, duas modalidades foram criadas na esfera federal: o Pronaf-Agroindústria e o Pronaf-Agregar. Primeiramente surgiu em 1998 o Pronaf-Agroindústria: Integração, Agroindustrialização e Comercialização da Produção da Agricultura Familiar, onde uma das estratégias de intervenção desse programa estava voltada a uma linha de crédito para investimento. Já Pronaf-Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf-Agregar) foi criado no primeiro semestre de 1999 pelo Banco do Brasil, como uma cópia do Pronaf-Agroindústria.

Assim, existiam duas linhas de crédito para uma mesma atividade, onde a diferença maior, e que estimulou na consolidação do Pronaf-Agregar, foi a possibilidade de realizar financiamentos individuais, enquanto que no Pronaf-Agroindústria só era possível os projetos que estivessem estruturados em redes. Embora com uma proposta enxuta, o Pronaf-Agroindústria não vingou e acabou sem apoiar nenhum empreendimento diante de uma série de mudanças em sua estrutura, incluindo a sua migração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999. Além disso, houve “uma clara demonstração de falta de interesse dos agentes financeiros em implementar o Pronaf-Agroindústria” (MIOR, 2005, p. 167).

O Pronaf-Agregar tinha uma relação mais próxima com o Banco do Brasil, além de ser mais flexível e aceitar os projetos que eram individuais. Entretanto, até os financiamentos

que estavam estruturados no formato de redes acabaram tendo que acessar o Pronaf-Agregar, como foi o caso de dois projetos em Santa Catarina (SCHMIDT, 2000).

Desde 1999 até o final de 2002 a linha que aplicou recursos para as agroindústrias familiares foi o Pronaf-Agregar, enquanto que o crédito via Pronaf-Agroindústria não chegou a ser operacionalizado. Em 2003, com a nova gestão do governo federal, o Pronaf-Agregar é mantido, mas é renomeado, passando a se chamado de Pronaf-Agroindústria. Embora essa linha tenha uma perspectiva de rede como a primeira, com ela é possível o financiamento de projetos individuais. Isso mostra o reconhecimento dos formuladores dessas políticas públicas de que a opção por agroindústrias familiares coletivas é importante. Mas, ainda é utópica quando direcionada nacional e quando pensada para todos os agricultores familiares, uma vez que essa orientação se tornaria excludente e limitaria o público beneficiado, como argumentou Raupp (2005).

A partir de 2003, o Pronaf-Agroindústria passa, então, a compor o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, deixando de ser uma estratégia isolada. Ele compõe um conjunto de iniciativas de fundamental importância para a viabilização das agroindústrias no meio rural. Além dos financiamentos, foi articulada uma série de medidas no que se refere às legislações, capacitação, adaptação de tecnologias e acesso aos mercados.

Constata-se, que apesar da existência do Pronaf-Agroindústria, a procura pelas linhas de crédito, comparativamente ao volume de recursos emprestados pelo Pronaf, foi baixa, principalmente pelos agricultores familiares que compõem os grupos do Pronaf (B e C) e em alguns estratos sociais (assentamentos rurais). No entanto, de acordo com a literatura (RAUPP, 2005; GUIMARÃES & SILVEIRA, 2007) há um “privilégio” dos financiamentos para alguns grupos de agricultores.

Para os supracitados autores, que abordaram especificamente o Programa de Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul (PAF/RS), a política atingiu especialmente as agroindústrias com trajetória de vários anos e os agricultores com um certo grau de capitalização, infraestrutura. Além disso, eram agricultores com boa clareza de suas demandas e dos canais de encaminhamento dos projetos do programa (já haviam acessado anteriormente crédito rural, possuíam assistência técnica, participavam de sindicatos, cooperativas e associações, etc.).

Segundo Wesz Júnior (2010) entre os anos 2003 e 2006 o crédito rural direcionado às agroindústrias familiares obteve importantes resultados, apontando para um aumento no número de financiamentos para essa atividade. Destaca-se a presença de empreendimentos viabilizados por investimentos próximos dos R\$ 30 mil reais por unidade, onde a gestão é efetivada por um grupo de seis a oito famílias de agricultores, em média.

O Pronaf-Agroindústria direcionou seu foco, até 2006, para as iniciativas formadas predominantemente por pequenos empreendimentos rurais, mantidos por grupos de agricultores familiares e com baixas despesas com os financiamentos. Entretanto, conclui-se que a partir das mudanças no Pronaf-Agroindústria em 2008/09, com a inclusão do Programa Mais Alimentos, que se promove uma reorientação nos rumos tomados por essa linha de crédito, baseando-se nas condições de financiamento.

A EMERGÊNCIA DOS SUBALTERNOS VIA ASSOCIAÇÕES

O PAPP procurava estimular, por meio de financiamentos não reembolsáveis, investimentos e empreendimentos identificados, selecionados, solicitados, planejados, executados, fiscalizados e controlados pelas comunidades rurais, estabelecendo, porém, como requisito a organização dos agricultores familiares (potencialmente beneficiários) em associações (PRONESE, 1988).

Costa e Ribeiro (1999) entendem que o programa pouco representou em avanço na política participativa. Além de ter contribuído para o esvaziamento dos sindicatos rurais e conseqüentemente pela desmobilização dos agricultores familiares. Sales e Costa (1993) afirmam em suas análises que se sobressaem nos programas governamentais desse período a “cultura da dádiva” em que benefícios são repassados à população como concessão e não como direito.

Vale ressaltar, que competia às Associações Comunitárias¹²:

- a) Representar os seus associados junto ao Estado e aos Conselhos Municipais e firmar convênios que sejam requeridos;
- b) Elaborar propostas de subprojetos, podendo contratar terceiros para sua elaboração;
- c) Identificar os investimentos, levando-se em consideração a decisão da comunidade;
- d) Executar os empreendimentos;
- e) Operar e manter os empreendimentos, responsabilizando-se pelas coletas das taxas de uso;
- f) Gerir os empreendimentos com diligência;
- g) Prestar contas de todos os recursos recebidos e aplicados.

Ao apoiar projetos de modernização da agricultura, o Estado acaba criando também as condições necessárias à manipulação dos agricultores familiares, reforçando os laços clientelistas existentes entre o poder local e as associações (COSTA & RIBEIRO, 1999).

A implantação de políticas de desenvolvimento local vinculada às associações rurais nas décadas 1980 e 1990 se deu em um volume consideráveis. Além do PRONESE, que foi criado com este fim específico, instituições como o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco do Brasil - BB e a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR do Departamento de Cooperativismo e Associativismo também passaram a estimular a organização dos agricultores familiares por meio das associações rurais.

A proliferação dessas organizações nesse período estava relacionada às diferentes etapas de consecução de programas como o Fundo de Desenvolvimento Comunitário - FUNDEC e o PAPP. Esses programas se desenvolveram por meio de outros programas como o PAC, o FUMAC e o Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC – P).

Para Lisboa (1999, p. 39), a especialização cada vez maior das associações como principal forma de organização dos agricultores familiares, está relacionada aos seguintes elementos: descrédito do sistema cooperativo em decorrência de fatores de diversas ordens: “a ausência de uma política agrícola consistente, problemas de instabilidade econômica e a redução da atuação do estado na economia”; e ao fortalecimento político do empresariado e a fragilização do cooperativismo, assim como o sindicalismo e vinculação das políticas públicas para o desenvolvimento do setor agropecuário a processos organizativos das comunidades rurais.

Outro aspecto que contribuiu bastante para o crescimento do número de associações rurais foi à flexibilidade na legislação para a constituição destas, devido às facilidades, como por exemplo, pequeno número de sócios e não incidência de impostos, como: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, entre outros.

As políticas implantadas para os pequenos produtores familiares levam a necessidade de uma compreensão de que as associações de agricultores constituídas, principalmente, desde meados da década de 1980, estão relacionadas à exigência do Governo para a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Logo, a constituição de uma associação pode ser pela necessidade de organização dos agricultores para o enfrentamento de problemas que dificilmente conseguiriam resolver de forma individual, pela exigência para a implantação de políticas públicas nas comunidades e pelo regime político adotado, entre outras.

As ações de apoio e estímulo à organização dos agricultores familiares tornaram-se mais efetivas e consistentes depois que:

Os órgãos que atuam junto a essa população reconheceram o agricultor como referencial central nos estudos sobre a agricultura, isto é, quando reconheceram que a agricultura em si mesma não é o centro, mas o resultado das relações sociais efetuadas em uma dada situação, na qual os homens entram em relação uns com os outros com o objetivo de fazer a terra produzir, fenômeno de comunicação em que os atores precisam relacionar-se para alcançar os resultados que desejam, não apenas entre si, mas com o ambiente que os rodeia. (SPERRY & MERCOIRET, 2003, p. 69).

Entretanto, quanto à forma, as organizações têm-se orientado por uma das seguintes linhas: - mobilização de uma categoria e posterior legalização; ou, - criação da pessoa jurídica e posterior mobilização.

A primeira, por meio da mobilização de uma categoria, uma comunidade, ou um grupo no qual se discute primeiro a importância da criação da associação e os seus objetivos para posterior legalização jurídica da entidade. A segunda, por meio da qual primeiro cria-se a pessoa jurídica da organização, uma vez que a legislação permite que um pequeno número de pessoas constitua uma associação e depois se amplia o quadro de associados com as ações propostas pelo estatuto.

No entanto, a definição de qual linha será adotada pelos grupos de agricultores familiares interessados em constituir uma associação dependerá do nível de politização dos envolvidos ou de suas necessidades imediatas. Entretanto, é possível que uma organização que tenha adotado a segunda linha para sua constituição possa, no decorrer de sua existência, vir a adotar uma postura ideológica, e neste caso há uma contribuição do modelo para uma conscientização das pessoas envolvidas.

Segundo Berthome e Mercoiret (1999), quando as organizações de agricultores se tornam independentes, ou são criadas pelos próprios agricultores transformam-se em instrumento a ser utilizado pela sociedade local para atuar sobre o meio externo assim como para aumentar sua capacidade de negociação com os atores externos (indivíduos e grupos com os quais se relacionam).

Sendo assim, as associações de agricultores familiares passaram a adotar na sua es-

truturação dois vieses de associativismo, levando-se em conta os objetivos pretendidos pelo grupo. O primeiro tipo é denominado associativismo imposto. Ele vem de fora para dentro, geralmente por imposição de entidades financeiras para concessão de empréstimos bancários e por órgãos do governo, sejam eles da esfera municipal, estadual ou federal, aos grupos a serem beneficiados como condição à implantação de políticas públicas. Carvalho (1998) define esse tipo de prática de “constrangimento”, como sendo aquela resultante de uma dinâmica associativista em que as pessoas diretamente interessadas encontram-se em situação econômica, política e ideológica de subalternidade. Elas não têm possibilidades conjunturais de negarem sua presença (participação) em reuniões convocadas por terceiros ou de negarem as induções para associarem-se (organização).

Para Ribeiro (1992), este tipo de associativismo é praticado por associações criadas geralmente com o apoio de órgãos do governo ou de apoio internacional. São aquelas organizações que se reúnem apenas quando existem recursos de algum projeto a ser distribuído, as quais se denominam de associações fantasmas, pois possuem registro formal, mas sem nenhuma participação de fato.

84 O segundo tipo denominado associativismo ideológico, praticado por pessoas que convergem com uma mesma ideologia política, comum, por exemplo, nos assentamentos do MST. Carvalho (1998) define este tipo de associativismo como “consensualismo”, que prima pelo uso de ações conscientes dos membros de uma associação; neste tipo as pessoas diretamente envolvidas colocam-se como sujeitos de suas ações com vistas a transformar o mundo que vivenciam, tanto perante as demais pessoas e organizações da sociedade civil quanto perante as pessoas e organismos governamentais.

De acordo com Ribeiro (1992) esse tipo de associativismo é praticado por grupos que buscam a participação dos associados ou beneficiários e que têm perspectivas mais amplas que um único projeto ou momento. Esses grupos têm, portanto, legitimidade do ponto de vista dos participantes. Essas características dão-se independentemente de o grupo organizado receber apoio de órgãos do governo ou de outras entidades.

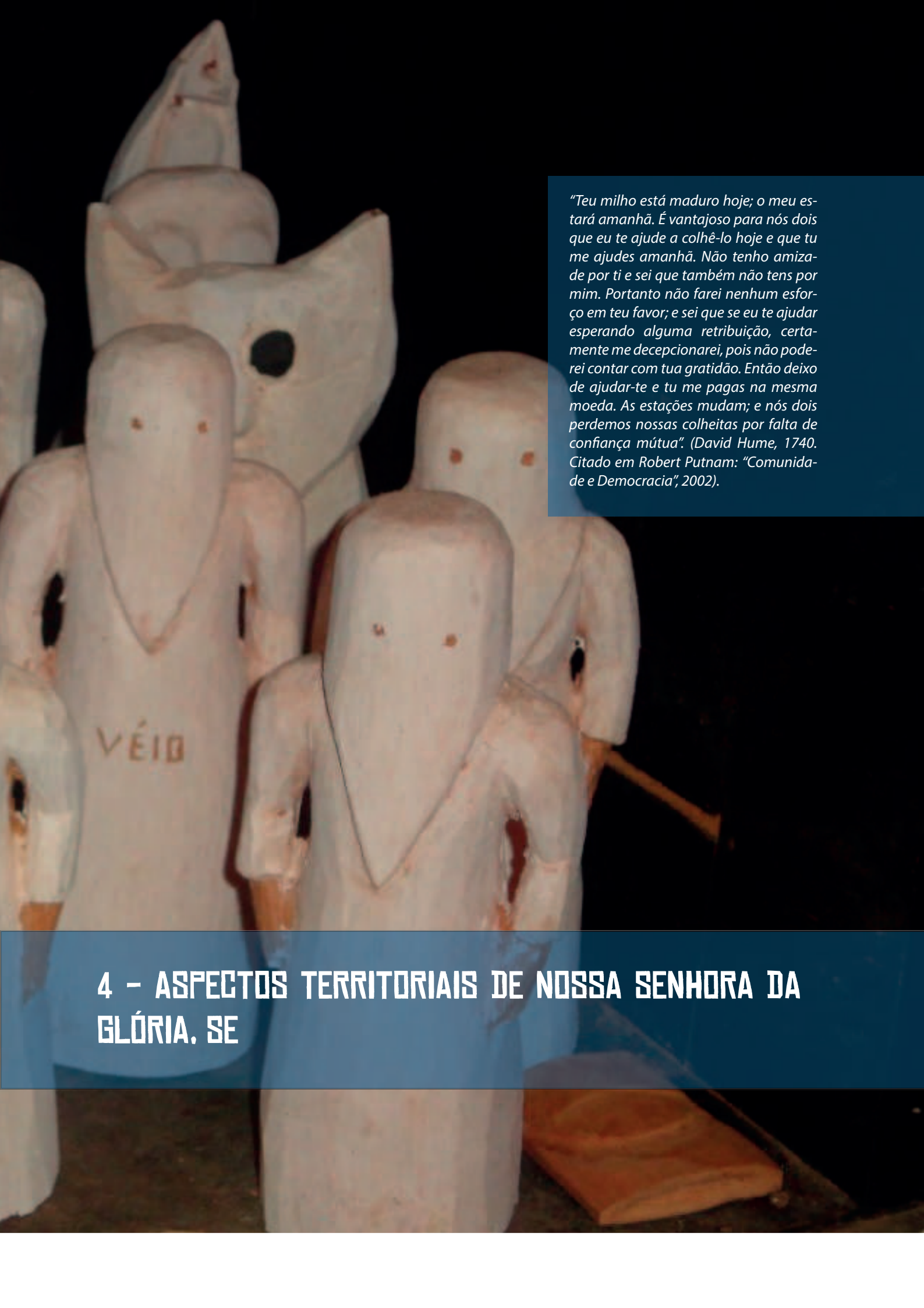
Ainda segundo o supracitado autor, esse tipo de organização que busca a participação dos associados vem sendo pensado desde o final da década de 1970 e amadurecendo de forma diferenciada, dependendo das experiências, oportunidades e assessorias disponíveis. A alta concentração desse tipo de iniciativa no período 1980/1985, é relacionada com atividades estimuladoras de órgãos do governo, a exemplo dos financiamentos, planos de desenvolvimento, etc. O outro período marcante na expansão foi 1988 e está relacionado, em geral, com vitórias de direções sindicais atuantes, que tinham como ponto programático fortalecer os grupos de base.

A partir da década de 1990 até os dias atuais, as iniciativas de cooperativismo entre os agricultores familiares em vários estados brasileiros, a exemplo, Sergipe, se apresentam de forma muito tímida, por isso, torna-se imperativo, avaliar a contribuição dessas políticas para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários; bem como, se as mesmas têm se constituído como ameaça aos níveis de Capital Social existente entre os agricultores familiares dos grupos beneficiários das referidas políticas.

4 – ASPECTOS TERRITORIAIS DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, SE

FOTO 4 - Esculturas “Os Penitentes”, por Véo

FONTE: Azevedo, 2015.



"Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então deixo de ajudar-te e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua". (David Hume, 1740. Citado em Robert Putnam: "Comunidade e Democracia", 2002).

4 - ASPECTOS TERRITORIAIS DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, SE

4 – ASPECTOS TERRITORIAIS DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, SE

Este capítulo apresenta aspectos metodológicos que nortearam o estudo com vistas a alcançar os objetivos procedentes da problemática em questão, retratando uma caracterização geral dos três territórios em análise no estudo. Assim como, aborda um breve histórico da ocupação da microrregião do Alto Sertão sergipano, e o conjunto de estratégias de sobrevivência adotadas pelos agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória, buscando a sustentabilidade.

90

TIPO DE PESQUISA

Adota-se a proposta de pesquisa explicativa no estudo, por entender que é a que percorre os caminhos das causas inerentes ao fenômeno. De acordo com Gil (2008) é a que possibilita “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Neste mesmo direcionamento Richardson esclarece que:

O fenômeno tem características próprias e ocupa um lugar no tempo. Assim, o fenômeno existe, tem essência e é objeto do conhecimento científico. Se o pesquisador pensa. Em termos de fenômeno, sabe que, por definição, devem estudar os elementos que compõem o fenômeno (não precisar analisar todos, pode escolher alguns), suas características no tempo e no espaço (RICHARDSON, 2009, p. 57).

Com esta afirmação, pode-se concluir que tal análise dos dados torna-se a mais coerente porque, no presente estudo, a necessidade de se compreender o comportamento humano e os grupos que interagem é fundamental para a pesquisa. Será utilizada a triangulação na análise de dados para se obter maior abrangência na descrição, explicação e compreensão do foco de estudo (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com o supracitado autor, a triangulação de dados tem por finalidade:

Abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudos e é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorealidade social (TRIVIÑOS, 1987, p.138).

O conjunto de fontes que fundamentam o presente estudo é composto pela pesquisa bibliográfica e de campo, aplicação de questionário e entrevista com os agricultores familiares e a observação direta nas propriedades.

LOCUS DO ESTUDO

O Município de Nossa Senhora da Glória localiza-se na região noroeste do estado de Sergipe, na microrregião do Sertão do São Francisco, limitando-se ao norte com os municípios de Porto da Folha e Monte Alegre; ao sul, com Carira, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel do Aleixo e Feira Nova; ao oeste, com o estado da Bahia e ao leste com os municípios de Gararu e Graccho Cardoso.

Nossa Senhora da Glória, distante 126 km da capital do estado, Aracaju; tem como principais rodovias de acesso a BR 235, BR 101, e SE 206. O município possui uma área de 756 km², o que corresponde a 3,36% da área do estado de Sergipe e apresenta uma densidade demográfica de 42,96 hab/km². Tem uma população de 32.497 mil habitantes; sendo 10.880 pessoas residentes na zona rural e 21.617 na zona urbana (IBGE, 2010). Observando os dados de 2001, constata-se que a população rural cresceu aproximadamente em 10%.

Quanto aos recursos hídricos, o município de Nossa Senhora da Glória localiza-se na bacia do Rio Sergipe. No entanto, a sede desse município é abastecida pela adutora Sertaneja, por meio de água do Rio São Francisco (SANTOS & ANDRADE, 1992).

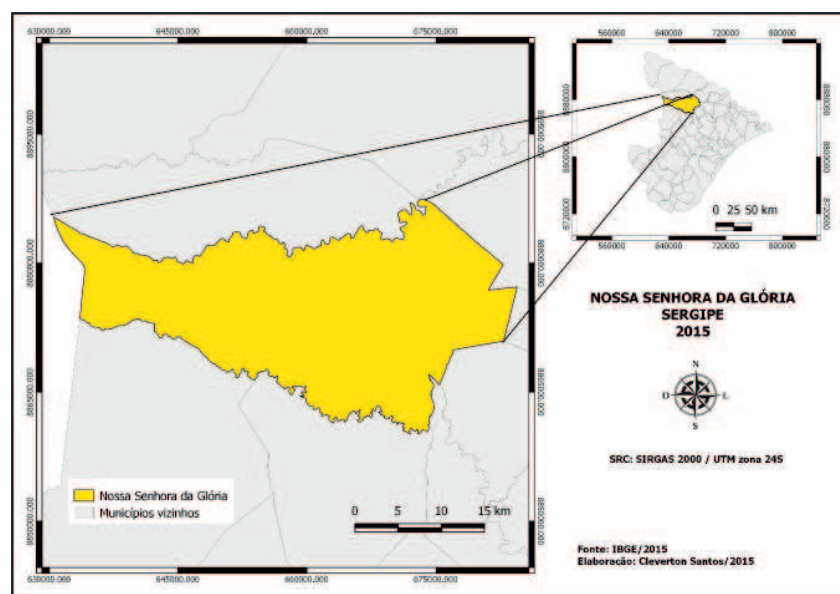
O clima da região é o semiárido, que se caracteriza por um longo período de estiagens, entre sete a onze meses secos, isto é, com deficiência de água; a precipitação média fica entre 400 e 700 mm. As chuvas são irregulares e mal distribuídas ao longo do ano, que caindo sob a forma de trovoadas e fortes aguaceiros; temperaturas elevadas e amplitude térmica diária acentuada pelo dia, acima de 40°C em algumas áreas e relativamente baixa à noite, em torno de 20°C (UFS/SEPLAN, 1979).

OS TERRITÓRIOS AMOSTRAIS

Os territórios analisados foram definidos por seus processos históricos de formação, pela relação reticular e multidimensional, pelas relações de poder, considerando-se as redes de circulação e comunicação, os processos econômicos e principalmente as identidades culturais.

Neste sentido, torna-se necessário evidenciar que os territórios analisados perpassam a área física do município e/ou se sobrepõem, uns aos outros. No entanto, do ponto de vista metodológico foram definidos três territórios, considerando-se a percepção dos agricultores familiares entrevistados, conforme o Mapa 1.

Mapa 1 – Município de Nossa Senhora da Glória



Fonte: IBGE/2015, Elaborado por Cleverton Santos, 2015.

Contextualizados e compostos da seguinte forma: Território 1 – formado por agricultores familiares assentados pela reforma agrária; Território 2 – formado por agricultores familiares que possuem uma interação maior com a sede do município e o Território 3 – formado por agricultores familiares que enfrentam maiores dificuldades com as características edafoclimáticas da região.

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

O universo da amostra foi formado por cento e vinte Agricultores Familiares, homens e mulheres de diferentes faixas etárias, diferentes níveis de escolaridade e componentes dos três diferentes territórios em Nossa Senhora da Glória, SE.

Na condição de que fossem dirigentes de entidades formais (associação e/ou sindicato) de agricultores familiares do município, e de que obrigatoriamente todas as organizações fossem contempladas, perfazendo um total de cinquenta e seis, e esta mesma quantidade de agricultores familiares associados a essas entidades, desde que não fizessem parte das atuais diretorias.

Objetivou-se com a mostra formada por agricultores familiares dirigentes e não-dirigentes de entidades desta categoria da agricultura o confronto entre as respostas, afim de que pudéssemos obter aquelas mais convincentes. Atingiu-se desta forma a totalidade das entidades formais de agricultores familiares e contemplando membros dos três territórios em análise.

Cabe ressaltar que o Território 1 foi representado por 15 associações, o Território 2 por 31 associações e o Território 3 por 11 entidades. As organizações estão espacialmente

13 Observação onde o pesquisador permanece alheio à comunidade, sem interferir diretamente no objeto estudado (GIL, 2008).

14 Para Gil (2008) em seu livro, "Métodos e Técnicas de Pesquisa Social", questionário é "a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc." (GIL, 2008, p. 121).

15 Grupo Temático sobre Capital Social, designado pelo Banco Mundial em 2003, formado por Christiaan Grootaert, Deepa Narayan, Veronica Nyhane e Jones Michael Woolcock. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 14/03/2013.

distribuídas e são compostas por agricultores familiares dos 3 territórios em análise. A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais atinge os agricultores familiares de todos os territórios. O Anexo 1 apresenta o conjunto de entidades analisadas que compõe cada Território.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Recorreu-se a dados primários (entrevistas, aplicação de questionário e registros fotográficos); assim como a fontes secundárias: Atas, textos, artigos científicos, dissertações e teses.

O roteiro de entrevistas foi previamente elaborado com abordagens qualitativa e quantitativa contendo questões abertas e fechadas sobre as características socioeconômicas das famílias de agricultores, uso da área e manejo animal, além da observação simples¹³ nas propriedades, conforme definida por Gil (2008).

O questionário¹⁴ foi elaborado tendo como base o modelo proposto pelo Banco Mundial para Medir Capital Social (QI-MCS) (*Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital*) (SC-IQ), como forma de interpretar e analisar o Capital Cultural dos territórios.

O grupo temático sobre capital social do Banco Mundial¹⁵ desenvolveu uma extensa pesquisa mundial sobre este tema, com ênfase nos países em desenvolvimento. Para a pesquisa foi elaborado um questionário integrado para medir capital social, que tem como objetivo prover um conjunto de questões essenciais sobre suas várias dimensões, gerando dados quantitativos e qualitativos.

Segundo com Minayo *et al.* (1994), a pesquisa qualitativa converge para o universo de motivações, valores e atitudes dos sujeitos, das relações, processos e fenômenos, enquanto a pesquisa quantitativa utiliza-se de técnicas estatísticas e métodos de verificação específicos de acordo com o objeto do estudo. Ainda de acordo com os autores pode haver consonâncias entre as duas abordagens.

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO *et al.*, 1994, p. 22).

O estudo do Banco Mundial (2003) afirma que a forma de mensurar o capital social dependerá do conceito adotado e do contexto social em que será aplicado. Portanto, dentre as limitações do estudo estão: - nem todas as questões serão úteis a todas as localidades; - nem todos os enunciados serão apropriados ou de fácil tradução a todos os contextos e línguas; - deverão ser acrescentadas questões locais para total apreensão da realidade.

O questionário integrado proposto pelo grupo de estudo do Banco Mundial enfatiza diferentes tipos de redes e organizações, a inclusão ou exclusão das redes, além de questões relativas à confiança, reciprocidade normativa e ação coletiva.

Diante ao exposto destaca-se o enfoque fenomenológico da pesquisa que converge com a importância das experiências e das percepções do sujeito.

Observa-se que os resultados da pesquisa fenomenológica são invariavelmente descritos a partir da orientação dos participantes, em vez de serem codificados em linguagem científica ou teórica. Usam-se as palavras reais dos participantes para ajudar na descrição. O pesquisador identifica 'temas' nos dados; a partir dos temas é desenvolvida uma explicação estrutural (MOREIRA, 2004, p. 118).

Para o autor (2004), a fenomenologia apresenta diferentes abrangências, considerando-a como movimento filosófico nos quais os fenômenos estudados consideram a experiência e a intencionalidade como aspectos importantes. De acordo com ele, a Fenomenologia seria também método e ciência, “[...] cujo o propósito é descrever fenômenos particulares, ou a experiência das coisas, como experiência vivida. A experiência vivida do mundo da vida de todo dia é o foco central da investigação Fenomenológica” (2004, p. 67).

As questões que compõem o roteiro de entrevistas utilizado para obtenção de dados para este estudo estão estruturadas e agrupadas em três dimensões, que são: grupos e redes, sociabilidade e autoridade e ação política.

Os estudos sobre Capital Social, de modo geral, convergem em pontos básicos como confiança, relações sociais e afiliação em estruturas e organizações. Jacobi entretanto deixa claro que:

Muitas imprecisões se dão por conta destes métodos não levarem em consideração que geralmente normas que coordenam o comportamento cooperativo estão associadas a aspectos culturais, que variam de país para país, ou até de uma região para outra (JACOBI, 2006, p. 323).

94

Portanto, é praticamente impossível que sejam estabelecidos instrumentos de mensuração do capital social que tenham um caráter universal, pois, não se pode excluir o contexto sociocultural da realidade que se pretende estudar.

Cabe ressaltar que a aplicação dos instrumentos de coletas de dados aos agricultores familiares que compõem esta mostra se deu prioritariamente em seus estabelecimentos de moradia e/ou trabalho, no período compreendido entre julho de 2014 a março de 2015. Assim como, que o Território 2 teve um número maior de pesquisados, tendo em vista que apresenta um número maior de instituições formais de agricultores familiares.

A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Historicamente, a pecuária desempenhou papel relevante no processo de ocupação do interior sergipano. Para Santos e Andrade (1992, p. 22), a pecuária foi o fator econômico que impulsionou a arrancada do colonizador branco pelo território de Sergipe. Ressalta-se, ainda de acordo com os autores, que a boa qualidade dos pastos naturais contribuiu para essa expansão e que logo a produção era suficiente para abastecer os engenhos localizados na Bahia e em Pernambuco.

A interiorização dos rebanhos bovinos no território de Sergipe dá-se no período de domínio holandês, que vai até meados do século XVII. Os moradores, no intuito de preservar os seus rebanhos, fugindo da destruição holandesa, tangeram os seus animais para as matas de Itabaiana e Simão Dias. (SANTOS & ANDRADE, 1992).

Ainda segundo os supracitados autores, após a expulsão definitiva dos holandeses, retorna-se a expansão colonizadora, tendo à pecuária como principal instrumento, visto que “o gado ia aonde a roça não tinha condição de chegar”. A partir de então, recomeça a concessão de sesmarias em direção às regiões oeste e noroeste de Sergipe.

As autoridades portuguesas, preocupadas em não permitir novos domínios dos holandeses no território de Sergipe, passam então a doar extensas faixas de terra na região se-

miárida, a partir do Rio São Francisco, com o intuito de povoá-las, pois dessa forma estariam resguardando essas terras. O que facilitou a expansão da pecuária foi a pouca dependência de mão-de-obra, já que um ou dois vaqueiros por propriedade, conseguiam cuidar de grandes rebanhos. Esses vaqueiros utilizavam as áreas de brejo, derrubando as matas para fazer os roçados e então cultivar milho, feijão e mandioca para sua subsistência.

No século XVIII a pecuária era o suporte econômico de Sergipe, uma vez que dominava as exportações. No entanto, aos poucos a cana-de-açúcar ocupa o litoral, principalmente as áreas próximas aos rios. Neste sentido, os rebanhos foram cada vez mais deslocados para as regiões agreste e semiárida, e a atividade agropecuária tem origem o município de Nossa Senhora da Glória (SANTOS & OLIVA, 1998).

Desde a década de 1860, a cultura do algodão começa a destacar-se por dois motivos, primeiro por ser uma cultura de fácil adaptação climática e que, portanto, poderia ocupar áreas vazias do semiárido. Segundo, pela sua importância econômica, uma vez que devido à Guerra da Secessão dos Estados Unidos, havia dificuldade em se obter o algodão nos mercados mundiais.

Destaca-se que a expansão da cultura do algodão em Sergipe, ainda na década de 1860, chegou a ocupar tradicionais zonas da pecuária, de culturas de subsistência, e até mesmo da cana-de-açúcar. Porém, já na década de 1870, os Estados Unidos retomam as exportações do algodão, dificultando a inserção da produção sergipana nos mercados e servindo de desestímulo aos produtores locais.

No final do século XIX e início do século XX, a cultura do algodão em Sergipe recebeu benefícios por meio de políticas públicas. Entretanto, apesar desse apoio estatal, as transformações ocorridas no Brasil em consequência da economia mundial levaram o estado de São Paulo a interessar-se pela cultura algodoeira, passando a produzir com maiores investimentos e dispondo de recursos técnicos que asseguravam uma grande produtividade, promovendo desta forma a decadência da produção nordestina artesanal. (SANTOS & ANDRADE, 1992).

Apesar da importância econômica da cultura do algodão no semiárido sergipano, em determinado período da história, “a pecuária nunca deixou de ser a atividade fundamental em articulação com a produção de culturas alimentares no interior das grandes propriedades pecuaristas ou nos seus arredores”, influenciados por razões predominantemente endógenas, a exemplo dos conflitos entre colonizadores portugueses e holandeses (MOTA, SÁ & SÁ, 2006, p. 15).

Contudo, de acordo com Carvalho Filho et al. (2000), é a partir da década de 1960 que o município de Nossa Senhora da Glória consolida-se como bacia leiteira, organizando-se a produção em estabelecimentos familiares. A estruturação das atividades econômicas no município passa por grandes fases que vão de 1960 a 1993. Ou seja, de uma produção voltada essencialmente para o consumo baseada na articulação minifúndio/latifúndio até a emergência da bacia leiteira cujos elementos centrais foram: às políticas públicas (Projetos Sertanejo e Chapéu de Couro), o declínio de outras atividades agrícolas, a iniciativa de agricultores familiares produtores de leite e dos proprietários de fabriquetas, a pavimentação da rodovia Aracaju/Glória, acesso a mercados regionais e mudanças tecnológicas provenientes da assistência técnica e da iniciativa de produtores mais capitalizados e o surgimento de indústrias de laticínios.

Nos anos recentes, considera-se que as características da dinâmica agrária local apontam para a fase da bacia leiteira no marco das transformações que vêm se dando nos espaços rurais. Neles, cada vez mais, lugar de múltiplos fazeres, agrícolas e não-agrícolas, consequentemente, objeto de observação de consumidores preocupados tanto com a qualidade dos produtos, como também, com cuidados ambientais.

Essa fase teve início no final da década de 1990 e ainda está em vigência nos dias atuais. Os agricultores produzem um tipo de queijo de coalho muito apreciado por consumidores da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia e, como tal, são reconhecidos não somente entre os consumidores, mas também na literatura intra-regional e extra-regional (MENEZES, 2009; MOTA, SÁ & SÁ, 2006; ABRAMOVAY, 2000).

A TOPOFILIA E AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS

96

Diante das características edafoclimáticas apresentadas, os agricultores familiares do município têm adotado estratégias de sobrevivência econômica. Uma das estratégias é a redução do rebanho bovino, no período da seca, compreendido entre os meses de setembro a março, tendo em vista a queda no preço do leite em decorrência da oferta de produtos de outras regiões do Brasil e o aumento do consumo de ração concentrada pelo rebanho, e consequentemente a dependência do agricultor por insumos externos, se constituindo em obstáculo a sustentabilidade da propriedade rural. Outra estratégia adotada pelas famílias de agricultores é transformar a sua produção diária de leite em queijo tipo coalho e/ou tipo requeijão para comercializar em mercados regionais, possibilitando um rendimento melhor ao da comercialização do leite in natura.

No que diz respeito às atividades produtivas, caracteriza-se pela forte presença da agricultura familiar e pela pecuária do leite como sua principal atividade econômica. De acordo com IBGE (1996) o município possuía 2.736 estabelecimentos agrícolas, destes estima-se que 2.599 da categoria familiar onde as principais atividades econômicas desenvolvidas eram a lavoura (36,7%), a pecuária (36,7%) e a produção consorciada entre lavoura e pecuária (26,3%).

Entretanto, no Censo Agropecuário do IBGE (2006), constata-se um aumento no número de estabelecimentos agrícolas, passando a 2.909 unidades, sendo 2.763 com características da agricultura familiar; este aumento pode estar relacionado à reprodução da agricultura familiar ou a subdivisão de propriedades para a implantação de assentamentos rurais.

Sá (2004, p. 3) afirma que, “do total de pequenos produtores, possuidores de áreas inferiores a 150 ha, que, por sua vez, representam 95% dos estabelecimentos rurais do município de Nossa Senhora da Glória, 56% obtêm renda da produção de leite”. No entanto, diante da importância que a pecuária de leite tem para a viabilidade e reprodução da agricultura familiar no município constata-se a falta de políticas públicas de apoio a substituição dos rebanhos atuais por animais de raças mais resistentes e adequadas as condições climáticas.

De acordo com Azevedo (2006), o gado é criado de forma extensiva e semi-extensiva em áreas de pastagens, geralmente sub-divididas internamente por cercas. A sub-divisão serve de mecanismo de controle do manejo dos animais por área, evitando-se que haja uma sobrecarga dos pastos. O arrendamento de terras é uma prática comum no município, prin-

principalmente, pelos pecuaristas. O tamanho das propriedades na região é um fator limitante a sustentabilidade dos sistemas de produção.

É possível verificar que, apesar dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares da região com as condições climáticas, a produção de leite é bastante significativa nos últimos anos, tendo em vista que estes agricultores têm aproveitado desta condição climática, única e salubre para aumentar a produção de leite. Verifica-se que a produção de leite em 2007 é superior a três vezes a produção de 2002, ou seja, no referido período houve um aumento de 300%, assim como pode-se verificar uma redução de 10% na produção de leite, no período de 2011 para 2012, devido à seca nos últimos dois anos, conforme a Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Produção de Leite de Nossa Senhora da Glória/SE

Ano	Produção de Leite (milhões de litros)
2003	10.800
2004	13.200
2005	21.060
2006	28.980
2007	32.256
2008	32.787
2009	34.883
2010	36.198
2011	39.108
2012	35.910

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal, IBGE (2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).

Com o objetivo de evidenciar as diferenças entre cada uma das três grandes regiões do município de Nossa Senhora da Glória, adota-se, nesta caracterização da área de estudo, a subdivisão de região proposta por Mota, Sá e Sá (2006). Estas diferenças estão relacionadas aos recursos ambientais, a exemplo da adaptação do tipo de solo a agricultura; bem como a distância dessas regiões a sede do município; constatando-se uma menor intensidade de ação decorrente de políticas públicas e da instalação de pequenos negócios, tipo fabriquetas de queijo nas regiões mais distante da sede municipal. Neste estudo denomina-se as áreas de território dos assentamentos, território mais dinâmico e território mais pobre.

TERRITÓRIO DOS "ASSENTAMENTOS"

A estrutura fundiária desse território recentemente teve transformações profundas em decorrência da desapropriação de uma grande fazenda para assentamento; e mais duas grandes fazendas, que tem cerca de 1000 ha cada uma em processo de desapropriação. As propriedades consideradas de tamanho médio possuem em média cerca de 80 ha, mas predominam as de pequeno porte que tem entre 20 e 50 ha. De acordo com o estudo, depois

da ação da reforma agrária na região são poucos os agricultores familiares que não possuem terra.

Este território é o que mais sofre os efeitos da seca por ser mais árido e ter solos menos adaptáveis a agricultura, tendo em vista que eles “embrejam” e não são muito bons para plantio do feijão. Mesmo assim, as roças de milho e feijão estão presentes na maioria das propriedades e, também, nos lotes de assentamentos da reforma agrária. A produção é predominantemente para o consumo da família e o leite para venda as fabriquetas locais.

Constata-se que a agricultura e pecuária têm caráter de subsistência, porque os recursos naturais são mais restritivos e há predominância de pequenos estabelecimentos. Como consequência, os agricultores familiares dependem muito da venda de mão de obra a outros agricultores. A maior parte dos membros das famílias de agricultores vende dia de serviço. Todavia, é corrente a carência de mão de obra a ser contratada em decorrência, segundo os entrevistados do estudo, da implantação do Programa bolsa-família do Governo Federal.

A dificuldade de contratação de mão de obra rompe com o padrão de socialização em que havia uma valorização muito grande do trabalhador sertanejo, inclusive, em outras regiões do estado e do Brasil (MOTA, SÁ & SÁ, 2006, p. 131).

Nesse território, ainda é possível observar, algumas poucas propriedades com reserva de mata nativa, principalmente, nas propriedades maiores das quais os proprietários não dependem exclusivamente da agricultura. Entretanto, manter uma área de mata nativa começa a se constituir num motivo de conflito entre vizinhos e parentes, devido a retirada ilegal de madeira da caatinga para construção de cercas, para uso doméstico, para uso como combustível nas fabriquetas e até mesmo para a confecção de cabos para ferramentas de trabalho, a exemplo de enxadas e pás. A retirada é uma necessidade para aqueles agricultores com poucos recursos porém, tem contribuído para a mudança dos agroecossistemas da região.

TERRITÓRIO “MAIS DINÂMICO”

A pecuária de leite é a principal atividade econômica desse território; e quanto mais próxima é a propriedade da sede do município mais tecnificada é a forma de produção, à proporção que as propriedades se afastam, reduz o nível de tecnologia adotada. “Há uma relação muito forte entre a disponibilidade do leite e a localização do estabelecimento” (MOTA, SÁ & SÁ, 2006, p. 132).

Constatou-se, também, que os agricultores familiares que produzem leite têm uma relação muito especial com esse tipo de animal. “É quase um membro da família, tem nome, atenção e também se penhora”. Dá menos trabalho que outras criações e não é necessário investir tanto em cerca comparativamente com ovinos e caprinos. Outro aspecto cultural é que produzir leite é motivo de orgulho para uma família que também se dedica a fabricação artesanal de queijo, tipo coalho (MOTA, SÁ & SÁ, 2006, p. 132).

Os rebanhos bovinos nessa região podem chegar a 60 cabeças; no entanto, a grande maioria dos agricultores familiares tem em média 10 cabeças e o leite tem um fluxo semanal. A relação entre as fabriquetas e os produtores de leite se dá com base em um conjunto de regras no qual fica pré-estabelecido que cabe às fabriquetas fazer a coleta do leite nas

propriedades. Deve-se dividir de forma proporcional o soro retirado no processamento do queijo entre produtores de leite e queijeiros e, também, receber o pagamento semanal em espécie.

A exigência desta forma de pagamento, em geral, está relacionada à necessidade que têm os agricultores familiares de utilizarem parte da receita obtida na venda do leite objetivando a aquisição de alimentos para o consumo familiar, que não são produzidos internamente nas suas propriedades, além de insumo animais.

O território tem uma boa infraestrutura em se tratando de água (adutora), estradas e energia elétrica. Talvez por isso, ele concentre o maior número de fabriquetas do município que significa uma maior dinamização da economia. Além dos dois maiores laticínios (Natville e Betânia), 18 das 24 fabriquetas em funcionamento, estão localizados nesta região mais dinâmica.

Os solos neste território são rasos, o relevo plano e quase não embrejam servindo para diferentes culturas agrícolas. Pode-se dizer que praticamente não existe vegetação nativa na região.

A ovinocultura está voltando a fazer parte dos sistemas de produção de forma complementar ao leite. Portanto, nesta região se concentra também o comércio dos ovinos representa uma poupança que se dispõe na hora necessária. O produtor começa a buscar novas estratégias, sendo maior a aceitação entre os agricultores familiares tradicionais.

Embora as condições edafoclimáticas da região sejam propícias para a caprinocultura, ainda não há uma boa aceitação dela por parte dos agricultores familiares. A cultura, quase que imposta pelo Sebrae em uma iniciativa um pouco forçada, já que não existe um mercado interno consolidado em decorrência da falta de demanda regional pela carne e leite de caprino.

Já a suinocultura está atrelada ao leite e às fabriquetas, criando vínculos mais intensos entre os diferentes tipos de produtores.

TERRITÓRIO "MAIS POBRE"

Neste território observa-se um equilíbrio entre as roças de milho e feijão, predominantemente, para consumo das famílias e a pecuária de leite. Também, é a região com menor número de fabriquetas de queijo; sendo prática comum entre os agricultores familiares transformarem a produção de leite em queijos caseiros, principalmente, os de feitos mais tradicionais, como o queijo coalho e o queijo manteiga.

Este é o território que mais sofre os efeitos da seca. Ou seja, "tem solos menos adaptáveis a agricultura e com tendência a ocorrência de erosão, pois os solos embrejam e não são muito bons para a cultura do feijão" (MOTA, SÁ & SÁ, 2006, p. 133), isto é, a subsistência fica comprometida. Observa-se também que é a região com pior infraestrutura, inclusive falta água para consumo humano. Há uma predominância de pequenas propriedades, cujos proprietários vendem e compram "dia de serviço".

Na agricultura, destaca-se o plantio de palma (*Opuntia cochenillifera*) e o uso de trações para arar e tombar a terra e o desuso da tração animal. É entendimento dos agricultores que a palma é uma cultura importante para a alimentação do gado. No entanto, a referida cultura não apresenta a produtividade desejada.

Atualmente, a Embrapa Semiárido, no seu campo experimental localizado no povoado Mesinha, localidade que faz parte da região de Nossa Senhora da Glória, desenvolve diversos experimentos com a gliricídia (*gliricídia sepium*), numa tentativa de tornar essa cultura uma alternativa sustentável para alimentação animal.

Foto 5 – Uso de gliricídia como estacas



Fonte: Azevedo, 2014.

A dependência de insumos externos é marcante nesta região, sendo que, a compra de ração para a alimentação dos rebanhos diminui os ganhos. Quanto à execução das tarefas nas propriedades, há uma clara divisão de trabalho entre homens e mulheres.

UMA FEIRA E DIVERSOS TERRITÓRIOS

“...Cabresto de cavalo e rabichola, Eu tenho pra vender, quem quer comprar, Farinha rapadura e graviola, Eu tenho pra vender, quem quer comprar, Pavio de cadeeiro panela de barro, Menino vou me embora, Tenho que voltar, Xaxar o meu roçado, Que nem boi de carro, Alpargata de arrasto não quer me levar...” (GLORINHA GADELHA e SIVUCA).

Ocorre semanalmente em Nossa Senhora da Glória a mais importante feira da região do Alto Sertão sergipano, iniciando-se as sextas-feiras ao meio dia e terminando no final da tarde dos sábados. A feira da sexta tem seu público específico. Eles são os moradores da área urbana da cidade e servidores públicos que trabalham no município mas residem em outras cidades, que aproveitam a chegada de produtos ditos “frescos” para o abastecimento da Ceasa na feira do sábado.

A feira de sábado inicia-se na madrugada e de forma diferente do dia anterior – agitada e barulhenta -, remetendo-nos a uma imensa paisagem sonora e visual. Ela é o espelho dos diferentes grupos sociais definidos pelos particularismos e pelas mudanças territoriais, na qual é Ocorre semanalmente em Nossa Senhora da Glória a mais importante feira da região do Alto Sertão sergipano, iniciando-se as sextas-feiras ao meio dia e terminando no final da tarde dos sábados. A feira da sexta tem seu público específico. Eles são os moradores da área urbana da cidade e servidores públicos que trabalham no município mas residem em outras cidades, que aproveitam a chegada de produtos ditos “frescos” para o abasteci-

mento da Ceasa na feira do sábado.

A feira de sábado inicia-se na madrugada e de forma diferente do dia anterior – agitada e barulhenta -, remetendo-nos a uma imensa paisagem sonora e visual. Ela é o espelho dos diferentes grupos sociais definidos pelos particularismos e pelas mudanças territoriais, na qual é possível observar simultaneamente a globalização econômica, a (re) construção de identidades e a exclusão socioeconômica.

É um público diverso, multifacetário e difuso que se espalha e se junta num dinamismo cultural, que evidencia as marcas do “espaço-feira” como o locus de socialização e territorialização.

Entre os diversos produtos comercializados na feira de Nossa Senhora da Glória, encontram-se: carnes, olerícolas e frutas; remédios “milagrosos” (lambedores expectorantes, pomadas cicatrizantes, géis para dores localizadas, conhecidos regionalmente como “doutorzinho”) e ervas medicinais; doces típicos, queijos feitos no município, animais vivos (galinhas de capoeira, capões, suínos, carneiros e animais de caça como teiús, pássaros silvestres, tatus e até cobras).

Encontramos também, imagens sagradas em gesso e em forma de quadros, numa convivência harmoniosa entre elementos da igreja católica e da umbanda; literatura de cordel, artesanato em cerâmica, bordados, brinquedos de madeira, artigos de couro (selas, cabrestos, rédeas, arreios, rabicholas, chapéus, casacas, coletes, alpargatas, bainhas para facões e botas); outros produtos artesanais, como: chapéus de palha, cordas, esteiras, vassouras, panelas e moringas de barro, candeeiros, baladeira (estilingue), armas brancas e outras quinquilharias.

Foto 6 – Banca de Brinquedos



Fonte: Azevedo, 2014.

As barracas de comidas são atração à parte, local de encontros e reuniões semanais entre vizinhos, compadres e parentes; elas oferecem no almoço feijão, carneiro cozido, sarapatel de porco, buchada de bode, galinha da capoeira e carne assada; já para o jantar são acrescentados outros pratos como a macaxeira cozida, cuscuz de milho, inhame e a carne do sol. Nas barracas de bebidas são ofertados café, bebidas alcoólicas em infusão com ervas (angico, umburana entre outras) e tubaína um refrigerante regional.

Não podemos esquecer as bancas de fumo de rolo, de artigos domésticos em plástico e alumínio, como também é possível arriscar a sorte nas bancas de jogos. Contudo, além dessa face regionalista, há o universo fashion e high tech de roupas sintéticas – genéricos de grifes famosas –, celulares, videogames e outros brinquedos eletrônicos, CD's e DVD's piratas que vão do sagrado ao profano. Enfim, toda sorte de eletroeletrônicos nacionais e importados, com destaque para os produtos fabricados em países asiáticos com origem fiscal duvidosa.

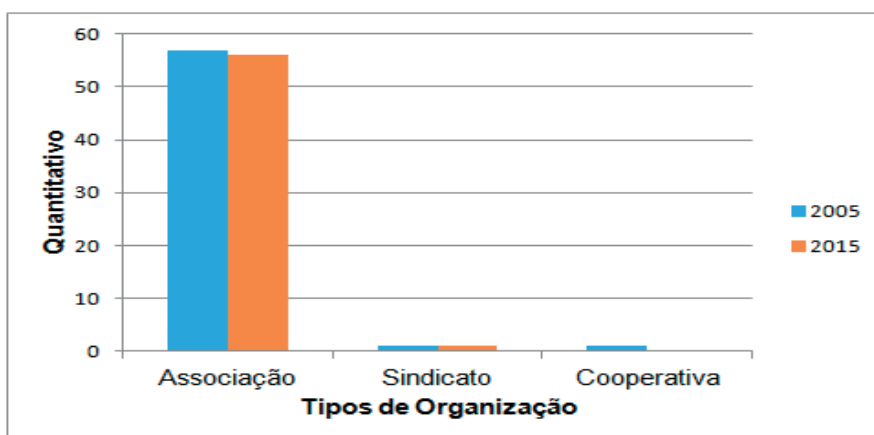
Com um pouco de sorte é possível trocar objetos pessoais e animais na feira de Nossa Senhora da Glória, já que existe o espaço das trocas; nele é possível encontrar bicicletas e suas peças, pássaros e outros pequenos animais, gaiolas, relógios e eletrônicos, calçados e ferramentas agrícolas. Há espaço para a prática do escambo, assim como para a inserção de novas modalidades de pagamento; tendo em vista, que grande parte das barracas de confecção aceitam cartão de crédito, principalmente, do banco estatal sergipano (Banese). No entanto, a palavra empenhada também tem seu valor, sendo ainda uma prática tradicional comum na negociação entre feirantes e fregueses, bem como, em lojas mais estruturadas do comércio local.

O associativismo formal em Nossa Senhora da Glória teve início na década de 1960 com a contribuição da Igreja Católica. No entanto, é na década de 1990 que se verifica o maior crescimento das associações, sendo que, o Estado tem tido um papel imprescindível como agente fomentador. Para eles serem contemplados por políticas públicas, tem exigido aos agricultores familiares a organização deles em associações, generalizando as ações e dificultando o contato individual de cada agricultor com os técnicos da extensão rural.

Azevedo (2006) mapeou no município de Nossa Senhora da Glória 2005, e constatou a existência de 59 entidades formais de agricultores familiares, sendo 57 do tipo associação, 01 sindicato rural e 01 cooperativa. Já em 2015 foram constatadas as seguintes organizações: 56 do tipo associação e 01 sindicato rural (Anexos 2 e 3). Destaca-se a desativação da Cooperglória e da ASCA – Associação de Criadores de Caprino, conforme gráfico 1.

A pequena variação no número de entidades formadas por agricultores familiares em uma década reforça a contribuição das políticas públicas voltadas a categoria de agricultores, exigindo organização formal dos mesmos, bem como evidencia o capital social dos participantes.

Gráfico 1 – Variação no quantitativo de organizações de agricultores familiares nos anos de 2005 e 2015



Fonte: Azevedo, 2015.

O autor também observou que os agricultores familiares, em 2005, retrataram com emoção e saudosismo as formas tradicionais de solidariedade praticadas no município, a exemplo do Batalhão, Pisada, Taipa de casa, Ferra e Pega de boi. Práticas que vão desaparecendo a partir da década de 1990, e que passam a ser desenvolvidas esporadicamente.

De acordo com os dados do Laberur/Nera (2013) o município de Nossa Senhora da Glória, ocupa a 6ª posição do estado, no número de famílias em assentamentos rurais no período compreendido entre 1982 e 2011, perfazendo um total de 370 famílias assentadas, abrangendo uma área 9.058 ha. No tocante ao número de assentamentos rurais o município ocupa a 4ª posição com um total de 12 assentamentos.

Conclui-se que o nível de organização demonstrado pelos agricultores familiares, principalmente, nas últimas duas décadas, impulsionou para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, conduzisse o processo de desapropriação das grandes fazendas promovendo o assentamento de famílias de agricultores, em sua maioria, oriundos da região.

5 - [ENTRE] LAÇOS SISTÊMICOS: O CAPITAL CULTURAL NA PRODUÇÃO E A FORMA SOCIAL DE PRODUZIR DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Foto 3 - Escultura "Mulher Agricultora", por Véio

FONTE: Azevedo, 2015.

"Toda a paisagem natural, desde a topografia, as características do solo, a fisionomia vegetal, a fauna, a economia e a vida social da região, tudo traz marcado, com uma nitidez inconfundível, a influência da falta d'água, da inconstância da água nesta região semi-desértica." (Castro, 1969-1980, p.177)

5 - [ENTRE] LAÇOS SISTÊMICOS: O CAPITAL CULTURAL NA PRODUÇÃO E A FORMA SOCIAL DE PRODUIR DOS AGRICULTORES FAMILIARES

5 - [ENTRE] LAÇOS SISTÊMICOS: O CAPITAL CULTURAL NA PRODUÇÃO E A FORMA SOCIAL DE PRODUIR DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Neste capítulo busca apresentar uma visão da organização interna dos agroecossistemas do tipo familiar no município de Nossa Senhora da Glória/SE. Para tanto empregará o modelo sistêmico proposto por Mazoyer e Roudart (2001). Ressalta-se que adoção de práticas tradicionais na agricultura e pecuária se constituem em Capital Cultural para os agricultores familiares.

108

De acordo com os supracitados autores é imprescindível explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas diferentes partes do mundo. E que, torna-se indispensável dispor de um corpo de conhecimentos que possa ao mesmo tempo integrar-se à cultura geral e constituir uma base conceitual, teórica e metodológica para todos aqueles que têm a ambição de intervir no desenvolvimento agrícola, econômico e social.

Para Mazoyer e Roudart (2001, p. 40), os sistemas agrários¹⁶ são divididos em dois subsistemas principais: o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo.

O ecossistema cultivado é uma organização composta de vários subsistemas complementares que, por sua vez, se decompõem em partes menores.

Este ecossistema tem um funcionamento pelo qual ele se renova, por meio de várias funções que asseguram a circulação interna de matéria e energia. Estas funções se abrem também para trocas externas: alimentação, erosão, transferências de nutrientes, fertilidade e espécies, que influenciam os ecossistemas externos.

Já o sistema social produtivo é composto dos meios humanos, instrumentos e equipamentos produtivos, plantas cultivadas e animais domésticos, de que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer diretamente, pelo consumo, ou indiretamente, pelas trocas, suas próprias necessidades, baseadas no saber-fazer¹⁷. A exemplo das estratégias adotadas pelo agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória na produção de queijos.

Esses meios de produção e essas atividades produtivas são organizados dentro de uma unidade de produção que é caracterizada pelo sistema de produção que elas praticam e pela categoria social à qual elas pertencem. O sistema de produção de uma exploração agrícola define pela combinação das atividades produtivas e dos seus meios de produção.

Cabe ressaltar que o sistema social produtivo em determinado período de tempo renova seus meios de produção e suas atividades. É comum que cada propriedade produza as sementes que serão utilizadas, seus animais e parte de suas ferramentas e equipamentos de trabalho.

É também comum no sistema social produtivo praticado pela agricultura familiar que parte dos produtos para o consumo familiar seja obtido nas respectivas propriedades,

¹⁶ Para Mazoyer (1986, p.11) um sistema agrário “é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento”.

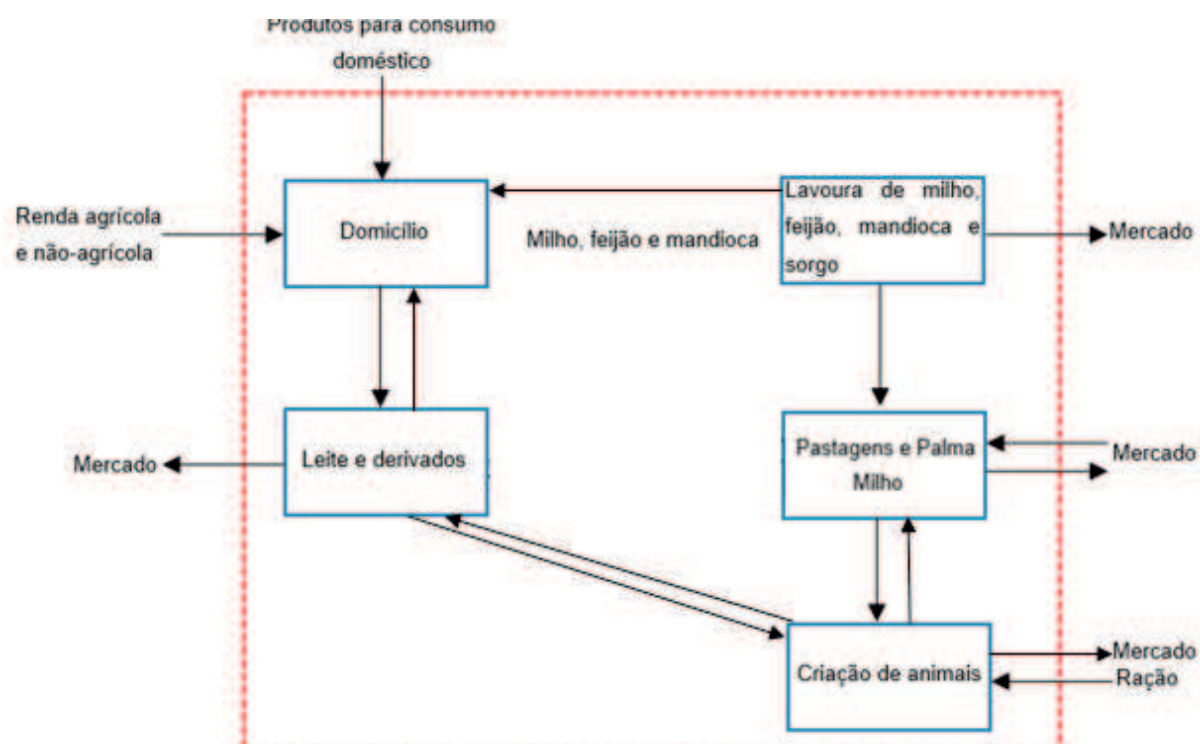
¹⁷ Compreendemos como o “saber fazer”, como os conhecimentos socialmente construídos, a partir da interação dos sujeitos com o meio.

ou então, que parte dessa produção seja vendida para aquisição de outros bens de consumo, conforme discutido no Capítulo 4.

OS ENTRELAÇADOS MODOS DE PRODUÇÃO

Os sistemas agrários no município de Nossa Senhora da Glória são, em geral, formados por quatro subsistemas interdependentes: o subsistema de cultivo para consumo humano, o subsistema de cultivo para consumo animal, o subsistema de criação e o subsistema de processamento; enquanto o sistema social produtivo é formado pelo domicílio e interações sociais dos agricultores, inclusive com o mercado (Figura 2).

Figura 1 - Sistema de Produção Familiar de Nossa Senhora da Glória

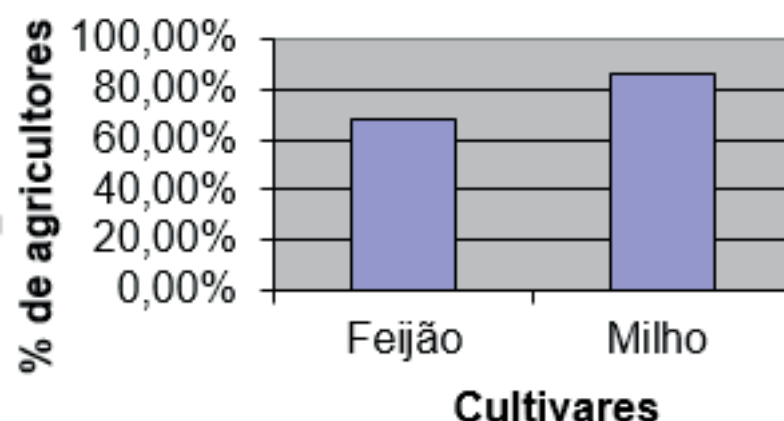


Fonte: Azevedo, 2014.

O SUBSISTEMA DE CULTIVO PARA CONSUMO HUMANO

As principais culturas agrícolas praticadas pelo grupo pesquisado para fins de consumo humano são o milho e o feijão (Figura 1). Entre todos os agricultores familiares pesquisados, 86% responderam que cultivam o milho, enquanto que 67% o feijão seja cultivado de forma consorciada ou em áreas individualizadas. Observa-se que o milho é plantado para atender tanto ao consumo humano como à alimentação animal.

Gráfico 2 - Principais culturas agrícolas do município de Nossa Senhora da Glória



Fonte: Azevedo, 2014.

110

O plantio de milho ocorre normalmente entre os meses de março e junho, e em algumas áreas é plantado de forma consorciada com feijão, na proporção de uma leira de milho para três ou quatro de feijão, em espaçamentos e densidades de semeaduras diversas. Ressalta-se que o espaçamento entre as leiras no consórcio é determinante para a produtividade das culturas.

Para Altieri (1989), a prática agrícola do consórcio apresenta algumas vantagens, tais como: economia de capital, melhor aproveitamento da área e economia de força de trabalho familiar.

O consórcio de culturas é adotado pelos agricultores familiares para economizar área de cultivo e força de trabalho. A prática do consórcio também é uma estratégia econômica e ambiental, uma vez que diminui o risco da perda total da produção, visto que uma cultura pode compensar o fracasso da outra; dar melhor cobertura vegetal ao solo, diminuindo ou controlando a erosão, além de garantir a diversidade na dieta familiar. Ainda, em regiões semiáridas, como é o caso do município de Nossa Senhora da Glória/SE, a cobertura do milho no consórcio com o feijão ajuda na retenção de água no solo.

A produção de feijão do município é bastante significativa em relação à produção estadual. Geralmente é plantado de forma consorciada com o milho, cuja semeadura ocorre nos meses de abril e maio e a colheita é feita em agosto e setembro.

De acordo com dados do IBGE (2008 a 2012) é possível verificar que outras culturas, a exemplo do sorgo, fava e mandioca também são praticadas pelos agricultores do município. Contudo, a produção de sorgo e fava são culturas que sofrem oscilações consideráveis a depender das estratégias econômicas adotadas pelos agricultores a cada ano. A tabela 1, apresenta dados da produção de sorgo (*Sorghum Bicolor*).

Tabela 2 - O Cultivo de sorgo em Nossa Senhora da Glória/SE (2008/2012)

Ano	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quant. Produzida (ton)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor da Produção (R\$)
2008	182	182	793	4.357	190.000
2012	120	120	240	2000	144.000

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE(2008 a 2012).

A redução na área de plantio do sorgo nos períodos apresentados, bem como a falta de regularidade anual da referida cultura estão atreladas a dificuldade de adaptação do cultivo do sorgo as condições edafoclimáticas da região. Assim, o agricultor opta pelo plantio do milho que se constitui no principal substituto do grão, pois o milho serve tanto para a alimentação humana como a animal, tornando-se uma cultura mais vantajosa. Fica evidente a queda de produtividade do sorgo comparando-se os dois períodos 2008 e 2012.

Quanto a produção de fava (*Vicia Faba*), é possível analisar o comportamento desta cultura no período 2008 a 2012, conforme tabela 2.

Tabela 3 - O Cultivo de fava em Nossa Senhora da Glória/SE (2008/2012)

Ano	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quant. Produzida (ton)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor da Produção (R\$)
2008	40	40	12	300	14.000
2009	30	30	9	300	7.000
2010	30	30	9	300	19.000
2011	30	30	9	300	22.000
2012	10	25	2	200	6.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, IBGE (2008 a 2012).

Com base nos dados da tabela 2, observa-se que o cultivo de fava por agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória/SE, vem sofrendo redução no tamanho da área plantada, assim como na produtividade. Contudo, é importante ressaltar que a redução na quantidade produzida no ano de 2012 tem relação com o período de seca no semiárido nordestino, mas também como a redução da área plantada. Outro aspecto que deve ser ressaltado é quanto a dificuldade de mercado nos centros urbanos para este produto, segundo a opinião de agricultores familiares entrevistados.

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) exerce papel fundamental na dieta alimentar da população nordestina. Devido às frequentes secas na região semiárida, a cultura da mandioca se caracteriza pela resistência se comparada a outras culturas, a exemplo do milho e feijão que são mais exigentes em volume de chuvas.

A produção de mandioca no município de Nossa Senhora da Glória se destina basicamente ao consumo humano, por meio de uso "in natura" farinha, bijus, tapiocas, entre outros. De acordo com o quadro acima a área destinada ao plantio de mandioca vem se

mantendo constante a partir de 2009, conforme tabela 3.

Tabela 4 - O Cultivo de Mandioca em Nossa Senhora da Glória (2008/2012)

Ano	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Quant. Produzida (ton)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor da Produção (R\$)
2008	40	40	12	300	14.000
2009	30	30	9	300	7.000
2010	30	30	9	300	19.000
2011	30	30	9	300	22.000
2012	10	25	2	200	6.000

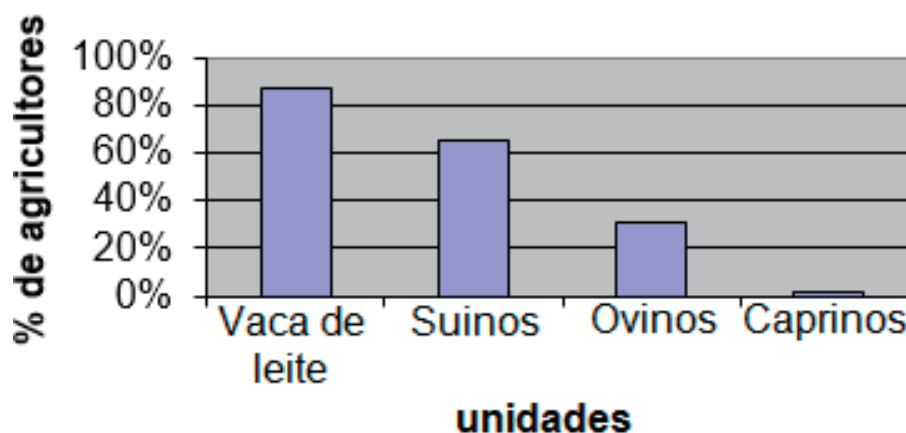
Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2008 a 2012).

A substituição da mandioca na alimentação animal nas últimas décadas por rações balanceadas ou pelo soro do leite retirado no processo de fabricação do queijo coalho, a mudança nos hábitos alimentares da população local como maior demanda pelos produtos do trigo, a competição de culturas mais rentáveis e de menor ciclo a exemplo do milho, contribuíram para a redução observada entre os anos de 2008 e 2009.

O SUBSISTEMA CRIAÇÃO

A criação de animais é a atividade mais tradicional dessa região, desde as primeiras ocupações desse território. Atualmente, os principais rebanhos comerciais do município de Nossa Senhora da Glória são, bovinos, suínos e ovino-caprinos (Figura 1). Observa-se que a bovinocultura é bem distribuída equitativamente entre as propriedades do tipo familiar, servindo como base de apoio na economia das famílias. O percentual de criadores de bovinos entre os agricultores pesquisados foi de aproximadamente de 90%. Ressalta-se que aos agricultores se interessou investigar se eles eram criadores de bovino, suíno, ovino ou caprino, sem considerar a quantidade de cabeças.

Gráfico 3 - Criação de animais



Fonte: Azevedo, 2014.

O gado é criado de forma extensiva e semi-extensiva em áreas de pastagens, geralmente sub-divididas internamente por cercas, de acordo com 83% dos agricultores do estudo. A sub-divisão serve de mecanismo de controle do manejo dos animais por área, evitando-se que haja uma sobrecarga dos pastos.

Constata-se também que é comum a existência de curral nas propriedades, sendo do tipo coberto em 32% das propriedades analisadas e sem cobertura em 51% delas, o que facilita o manejo dos animais, assim como o controle de sanidade. Ainda em relação às instalações, foi observado que a maioria das propriedades possui cochos, sendo estes em 35% dos casos cobertos e em 32% sem cobertura, onde são colocados tipos diferentes de rações para complementar a alimentação do gado. A importância da cobertura se dá pela conservação dos alimentos e proteção dos animais durante a alimentação, evitando transtornos digestivos.

No período da seca, as famílias de agricultores definem as suas estratégias de sobrevivência econômica em relação à criação de animais. A principal decisão é quanto aos tamanhos dos rebanhos a serem mantidos durante este período, tendo em vista a queda no preço do leite em decorrência da oferta de produtos de outras regiões e o aumento do consumo de ração concentrada.

Ressalta-se também a importância do rebanho suíno, uma vez que a sua criação tem sido consorciada com a bovinocultura de leite. Existe um acordo entre os produtores de leite e os proprietários das fabriquetas de queijo de Nossa Senhora da Glória para que parte do soro retirado durante o processo de fabricação do queijo seja devolvido aos produtores. Esses o utilizam na alimentação dos suínos, constituindo-se, assim, também em uma estratégia econômica pelos agricultores familiares.

Destaca-se a ovino-caprinocultura do município, principalmente, pela resistência às intempéries apresentada por esses rebanhos. Outro aspecto positivo é o valor de comercialização dos derivados do leite de cabra, atraindo a cada dia novos criadores. Cabe ressaltar a iniciativa associativista dos agricultores familiares por meio da Associação Sertaneja de Caprinocultores - ASCA, desde a década de 2000, no trabalho de formação técnica dos seus associados em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Também, na comercialização dos derivados do leite de cabra, por meio de sua própria marca, e a promoção da melhoria genética dos animais, por meio de um consórcio, entre os agricultores, de matrizes da raça Santa Inês.

De acordo com Santos e Andrade (1992, p. 136), a pecuária de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) tem auxiliado os agricultores familiares nos períodos de seca, pois os animais são mais resistentes e menos exigentes do que as lavouras e os bovinos.

No que se refere à vacinação dos animais, 80% dos agricultores do estudo responderam que vacinam regularmente os seus rebanhos. Entretanto, durante o campo constatou-se que entre aqueles agricultores de pecuária de leite como a sua principal atividade econômica o percentual de vacinação é superior ao apresentado pelo grupo. Há uma preocupação maior desses agricultores em evitar a contaminação dos seus rebanhos, visto que se constituem em seu principal patrimônio, passando, inclusive, alguns compradores de leite a exigir o certificado de vacinação dos animais.

Já no tocante ao tratamento de animais doentes, os percentuais de produtores que declararam cuidar deles foi de 90%, o que demonstra haver uma preocupação dos agriculto-

res com a saúde do rebanho bovino pela importância deste na sustentabilidade econômica das famílias. Quanto às formas de tratamento, as mais adotadas são: por meio de medicamentos comerciais, 86%; plantas medicinais, 56% e reza, com 60%, demonstrando a religiosidade e as tradições culturais dos agricultores familiares pesquisados.

O SUBSISTEMA PROCESSAMENTO DE LEITE

Quanto à ordenha dos animais, verificou-se que geralmente os produtores realizam duas por dia, independentemente do período do ano. No entanto, no mês de junho de 2014 o leite foi comercializado, em média a R\$ 1,10 o litro; já no mês de dezembro de 2014, o leite foi vendido, em média, a R\$ 0,75. A redução no preço do leite produzido no município durante o verão está relacionada ao aumento da oferta dos seus derivados, produzidos na região Sudeste, assim como em algumas regiões do estado da Bahia. Contraditoriamente, no período em que o produtor necessita adquirir uma quantidade maior de ração industrializada para alimentar os rebanhos, o preço do leite sofre uma redução.

Segundo Cerdan et al. (1998), a produção diária de leite no município gira em torno de 60.000 litros, e que cada fabriqueta processa de 1.000 a 5.000 litros de leite diariamente. Entretanto, é difícil diagnosticar, atualmente, quantas são as fabriquetas e as famílias de agricultores que produzem artesanalmente queijo em Nossa Senhora da Glória, devido à oscilação estratégica desses produtores.

A relação entre as fabriquetas e os produtores de leite se dá com base em um conjunto de regras no qual fica pré-estabelecido que: cabe às fabriquetas fazer a coleta do leite nas propriedades; deve-se dividir de forma proporcional o soro retirado no processamento do queijo entre produtores de leite e queijeiros; receber o pagamento semanal em espécie. A exigência desta forma de pagamento, em geral, está relacionada à necessidade que têm os agricultores de utilizar parte da receita obtida na venda do leite objetivando a aquisição de alimentos para o consumo familiar, que não são produzidos internamente nos agroecossistemas, além de insumo animais.

O SUBSISTEMA CULTIVO PARA CONSUMO ANIMAL

A palma é a cultura agrícola que mais se expandiu na década de 2000 no município. Entretanto, atualmente verifica-se uma certa estabilidade. Entre os agricultores analisados 85% afirmaram que cultivam o vegetal, principalmente pelos elevados preços da ração bovina industrializada, servindo a palma como complemento alimentar para os animais, bem como pela resistência da cultura às condições edafoclimáticas da região (Figura 3).

Afirmam Carvalho Filho et al. (2000, p. 21) que a palma constitui o alimento de base para arçoamento dos rebanhos na estação seca do ano, sendo a reserva forrageira mais utilizada entre os agricultores familiares. O seu cultivo representa uma das estratégias mais seguras para a intensificação da produção leiteira da região. Ela permite não apenas a elevação da capacidade de suporte das propriedades familiares como também por ser uma forragem de boa qualidade nutricional para a vaca de leite, além de ser de fácil manejo e de domínio dos agricultores.

Entretanto, a expansão da área de plantio da palma forrageira no município deu-se

com o desmatamento da caatinga. De acordo com os agricultores, eles aguardavam as primeiras chuvas de verão para desmatar as áreas onde iriam plantar a palma forrageira, aproveitando a fertilidade natural do solo. Essa se mantém por alguns anos, sendo necessária em seguida a adubação desse solo para que a produtividade seja satisfatória.

Gráfico 2 - Principais culturas agrícolas do município de Nossa Senhora da Glória



Fonte: Azevedo, 2014.

No período da seca, algumas medidas são adotadas pelos agricultores do município, em relação à alimentação animal, como por exemplo: deixar as cancelas abertas, para que os animais fiquem livres para o pastejo por toda a área da propriedade; adotar pastos de “sacrifício”, exaurindo ao máximo a vegetação da área de pastagem com o objetivo de poupar os perímetros estabelecidos mais recentes e apartar os bezerros mais cedo, para tanto, reservando, piquetes especiais para esses animais. Em geral, os agricultores familiares aproveitam o solo preparado para o cultivo de milho objetivando semear ou plantar as mudas de capim.

As palhas de milho são também bastante utilizadas na alimentação do gado e podem ser armazenadas por meio de fenação para os períodos mais secos. Outra técnica é o “rolão”, que consiste na utilização integral do cultivar já seco, o qual é triturado para alimentação do gado.

As estratégias adotadas pelos agricultores familiares na busca pela sustentabilidade, conforme relatadas se constituem em importante Capital Cultural para os agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória.

Constata-se que nos sistemas tradicionais de criação de ovinos e caprinos, a alimentação depende exclusivamente de pastos naturais sem o uso de técnicas mais produtivas de manejo e irrigação. Nos períodos de seca esses animais perdem muito peso, e a depender do período de estiagem, esta chega a provocar perdas no rebanho.

No tocante à preparação das áreas para plantio das diversas culturas, fica evidente o predomínio na utilização da tração mecânica (arado de grade). No estudo feito na área, o percentual de agricultores que utilizam esse tipo de força foi de aproximadamente de 85%.

Tem-se adotado a mecanização, principalmente pela rapidez na execução dos serviços, visto que o período chuvoso é curto e o agricultor precisa aproveitar as condições climáticas para o cultivo.

No período da seca, algumas medidas são adotadas pelos agricultores do município, em relação à alimentação animal, como por exemplo: deixar as cancelas abertas, para que os animais fiquem livres para o pastejo por toda a área da propriedade; adotar pastos de “sacrifício”, exaurindo ao máximo a vegetação da área de pastagem com o objetivo de poupar os perímetros estabelecidos mais recentes e apartar os bezerros mais cedo, para tanto, reservando, piquetes especiais para esses animais. Em geral, os agricultores familiares aproveitam o solo preparado para o cultivo de milho objetivando semear ou plantar as mudas de capim.

As palhas de milho são também bastante utilizadas na alimentação do gado e podem ser armazenadas por meio de fenação para os períodos mais secos. Outra técnica é o “rolão”, que consiste na utilização integral do cultivar já seco, o qual é triturado para alimentação do gado.

As estratégias adotadas pelos agricultores familiares na busca pela sustentabilidade, conforme relatadas se constituem em importante Capital Cultural para os agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória.

Constata-se que nos sistemas tradicionais de criação de ovinos e caprinos, a alimentação depende exclusivamente de pastos naturais sem o uso de técnicas mais produtivas de manejo e irrigação. Nos períodos de seca esses animais perdem muito peso, e a depender do período de estiagem, esta chega a provocar perdas no rebanho.

No tocante à preparação das áreas para plantio das diversas culturas, fica evidente o predomínio na utilização da tração mecânica (arado de grade). No estudo feito na área, o percentual de agricultores que utilizam esse tipo de força foi de aproximadamente de 85%. Tem-se adotado a mecanização, principalmente pela rapidez na execução dos serviços, visto que o período chuvoso é curto e o agricultor precisa aproveitar as condições climáticas para o cultivo.

O número de associações de agricultores familiares que possui trator ainda é limitado; apenas 5% das entidades do município. Todavia, o uso contínuo de máquinas agrícolas em solos arenosos, principalmente em períodos não adequados, poderá causar ao longo dos anos a destruturação do solo. No entanto, as associações que possuem máquinas e implementos agrícolas têm facilitado o acesso do agricultor familiar à utilização desses instrumentos, visto que o valor cobrado aos sócios pelo seu uso é inferior em média a 30% do preço praticado pelo mercado.

Quanto à adubação das terras, constatou-se que esta é uma prática entre os agricultores e que estes recorrem aos dois tipos de adubação: a orgânica e a química. Contudo, a orgânica tem sido utilizada com maior frequência. Destaca-se que a utilização dos adubos orgânicos prevalece pela quantidade de estrume disponível na região e pelo baixo custo comparativamente ao inorgânico.

No que concerne ao uso dos agrotóxicos, observa-se que 47% dos agricultores analisados os utilizam, principalmente na cultura do milho. Isso se deve à facilidade com que os agricultores obtêm esses insumos, já que os diversos estabelecimentos que comercializam esses produtos no município não exigem receituário para a venda dos insumos. Constata-se o avanço nos últimos cinco anos, do plantio de milho transgênico na região.

O SISTEMA SOCIAL PRODUTIVO

A principal característica desse sistema é a relação entre o domicílio e as atividades produtivas, que servem para demonstrar o caráter familiar das propriedades. Esse sistema é determinado por várias relações: força de trabalho, renda dos agricultores, posse da terra, crédito rural e a organização dos agricultores.

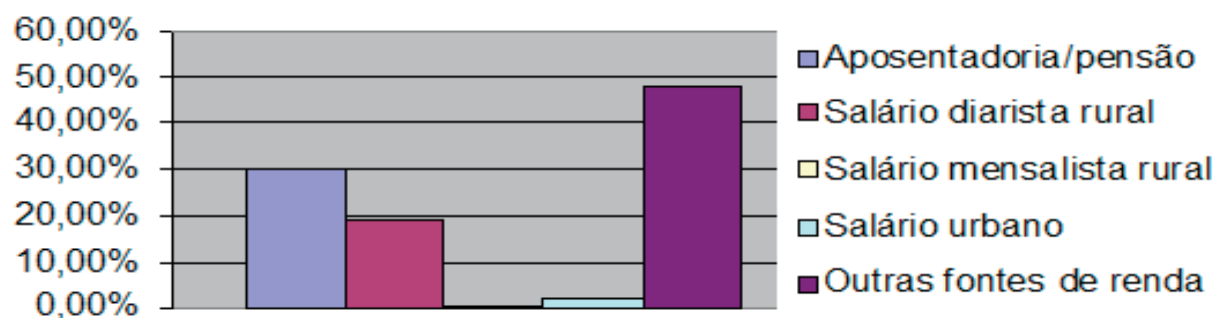
O primeiro aspecto desta análise refere-se ao emprego de mão-de-obra nos estabelecimentos rurais do município. Verifica-se entre os agricultores prevalece 75% com o emprego da mão-de-obra familiar, seguido da utilização de mão-de-obra assalariada diarista, com 24%, e 1% para a contratação de mão-de-obra assalariada mensal. Em geral, os agricultores que contratam diaristas em seus estabelecimentos também vendem a sua força de trabalho. Isso ocorre com maior frequência nos períodos de plantio, colheita e limpeza de áreas plantadas com palma forrageira, visto que essa cultura necessita de cuidados especiais nos dois primeiros anos após o plantio.

Meira Filho (2004, p. 114) afirma que ocorre um acelerado processo de contratação de mão-de-obra temporária na região de Nossa Senhora da Glória, a partir do mês de fevereiro, estendendo-se até maio. No período compreendido entre junho e outubro observa-se o desinvestimento dessa mão-de-obra, só voltando a aquecer nos meses de novembro e dezembro, embora em menor proporção ao observado no período anterior.

A renda das famílias de agricultores é composta por diversas fontes, entre elas: salário diarista, salário mensalista, salário por atividades desenvolvidas na zona urbana, aposentadorias/pensões e outras rendas que compreendem valores obtidos com atividades agrícolas e não-agrícolas (Figura 4). No entanto, verifica-se que entre as fontes mais citadas como outras rendas está o programa Bolsa Família do Governo Federal, receitas obtidas por meio da comercialização da produção agropecuária, arrendamento de áreas, comercialização de outros produtos em feiras livres da região.

Segundo relatos, os benefícios promovidos pelos programas sociais do governo federal às famílias de agricultores, têm sido a causa de uma redução momentânea na oferta de mão-de-obra diarista na região.

Gráfico 5 - Principais fontes de renda



Fonte: Azevedo, 2014.

Cabe destacar a importância que as aposentadorias/pensões exercem na formação das rendas das famílias de agricultores do município de Nossa Senhora da Glória. Esses be-

nefícios correspondem em média a 30% da renda total. Tal fato explica a procura dos sindicatos rurais pelos agricultores em busca, principalmente, de documentos comprobatórios das suas atividades trabalhistas com o intuito de facilitar a obtenção do mencionado benefício junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, além de serviços de assistência médico-odontológica e jurídicos prestados pelo próprio sindicato. Verificam-se alguns casos em que famílias inteiras são dependentes financeiros de pessoas idosas beneficiárias de aposentadorias e/ou pensões.

No tocante à posse da terra, verificou-se que 89% dos agricultores são proprietários dos estabelecimentos, 9% são arrendatários ou parceiros, e 2% ocupantes. E como, em geral, a principal fonte de renda das famílias é obtida na propriedade, é provável que no futuro os filhos assumam as atividades e que a propriedade seja repassada entre gerações da família. Segundo Wanderley (1996, p. 3),

[...] as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. (WANDERLEY, 1996, p. 3).

O arrendamento de áreas constitui-se em outra modalidade de acesso à terra bastante utilizado pelos agricultores do município. No universo do estudo 85% dos agricultores afirmaram que recorrem ao arrendamento como forma de expandir as suas atividades. Com base nos dados da pesquisa, essas áreas são utilizadas, sobretudo, para a expansão da bovinocultura de leite bem como para o plantio de milho e palma, que servem para alimentação do rebanho bovino.

De acordo com o grupo de agricultores 33% recorreram a empréstimos bancários para financiamento da pecuária nos últimos anos. No entanto, sabe-se que desde a década de 1970 existem linhas de crédito específicas por meio do Projeto Sertanejo e Chapéu de Couro para o atendimento dos pecuaristas.

No início da década de 1980, os agricultores da região que recorreram aos empréstimos bancários para substituição e melhoria dos rebanhos bovinos incentivados pelos programas estatais não conseguiram pagar as suas dívidas. Eles alegam às elevadas taxas de juros cobradas pelas instituições de crédito.

Nesse sentido, alguns dos agricultores tiveram que se desfazer de parte dos rebanhos a fim de honrarem os seus compromissos. Segundo dados do DEAGRO (2005), no ano 1977 o rebanho bovino do município de Nossa Senhora da Glória era de 38 mil cabeças, reduzindo-se a 33 mil bovinos em 1984. No depoimento de um agricultor:

Quem recorreu aos bancos no início dos anos de 1980 fez foi diminuir o rebanho, porque teve que vender o gado para pagar empréstimo com altas taxas de juros, e muita gente acabou sem nada (informação verbal)¹⁸.

Um problema enfrentado pelos produtores que recorreram aos financiamentos na década de 1980, ocorreu na etapa da comercialização do leite e de seus derivados, a exemplo do queijo coalho e da manteiga. Tal fato se deveu porque os mercados local e regional não conseguiam demandar toda a produção, provocando uma queda considerável nos preços desses produtos, chegando às vezes a não cobrir o custo de produção. O comportamento do rebanho bovino do município de Nossa Senhora da Glória no período 2004 a 2012

pode ser observado na tabela 5 seguinte:

Tabela 5 - Rebanho bovino de Nossa Senhora da Glória/SE

Ano	Cabeças
2004	27.500
2005	36.000
2006	37.000
2007	43.900
2008	42.250
2009	42.760
2010	42.350
2011	45.760
2012	46.850

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal, IBGE (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).

Observa-se um aumento considerável do rebanho em meados da década de 2000, relacionado à implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1996. Todavia, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2010 há uma pequena redução no número de animais, coincidindo com o período em que as instituições financeiras iniciaram a cobrança das parcelas do financiamento da produção; bem como do aumento no preço do milho. Entretanto, a partir de 2011 o rebanho volta a crescer graças à estabilidade do preço do leite.

De acordo com o Plano Agrícola e Pecuário do Governo Federal de 2012/2013, as linhas de financiamento para aquisição de animais tornaram-se mais viáveis, visto que o Governo aumentou o limite de custeio para a pecuária de leite de R\$650 mil por tomador para R\$800 mil por tomador. E ele reduziu a taxa de juros de 6,75% ao ano para 5,5% ao ano. Quanto ao crédito de investimento para a aquisição de matrizes e reprodutores o limite é de R\$750 mil por investidor, com até 5 (cinco) anos para pagamento, carência de dois anos e taxa de juros de 5,5% ao ano.

O governo melhorou a questão dos custos para investimento na pecuária de leite fixando uma taxa de juros de 5,5% ao ano, diferentemente de alguns anos atrás onde eram cobrados juros e correção monetária e o preço do leite não aumentava (informação verbal)¹⁹.

No tocante à organização dos produtores em associação, cooperativa e sindicato, no território de Nossa Senhora da Glória aproximadamente 75%, dos agricultores estão vinculados a uma organização social. Os agricultores têm-se associado às organizações do município, principalmente nas entidades do tipo associação.

Entende-se que é preciso também avaliar a qualidade da participação dos agricultores. Diversos autores como Melo (2005), Meira Filho (2004) e Lisboa (1999) demonstram em seus trabalhos que o maior obstáculo ao desenvolvimento das entidades refere-se à qualidade da participação dos seus membros. É preciso que os sócios opinem, participem das

19 L. C. O. – Povoado Cabeça da Vaca.

discussões, proponham encaminhamentos e fiscalizem politicamente os seus dirigentes.

Observa-se que o nível de organização das entidades é bastante frágil, visto que um percentual considerável de seus sócios não participam dos seus fóruns deliberativos; apenas pagam as mensalidades para não perderem o vínculo com a entidade e deixarem de ser beneficiados pelos projetos implementados pelo Estado.

De fato, há pouca participação, confessa um depoente:

Nós temos 40 sócios, mas só uns 20 participam da reunião, eles (os sócios) só querem participar quando vem algum projeto de melhoria para a comunidade, quando é para conversar sobre outros assuntos eles não aparecem (informação verbal)²⁰.

Outro aspecto refere-se ao comportamento dos sócios nas reuniões, uma vez que parte deles vão mais para ouvir do que para opinar sobre os encaminhamentos a serem adotados pelas entidades, delegando toda responsabilidade aos membros da diretoria sobre o destino das organizações.

Conclui-se que foi possível caracterizar a organização interna e o funcionamento dos agroecossistemas do tipo familiar no município de Nossa Senhora da Glória, assim como verificar a interdependência dos subsistemas estudados.

A pecuária foi determinante para o surgimento do núcleo de povoamento que deu origem ao município de Nossa Senhora da Glória. Entretanto, ficou constatado que somente a partir dos anos 1970, por meio de incentivos estatais, é que o município passa a se consolidar como bacia leiteira. Para isso se destacam as políticas públicas de acesso ao crédito para promover a substituição dos rebanhos bovinos de corte para leite e, conseqüentemente, o desenvolvimento da pecuária.

Constata-se também que a pecuária de leite é a principal atividade econômica no município. No entanto, há a vulnerabilidade da atividade, principalmente devido aos efeitos da seca, ficando o agricultor dependente da aquisição de insumos externos. Outro aspecto importante, diz respeito ao mercado, visto que a atividade leiteira de Nossa Senhora da Glória é prejudicada, principalmente no período da seca, em virtude da oferta de derivados do leite produzidos em outras regiões do país. Além disso, nos últimos anos o órgão de vigilância sanitária estadual tem exigido dos proprietários de fabriquetas a adaptação destas às normas técnicas. Contudo, diante do elevado custo para a adequação, pouco ou quase nada se modificou embora um consórcio entre órgãos públicos e empresas privadas já tenha pré-selecionado alguns agricultores com o objetivo de conceder o financiamento com vistas à viabilização da mudança.

O associativismo dos agricultores tem viabilizado o seu acesso a alguns benefícios, a exemplo da mecanização agrícola, de linhas de crédito por meio do PRONAF, entre outros. Contudo, fica evidente que a qualidade da participação é que se vem constituindo em barreira ao desenvolvimento dessas organizações.

Um conjunto de estratégias adotadas pelos agricultores familiares do município no sentido de facilitar a sua sobrevivência econômica e a convivência com a seca; tem como as mais comuns: o consórcio entre as culturas agrícolas; a criação de suínos consorciada com a produção de leite; a venda de parte do rebanho no início do período de estiagem, evitando-se maiores gastos com ração; o arrendamento de áreas para plantio de milho e palma para alimentação animal, entre outras.

A principal fonte de renda das famílias de agricultores é obtida na propriedade e complementada por outros rendimentos, destacando-se a importância dos benefícios de aposentadoria e pensões, do programa Bolsa Família, assim como do trabalho assalariado, principalmente na condição de diarista.

122 6 – LAÇOS DE SOLIDARIEDADE ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

FOTO 8 - Esculturas “Frutos da terra”, por Véio



FONTE: Azevedo, 2015.

*“... Cultivo a ideia de que um dia meus irmãos e irmãs irão se reencontrar e o saber popular irá novamente se ajuntar, percorrer as veias da terra, desenterrar a história, promover o resgate da memória, dos encontros, das festas, das plantações, mutirões e fartas colheitas e o sentido da vida fará abrir caminhos, florescer revoluções, depor sistemas...”
(Zé da Terra).*

6 – LAÇOS DE SOLIDARIEDADE ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

6 – LAÇOS DE SOLIDARIEDADE ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

O presente capítulo versa sobre as formas tradicionais de cooperação²¹ praticadas no passado pelos agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória. O propósito é entender, como se dá atualmente, as relações entre os agricultores familiares e a formação dos territórios.

Maia e Lopes (2003) enfatizam que a comunidade rural²² é um espaço cultural e social mais que econômico, onde residem formas tradicionais de cooperação que são utilizadas mediante as necessidades dos indivíduos.

É certo que a comunidade recebe influência das transformações sociais, dos costumes, das crenças e dos comportamentos vigentes em uma dada sociedade. É nessa perspectiva que se pode compreender as práticas tradicionais de cooperação entre os agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória, como sendo permeada por diversos aspectos, sejam eles sociais, econômicos, religiosos ou políticos.

As práticas tradicionais de cooperação formam um campo fértil de contribuições para entender as manifestações culturais e econômicas de um povo, uma vez que elas retratam ao longo de sua história as transformações sociais e as mudanças culturais de uma dada comunidade, por quem também é influenciada.

Os elementos sociais e econômicos permitem mostrar que as formas tradicionais de cooperação fazem parte da vida social, de um lado, e, de outro se encontram em estado dinâmico, não sendo estática sua permanência no grupo.

Entretanto, observa-se que a partir do final da década de 1970 estas manifestações de cooperação vão desaparecendo, à medida em que novas formas de organização são implantadas no município, a exemplo das associações de desenvolvimento comunitário, que tem contribuindo para a adoção de novas tecnologias pelos agricultores familiares, por meio da implantação de um conjunto de políticas públicas.

AS COMUNIDADES: MATERIALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EM FORMA DE SOLIDARIEDADE

Inicia-se destacando a importância que assumem as comunidades para o aprofundamento do debate, acerca das citadas formas tradicionais de solidariedade entre os agriculto-

21 A cooperação é relevante a maior parte dos empreendimentos humanos, do jogo ao matrimônio, das transações de mercado às relações internacionais, da produção industrial à educação. A cooperação exige que os agentes, tais como indivíduos, firmas e governos, estejam de acordo com respeito a um conjunto de regras, um contrato, que deve ser então observado no decorrer da sua atividade conjunta (BINMORE E DASGUPTA, 1986, p. 3). Para Williams (1988, p. 5) "Pode-se dizer que dois ou mais agentes cooperam quando se empenham num empreendimento conjunto para cujo resultado são necessárias as ações de ambos". Fica evidente que a sua significação social quanto sua sofisticação conceitual, são realçadas, ainda segundo o autor "quando uma ação necessária por parte de pelo menos um dos envolvidos não se encontra sob o controle imediato do outro envolvido. (...) Sob essa definição, uma situação em que dois agentes cooperam envolve necessariamente pelo menos um deles dependendo do outro".

22 Adota-se neste estudo a definição de Fichter (1967) no qual uma comunidade pode ser definida como um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer projetos comuns.

res familiares.

Neste sentido, o Capital Social das comunidades é utilizado como forma de ajuda mútua entre os agricultores familiares que formam os territórios. Já o Capital Cultural se manifesta por meio dos alimentos e bebidas consumidos durante as formas de solidariedade, assim como nas práticas de cultivo e na técnica de construção de moradias.

Tedesco (1999) entende que a comunidade é um local de multissignificados e funções. Ela é o espaço do jogo das trocas que, por meio de acordos e conflitos, tece a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, afeto, conhecimento, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade, de gênero e de idade, etc.

De acordo com Sabourin (2009) comunidade é um termo bastante utilizado, em função de sua história, esta palavra, além da localidade e da proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos, o que aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular.

A comunidade rural não é apenas o espaço físico onde as pessoas se estabelecem, mas o território da convivência e da reciprocidade, uma vez que se constitui nas relações sociais, inclusive as trocas, sejam elas materiais ou simbólicas, de bens ou serviços, por meio das quais os seus membros escolhem os seus aliados e realizam alianças.

Segundo Maia e Lopes (2003) a vida social e econômica dos agricultores familiares era organizada pelos princípios da cooperação e da ajuda mútua, conjunto de regras denominado de dívida social da comunidade, o qual deveria ser seguido por todos os seus membros, sob pena de sofrer sanções ou até mesmo de ficar marginalizado e não receber ajuda dos vizinhos quando mais necessitasse.

Para Woortmann (1990, p. 67), “a reciprocidade era o contrato social do camponês hierárquico no interior do todo que é a comunidade”, portanto assumia uma importância muito grande devido ao compromisso moral entre os agricultores, “o contrato não era feito entre indivíduos, mas numa coletividade, entre pessoas morais”.

Neste sentido, adota-se neste estudo a concepção de Woortmann por entender que é a que melhor se adequa a análise da solidariedade com reciprocidade nos territórios em análise.

A COOPERAÇÃO ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES

As principais formas de cooperação entre os agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória são: o batalhão, a pisada, a taipa de casa, a pega e a ferra de boi. Todas elas reguladas pelo princípio da reciprocidade, para qual a retribuição era obrigatória, seja de forma imediata ou em outro momento.

Afirma Tedesco (1999, p. 117) que “a cooperação precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de confiança e o crédito futuro”. Ressalta-se, que durante o estudo não houve nenhuma referência às transações monetárias pela prestação dos mencionados serviços. A cooperação, portanto, se dá baseada em dádivas feitas e retribuídas. Entretanto, o hábito da retribuição pela gratidão do benefício recebido se constitui em um capital simbólico.

A dádiva é um sistema de intercâmbio, de bens ou serviços, em que a importância da

troca não está no que circula, mas nos vínculos estabelecidos por meio da relação gerada. Nesta relação, não há a preponderância de elementos como o poder ou a valorização monetária, pois o que circula está em prol da construção e manutenção de laços sociais.

Caillé (2002, p. 192) interpreta como “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem”. É uma relação que não procura a equidade na troca, mas um sentimento de dívida espontânea, voluntária, em que as partes se sentem dispostas a doarem de uma forma incondicional, “sem garantia de retorno” (GODBOUT, 1999, p. 29).

Mauss (1974) afirma que a dádiva de nenhuma maneira é desinteressada. Dar, para ele, significa demonstrar a superioridade e aceitar sem retribuir significa subordina-se; e que a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir se constitui na primeira condição para efetuar o vínculo social. Portanto, fica claro que a dádiva não era simplesmente uma troca generosa entre vizinhos, uma vez que era regulada por uma complexa lógica.

Cabe ressaltar, que as estruturas de reciprocidade não são apenas mobilizadas pelas sociedades humanas em função de seus aspectos materiais, no plano do real. Mas, também no plano simbólico, por meio da palavra, das regras, das normas ou dos costumes, associados ou não a alguma tradição. E essa transformação no plano simbólico pode se dar por meio da atualização de práticas ou regras de reciprocidade, em estruturas econômicas e sociais atreladas a representações e decisões políticas em função de novas condições.

As estruturas elementares de reciprocidade foram analisadas e sistematizadas por Temple (1998). O autor identifica os sentimentos e os valores humanos produzidos pelas relações humanas em cada uma das categorias de estrutura: binária, ternária e centralizada.

A reciprocidade binária corresponde às relações de aliança (casamento, compadrio, redes interpessoais) que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A relação de reciprocidade binária simétrica, cara a cara, gera a amizade e os valores éticos. Na relação de reciprocidade binária assimétrica o doador ganha prestígio enquanto gera obrigação ou submissão ao donatário.

Já nas estruturas de reciprocidade ternária envolvem pelo menos três partes. A relação de reciprocidade ternária pode ser unilateral, por exemplo, no caso da dádiva intergeracional na relação de pais para filhos. Ela gera o sentido de responsabilidade. Entretanto, pode ser bilateral, como no caso do compartilhamento de recursos comuns, o que possibilita o senso de justiça e a confiança nas comunidades.

De acordo com Temple (1998):

Quando a estrutura ternária é bilateral, ela submete o sentimento de responsabilidade a uma obrigação nova; por exemplo, a obrigação de equilibrar as dádivas que chegam de um lado com aquelas vão para o outro lado. O objetivo do doador na estrutura de reciprocidade ternária unilateral consiste em dar o máximo possível; isto porque quanto mais dá, mais gera vínculo social. Enquanto que na reciprocidade ternária bilateral aquele que se situa entre doadores deve reproduzir a dádiva de um e de outro de forma apropriada. Tal inquietação é a da justiça. (TEMPLE, 1998, p. 241).

Na estrutura de reciprocidade centralizada, as prestações e decisões são distribuídas por um centro de redistribuição como o chefe, o patriarca, o rei, o poder religioso, ou o

Estado. Nessa estrutura, a confiança torna-se obrigação e obediência ao centro de redistribuição. Pode-se exemplificar esta forma de estrutura como a construção de estradas, cavar ou limpar um açude entre outros, na qual os membros da comunidade que não participam perdem prestígio e honra.

Para Sabourin (2011) a teoria da reciprocidade está fundamentada em quatro elementos teóricos a seguir: o primeiro deles envolve a definição do conceito do ponto de vista socioantropológico. O supracitado autor entende que o princípio de reciprocidade vai além de uma relação de dádiva e contra-dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. E, o reducionismo na definição de reciprocidade, que por muito tempo prevaleceu na antropologia, contribuiu para uma confusão entre troca assimétrica e reciprocidade. Impasse esse que persistirá, enquanto a reciprocidade for interpretada como uma lógica binária que convém à troca.

Temple e Chabal (1995) entendem que para entender a reciprocidade é preciso recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951), que faz aparecer um terceiro elemento incluído na relação de reciprocidade; possibilita, portanto, interpretá-lo como ser dessa relação e dar conta dela como da estrutura originária da intersubjetividade, irreduzível à troca de bens, que libera do laço social ou da dívida.

Ressalta-se que do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista a troca.

Outro questionamento de Sabourin (2011) é quanto às formas que a reciprocidade pode assumir. Segundo o mencionado autor a Antropologia consagrou apenas a reciprocidade das dádivas (oferendas, partilhas, prestações totais e potlatch) que se constituem em formas positivas de reciprocidade; Esta ciência deu pouca ou nenhuma ênfase a reciprocidade na forma negativa a exemplo dos ciclos de vingança.

A lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra enquanto a lógica da dádiva está ligada a dialética do prestígio. Entretanto, a sede de prestígio (fonte de autoridade e de poder, nas comunidades de reciprocidade) motiva o crescimento da dádiva, por meio do quanto “mais eu dou, mais eu sou”.

O terceiro elemento elencado por Sabourin (2011), em sua análise diz respeito às relações de reciprocidade em termos estruturais, no sentido antropológico do termo. Neste sentido, se distinguem segundo algumas estruturas elementares como propostas inicialmente por Mauss (1931), Levi-Strauss (1949), Scubla (1985), e Temple (1988). As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos éticos. A relação de reciprocidade em uma estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação, em outras estruturas, podem produzir outros valores específicos.

E por fim, o quarto elemento refere-se aos diferentes níveis do princípio de reciprocidade que geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Para Sabourin (2011) existem várias formas de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos, tais como: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações).

Breve, existem as estruturas fundamentais de reciprocidade que geram sentimentos diferentes e, portanto, valores distintos. Assim como, existem várias formas de reciprocidade, que lhes conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser

capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis e formas se articulam para formar sistemas de reciprocidade. No caso de Nossa Senhora da Glória, as reciprocidades simétricas assumem um papel fundamental na manutenção das relações sociais estabelecidas entre os grupos de agricultores familiares.

UM TEMPO DE COOPERAÇÃO: OS BATALHÕES

O termo “batalhão” é utilizado regionalmente e tem o mesmo sentido do mutirão rural ou adjunto, que se constitui em formas coletivas de trabalho. De acordo com Caldeira (1956) esse termo é utilizado nos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas, principalmente nas zonas san franciscana e sertaneja.

Essa forma de cooperação é conhecida regionalmente como batalhão por aglutinar um grande número de pessoas. Ressalta-se que cada agricultor participante se encarrega de levar os seus instrumentos de trabalho, as foices, machados, estrovengas e enxadas. Essa preocupação se dá tendo em vista, que o agricultor beneficiário pode não dispor de uma quantidade suficiente de ferramentas para distribuir com todos os participantes.

Segundo Cândido (1998, p. 49), o mutirão “consistia essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-los a enfrentar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc”.

Geralmente, os vizinhos são convocados pelo beneficiário que lhes oferece alimento e bebida, encerrando o dia de trabalho com uma festa. Não há remuneração de espécie alguma, a não ser a obrigação moral com que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos vizinhos que o auxiliaram. Este chamado não falta porque é praticamente impossível a um agricultor, que só dispõe de mão-de-obra familiar, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal.

Para Guimarães (1995, p. 52),

O mutirão constituía uma espécie de sociedade de auxílios mútuos, baseada unicamente nos costumes e usanças dessa boa gente, que não dispoñdo muitas vezes senão do seu único braço para o serviço, planta, todavia, roças consideráveis, e obtém a colheita necessária para a sua subsistência. (GUIMARÃES, 1995, p. 52).

Quando o convite é feito a um agricultor para participar de um batalhão deve ser aceito. A recusa ao chamado pode significar a exclusão do circuito de reciprocidade, e o indivíduo corre o risco de ficar em situação de hostilidade e isolamento perante a comunidade, à medida que deixa de cumprir uma das obrigações das regras de reciprocidade: aceitar o convite e ao mesmo tempo dar uma dádiva.

Como afirma Tedesco (1999), o indivíduo não poderia recusar o convite porque assim estaria rompendo com os laços que unem historicamente as famílias e permitem a reprodução da comunidade. A negação, a recusa ao convite, é vista, comunitariamente, como arrogância e autossuficiência; consequentemente, ele perde prestígio e dignidade.

O batalhão também pode ser oferecido a um vizinho em um momento de precisão, como resposta a uma situação-problema, constituindo-se assim em um dos momentos mais marcantes de solidariedade entre agricultores. Membros da comunidade se encarregam de

informar aos demais da necessidade do trabalho coletivo para ajudar a um vizinho, por uma determinada situação, a exemplo de doença, serviços em propriedades de mulheres viúvas, agricultores com serviços atrasados em relação ao ciclo agrícola, etc. Nesse caso, o agricultor beneficiado não tem a obrigação de fornecer alimentação e bebidas, visto que é pego de surpresa, assim como, pode estar em dificuldade financeira.

Tem um vizinho da gente que ficou doente e não podia fazer a roça dele. Aí, já tava no tempo de plantar por causa da chuva, então, juntamos todos os vizinhos e um dia de sexta-feira plantamos a roça dele (informação verbal)²³.

Os batalhões eram realizados com maior frequência durante a década de 1980, atualmente acontecem de forma esporádica em épocas específicas do ano, principalmente a partir do mês de março, quando se inicia o ciclo agrícola no sertão sergipano. Este tipo de cooperação é realizado durante todo o dia, iniciando-se ao amanhecer e terminando no final da tarde; em boa parte das vezes com uma grande festa.

A determinação de um dia de serviço para a execução das tarefas dessa forma de cooperação, se dá, primeiramente, tendo em vista, as obrigações diárias de cada agricultor-participante, não podendo os mesmos se afastarem de seus estabelecimentos por muito tempo, e segundo que um dia era suficiente para que o grupo de agricultores realizasse o trabalho.

As festas ao final do trabalho, segundo informações obtidas no município, eram comuns em estabelecimentos de agricultores com melhores condições financeiras. Contudo, nas comunidades onde residiam tocadores de violão e de acordeon praticamente não havia distinção, e todo batalhão era encerrado com festa, atividade que reforçava ainda mais os laços de amizade.

A festa oferecida pelo dono do serviço aos seus colaboradores não é diferente do comum das festas na roça; acontecem geralmente nos terreiros das casas ou no próprio quintal. Homens e mulheres dançam de mãos dadas em forma de uma grande roda ou aos pares, ao som de instrumentos como: sanfona, viola e pífano. Afirma Caldeira (1956) que o clima gerado pela ação do álcool durante os batalhões favorecia os relacionamentos amorosos.

Guimarães (1995) em “O Seminarista”, retratou o lado lúdico dessa manifestação.

Mutirão! Só esta palavra nos faz ressoar aos ouvidos os alegres rumores dos descantos e folguedos da roça, o estrépito dos sapateados da dança camponesa por entre a zoadada dos adufes e violas, e nos transporta ao meio das rústicas e singelas cenas de prazer da vida do sertanejo. (GUIMARÃES, 1995, p. 51)..

O lado lúdico dessa forma de cooperação ajudava a transformar o árduo trabalho em uma grande festa. Eram comuns durante as atividades do batalhão as cantorias em ritmo de aboio, toadas e samba de roda. Assim os agricultores desenvolviam as mais penosas tarefas sem percebê-las, já que estavam entretidos com os cantos.

A seguir será exposto um canto de trabalho, entoado durante a derrubada das matas, enquanto os agricultores estavam manejando os machados, foices, serras e estrovengas. Assim afirmou José Antônio de Santana, 85 anos, povoado Boa Sorte:

23 M. F. S. - Povoado Lagoa do Chocalho.

Bernadino foi à serra, foi pegar beija-flor. Só não quero que pegue, os canários cantador. Pau pereiro, pau pereiro, Pau pereiro ingratidão. Todo pau floreia e brota, só o pau pereiro não. Pau pereiro, pau pereiro, olha a seca do verão. Todo pau cai a folha, só o pau pereiro não (informação verbal)²⁴.

Nos batalhões, as tarefas eram bem definidas no tocante ao gênero. Aos homens cabia a tarefa do roçado, enquanto às mulheres a preparação dos alimentos a serem consumidos durante o dia, entre outros afazeres domésticos; as crianças também participavam transportando água em cabaças e moringas de barro para os trabalhadores. A mão-de-obra feminina era, assim distinta da masculina e a sua participação estava atrelada a presença masculina de um membro da família (cônjuge, pai ou irmão).

Quanto à alimentação servida aos participantes do batalhão, os pratos mais comuns eram buchadas, pirões e galinhadas; destaca-se que a parada no intervalo para o almoço era anunciada por meio de cantos²⁵. Já as bebidas alcoólicas consumidas durante as diferentes formas de cooperação, as mais citadas foram: meladinha (uma mistura de cachaça com mel) ou cachaça com ervas regionais em infusão (angico, imburana, quixabeira, milone, casca de pau, entre outras), previamente preparadas pelos agricultores. Aos poucos estas bebidas foram substituídas pelas industrializadas, a exemplo das aguardentes 21 e 51, facilmente encontradas nos armazéns dos povoados.

NA PISADA DA COOPERAÇÃO

De acordo com as informações prestadas pelos agricultores do município, o termo “pisada” refere-se ao ritmo que era dançado por eles na realização das tarefas dessa forma de cooperação. A diferença entre essa modalidade e o batalhão estava no tempo necessário para a execução do serviço, visto que este era realizado utilizando-se apenas um período do dia, verificando-se que normalmente, os serviços eram realizados à noite. O ritmo da pisada do samba de coco²⁶ ajudava a aquecer os corpos dos agricultores nas baixas temperaturas, comum na região no período noturno.

O código de ética estabelecido pela comunidade e que deveria ser seguido era o mesmo das outras modalidades de cooperação: o compromisso moral de ter que retribuir em outro momento a ajuda recebida, ou seja, a dádiva.

Caldeira (1956, p.193) constatou em seu estudo sobre agricultores da região semiárida do estado da Bahia que “o trabalho de despalhar o milho e batê-lo sobre jiraus era outra operação em que os lavradores se assistem reciprocamente. Começando de ordinário entre 6 e 7 horas da noite, prolongando-se por três ou quatro horas”.

Outra diferença em relação ao batalhão era que neste caso, não existia o compromisso por parte do agricultor beneficiário com o fornecimento de alimentos e bebidas. Tratava-se de atividades corriqueiras, portanto, com maior incidência do que outras formas de cooperação, além da limitação de tempo, não ultrapassando uma diária de quatro horas.

As tarefas mais comuns executadas nas pisadas eram a quebra de milho, debulhar milho e feijão e a produção de farinha de mandioca. Observa-se no relato abaixo também a descrição de momentos lúdicos.

24 José Antônio de Santana, 85 anos, povoado Boa Sorte.

25 Segundo Josefina da Silva, 65 anos, agricultora do povoado Barra Verde: Dona da casa eu quero comer / Eu quero beber / Eu quero aguardente. Faz um pagode / Não mata bode / Convida a gente. Limoeiro cai na mata fechada / A chuva era muita / E o relâmpago era demais / Sustenta a pisada / Choveu trovoadas.

26 O samba de coco refere-se ao samba tirado de cabeça, de improviso. O som característico do coco vem de quatro instrumentos (triângulo, ganzá, pandeiro e atabaque), mas o que marca mesmo a cadência desse ritmo é o replicar acelerado dos tamancos e das palmas (Câmara Cascudo).

[...] pois é, naquele tempo não tinha máquina e, os pais da gente colocava roça grande onde as mais pequenas era de trinta tarefa, aí era muito milho, quando era boca da noite claro, de lua né, todo mundo se reunia ao redor das ramas de milho, descascando, cantando e dizendo versos, também bebia né, tomava vinho essas coisas, daí também saía paquera, saía namorinho e até casamento... (informação verbal)²⁷.

A pisada era uma forma de cooperação bastante utilizada na produção artesanal de farinha de mandioca. Enquanto as mulheres raspavam e ralavam a mandioca, aos homens cabia o trabalho de girar o rodete manual, prensar a massa, torrar a farinha no tacho e manter o forno abastecido de lenha. Essa definição das tarefas entre gênero tem como base o pensamento comum entre os agricultores da região que as mulheres conseguem realizar melhor a raspagem da mandioca, tendo em vista a sua agilidade e destreza, assim como facilidade para se agachar. A produção era para o consumo próprio da família, durante alguns meses, podendo o excedente ser emprestado, trocado ou até mesmo doado aos vizinhos.

Observa-se, atualmente, na área de estudo um grande número de casas de farinha comunitárias desativadas, onde os prédios estão servindo para outros fins, a exemplo de escolas, depósitos e sede das associações comunitárias. As casas de farinha estão perdendo a sua finalidade, devido à redução da produção de mandioca no município. Explica-se tal fato, uma vez que áreas que até então eram utilizadas no cultivo de mandioca, agora se destinam ao plantio de milho e à palma para alimentação dos rebanhos bovinos. Outro fator que também contribuiu para a queda na produção de mandioca foi o baixo preço da farinha, levando o agricultor a optar por outros cultivos de maior valor agregado.

CONSTRUINDO COOPERAÇÃO: A TAIPA DE CASA

Nessa modalidade de cooperação, vizinhos, parentes e amigos eram convidados previamente para a construção de uma casa de taipa, também conhecida regionalmente como casa de sopapo, ou pau-a-pique. Neste tipo de construção a matéria-prima necessária era retirada nas matas próximas ao local onde seria erguida a nova moradia. A parede era iniciada pela fixação das peças de madeira mais grossas que sustentam o envarinhamento feito com galhos de árvores e amarrados com cipós. Cabe ressaltar, que a estrutura de madeira era anteriormente construída para facilitar o serviço, haja vista, a disponibilidade de um dia de trabalho do grupo de agricultores para a construção da moradia.

Com a estrutura pronta, é a vez do barro, transportado do barreiro até o local da edificação, em um banguê de madeira e cipó carregado no ombro por quatro homens, que se revezam nas atividades, enquanto um outro grupo masculino aguarda o barro para a compactação e depois preenchimento da estrutura de madeira. Mulheres desenvolviam nesta forma de cooperação as mesmas tarefas exercidas por elas nos batalhões.

Sobre as crianças o testemunho é:

As crianças participavam, ficavam todas sujinhas de barro, brincando de jogar barro uns aos outros, correndo, se divertindo, todo mundo se divertindo... (informação verbal)²⁸.

Durante a taipa de casa eram entoados cantos²⁹ e desenvolvidas algumas coreografias na mistura do barro com a água, o que demonstra o caráter festivo na interação social. As músicas eram puxadas de preferência pelo proprietário da casa, ou por um parente, iden-

27 T. M. P. – Povoado Angico.

28 - J. S. – Povoado Barra Verde.

29 Canto de trabalho entoado durante a taipa de casa, segundo Francisco da Silva, 67 anos, agricultor do povoado Barra Verde: A despedida do barreiro / É que faz chorar / Faz chorar e soluçar / É que faz chorar. Aqui não quero morar / É que faz chorar / Quem quiser fique morando / É que faz chorar. Corta corta, emenda emenda / Quando eu quero emendar / Dou um nó escondo a ponta / Para o outro não desatar.

tificado por um lenço amarrado no pescoço, como forma de demonstrar a sua gratidão aos participantes, além da alegria por estar realizando o desejo da casa própria.

Todo mundo se divertia, todo mundo cantava, todo mundo sambava, uma pessoa subia no banguê com um lenço amarrado no pescoço para animar, carregado por quatro homens sobre os ombros, e toda aquela turma saía acompanhando e sambando, era muito divertido (informação verbal)³⁰.

Para Woortmann (1990), essa troca de tempo entre vizinhos é pensada como ajuda entre iguais que será retribuída, atividade descrita mais como festa do que como labuta. E em festa, as paredes vão sendo preenchidas artesanalmente, nesta técnica tradicional que apresenta um satisfatório conforto térmico e uma forte resistência ao tempo.

Todavia, este tipo de edificação tem apresentado um sério problema do ponto de vista sanitário, uma vez que as paredes das casas de taipa servem de alojamento para o inseto conhecido popularmente como barbeiro, transmissor da doença de Chagas³¹.

Quando se tratava de uma construção para um novo casal, durante a taipa de casa já se comemorava o matrimônio, visto que geralmente a moradia era erguida na véspera do casamento. Dependendo das condições financeiras dos noivos a comunidade contribuía de alguma forma para ajudá-los.

Aí tinha também os leilões, as pessoas se ajuntavam, um dava um sabonete, outro uma goiabada, um peru, uma galinha, um bezerro, para ajudar um ao outro, aí fazia aquele leilão e construía a casa (informação verbal)³².

134

ABDIADORES DA COOPERAÇÃO: A FERRA E A PEGA DE BOI

A ferra e a pega do boi são formas de cooperação que eram praticadas tradicionalmente pelos agricultores do sexo masculino no município de Nossa Senhora da Glória. Ressalta-se que os vaqueiros às vezes precisavam ficar alguns dias afastados de casa para a execução de algumas tarefas, como na condução do rebanho para outras áreas. No entanto, cabiam às mulheres os afazeres domésticos, cuidar dos filhos e parte das atividades do roçado.

Em relação à ferra de boi, o costumeiro era apenas uma grande reunião por ano em cada região, no período de inverno, para realizar a marcação a ferro quente nos animais. Já a segunda forma de cooperação era uma prática corriqueira, visto que, os estabelecimentos do município até a década de 1950 não possuíam cercas, e os animais eram criados soltos agrupando-se facilmente aos de outros proprietários. Estas faixas de terra eram denominadas de “terra de heróis³³”, pois não havia documentação legal e qualquer agricultor poderia utilizá-los.

Alguns critérios eram determinantes para a escolha dos locais onde deveria realizar-se a ferra de boi, como: disponibilidade de água para desdentação animal, que fosse centralizado e de fácil acesso para a maioria dos participantes, além da predisposição dos agricultores daquele local em fornecer a alimentação aos vaqueiros participantes. Tudo pensado para que fosse bem sucedida, e após a definição do local, este passava a ser referência na região e dificilmente mudava, permanecendo por vários anos.

Segundo relatos de agricultores nos diversos povoados do município, as ferras de boi mais famosas de Nossa Senhora da Glória eram realizadas nos povoados Lagoa Bonita, Angico, Lagoa do Rancho, Lagoa do Chocalho e Quixaba; justamente os povoados que melhor atendiam ao conjunto

30 T. P. – Povoado Angico

31 A doença de Chagas é uma enfermidade causada por um protozoário parasita denominado *Trypanosoma cruzi* (www.abcdasaude.com.br). Atualmente, os Governos Federal e Estadual implantam programas sociais de erradicação das casas de taipa, denominado Sergipe Melhor e Minha Casa, Minha Vida, respectivamente com o objetivo de reduzir o déficit habitacional contribuindo para redução de casas de taipa e consequentemente para a erradicação dessa doença.

32 J. S. – Povoado Barra Verde.

33 ³² Termo regional que significa terra que pode ser utilizada por todos.

M. P. O. – Povoado Lagoa do Chocalho.

de requisitos para a realização desta prática solidária.

A gente se reunia o dia todo para ferrar os animais e às vezes aproveitava logo para vacinar também, vinha esse povo todo daqui da região, fazia comida para todos, era muito bom vê os amigos (informação verbal)³⁴.

Para Cunha (1914, p. 84), a primeira coisa que os vaqueiros dos sertões da Bahia faziam era “aprender o abc e, afinal, toda a exigência da arte em que são eméritos: conhecer os ferros das suas fazendas e os das circunvizinhas”. Chamam-se assim os sinais (letras e desenhos) no dorso dos animais, feitos a ferro quente² para a identificação dos proprietários dos mesmos.

O vaqueiro, não se contentando em ter de cor os ferros de sua fazenda, aprendia os das demais. Chegando às vezes, por extraordinário esforço de memória, a conhecer, uma por uma, não só as reses de que cuidava, como as dos vizinhos, incluindo-lhes a genealogia e hábitos característicos os nomes, as idades, etc. (CUNHA, 1914).

Ressalta-se que a cooperação e a confiança entre os vaqueiros no passado também foi relatado como capital cultural, em Nossa Senhora da Glória. Quando um vaqueiro encontrava um animal de terceiros, cuja marca era conhecida, entregava de imediato ao seu proprietário. Quando não conseguia identificar o proprietário, guardava o animal em sua propriedade, cuidando da mesma forma de que tratavam os de seu rebanho, e sem usá-lo para o trabalho, na expectativa que o dono um dia aparecesse ou que o animal morresse de velho. Nos acordos entre o vaqueiro e o fazendeiro, em se tratando de uma fêmea, no caso de reprodução, a cada quatro animais nascidos, um seria para o vaqueiro que estava com a posse, denominando-se de quarteiração.

A pega de boi foi outro tipo de cooperação citada, bastante praticada até o final dos anos de 1970 na região; quando um vaqueiro precisava encontrar algum animal que estava desaparecido, recorria à ajuda dos vizinhos e amigos para localizá-lo em matas fechadas.

A pega de boi era assim: quando um animal que pertencia à gente fugia, naqueles tempo, a gente reunia os amigos e ia procurar até encontrar. Às vezes achava logo e às vezes demorava, mas a gente só voltava quando achava (informação verbal)³⁵.

Vejamos um canto de trabalho entoado em forma de repente durante a pega de boi, como afirma Terezinha Mendonça Pereira, 47 anos, povoado Angico:

Fui convidado para uma festa, Pedro Silva me convidou, Para ir à terra do mandi, pra pegar voador, Antônio, Zeferino, Luiz, Daniel, Pedro, Caboclo, Eliseu e Xavier, Vieram avisar que o boi é bravo e corredor, o garrote correndo faz bagaceira na sucupira, na caatinga, por meio da imburana, alecrim, gameleira, descendo o riacho até a cachoeira, e ainda corre dizendo eu sou voador (informação verbal)³⁶.

Nota-se nessa letra da música o caráter de festa que era dado à pega de boi, bem como as espécies vegetais e paisagem dos agroecossistemas da região.

Conforme Caldeira (1956, p. 196), “se um vaqueiro tinha de pegar uma ou mais reses de sua fazenda no território de outro, dirigia-se primeiramente ao respectivo proprietário ou vaqueiro e pedia campo, o que significa consentimento e auxílio, e ninguém podia recusar-se a dar campo”.

Cunha (1914) em “Os Sertões” também destaca o caráter solidário desse costume na zona sertaneja quando afirma “solidários todos, auxiliam-se incondicionalmente em todas as conjunturas”.

A solidariedade retratada pelo autor em seu romance era bastante comum na região de Nossa Senhora da Glória entre os vaqueiros. No entanto, nos últimos anos, essas formas de solidariedade vêm perdendo força, uma vez que as práticas descritas na obra de Euclides da Cunha, como por exemplo a “pega de boi”, aos poucos estão sendo extintas. Este processo de extinção acontece principalmente devido a mudança da paisagem, muitas vezes em função do desmatamento existente na região, assim como a delimitação das propriedades, por meio de cercas, dificultando a fuga dos

34 Ressalta-se que nos últimos anos a tatuagem a fogo vem se constituindo numa prática em desuso, uma vez, que reduz o valor comercial da pele bovina. Constata-se que alguns agricultores do município estão utilizando marcadores numéricos fixados nas orelhas dos animais para fins de identificação destes.

35 P. J. M. – Lagoa do Chocalho.

36 Terezinha Mendonça Pereira, 47 anos, povoado Angico.

animais. Porém foi observado que alguns agricultores dos povoados Lagoa do Chocalho e Quixaba reservam um dia da semana para praticar a pega de boi, não mais como forma de cooperação, mas como esporte. Contata-se também, que, principalmente, a partir da década de 1980 o Estado passou a se apresentar como uma forma de dádiva nos tempos modernos. Ele seria a representação da solidariedade, utilizando-se das associações de desenvolvimento comunitário para operacionalizar a redistribuição de forma ampla e igualitária. Daí a importância das associações para o Estado, servir de instrumento para a implantação de políticas públicas.

O Estado assumiu o papel de representação da solidariedade na medida em que os serviços, que até então, eram realizados internamente pela própria comunidade, passaram a ser assumidos pelo mesmo. Um exemplo é da construção de casas de farinha motorizadas, construção de casas populares em alvenaria, mecanização da agricultura e etc. Ao mesmo tempo o Estado cria uma perigosa relação de dependência assistencialista, com fins eleitoreiros.

Entende-se que esta tentativa de substituição de dádivas entre os agricultores familiares pelo Estado não poderia dar certo, uma vez que são sistemas diferentes, com princípios diferentes. A partir do momento em que se paga impostos para obter em contrapartida serviços, a relação passa a ser vista como uma troca, prevalecendo à quitação monetária de dívidas e a impessoalidade; dessa forma contrariando os pressupostos da dádiva.

Outro aspecto é que os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, implantados em Sergipe a partir da década de 1970 pelo Polo Nordeste e na década seguinte pelo PRONESE embora definidos como projetos de desenvolvimento sustentável não tiveram a preocupação com os aspectos culturais e históricos. Prevalece estritamente o aspecto econômico, levando uma visão de mercado para o agricultor familiar.

Neste sentido, verificou-se que as práticas de cooperação (batalhão, pisada, taipa de casa, a pega e a ferra de boi) em contraposição ao modelo de organização implantado pelo Estado, por meio das associações, não estavam atreladas ao retorno financeiro. O compromisso da participação era determinado pelos princípios da solidariedade entre vizinhos, amigos e parentes.

Observou-se também que as atividades lúdicas desenvolvidas durante a execução das tarefas nas diversas formas de cooperação eram importantes para a interação social das comunidades e para o entretenimento dos participantes nas tarefas mais árduas.

As tarefas desenvolvidas durante as formas de solidariedade eram bem definidas por grupo de participantes e por gênero, onde em geral as mulheres assumiam os papéis secundários, no entanto, em relação às formas de cooperação denominadas de pega e ferra de boi, eram praticadas exclusivamente pelos homens.

As diferenças entre os gêneros observadas nas práticas solidárias constitui o capital social e cultural dos grupos de agricultores familiares analisados. Há uma centralização das atividades na figura masculina, contudo apesar da invisibilidade do papel feminino ele é fundamental para a realização das tarefas.

7 – A TRAMA DO MODELO ASSOCIATIVISTA PROPOSTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS TERRITÓRIOS

Foto 9 - Escultura "Mulher", por Véio

FONTE: Azevedo, 2015.

"Todos juntos somos fortes, somos flecha, somos arco todos nós no mesmo barco não há nada pra temer..." (Chico Buarque, Enriquez e Bardotti).

7 – A TRAMA DO MODELO ASSOCIATIVISTA PROPOSTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS TERRITÓRIOS

7 – A TRAMA DO MODELO ASSOCIATIVISTA PROPOSTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS TERRITÓRIOS

As organizações que têm como base a integração dos associados por meio de uma estrutura organizacional própria à autogestão e de processos sociais de participação coletiva vêm, em tempos de grandes mudanças da ordem econômica, apresentando-se como alternativa capaz de responder aos desafios impostos pela sociedade moderna nos diferentes territórios e atividades.

Contudo, uma pergunta carece de resposta: se a participação coletiva nas organizações apresenta-se como importante instrumento para garantir conquistas, por que uma grande parcela das pessoas não participa destas entidades? Muitas são as possibilidades de resposta. Mas Avritzer (2004, p. 11) afirma que a baixa propensão associativa no Brasil está ligada aos fatores históricos com origem nas formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca e uma ampla esfera privada. Ambas são fundadas na desigualdade social.

Evidencia-se que a não participação associativa no país é superior à participação, apesar de os estudiosos do tema reconhecerem que há um crescimento da população associada. Conforme já foi dito, Avritzer (2004, p. 33) sugere algumas respostas e apresenta algumas teorias que tentam explicar os motivos da não participação. É o caso da teoria de Olson (1965) na qual prevalece a opção individual das pessoas, sem considerar fenômenos da ciência política como a dominação e a desigualdade; a de McCarthy e Zald (1977) que atribui a não participação à incapacidade de mobilização dos indivíduos associada ao controle de um conjunto de recursos que facilitam a participação, os quais podem ser de diferente natureza, como tempo, recursos materiais ou até mesmo o conhecimento de pessoas que participam; e por fim, uma terceira teoria que atribui o pertencimento dos indivíduos a redes de participação (territórios) como sendo a principal variável que explicaria tanto a participação quanto a não participação. Nesses termos, sugere uma indagação: qual a validade dessas ideias para analisar a dinâmica do associativismo entre agricultores familiares no Município de Nossa Senhora da Glória?

Levando-se em conta essa problemática e considerando que em mercados competitivos e socialmente excludentes, as formas organizacionais apresentam-se como possibilidades de inclusão para indivíduos que, de forma isolada, pouco conseguem influenciá-los (Gerlach e Batalha, 2003), o objetivo desse capítulo é analisar a dinâmica das associações de desenvolvimento comunitário de territórios no município de Nossa Senhora da Glória.

Destaca-se a crescente relevância desse tema na esfera local, considerando-se as pressões exógenas que os agricultores familiares ali vivenciam em decorrência das ameaças que rondam a principal atividade produtiva no espaço rural (produção de leite/queijo) face às exigências da legislação sanitária e as impossibilidades de atendimento individualizado

de tais exigências.

As variáveis analisadas são: ano de fundação das organizações, número de sócios, variação no quadro societário e a qualidade da participação; esta última, definida a partir dos critérios de representatividade, legitimidade, participação de base e auto sustentação dos projetos adotados por Demo (2001).

Segundo Costa e Ribeiro (1999):

As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, assim como os conselhos municipais de desenvolvimento rural mostram-se como novas formas de agregação social que coexistem com outras categorias, como os grupos de interesse e os sindicatos, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Prevalece o entendimento de que se trata de organizações voluntárias, embora induzidas pelo Estado, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade. (COSTA & RIBEIRO, 1999, p. 5).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2012) caracteriza o associativismo rural como uma alternativa necessária para viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participação no mercado em melhores condições de concorrência. Todavia, esse conceito é alvo de discussão, pois se aproxima mais da ideia de cooperativismo. Torna-se necessário estabelecer diferenças entre associativismo e cooperativismo.

De acordo com o mesmo Ministério (2012) a diferença entre o associativismo e o cooperativismo reside no número mínimo de participantes para a constituição da organização; e a comercialização, critérios que abrem margens a interpretações e equívocos.

O ASSOCIATIVISMO ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

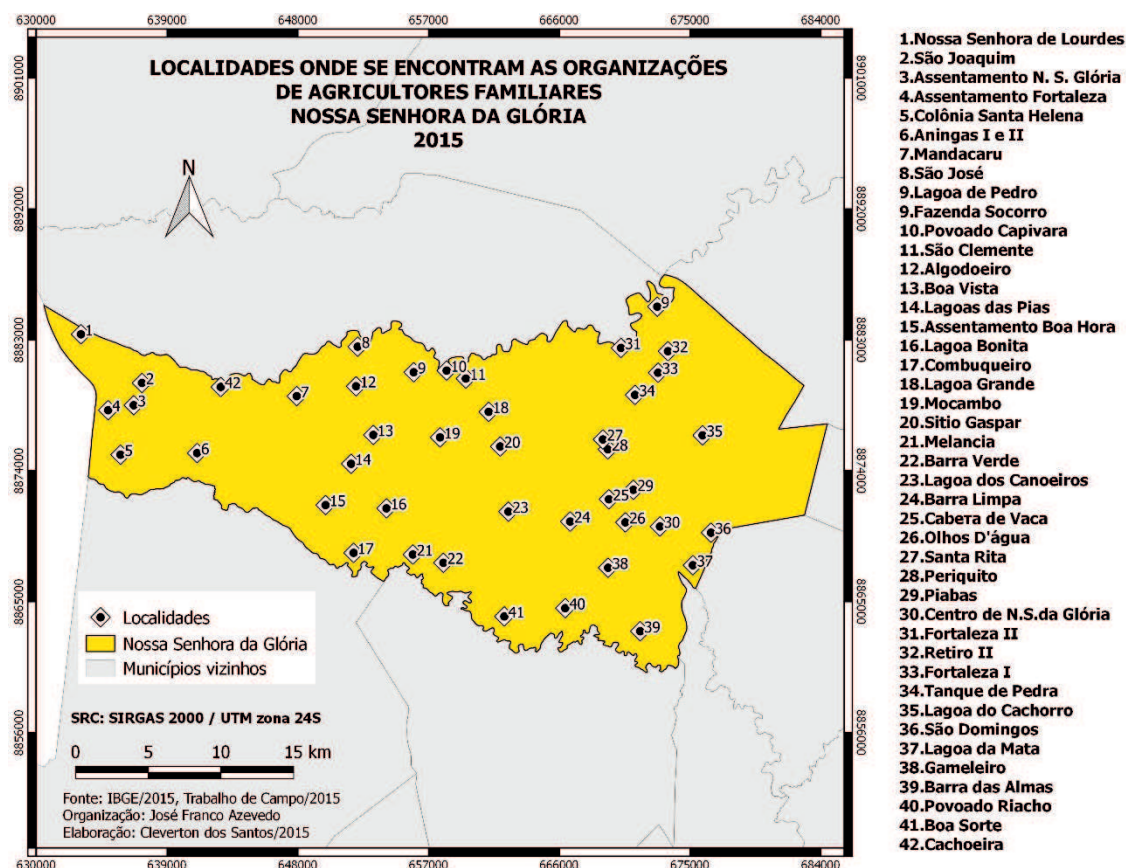
Azevedo (2006) constatou por meio de pesquisa de campo que no ano de 2005 existiam no município de Nossa Senhora da Glória 59 entidades de organização social representativas dos agricultores familiares, sendo 57 associações de desenvolvimento comunitário, 1 sindicato e 1 cooperativa.

Atualmente existem 56 entidades, sendo 55 associações de desenvolvimento comunitário³⁷ e 1 sindicato rural. Essa redução no número de organizações, ao longo de uma década se deve ao fim das atividades da Cooperglória, única cooperativa de agricultores familiares do município. Ela encerrou suas atividades por falta de políticas públicas de incentivo ao cooperativismo pelo Governo Federal e pela desativação de 2 associações, sendo uma delas a Asca – Associação de caprinocultores.

Observa-se no Mapa 2 que geograficamente as associações são bem distribuídas, abrangendo praticamente todos os territórios de agricultores familiares. Em alguns casos, a exemplo dos povoados São Clemente, Lagoa Bonita, Aningas e Augustinho, existe mais de uma entidade, todas fundadas por interesses diversos, mas principalmente por interesses político-partidários.

³⁷ Para Moraes e Curado (2004 p. 2-3) as associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem. O princípio da participação social é determinante no processo de conquistas materiais. Neste aspecto, interessa que a comunidade tenha condições de usufruir os bens e serviços materiais conquistados pela organização.

Mapa 2 - Territórios nos quais estão presentes uma ou mais associações no município de Nossa Senhora da Glória



Contudo, verifica-se que o crescimento do número de associações deu-se principalmente a partir de meados da década de 1980, haja vista que até 1984 somente existiam 3 organizações de agricultores no município, das quais apenas uma era do tipo associação. O aumento do número de associações nesse período está diretamente relacionado com os benefícios promovidos pela primeira etapa do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, por meio da construção de sedes, galpões para máquinas, doação de veículos, entre outros.

No final da década de 1990 já existiam 44 associações; em meados da década de 2000 foram constatadas 57 associações e atualmente totalizam 55, todas participantes do Conselho de Desenvolvimento Municipal Sustentável - CONDEM, órgão consultivo vinculado à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória. O período de maior crescimento no número de associações foi à década de 1990, correspondente à implantação de políticas públicas que priorizaram beneficiar as pequenas comunidades rurais, como o Programa de Apoio Comunitário - PAC e do Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC, por meio do Projeto Nordeste em Sergipe - PRONESE.

Os projetos financiados pelo PAC, a exemplo das casas de farinha, construção de sede de associação, entre outros, tinham por objetivo contribuir para o processo de organização das comunidades bem como para o processo de tomada de decisões. Todavia, o PAC tinha a concepção de planejamento participativo e atendia às propostas apresentadas diretamente

pelas associações comunitárias, enquanto o FUMAC exigia como pré-requisito a constituição dos conselhos municipais de desenvolvimento que aglutinassem as associações, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. A figura 10 representa a sede de uma associação construída com recursos do PAC.

Foto 10 – Associação dos Produtores Rurais do Povoado São Domingos



Fonte: Azevedo, 2014.

Essa Constituição Federal orientou a criação de conselhos especiais para garantir o desenvolvimento social como forma de descentralizar e fortalecer o poder municipal. Ela define como mecanismos para o controle social os Conselhos e as Associações. Segundo Andrade (2004), esse redirecionamento se deu em virtude do:

[...] esgotamento do padrão centralizado de formulação de políticas, característico do estado brasileiro, provocou a transferência da competência de planejamento das ações governamentais para o nível mais descentralizado de governo: o município. (ANDRADE 2004, p. 240).

Apesar da mudança de concepção prevista pela Constituição Federal de 1988, o que se verifica, segundo Lisboa (1999, p. 58), é um condicionamento a políticos locais em busca de favores, estabelecendo-se uma transferência de responsabilidades, posto que as comuni-

dades deveriam reivindicar bens de infraestrutura básica ou produtiva, ainda não presentes nas localidades.

Nesse sentido foi possível detectar que várias associações estão ligadas ou até mesmo são presididas por vereadores do município, ex-vereadores, ex-prefeitos, secretários municipais, ex-primeiras damas do município, mães de ex-prefeitos. Segundo Demo (2001), é explicável porque os movimentos comunitários são mananciais importantes de votos e cabos eleitorais.

Entre as associações analisadas, 5% são presididas por ex-prefeitos, ex-primeiras damas e mãe de ex-prefeitos; 5% por vereadores na atual legislatura; 5% por ex-vereadores e 15% por parentes de primeiro grau de vereadores ou de ex-vereadores; enquanto 70% dos dirigentes afirmou não ter laços de parentesco com parlamentares.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO NO MUNICÍPIO

146

Chama a atenção o crescimento do número de entidades do tipo associação no município, nas últimas décadas de 1980 e 1990, em contraposição ao declínio da Cooperativa Mista e de Colonização de Nossa Senhora da Glória.

A primeira associação constituída formalmente nesse município, em 1971, foi a dos Produtores Rurais de São Clemente, com a participação efetiva do Padre Gregório, que era pároco de Nossa Senhora da Glória. Essa pertencia à Diocese de Propriá, e seguia orientação do grupo comandado por Dom José Brandão de Castro, com posições ideológicas mais progressistas, visto que as suas ideias estavam à frente do conjunto da sociedade. Assim, a Igreja procurava desenvolver um trabalho social com as comunidades, principalmente com os jovens filhos de agricultores, por meio da JAC - Juventude Agrária Católica.

Em 1963, Dom José Brandão de Castro foi a Roma para participar do Concílio do Vaticano II. Nesta ocasião aproveitou para falar com o superior da Congregação Redentorista, onde solicitou ajuda para completar o quadro de religiosos da Diocese que comandava em Propriá, que tinha sido criada em 1960, quando foi informado de que na Bélgica havia padres que se preparavam para trabalhar nas missões estrangeiras. Foi aí que se deu a nossa vinda para cá. (PE. GREGÓRIO, 2006).

Segundo a ata de fundação da Associação de Produtores Rurais de São Clemente (Anexo 4), a origem desta associação está atrelada ao recebimento de uma doação vinda da Bélgica para o Padre Gregório, que adquiriu uma propriedade para assentar 12 famílias de agricultores. Estes se preparavam com o objetivo de emigrar para outra região, por não encontrar mais serviço naquele município, devido ao prolongamento da estiagem. Portanto, fica evidente que a criação dessa associação não tem nenhuma relação com ações e projetos do Estado ou de entidades financeiras, mas sim de uma iniciativa da Igreja Católica, na tentativa de organizar os agricultores, possibilitando-lhes a melhoria de sua qualidade de vida e a promoção do desenvolvimento da comunidade.

Constata-se atualmente que parte das famílias assentadas na época da criação da Associação dos Produtores Rurais de São Clemente já repassaram seus lotes, evidenciando a dificuldade enfrentada no gerenciamento da propriedade, ou devido a pouca valorização que os agricultores deram à aquisição das terras.

No caso específico da Cooperglória, faz-se importante uma avaliação mais detalhada.

A organização foi fundada em 1969 por 45 cooperados, crescendo gradativamente, atingindo no início da década de 1980 um quadro de 700 cooperados. Entretanto, desde meados dos anos 1980, esse número começou a decrescer, chegando o seu quadro de cooperados no final da década de 2000 a menos de 50 agricultores, ocasionando o seu descrédito e consequentemente o fechamento.

Entende-se que a espacialização das associações contribuiu para o esvaziamento da cooperativa, uma vez que os agricultores apostaram na facilidade da obtenção de benefícios por meio desse tipo de organização.

A Cooperglória exerceu um importante papel na economia do município, pois era o principal canal para o processamento e comercialização de boa parte do milho produzido em Nossa Senhora da Glória e nos municípios circunvizinhos. Deve-se ressaltar que a importância da Cooperglória não se limitou aos aspectos econômicos, mas também foi responsável pela implantação de 4 núcleos de assentamentos (São Clemente, Santa Helena, Santa Bárbara e Fazenda Fortuna) para os agricultores cooperados no município de Nossa Senhora da Glória. Com essa iniciativa buscava-se a melhoria da qualidade de vida dos cooperados, a qual tinha como um dos obstáculos à concentração fundiária.

Segundo Andrade (1995) a espacialização de cooperativas pelo país foi bastante estimulada no período militar, ocasião em que se estabeleceu, então, entre outras políticas, o estímulo ao cooperativismo, como criação de cooperativas integrais de reforma agrária e uma política nacional de cooperativismo, visto que a política do Governo Federal para o setor agrícola naquela ocasião encontrava no sistema cooperativo um veículo de aliança entre os capitais industrial e financeiro.

Percebe-se que a linha de trabalho adotada pela Cooperglória não está dissociada da política de cooperativismo implantada pelo Governo Federal. Porém, o que se verificou na economia brasileira a partir de meados dos anos 1980 foi a elevação das taxas de juros e inflação, dificultando o acesso dos agricultores cooperados às linhas de crédito e provocando o desestímulo às atividades agrárias.

Outro fator que contribuiu para o declínio da Cooperglória foi o fim de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do cooperativismo, na década de 1980, como linhas de crédito para aquisição de máquinas e implementos, aquisição de propriedades para assentamentos, financiamentos de crédito em condições especiais com juros baixos, possibilitando à cooperativa comprar antecipadamente a produção de seus cooperados, entre outros.

Em decorrência dessa situação, os dirigentes da cooperativa foram levados a desfazer-se de parte do patrimônio da entidade (propriedades rurais e maquinários), para saldar dívidas contraídas anteriormente ou para ressarcir as cotas-parte de ex-cooperados. Em contrapartida, simultaneamente em que o Governo Federal reduz as políticas públicas voltadas ao fortalecimento do cooperativismo, ele lança políticas públicas de incentivo à fundação das associações de desenvolvimento comunitário.

A DINÂMICA DAS ASSOCIAÇÕES

Para entender o “boom” associativista é preciso refletir sobre um conjunto de questionamentos: Qual o objetivo, interesse e forma de organização para a criação dessas associações? Abertura política? Conjunto de problema de difícil solução quando tratado indivi-

38 E. A. S. – Povoado Quixaba.

39 C. M. J. – Povoado Piabas.

40 J. E. S – Povoado Baixa Limpa.

dualmente? Política governamental? Descrédito no sistema cooperativista? (MELO, 2005, p. 94).

Percebe-se, por meio do estudo, que 45% das associações foram fundadas por incentivo ou exigência de órgãos públicos de assistência técnica e de instituições financeiras, com o objetivo de facilitar a implantação de programas governamentais de desenvolvimento rural. 15% receberam incentivo de políticos partidários do município, com interesses eleitorais, por meio de benefícios para os agricultores com políticas assistencialistas. Já 5% foram fundadas por influência de religiosos, objetivando a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe – Fetase orientaram a fundação de 17,5% das associações para reivindicar a posse da terra, enquanto 15% declararam que a criação da associação se deu por iniciativa da própria comunidade e 2,5% não souberam informar como aconteceu a criação da entidade.

A conversa é que tudo para conseguir precisava da associação, aí o pessoal da Emdagro orientou e o pessoal do Banco também veio conversar (informação verbal)1.

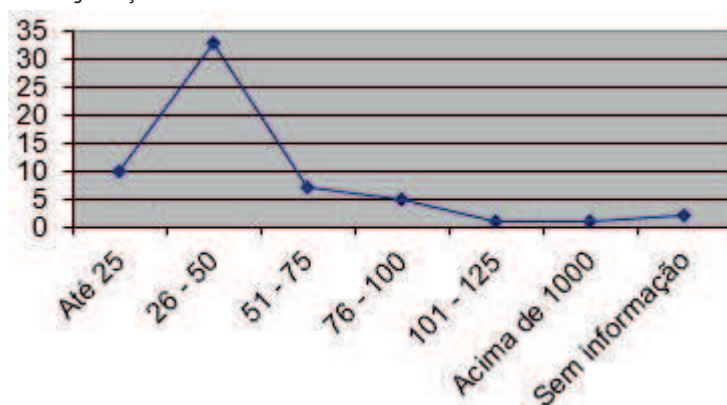
Nós juntamos os moradores, reuniu aí chegou o vereador e disse que se reunisse conseguia a energia. A associação conseguiu muitas coisas (informação verbal)2.

A gente só conseguia energia elétrica com a associação, aí nós fizemos, quem ajudou foi uma pessoa da cidade que sabe como é que faz a associação (informação verbal)3.

No caso da origem da Cooperglória houve a participação da Igreja Católica. Quanto ao Sindicato, os atuais dirigentes afirmaram que sua fundação se deu por um grupo de trabalhadores preocupados com o desemprego na região, principalmente nos períodos de seca.

É possível verificar a média de sócios por entidade (Gráfico 5), De acordo com a pesquisa, as associações com maior número de sócios estão localizadas em Angico, Lagoa Bonita e Aningas, povoados com os maiores contingentes populacionais de Nossa Senhora da Glória. Portanto, essas organizações são estratégicas para os pretensos candidatos a cargos eletivos do município. A maior parte das entidades possui menos de 50 sócios e, geralmente, existe mais de um sócio por família de agricultores.

Gráfico 6 – Número de sócios nas organizações



Fonte: UFS, 2014.

No decorrer da existência das entidades, 23,7% delas não sofreram alteração no nú-

mero de sócios do período de fundação até o momento atual; 47,5% aumentaram seu quadro, enquanto que em 25,4% ocorreu o fenômeno da desfiliação da entidade, verificando-se que a saída de sócios foi superior ao ingresso; e 3,4% das entidades estão desativadas sem diretoria.

Em geral, a variação no quadro societário das associações está relacionada a fatores endógenos e exógenos. Do ponto de vista interno, pode-se atribuir esse fato ao poder de organização das entidades; nas relações interpessoais entre dirigentes e associados, assim como na importância atribuída aos projetos pelos sócios para ele dos projetos implantados pela associação pode-se relacionar. Externamente, um aspecto que tem influenciado para essa oscilação é a força política de quem “apadrinha” a organização, facilitando a liberação de projetos. E como há pouca discussão interna sobre a importância das organizações, o que passa a prevalecer são os benefícios conquistados.

Verifica-se, principalmente nas associações dos assentamentos, a exemplo de Fortaleza, Augustinho, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora da Glória, Aningas I e II, Nossa Senhora da Boa Hora e José Ribamar, que a organização dos agricultores se deu anteriormente à constituição formal das associações, indica assim que quando há o aprofundamento na discussão ideológica sobre a importância das organizações previamente à formalidade, evita-se o efeito sanfona nos seus quadros de sócios.

Quanto ao aumento no quadro de sócios, este reflete o desempenho dessas associações na obtenção de projetos de desenvolvimento, entre os quais estão: eletrificação rural, água encanada, construção de moradias, assentamentos, aquisição de máquinas e implementos agrícolas, casas de farinha, financiamento de custeio da produção, construção de banheiros, saneamento básico e políticas públicas (seguro safra, bolsa-renda, entre outras). Evidencia-se que, em geral, o aumento do número de sócios está relacionado aos projetos conseguidos por meio das entidades, passando estas organizações a ter a função meramente de instrumento das conquistas materiais.

E por fim, quanto ao esvaziamento das associações, os fatores que favoreceram são os seguintes: a não obtenção de verbas para a implantação de projetos – os sócios diante dessa dificuldade afastam-se das entidades ou se filiam a uma outra com maior força política no momento; a facilidade jurídica para a constituição de novas entidades e consequentemente uma maior espacialização, que também contribui para o esvaziamento de algumas associações, a exemplo das localizadas nos povoados Lagoa Bonita, Barra Verde, Mocambo, Boa Sorte, Lagoa do Carneiro, Gameleiro, Cachoeira e Fortaleza II; e finalmente, a qualidade política e os interesses pessoais dos dirigentes, além do endividamento dos agricultores que recorreram aos financiamentos de custeio da produção, por meio das associações junto a entidades financeiras.

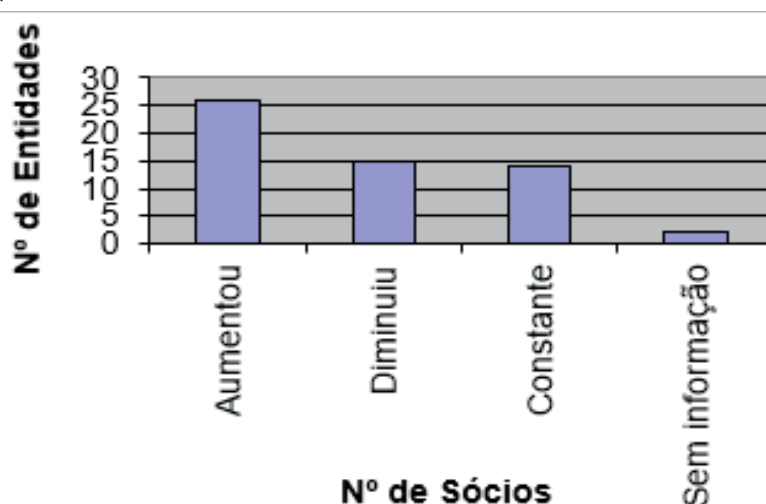
Um artifício político adotado recentemente pela Associação de Desenvolvimento Comunitário de Angico para não sofrer redução no quadro de sócios foi anistiar todos os seus associados com débitos de mensalidades, evitando o desligamento legal dos agricultores após a terceira mensalidade vencida, conforme prevê o estatuto dessa entidade. Neste caso específico ficou bastante evidente o interesse dos atuais diretores em manter o quadro de sócios com objetivos eleitoreiros.

A associação passou um tempo sem nenhum projeto, aí para não perdermos os sócios, anistiamos todo mundo que devia, e vamos começar a fazer projeto, porque as pessoas só participam quando tem projeto (informação verbal)⁴¹.

Em geral o percentual de aumento do quadro de sócios nas associações variou entre 10% e 30%, podendo ser considerado normal. A exceção foi a associação do povoado Aningas que cresceu 140%, evoluindo de 50 para 120 sócios, que pode ser explicado com a implantação de três novos assentamentos na região. Essa entidade ficou responsável pelo cadastramento das famílias a serem assentadas, definido como um dos critérios para fazer parte do assentamento. Com tal exigência a entidade inchou se servindo de braço do Estado para implantação da mencionada política pública. O assentamento efetuado, regrediu o número em seguida, ao seu quadro normal.

Já em relação à redução do número de sócios, os maiores percentuais encontrados foram: 63% no assentamento Fortaleza II; 50% nos povoados Lagoa do Carneiro e Cachoeira, e 42% no povoado Gameleiro, atribuídos à criação de novas entidades nos povoados circunvizinhos, à não obtenção de projetos nos últimos anos e à forma como foram conduzidas essas associações, prevalecendo os interesses pessoais dos dirigentes sobre os interesses da coletividade.

Gráfico 7 - A variação no quadro societário



Fonte: Azevedo, 2014.

A QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NAS ORGANIZAÇÕES

É visível a fragilidade do ponto de vista da democracia nas organizações da área de estudo. Para analisarmos a qualidade da participação, adotamos o conjunto de critérios estabelecido por Demo (2001, p. 116): representatividade, legitimidade, participação da base e auto-sustentação. Por meio desses critérios é possível descortinar, a qualidade política de associações, qualidade está entendida aqui como característica processual, quais fenômenos participativos precisam apresentar, em termos de conteúdos, fins, para além das instru-

41A. C. – Povoado Angico.

mentações formais.

Quanto à representatividade dos dirigentes das organizações, ela depende das condições nas quais esses indivíduos tenham sido eleitos; se obteve uma expressiva votação e se foram levados em consideração no processo eleitoral os princípios democráticos, como voto universal e livre. Do ponto de vista da democracia, é importante a disputa de chapas com debate de ideias, evitando sempre que possível a eleição com a participação de chapa única, embora em alguns momentos a chapa única seja a melhor opção, caso represente o consenso, principalmente se a organização estiver fragilizada ou iniciando suas atividades.

Vários foram os relatos de que apesar de os atuais presidentes das associações terem sido eleitos de forma direta, há anos estão no cargo porque não surgem novos candidatos com pretensão de disputar o mandato; e por isso se reelegem. Dessa forma fica prejudicada a disputa de ideias, uma vez que não existe embate político.

Entretanto, a lógica não é bem essa, visto que alguns dirigentes partidariam as entidades visando aos seus interesses pessoais, dando suporte eleitoral a candidatos a cargos eletivos municipais, e em contrapartida são beneficiados pela própria estrutura de Estado. Isto contribui muitas vezes para que os atuais dirigentes não tenham interesse em preparar outros sócios com vistas à renovação das diretorias das entidades, ou quando muito repassam o cargo para uma pessoa de sua família.

Tô na presidência da associação desde que foi criada, (1995), ninguém quer ficar, eu tenho um pouquinho mais de leitura aí fico (informação verbal)⁴².

No tocante à legitimidade que se refere à qualidade política do processo participativo, ela depende do respaldo legal das ações a serem encaminhadas pelos dirigentes das organizações. Para tanto, é preciso que o código disciplinador, o estatuto, seja cumprido e tenha como base o estado de direito⁴³.

As associações são regulamentadas pelos seus estatutos, que definem todo o seu funcionamento. No entanto, em geral os estatutos não foram elaborados com a participação dos sócios nem são levadas em conta as especificidades de cada grupo de agricultores, mas que seguem modelos elaborados externamente. Além disso, fica evidenciado conforme os depoimentos, que em algumas ocasiões as diretorias das associações não cumprem o estatuto.

Nem sempre o estatuto é seguido, sempre há exceção, tem sócios que não aparecem nas reuniões, deixam de pagar a mensalidade, não dá satisfação, a gente conversa (informação verbal)⁴⁴.

Todos os sócios conhecem os estatutos, só que existem os fiéis e os aproveitadores (informação verbal)⁴⁵.

A participação dos sócios nos fóruns deliberativos das organizações é de fundamental importância, visto que é com base nessas deliberações que os dirigentes devem atuar; afinal, eles são representantes da base. O número de sócios participantes e o tipo de participação servem de parâmetro para verificarmos, conforme já mencionamos anteriormente, o tipo de associativismo praticado, refletindo o Capital Social nas relações destes grupos de agricultores familiares.

É importante ressaltar que a associação com maior poder de reivindicação nem sempre é aquela que tem um maior número de sócios, mas sim a que consegue mobilizar seus membros. O que é indispensável é a intensidade participativa, a coesão organizada e

42 J. V. A.

43 Estado de direito diz respeito ao conhecimento dos associados em relação aos seus direitos e deveres.

44 M. N. O. – Povoado Periquito.

45 J. J. B. S. – Riacho Grande.

compromissada ideologicamente, a realização conjunta de um projeto comum, sentido e definido como comum, na vibração da identidade de propósitos, de passado e de futuro. Aludindo desta maneira a presença de níveis elevados de Capital Social.

Em praticamente todas as associações a participação nos fóruns deliberativos não ultrapassa a 60% dos sócios, com exceção da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Lagoa Bonita, que tem registrado presença superior a 80%. No entanto, o motivo encontrado para esse diferenciado índice na participação dos sócios tem sido o sorteio de cestas básicas e eletrodomésticos, entre os sócios presentes nas reuniões, patrocinado por um ex-prefeito do município, na tentativa de conquistar o apoio da comunidade para sua reeleição. Este modelo não reflete níveis elevados de Capital Social, como a experiência citada no parágrafo anterior.

De acordo com Demo (2001), há uma grande diferença entre ser sócio e ser membro de uma associação. O primeiro diz respeito a um mero clube, numa relação frouxa na qual o título se compra e se vende com a finalidade lúdica, sem enxergar compromisso político de profundidade. O segundo membro, significa parte integrante, consciente, compromissada, o verdadeiro dono e a autêntica origem da associação. Com base nesta definição constata-se que nas associações de Nossa Senhora da Glória existe um percentual maior de sócios que de membros.

Evidenciando-se esta constatação mais precisamente nas entidades que compõem o Território 2. Da associação eu não sei nada, só sirvo para assinar alguma coisa quando necessita (informação verbal)⁴⁶. Caracterizando-se como o território em análise com menor Capital Social.

Outro importante aspecto de uma organização diz respeito à sua autossustentação, ou seja, os processos políticos não podem resumir sua qualidade somente na dimensão política. A emancipação é uma postura política que demanda especificamente organização política, mas não sobrevive apenas com ideias, compromissos, ideologias, mobilizações, etc.

É importante não confundir assistencialismo com a autossustentação. Enquanto a primeira forma apresenta-se como estratégia de manutenção e fomento da pobreza. – fato que comumente emerge por meio das políticas públicas para a agricultura, esta bastante prejudicial para a formação de uma visão crítica da realidade pelos agricultores, – a segunda, autossustentação, é o apoio estatal necessário para que um determinado grupo consiga desenvolver um determinado projeto comunitário. Segundo Demo (2001, p. 55), “saber usar o Estado é um direito popular. Submeter-se a ele como massa de manobra é uma outra coisa, o contrário de participação”.

Ainda conforme esse autor, os obstáculos mais ferozes para os processos participativos são as iniciativas assistencialistas por parte do Estado e dos grupos dominantes porque visam concretamente desmobilizar os movimentos populares e reproduzir refinadamente controles sociais. Agem na esfera socioeconômica, sobretudo pelo fato de que geralmente geram impactos mediatos e seguros. Trata-se das doações de bens, de favores de empregos, de regalias que transformam potenciais cidadãos em comparsas da mesma trama histórica.

Do total de associações analisadas, que foram 57, atualmente apenas duas desenvolvem atividades coletivas de autossustentação como forma de diminuir a dependência estatal e captar recursos para os seus associados. São elas: Associação dos Produtores Rurais do Povoado Gaspar e a Associação dos Produtores Rurais de São Clemente, que mantêm ro-

46 M. A. N. – Povoado Boa Vista

ças coletivas e criação de animais em terras da própria associação, demonstrando elevados níveis de Capital Cultural por meio das práticas agropecuárias, assim como de Capital Social por meio da interação entre os agricultores familiares que compõem as referidas organizações. Ficando clara a fragilidade das demais organizações em relação à dependência ao Estado e, conseqüentemente, a perda de autonomia.

No tocante aos empréstimos bancários (custeio e investimento), apenas três associações nunca recorreram a essa linha de crédito: Lagoa da Mata, Sítio Olhos D'água e Cachoeira. No caso da associação do povoado Sítio Olhos D'água, os agricultores não têm a posse da terra em que trabalham, dificultando a concessão de financiamento. Em Lagoa da Mata e Cachoeira, segundo os agricultores, não houve interesse dos sócios, tendo em vista a dificuldade enfrentada por agricultores de outros povoados para sanar os débitos. De acordo com um agricultor "nunca conseguimos nada através da associação, mas também não devemos nada" (informação verbal)⁴⁷.

Quanto às agroindústrias e queijarias que poderiam constituir-se em formas de autossustentação para os agricultores familiares, diante da grande produção de leite no município, verifica-se que somente na associação do povoado Fortaleza, ainda que de forma experimental, a produção de queijo se dá coletivamente. No geral, os produtores de queijo do município de Nossa Senhora da Glória têm optado pela produção individual. Com a exigência da legislação para a adequação das fabriquetas dentro das normas técnicas, a produção coletiva pode constituir-se em alternativa socioeconômica viável, como o foram as casas de farinha até o final da década de 1980.

Contudo, verifica-se que as casas comunitárias de farinha foram, quase na sua totalidade, desativadas devido à drástica redução do plantio de mandioca, cedendo lugar, à expansão das áreas de criação de bovinos de leite. Pode-se salientar que com a desativação das casas de farinha, a comunidade perdeu também um importante espaço de interação social, assim como há uma perda do Capital Cultural presente nesta produção.

A produção de farinha era responsável por reunir um grande número de agricultores que se beneficiavam deste produto e que coletivamente participavam das diversas etapas deste importante processo. Cabe ressaltar, que esta transformação influencia nos hábitos alimentares das comunidades locais.

O associativismo formal no município de Nossa Senhora da Glória teve início na década de 1960, inicialmente com a criação do sindicato rural, e alguns anos depois com a implantação da Cooperglória. Houve a contribuição da Igreja Católica para a fundação das primeiras organizações dos agricultores desse município.

Nas últimas décadas, o Estado tem exercido um papel imprescindível como agente fomentador no processo de espacialização das associações rurais, por meio de políticas públicas. O processo de expansão de associações reiniciou-se em 1985, com a associação do povoado Angico; no entanto, é na década de 1990 que se verifica comparativamente um crescimento maior do número de entidades. O Estado tem exigido para o atendimento a agricultores familiares por meio de políticas públicas a organização deles em associações, generalizando as ações e dificultando o contato individual de cada agricultor com os agentes externos.

Cabe ressaltar que esse crescimento está relacionado à implantação de programas estatais, sobretudo por meio do PAC e FUMAC. Os principais benefícios adquiridos pelos

47 J. S. – Olhos D'Água.

agricultores por via das associações foram: crédito bancário (custeio e investimento); eletrificação rural; saneamento; construção de moradias; assentamentos; aquisição de máquinas e implementos agrícolas; construção de casas de farinha; construção de agroindústria e aquisição de animais.

As comunidades beneficiadas pelos programas estatais se por um lado sofreram transformações em seu Capital Cultural, em contra partida houve uma sensibilização na possibilidade da consolidação de seu Capital Social, gerando a partir da mobilização para implantação dos referidos programas.

Quanto aos critérios adotados para a análise da qualidade da participação dos agricultores nas organizações, observou-se, em geral, a fragilidade na representatividade por intermédio do uso das associações pelos dirigentes para proveito próprio; da não legitimidade de ações que desrespeitam os estatutos para atender aos interesses de dirigentes; a baixa participação dos sócios nos fóruns deliberativos, deixando as decisões para os membros das diretorias, e a falta de sustentabilidade dos projetos implantados e consequentemente a total dependência do Estado, fortalecendo uma relação assistencialista.

154 Em relação à baixa participação dos agricultores nas entidades, é possível delinear alguns fatores que contribuem para esse fato, a exemplo das interferências político-partidárias nas associações; a falta de confiança nos dirigentes; a falta de cultura da participação democrática, uma vez que as práticas associativas no município e no país são recentes; além do tipo de relação que o Estado vem mantendo com associações, fazendo com que estas somente se mobilizem pontualmente na época de implantação de políticas públicas.

As associações criadas pelo Estado diferem das entidades criadas pela Igreja Católica. Nos casos em que houve a participação da Igreja uma maior integração e cumplicidade entre os sócios, reforçada pela prática das atividades religiosas. Entretanto, quando comparadas às entidades fundadas com o apoio dos movimentos populares, principalmente do Movimento dos trabalhadores Sem-Terra, há diferenças significativas em decorrência da ideologia dos participantes.

Outro importante aspecto observado diz respeito ao endividamento do agricultor familiar, provocado pelos empréstimos bancários adquiridos por meio das associações, o que tem contribuído para o seu afastamento temporário das entidades.

No tocante às relações sociais preexistentes, verifica-se que após o surgimento das associações de agricultores familiares, incentivadas por organismos estatais como forma de facilitar a implantação de políticas públicas, a partir da década de 1980, as tradicionais formas de cooperação solidária praticadas até então, sofreram uma drástica redução, uma vez que o Estado passou então a apresentar por meio de seus diversos programas como agente condutor do desenvolvimento rural, utilizando-se como ferramenta a associação de desenvolvimento comunitário.

8 – NÓS DA [NA] AGRICULTURA FAMILIAR E A UTILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

FOTO 11 - "Presépio", por Véio



FONTE: Azevedo, 2015.



8 – NÓS DA [NA] AGRICULTURA FAMILIAR E A UTILIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Diversos são os autores que defendem a utilização do Capital Social como elemento capaz de promover o desenvolvimento de comunidades. Desta forma citamos alguns exemplos que vem corroborar com esse entendimento.

Coleman (1990) demonstra em seu estudo que os níveis de educação alcançados pelos estudantes tinham relação direta com entorno de Capital Social destas pessoas.

Portanto, o Capital Social é transmitido entre as pessoas, bem como entre os territórios formados por agricultores familiares. É possível também a indução deste capital por meio da implantação de equipamentos coletivos nas comunidades rurais ou de políticas públicas voltadas a categoria.

Já Putnam (1993) entende que as comunidades que possuem fortes sociedades civis e um elevado nível de associatividade têm apresentado índices de prosperidade bem mais altos do que aquelas com reduzidos níveis de participação cívica.

Neste sentido, Nossa Senhora da Glória, SE, se sobressai pelo número de entidades formadas por agricultores familiares em relação a outros municípios do estado de Sergipe com o número aproximado de habitantes.

Para Fukuyama (1996) os países que conquistam altos graus de confiança apresentam vantagens econômicas importantes ao se comparar com as sociedades de níveis de confiança baixo.

Cabe ressaltar que na implantação de ações para o desenvolvimento comunitário o Capital Social é utilizado com eficácia; essas práticas contribuem para: - ampliação de redes de agricultores; - melhoria do acesso aos recursos em condições favoráveis; - aumento no sentimento de pertencimento; - criação de Capital Cultural de vinculação e aproximação ao conectar agricultores de diferentes origens; - incremento nos investimentos em bens públicos; e possibilitam a modificação das instituições em benefício dos agricultores familiares.

Para Nascimento (2003) a dimensão cultural evidencia-se como geradora de valores e transmissora de conhecimentos acumulados relevantes para a auto-identidade e a autoafirmação dos grupos sociais. Já Kliksberg (1999) adverte para a tendência a considerar-se a cultura como secundária, cuja preservação é dispendiosa, “de alto custo de oportunidade”, apartada da dimensão econômica, com o que se corre o risco de perder aquilo que chamou de “dotações iniciais” das populações pobres: os saberes acumulados, as tradições, as relações com a natureza, a capacidade de auto-organização, a sua identidade em sentido mais amplo, que lhe pode abrir “canais de integração social” mediante “a criação de espaços de vivência e convivência acessíveis aos setores mais desfavorecidos” (NASCIMENTO, 2003, p. 22).

O CAPITAL SOCIAL ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, SE

Há um forte pragmatismo dos agricultores familiares aliado a um senso de solidariedade e união as causas comuns no território de Nossa Senhora da Glória.

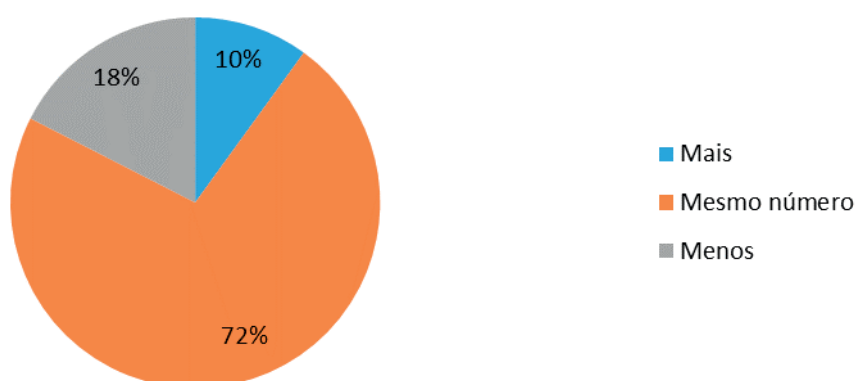
Os agricultores familiares mais organizados a exemplo dos que fazem parte do Território 1, já apresentados no capítulo 4, são dotados de níveis elevados de Capital Social, assim como os que compõem o Território 3, demonstraram elevados níveis de Capital Cultural.

Constata-se que a militância dos agricultores familiares do Território 1 é uma forma de emprego, como também uma estratégia de colocar em prática seu ideal por justiça social.

Os agricultores dirigentes e não-dirigentes que compõem os três territórios analisados relataram que os membros das suas respectivas entidades quanto a participação, fazendo um retrocesso na escala temporal de cinco anos, tem se comportado da seguinte maneira, conforme representação no gráfico 8.

160

Gráfico 8 - Participação de agricultores familiares em grupo e organizações nos últimos 5 anos



Fonte: Azevedo, 2015.

Evidenciou-se que 72% dos entrevistados respondeu que não alterou o número, enquanto 10% afirma que tem participado um número maior de fóruns da agricultura familiar, perfazendo-se um percentual para estas duas respostas de 82%. Entre a parcela de agricultores que respondeu que tem participado menos, ou seja 18%, alguns demonstraram que estão insatisfeitos com os membros das atuais diretorias e terminaram se afastando.

O aumento ou a manutenção no número de agricultores nas entidades repercute positivamente para a consolidação do Capital Social dos grupos de agricultores familiares.

Cabe buscar uma justificativa para o expressivo percentual de respostas para a alternativa manutenção de igual número, bem como para um aumento de participação dos agricultores em grupos uma vez que a totalidade dos entrevistados são membros de organizações formais, sendo 50% destes atuais dirigentes.

Com a implantação de políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo do

Pronaf em 1996; assim como do PAA e PNAE em 2003, tem exigido um nível de organização maior dos beneficiários. Tal fato leva-os a buscarem as organizações formais, com o objetivo de serem contemplados pelos benefícios, conforme discutido no capítulo 3.

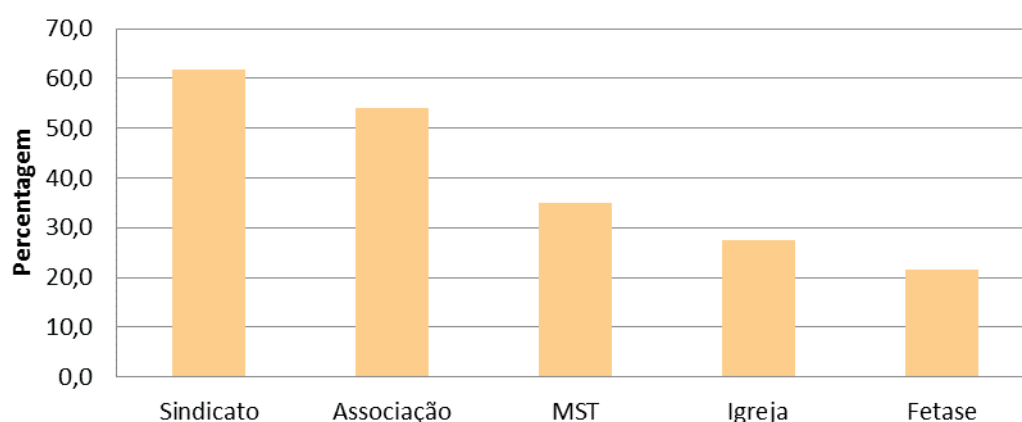
Segundo Bonnal e Maluf (2009) é possível perceber dois grandes momentos de articulação dos agricultores familiares no Brasil, a partir da década de 1980. O primeiro deles, o processo de reorganização dos movimentos sociais agrícolas e rurais que tiveram uma redução na sua capacidade de ação durante o período militar, assim como a progressiva integração entre eles para constituir, nos anos 1990, uma força reivindicatória independente, com capacidade de negociação junto ao poder público, passando-se a exigir a organização formal desta categoria de agricultores.

Ainda de acordo com os supracitados autores, essa reestruturação realizou-se na base de uma intensa reflexão interna aos movimentos sociais, voltada para a redefinição das suas missões e estratégias, assim como de um importante trabalho de aprendizagem e criação de alianças e parcerias com organizações da sociedade civil e entes públicos.

E que um segundo evento, diretamente ligado ao anterior, foi a emergência durante os anos 1990, da agricultura familiar como categoria sócio-política, com capacidade de negociar junto ao Estado a elaboração de políticas públicas específicas. Esse reconhecimento inscreve-se na ruptura com a estruturação do poder político no campo, tradicionalmente, assumido de forma não compartilhada pelas elites agrárias.

Os agricultores familiares filiam-se a um dos grupos mais importantes para o seu estabelecimento/domicílio.

Gráfico 9 - O dois grupos mais importantes para o seu domicílio dos agricultores familiares



Fonte: Azevedo, 2015.

Os dois tipos de organização mais citados foram sindicato rural e associação de desenvolvimento comunitário, por respectivamente 62% e 54% dos entrevistados.

O sindicato tem exercido grande influência nas aposentadorias, tendo em vista que é por meio desta organização que é feita a comprovação de tempo de serviço dos agricultores familiares junto ao INSS.

Já a organização do tipo associação de desenvolvimento comunitário desde a década de 1980 tem sido exigida para a implantação de políticas públicas nas comunidades, bem como de equipamentos coletivos, a exemplo de casas de farinha, agroindústrias entre

outros.

Os equipamentos coletivos quando utilizados solidariamente pelos agricultores familiares das comunidades onde estão instalados contribui para o fortalecimento do Capital Social e Cultural dos territórios.

Destaca-se a importância do MST para 35% dos agricultores familiares, da Igreja Católica para 28% e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Sergipe – Fetase para 21%.

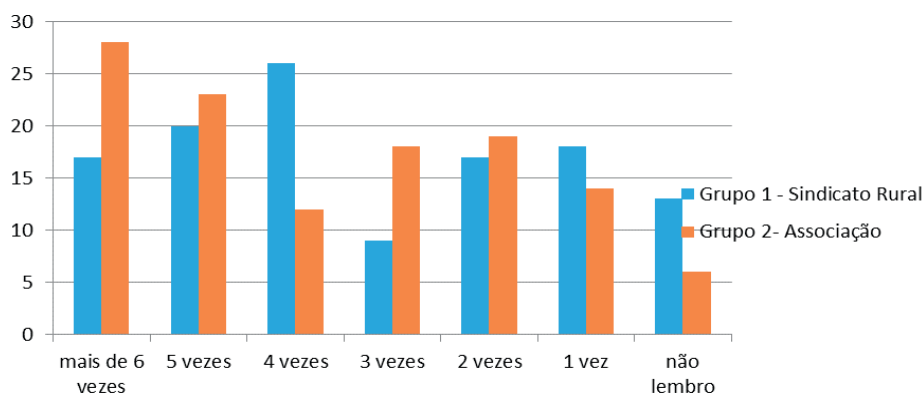
Ressalta-se a importância destas instituições para as famílias de agricultores assentadas no município, servindo de referência e na orientação para a tomada de decisões que afetam a vida de todos os agricultores familiares das organizações, contribuindo para o fortalecimento do Capital Social dos territórios.

Neste sentido, cabe ressaltar que as entidades orientadas pelo MST, Fetase e Igreja Católica estão localizadas em sua ampla maioria no Território 1.

Os agricultores familiares relataram sobre a quantidade de vezes que eles próprios ou membros de seu domicílio participaram nos últimos 12 meses de atividades dos grupos, aos quais fazem parte, a exemplo de reuniões ou outro tipo de trabalho, conforme representação no gráfico 10.

162

Gráfico 10 - A participação dos agricultores familiares em ações dos grupos 12 meses



Fonte: Azevedo, 2015.

Os agricultores têm participando de um número maior de vezes das atividades propostas pelas associações de desenvolvimento comunitário, isso se justifica pela proximidade do local de moradia, bem como pela dinâmica das políticas públicas que em geral são intermediadas por este tipo de organização.

Constatou-se durante o estudo que os membros das associações têm estimulando mais os agricultores associados a participarem das suas ações, por meio de convite pessoal nos estabelecimentos.

Para 23% dos agricultores os mesmos têm participado de mais de seis ações promovidas anualmente pelas associações; enquanto para 14% dos agricultores de mais de seis ações promovidas anualmente pelo sindicato rural.

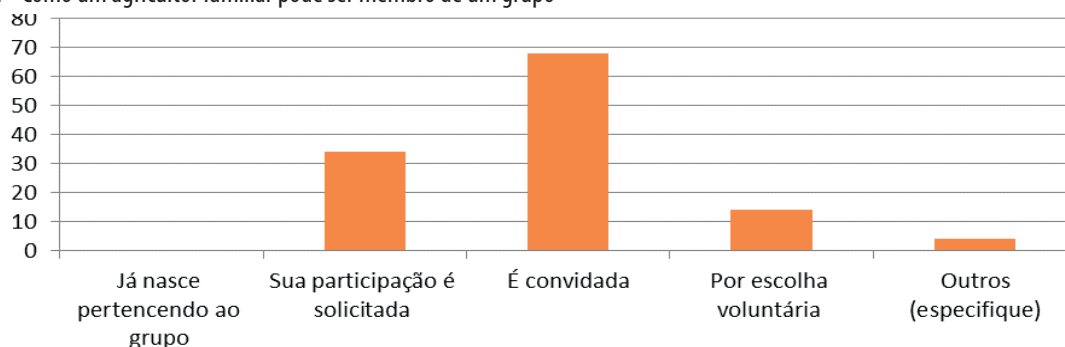
Quanto à participação dos agricultores em atividades organizadas pelo sindicato rural ficou evidenciado que a grande parte dos agricultores tem buscado os serviços médicos

ofertados gratuitamente aos seus sindicalizados, duas vezes ao mês ou em busca de documentos comprobatórios para requerer o benefício da aposentadoria.

Neste sentido, constata-se um desvio de finalidade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, transformando-se em uma entidade meramente assistencialista, ao invés de uma entidade política da categoria.

Como um agricultor familiar passa a ser membro de uma entidade associativa, conforme representação no gráfico 11.

Gráfico 11 - Como um agricultor familiar pode ser membro de um grupo



Fonte: Azevedo, 2015.

56% dos agricultores familiares respondeu que para às associações os mesmos são convidados a fazerem parte destas organizações. Em geral sob a alegação de que o fortalecimento da entidade seria bom para toda a comunidade.

Enquanto que 28% dos agricultores respondeu que solicitaram participação afim de que fossem beneficiados por algum tipo de serviço a ser implantado na comunidade, sendo exigido para tanto a formalidade do pedido e aceite da diretoria. E pouco mais de 11% dos entrevistados respondeu que de forma voluntária por entender a importância da associação.

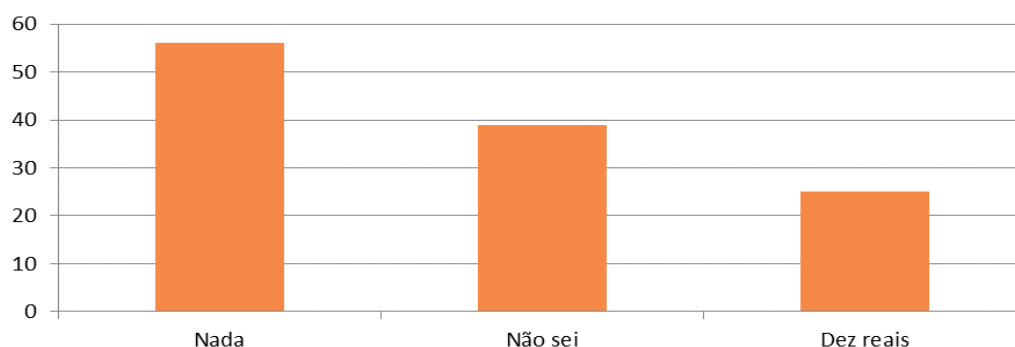
Evidencia-se que os agricultores familiares são convidados a participarem das entidades; contudo a depender do nível de politização desenvolvido por estas associações com os seus integrantes possibilitará a consolidação do Capital Social do grupo.

Cabe destacar que os agricultores tendem a uma significativa participação política cívica, a partir de relações comunitárias, uma vez que esse município teve, historicamente a influência dos movimentos de Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, promovidos pela Igreja Católica, sobretudo, a partir dos anos 1970, com a chegada de religiosos da Europa.

Já em relação à participação como membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município a grande maioria afirmou que buscou voluntariamente a instituição por causa dos benefícios que ela promove principalmente, a aposentadoria.

Ressalta-se que à contribuição em dinheiro ou em bens as organizações pelos domicílios nos últimos 12 meses, no caso das associações e individualmente por agricultor ao sindicato, conforme representação no gráfico 12.

Gráfico 12 - Contribuição financeira mensal para as entidades



Fonte: Azevedo, 2015.

Aproximadamente 47% dos agricultores familiares não contribuem financeiramente, enquanto que 33% não sabe; apenas 21% dos agricultores respondeu que contribui com o valor de R\$10,00 reais mensalmente. É uma prática comum das associações anistiar seus associados com a finalidade de não reduzirem seus quadros e consequentemente perderem força política. Outras associações adotam a cobrança de mensalidades e taxas ao emprestar equipamentos coletivos a exemplo de máquinas e implementos agrícolas.

Já nas associações dos assentamentos rurais os associados contribuem com as mensalidades por entenderem da importância de um fundo de caixa para o bom desempenho das ações promovidas pelas referidas associações.

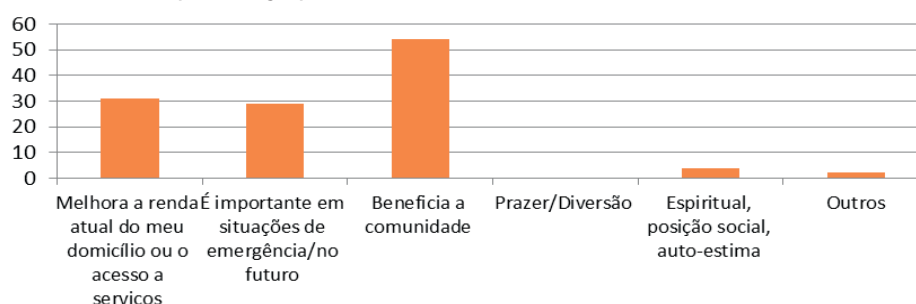
Os agricultores fizeram quantos dias de trabalho o seu domicílio dedicou a esse grupo nos últimos 12 meses. Cabe ressaltar que a pergunta foi direcionada as organizações do tipo associação.

Dos 120 agricultores familiares, 70% respondeu que nenhum, enquanto que 30% que não lembravam. No entanto, observamos que nas associações dos povoados Periquito e Gaspar há o desenvolvimento de atividades coletivas, a exemplo do cultivo de hortaliças e da produção de queijo, tipo coalho.

Evidenciando-se o não entendimento pelos agricultores familiares que a produção de hortaliças e queijeria desenvolvidas coletivamente é do grupo e não de cada um individualmente.

Para os agricultores familiares o maior benefício em fazer parte de uma associação pode ser demonstrado na representação gráfica 13.

Gráfico 13 - Benefício em fazer parte do grupo



Fonte: Azevedo, 2015.

Do total de entrevistados 45% respondeu que as associações beneficiam as comunidades; enquanto 25% que estas organizações contribuem para a melhoria de renda dos domicílios das famílias de agricultores ou o acesso a serviços.

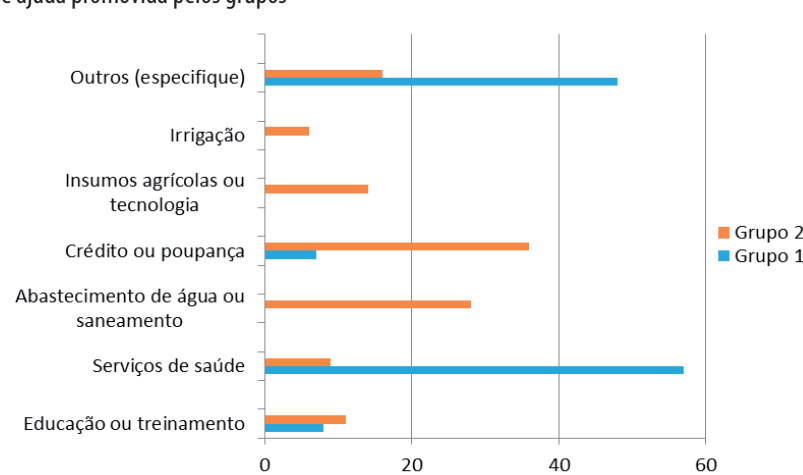
Cabe ressaltar que o desenvolvimento local promovido pelas organizações contribui para a melhoria de renda das famílias de agricultores.

Sem dúvida essa melhoria se dar por meio da implantação de equipamentos públicos ou pela garantia de benefícios das políticas públicas voltadas a agricultura familiar, a exemplo do Pronaf, PAA e PNAE.

É importante ressaltar, que o agricultor se sente mais seguro quando participa de uma organização do tipo associação em situações de emergência, constata-se o equivalente a quase 25% dos agricultores optaram por esta resposta.

Quanto à contribuição das organizações para a ajuda nos domicílios dos agricultores familiares a terem acesso a alguns serviços, as opiniões podem ser observadas por meio da representação gráfica 14, abaixo. O grupo 1 foi representado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o grupo 2 pelas Associações de Desenvolvimento Comunitário.

Gráfico 14 – Tipos de ajuda promovida pelos grupos



Fonte: Azevedo, 2015.

Em relação ao sindicato as principais contribuições apresentadas foram: os serviços de saúde, por 48% dos agricultores e a opção outros por 40%, relatada como o benefício da aposentadoria rural. Não resta dúvida que se nos itens houvesse a opção aposentadoria a ampla maioria dos agricultores teria optado por esta alternativa.

Quanto às associações os principais benefícios na visão dos agricultores são: crédito ou poupança por 30%, disponibilizados pelo Pronaf; seguido pelo abastecimento de água ou saneamento por 23%, justificado pela dificuldade de abastecimento em algumas localidades do município. As associações têm viabilizado o abastecimento de água por meio de carros pipas, principalmente com a seca da região do alto sertão sergipano nos últimos 5 anos.

Cabe ressaltar, que o microcrédito assume um papel de destaque entre os agricultores familiares e que tem sido viabilizado por meio das associações de desenvolvimento

comunitário.

Esse conceito de microcrédito desenvolveu no Brasil desde a década de 1970, com iniciativas nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Na atualidade, o programa Crediamigo do Banco do Nordeste - BNB, é uma das iniciativas mais bem sucedidas do gênero. Ela serve como referência para outras instituições que atuam na mesma área, dentro da metodologia dos “empréstimos solidários”, com o suporte das ações de acompanhamento dos seus “agentes do microcrédito”.

Esses agentes vão de porta em porta nas comunidades rurais oferecendo o produto, explicando as suas normas e marcando as novas visitas, para operacionalização do grupo inicial ou para novas contratações, superação de entraves e outras providências que complementam a oferta de crédito. Com isso, fortalece a capacitação dos agricultores para o empoderamento grupal e de cada um dos seus membros.

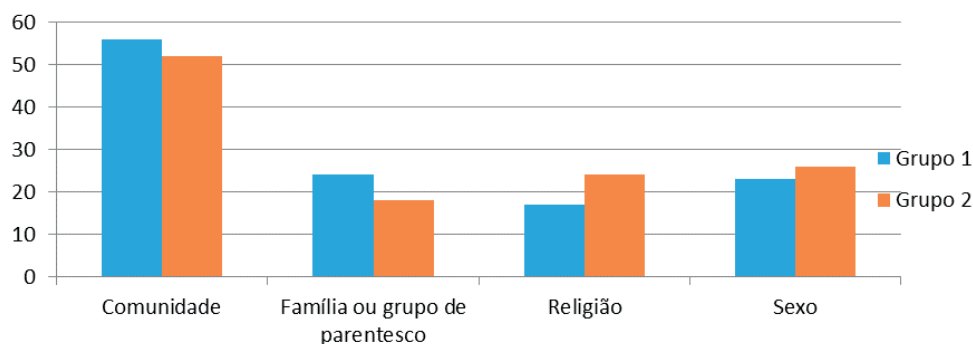
Segundo Silva (2000), o desenvolvimento local é entendido como processo de promoção social, econômica e cultural do ser humano por meio da combinação de três fatores, quais sejam: recursos (terra, capital, trabalho e tecnologia); territórios e organizações governamentais ou não governamentais (universidades, instituições, empresas públicas, sindicatos, associações, agências, órgãos governamentais no âmbito federal, estadual e municipal). É um processo de aproveitamento dos recursos e das riquezas de uma determinada região, onde estes podem ser valorizados e transformados, por meio do efetivo desenvolvimento da população e da participação competente de organismos governamentais e não governamentais.

Outros itens que se destacaram nas conversas com os agricultores foram: insumos agrícolas ou tecnologia, serviços de saúde e irrigação. Cabe ressaltar, que a Embrapa Semiárido tem viabilizado a distribuição de variedades de milho, assim como desenvolvido experimentos agroecológicos e repassados aos agricultores da região por meio das associações.

Isham e Kahkonen (2002) em uma avaliação dos sistemas de abastecimento de água em Java Central, na Indonésia, mostrou que o Capital Social teve um efeito positivo no desenvolvimento, construção e manutenção dos sistemas de abastecimento de água em aldeias, o que por sua vez contribuiu para a melhoria da saúde doméstica.

Os agricultores familiares afirmaram que em relação aos membros dos grupos aos quais participam, apresentam as seguintes características, conforme pode ser verificado na representação gráfica 15.

Gráfico 15 - Características sociais dos agricultores familiares



Fonte: Azevedo, 2015.

Na visão da maioria dos agricultores tanto os membros sindicalizados, como os associados pertencem as mesmas comunidades. E que em geral, em ambas as organizações existem membros de uma mesma família, religião e gênero onde prevalece a confiança entre os participantes.

Perez (2000) define Capital Social como o tecido social que mantém a coesão das sociedades, e se baseia na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamento entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades.

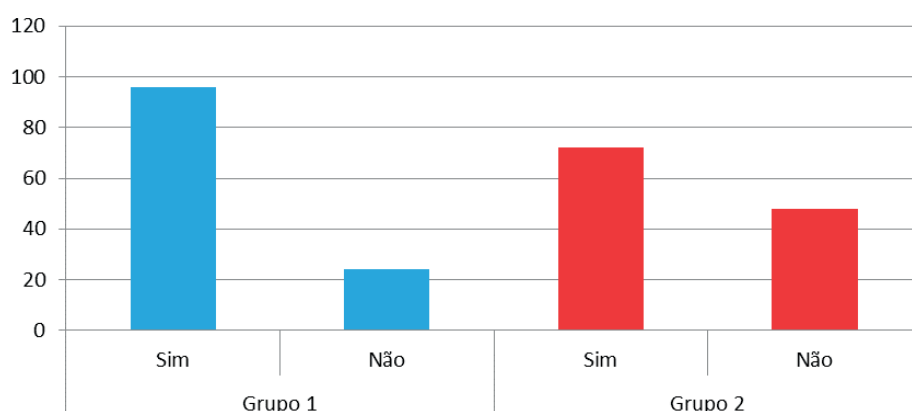
Para o supracitado autor, a presença de normas socialmente reconhecidas, sanções sociais e “relações de confiança” entre os agentes revelam-se essencial para que as relações econômicas floresçam além de limites familiares ou de vizinhança.

Tais características facilitam a convivência dos agricultores familiares nos grupos. No entanto, também é comum nas diretorias das associações a participação de mais de um membro por família fazendo parte das diretorias destas entidades. O que por outro lado, termina fragilizando o debate democrático entre os associados dirigentes e o restante do quadro da entidade.

De acordo com as associações sob orientação do MST, apenas um membro de cada família assentada poderá participar como associado e/ou dirigente, evitando desta forma que uma família exerça mais influência politicamente que outra do mesmo assentamento.

Por meio da representação gráfica 16, é possível observar como os agricultores familiares se reconhecem do ponto de vista político ou quanto à participação nos partidos políticos.

Gráfico 16 – Percepção política e partidária dos agricultores familiares



Fonte: Azevedo, 2015.

De acordo com a representação gráfica acima é possível concluir que quanto aos membros do sindicato rural há uma ampla maioria de agricultores que convergem com o mesmo ponto de vista político, de acordo com 80% destes; o que facilita os encaminhamentos das propostas aprovadas pelos fóruns deste tipo de organização.

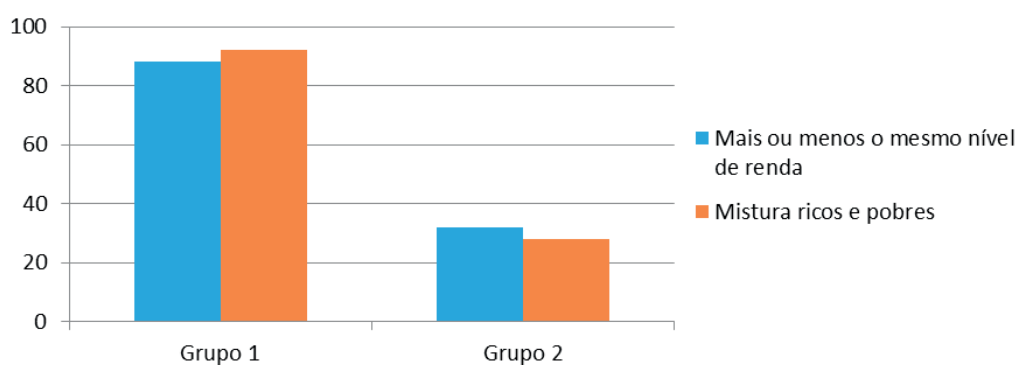
Quanto às associações há um equilíbrio maior entre as forças políticas, e que esta diversidade de linhas de pensamento contribui para fortalecer politicamente a entidade ou para o esvaziamento da mesma a depender do nível de divergência. O percentual de agricultores familiares que entende que as organizações tem o mesmo ponto de vista político

foi de 60%.

Cabe ressaltar, que a legislação que regula a constituição de uma associação facilita o surgimento de novas entidades, uma vez que o nível de exigência é mínimo, principalmente em relação ao número de associados e as obrigações fiscais.

Quanto ao nível socioeconômico dos agricultores familiares participantes das organizações, é possível verificar por meio da representação gráfica 17.

Gráfico 17 – Nível socioeconômico dos membros das entidades



Fonte: Azevedo, 2015.

Para 73% dos agricultores familiares, os membros do sindicato rural possuem mais ou menos o mesmo nível de renda; enquanto nas organizações do tipo associação na visão dos agricultores este percentual aumenta para 77%.

Desta forma as comunidades apresentaram a existência de Capital Cultural, uma vez que quanto maior forem as diferenças no nível de renda, menor a existência de Capital Cultural. Quanto maior forem os problemas decorrentes das diferenças econômicas entre os agricultores, menor a possibilidade de existência de Capital Cultural.

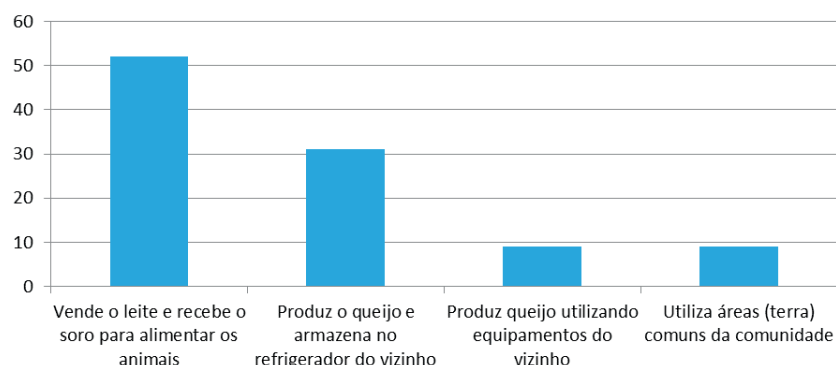
O Capital Cultural de um grupo de agricultores é fortalecido pelas práticas comuns entre os membros deste; portanto diferenças muito acentuadas no nível socioeconômico dos agricultores se constituem em obstáculos a manutenção deste tipo de capital.

Quanto à diferença no nível de renda observado por alguns agricultores, ressalta-se que na categoria agricultura familiar existe agricultores com diferentes níveis de renda.

O agricultor familiar é aquele em que a maior parte da renda da família é obtida na propriedade, podendo o mesmo obter parte de sua renda em outras atividades. A pluriatividade praticada pelas famílias de agricultores possibilita níveis diferenciados de renda.

Os agricultores familiares afirmaram que praticam no processo produtivo, de forma solidária as ações expostas na representação gráfica 18.

Gráfico 18 - Ações praticadas pelos agricultores no processo produtivo



Fonte: Azevedo, 2015.

De acordo com Menezes (2009) são práticas comuns entre os agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória, SE, comercializar o leite in natura e receber o soro retirado no processo de fabricação do queijo, tipo coalho para alimentar os animais; utilizar o refrigerador do vizinho para armazenar a produção de queijo; produzir queijo utilizando equipamentos do vizinho e a utilização de áreas comuns da comunidade.

Entre os agricultores 43% afirmaram que recebem o soro para alimentação animal; 26% que armazena a produção no refrigerador do vizinho; 7,5% que utiliza os equipamentos do vizinho; 7,5% que faz uso das áreas comuns da comunidade e 16% que recorre equipamentos coletivos, a exemplo da casa de farinha e queijarias.

Os dados corroboram na afirmação de que a solidariedade é uma prática entre os sertanejos, isso se dá pela identidade cultural entre os agricultores, cultivando desta forma nas relações sociais o Capital Cultural.

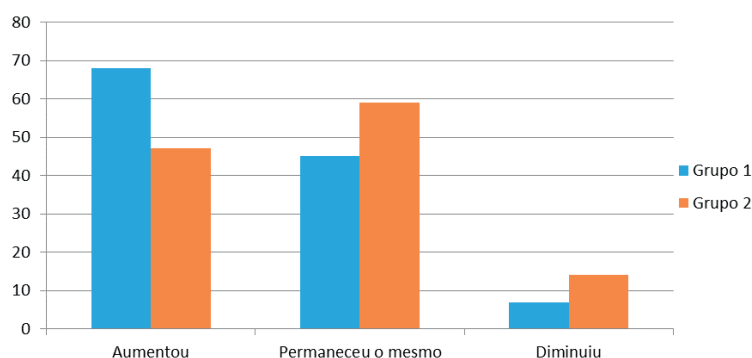
Para Durston (1999), as culturas são derivadas de relações sociais que resultam de processos históricos de aprendizagem, nas quais os indivíduos e grupos sociais esperam receber benefícios; portanto, as normas e as relações que constituem o Capital Social não existem de forma independente dos efeitos esperados, ou seja, de suas funções.

As variáveis defendidas pelo supracitado autor, baseadas na confiança, reciprocidade e cooperação entre os agricultores familiares foram evidenciadas no estudo. Destaca-se que principalmente nos Territórios 1 e 2; no primeiro grupo há um trabalho permanente dos movimentos sociais para o fortalecimento deste capital, já no Território 2 de forma mais espontânea e impulsionada pelo elevado nível de Capital Cultural dos agricultores que compõem o referido território.

O autor defende o tema como conjunto de hipóteses que constituem um “paradigma emergente” rico em conceitos, que corresponde a realidades sociais altamente relevantes para o desempenho de programas, além da promoção da participação cívica e superação da pobreza.

Na percepção dos agricultores familiares nos últimos cinco anos, o tamanho dos grupos formados por eles se comportaram da seguinte maneira. De acordo com a representação gráfica 19, abaixo.

Gráfico 19 – Número de participantes dos grupos nos últimos cinco anos



Fonte: Azevedo, 2015.

É possível constatar de acordo com os dados do gráfico 19, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na percepção de 57% dos agricultores familiares aumentou o seu quadro de sindicalizados; enquanto que para 38% permaneceu o mesmo.

Este tipo de organização só tende a aumentar o seu quadro de sindicalizados, diante aos benefícios promovidos aos agricultores familiares, a exemplo da aposentadoria rural e aos obstáculos legais para abertura de outra entidade com o mesmo fim no município.

Quanto às associações 59% dos agricultores respondeu que estas permanecem com o mesmo quadro societário; e para 47% aumentou o quadro de sócios; sendo um resultado bastante positivo, que evidencia o Capital Social dos agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória.

Comparativamente aos dados apresentados no estudo de Azevedo (2006) o número de organizações de agricultores familiares no município de Nossa Senhora da Glória, conforme anexos 2 e 3, sofreu uma variação pequena; com destaque para a desativação da Cooperglória e da Asca.

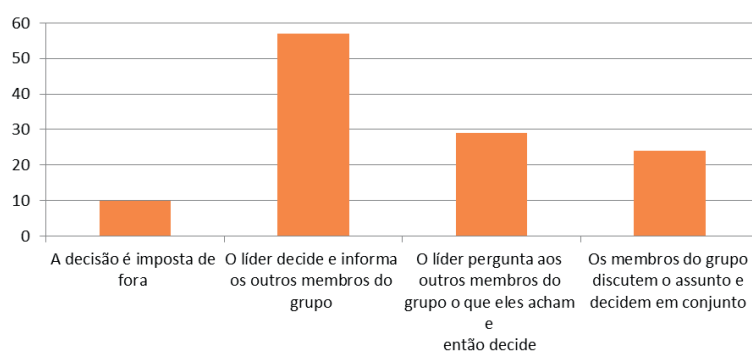
Reforçando a importância das entidades como instrumento para viabilizar o Capital Social dos agricultores familiares dos três territórios analisados neste estudo. As entidades do Território 1 foram as que mais cresceram em número de associados. Os Territórios 2 e 3 mantiveram o número de associados em suas entidades.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do Pronaf, PAA e PNAE têm contribuído para a manutenção das Associações de Desenvolvimento Comunitário. É por meio destas entidades que se viabiliza a participação dos agricultores familiares nos referidos programas estatais.

Consequentemente o conjunto de políticas públicas tem contribuído para o fortalecimento do Capital Social nos 3 territórios analisados. Constatou-se, nas entidades que formam o Território 1 uma maior consciência pelos direitos garantidos a categoria, bem como conhecimento na utilização dos instrumentos que viabilizam a implantação das políticas públicas.

Quanto a importância dos agricultores familiares na tomada de decisões nas entidades aos quais pertencem, estes afirmaram que é de acordo com a representação gráfica 20.

Gráfico 20 – Participação na tomada de decisão do grupo



Fonte: Azevedo, 2015.

Entre os agricultores, para 47% o líder toma a decisão e depois comunica aos associados; 24% afirmou que o líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide; já 20% respondeu que os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto e de acordo com 10% a decisão é imposta de fora.

Quando a decisão é tomada exclusivamente pelo líder sem a consulta aos demais participantes do grupo fere os princípios democráticos. Constituindo-se desta forma em obstáculo a consolidação de Capital Social pelo grupo, uma vez que não há participação da base das entidades nas decisões.

Promovendo uma prática autoritária, tendo em vista que a decisão é tomada apenas levando-se em consideração o entendimento do líder da entidade sem considerar a vontade da maioria dos agricultores familiares que compõem as organizações.

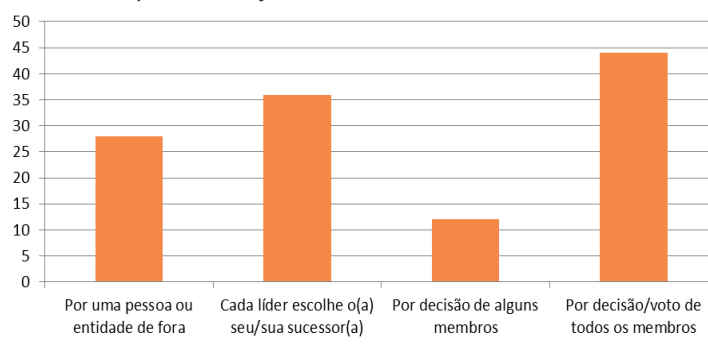
No entanto, os agricultores familiares ligados às associações dos assentamentos rurais orientados pelo MST e Fetase, que fazem parte do Território 1, foram taxativos ao afirmarem que os membros do grupo discutem o assunto e a decisão é coletiva ou que no mínimo a questão é colocada em pauta para debate no grupo e então decidida pelo líder do grupo; justificando tal medida, tendo em vista que o líder tem melhor formação política.

Cabe ressaltar, que quanto maior a participação dos agricultores nas decisões dos grupos, maior será o Capital Social do território.

Quanto aos agricultores que responderam que a decisão é imposta de fora, fizeram menção aos agentes financeiros na orientação aos empréstimos bancários, bem como aos extensionistas rurais da Emdagro quanto as orientações para a melhoria da produção agropecuária.

Os agricultores familiares mencionaram que a escolha dos líderes para a condução das entidades do tipo associação, acontece conforme dados da representação gráfica 21.

Gráfico 21 – Processo de escolha dos líderes para as associações



Fonte: Azevedo, 2015.

Constata-se por meio do gráfico 21, que o maior número de agricultores familiares respondeu que por decisão de todos os membros, neste sentido evidencia-se que o processo eleitoral é uma prática nas associações. No entanto, cabe ressaltar que o processo de escolha das diretorias é importante, mas por si só não garante a democracia nas entidades associativas.

172

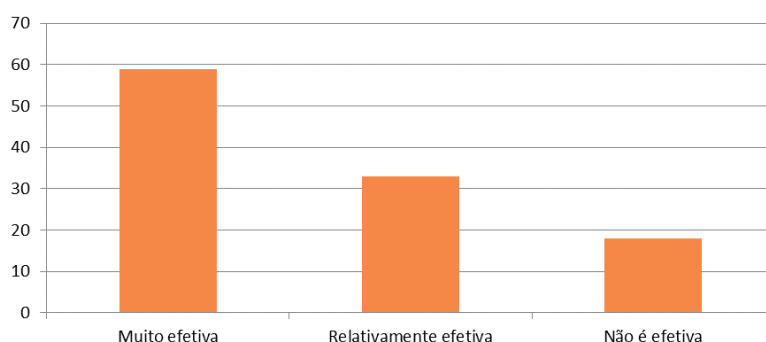
Assim como, em algumas entidades há uma preocupação com a formação de novos quadros para que assumam os cargos nos mandatos seguintes. O que justifica o grande número de respostas a opção cada líder escolhe o seu sucessor.

É importante destacar, que quanto maior o número de agricultores habilitados a ocupar a posição de líder, quanto maior o número de agricultores associados às entidades, mais representatividade terá essa organização, tornando o Capital Social do território mais significativo.

Contudo um percentual de agricultores afirmou que os políticos locais (vereadores, ex-vereadores, ex-prefeitos, entre outros) mantém algumas associações para benefícios eleitorais próprios e que portanto indicam os associados que devem fazer parte das diretorias das entidades.

Os agricultores familiares reconhecem a importância da liderança do grupo para o êxito das associações. Ainda de acordo com a opinião destes agricultores os líderes tem se comportado da seguinte forma, como é possível observar por meio da representação gráfica número 22.

Gráfico 22 - Quanto à liderança do grupo



Fonte: Azevedo, 2015.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 22, constata-se que para aproximadamente 50% dos agricultores as lideranças são muito efetiva, enquanto que 27% entende que estas lideranças são relativamente efetiva; conclui-se que embora haja divergências nos posicionamentos políticos, há uma visão que em geral as lideranças têm cumprido os seus papéis frente as entidades.

Apenas 15% dos agricultores familiares respondeu que as lideranças não são efetivas. Cabe ressaltar, que do universo de 120 agricultores, 50% não participa das atuais diretorias e que parte destes fazem oposição as atuais diretorias.

Neste sentido, os números reforçam ainda mais o entendimento que as lideranças das associações são efetivas, e contribuem para dinâmica das associações.

Assim como, evidencia-se o Capital Social dos agricultores, tendo em vista que quanto mais ativa a participação dos líderes, maior será o referido capital. E quanto maior a influência dos líderes sobre o grupo, maior a possibilidade de Capital Social.

Contatou-se a efetividade de algumas lideranças por meio da observação direta nos territórios, como o nível de organização dos agricultores familiares, por meio dos fóruns deliberativos, na presença de estranhos a comunidades e na implantação e uso de equipamentos coletivos nas comunidades, principalmente no Território 1.

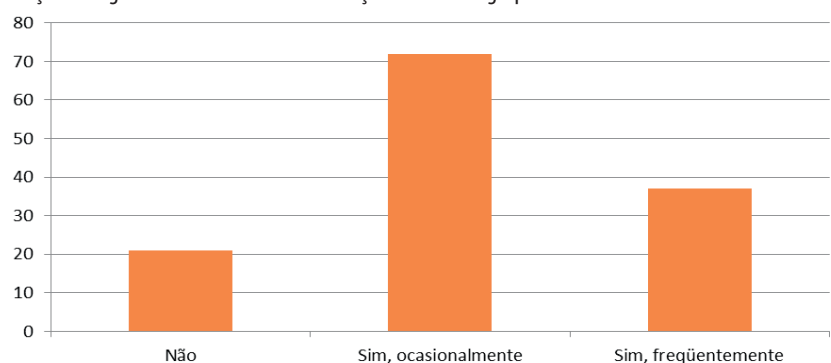
Para Atria (2001) existem duas estratégias importantes para fazer prosperar o Capital Social de um grupo ou de uma comunidade baseadas no empoderamento e na associatividade.

As estratégias baseadas no empoderamento devem produzir ações que tendam a fazer com que a liderança do grupo, além de agir no seu interior, esteja capacitada para uma atuação em direção ao exterior, o que significa uma liderança no grupo e para o grupo. Como por exemplo, em busca da implantação de políticas públicas em sua comunidade.

Já as estratégias orientadas para a associatividade têm por finalidade a promoção de ações que tendam a ampliar ou fortalecer a trama das redes compostas por indivíduos do grupo, potencializando a cooperação do grupo com outros, seus semelhantes, por meio da formação de novas redes ou da ampliação das existentes.

De acordo com os agricultores familiares os grupos aos quais pertencem desenvolvem trabalhos e/ou interação com outros grupos de agricultores, com objetivos semelhantes, dentro ou fora da comunidade. Conforme pode ser verificado por meio da representação gráfica 23.

Gráfico 23 – As organizações de agricultores familiares e à interação com outros grupos



Fonte: Azevedo, 2015.

Um percentual considerável de agricultores respondeu que sim, sendo que 60% destes que há a interação ocasionalmente e 31% que há interação com outros grupos frequentemente, perfazendo-se um total de 91%.

Entende-se que a interação entre grupos de agricultores familiares ocorre porque em geral os problemas são comuns a todos os territórios, prevalecendo a solidariedade entre os iguais e desta forma fortalecendo o Capital Social destes grupos.

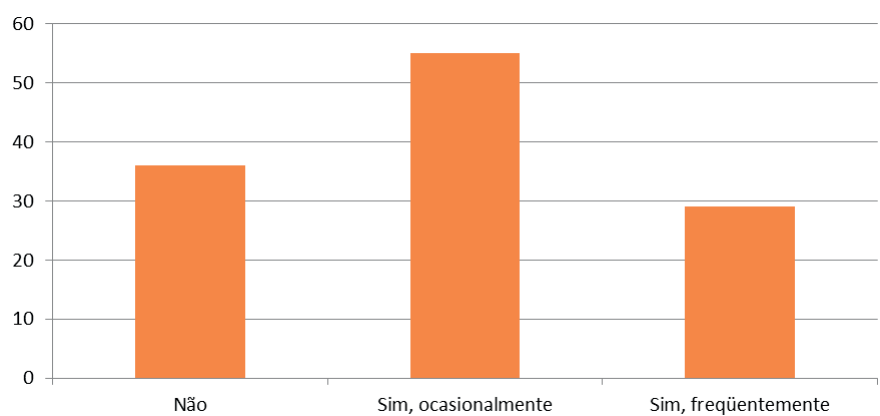
A interação entre as associações ocorre principalmente entre as organizações localizadas em uma mesma região agrossocioeconômica, conforme definida em Capítulo 4, uma vez que existem problemas históricos dependentes de soluções como a falta de abastecimento de água encanada e as péssimas condições das vias de acesso aos povoados, e mais recentemente a dificuldade das fabriquetas de queijo em atender as exigências dos órgãos de vigilância sanitária.

Constatou-se o alinhamento político entre as entidades orientadas politicamente pelo MST e pela Fetase, independentemente da localização, assim como, dos grupos ligadas aos CEB's. Ressalta-se que em geral tais entidades estão localizadas no Território 1.

Os agricultores familiares ressaltaram que desenvolvem trabalhos com outros grupos de agricultores, mesmo que estes tenham objetivos diferentes. Como pode ser visualizado por meio de dados do gráfico 24.

Constata-se uma pequena alteração nos dados, conforme o gráfico 23, no entanto prevalece a opinião de há interação entre os grupos de agricultores familiares, 46% destes que ocasionalmente e 24% de que frequentemente, perfazendo-se um total de 70%. A interação entre agricultores de diferentes comunidades se dá porque as redes de agricultores perpassam os limites das localidades.

Gráfico 24 - Quanto à interação com outros grupos, com objetivos diferentes



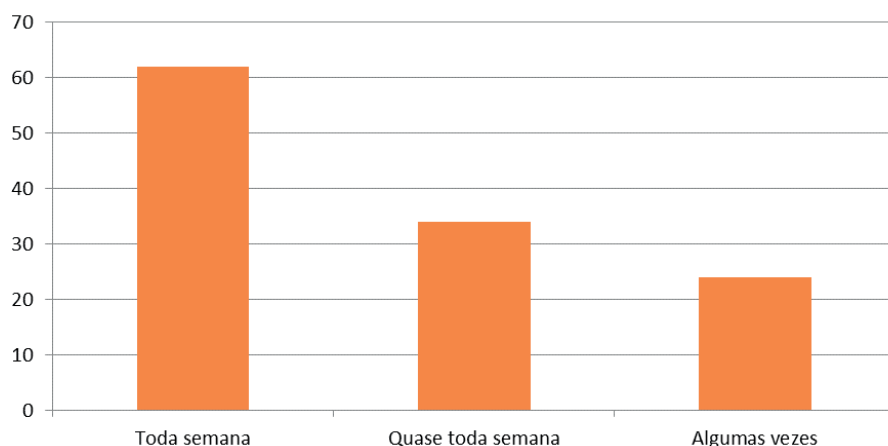
Fonte: Azevedo, 2015.

De acordo com o conceito de Capital Social de Putnam (1993) o envolvimento individual em atividades coletivas, obtendo como efeito subsequente a construção de redes de confiança recíproca. Essas não só têm um impacto na comunidade na qual o indivíduo reside, mas no seu meio social como um todo, via processo de construção das chamadas "virtudes cívicas" (PUTNAM, 1993).

Os agricultores familiares relataram dos encontros com pessoas em locais públicos,

a exemplo da feira e comércio local, para conversar, beber e comer, no período de um mês. Estes relatos geraram dados que podem ser observados no gráfico 25.

Gráfico 25 - Regularidade de encontros sociais entre os agricultores familiares



Fonte: Azevedo, 2015.

Mais de 50% dos agricultores afirmou que toda semana há o encontro com outros agricultores, destacando-se o espaço feira como o principal local de encontro. De fato, a feira assume uma importância na sociabilidade, portanto, a feira não é só o local de compra e venda de mercadorias, mas o local de encontros entre amigos, compadrio, parentes e vizinhos.

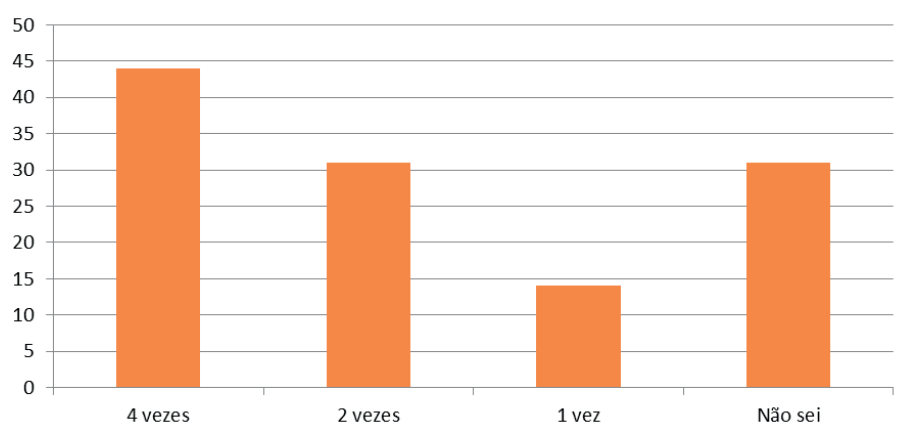
É preciso considerar o número de agricultores que quase toda semana e algumas vezes, novamente se destacando o espaço feira, seguido pelos encontros no sindicato rural nos dias de atendimento do serviço médico-odontológico.

Os agricultores também relataram sobre algumas atividades de lazer promovidas nos finais de semanas nas comunidades, a exemplo da pega de boi, dos torneios de futebol e eventos religiosos como missas, quermesses e cultos evangélicos, contribuindo para a promoção da sociabilidade das comunidades rurais.

Existem agricultores que mantêm contatos diários com outros agricultores por conta da solidariedade. É prática comum no município, entre agricultores familiares que produzem queijo e adquirem a produção de leite de outros agricultores assumirem a responsabilidade do transporte do leite. Possibilitando desta forma o contato diário entre os agricultores e contribuindo para fortalecimento do Capital Social nos territórios.

A representação gráfica 26, expõe por meio dos dados o número de visitas recebidas em média pelos agricultores familiares mensalmente.

Gráfico 26 – O número de visitas recebidas pelos agricultores em sua residência, por mês



Fonte: Azevedo, 2015.

176

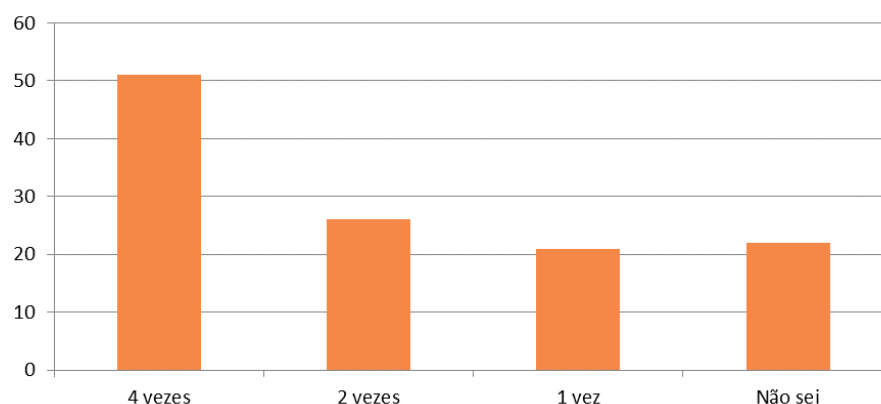
Conclui-se que a maior parte dos agricultores reserva o domingo para fazer as visitas, portanto, a média de 4 visitas mensais. Quanto aos agricultores familiares visitados foram mencionados parentes, compadres, amigos, vizinhos entre outros. A prática das visitas contribui para o fortalecimento do Capital Social entre agricultores familiares.

Alguns agricultores que fazem visitas duas vezes ao mês afirmaram que alternam as visitas aos parentes e amigos com atividades religiosas promovidas quinzenalmente aos domingos. Desta forma todos os finais de semana encontram os parentes, seja em suas residências ou nas missas e cultos. Ressalta-se que quanto maior for o nível de relacionamento entre os agricultores, maior será a solidariedade entre os membros da comunidade e esses com as instituições, assim como maior será o nível de Capital Cultural.

O Capital Cultural precisa ser exercido para continuar existindo por meio da retribuição, desta forma quanto maior o número de visitas efetuadas, maior a possibilidade do indivíduo em ser visitado. Destaca-se que pessoas idosas e com dificuldade de mobilidade são socialmente dispensadas da retribuição.

Já em relação ao número de visitas efetuadas pelos agricultores familiares, estes mencionaram conforme pode ser observado na representação gráfica 27.

Gráfico 27 – O número de visitas efetuadas pelo agricultores mensalmente



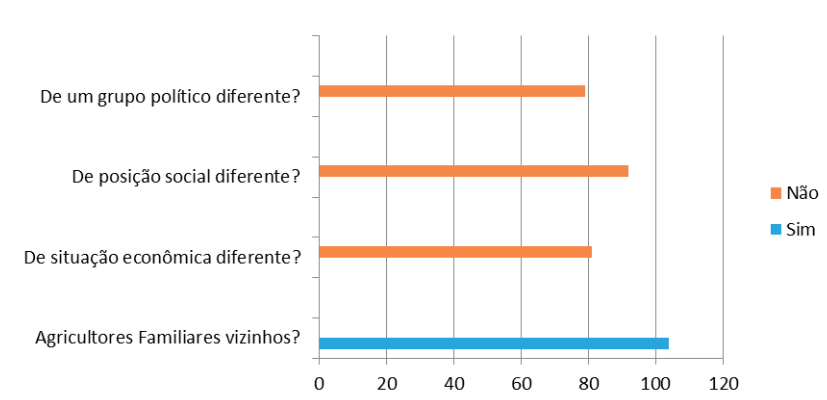
Fonte: Azevedo, 2015.

O domingo é o dia da semana preferido pelos agricultores familiares para visitar ou receber parentes e amigos nas suas residências, por isso que a maioria dos entrevistados respondeu 4 dias ao mês.

Fukuyama (1996) define Capital Social como normas informais que promovem a co-operação entre dois ou mais indivíduos. As normas que constituem o Capital Social podem alcançar desde normas de reciprocidade entre dois amigos, até as formas doutrinárias mais elaboradas e complexas como o Cristianismo ou o Confucionismo.

Os agricultores familiares mencionaram que as pessoas com os quais se encontraram apresentaram o seguinte perfil, conforme dados apresentados no gráfico 28.

Gráfico 28 - Perfil das pessoas visitadas pelos agricultores familiares



Fonte: Azevedo, 2015.

Na visão de 87% dos agricultores, as relações se dão com agricultores familiares vizinhos. Para 68% destes com situação econômica similar a deles e com a mesma posição social, de acordo com 77%. Assim como informaram que 60% das pessoas com os quais mantêm contato são de um mesmo grupo político.

87% dos agricultores familiares respondeu que tem participado em cerimônias familiares. É que existe um código de ética implícito importante para ser respeitado e seguido por todos os agricultores familiares nas comunidades rurais do município de Nossa Senhora da Glória. Caso haja quebra, no caso do não cumprimento, o agricultor pode ficar hostilizado pela comunidade.

Nas formas tradicionais de solidariedade (batalhão, pega de boi, taipa de casa e pisada), a presença de aqueles que foram comunicados é obrigatória. No capítulo 6 esse tema já foi abordado, evidenciando a obrigatoriedade sobretudo; nas cerimônias de enterro e de casamento.

Coleman (2001) enfatiza no plano individual a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em expectativas de reciprocidade e comportamentos confiáveis que conjuntamente melhoram a eficiência individual.

De acordo com o autor, no contexto coletivo, o Capital Social ajuda a manter a coesão social em função da obediência às normas e leis, e de comportamentos como negociação em situação de conflito, prevalecendo à cooperação sobre a competição, o que é um fator

de extrema importância numa sociedade ou numa comunidade.

Segundo Coleman (1990), às formas assumidas pelo Capital Social, são obrigações e expectativas: Se A faz alguma coisa por B e confia que B irá compensá-lo no futuro, isto estabelece uma expectativa em A e uma obrigação da parte de B em não quebrar a confiança nele depositada por A. Esta obrigação pode ser entendida como uma promissória detida por A e precisa ser honrada, no futuro, por alguma prestação de B. Se A possui várias promissórias deste tipo, de várias pessoas com quem ele tem relações, então a analogia com o capital financeiro é direta: as promissórias constituem uma ampla carteira de créditos com os quais pode contar se necessário.

a) Potencial de informações: Uma importante forma de Capital Social é o potencial informativo inserido nas relações sociais. Informação é importante, pois provê a base para a ação. Mas a aquisição da informação envolve custo, e um meio pelo qual a informação pode ser adquirida é usar relações solidárias que são preservadas para outros propósitos. Entre os agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória as informações são repassadas solidariamente sem nenhum custo, a exemplo das receitas de queijos;

b) Normas e sanções efetivas: Quando uma norma real existe (os atores sociais sabem que ela será aplicada), ela se constitui numa forma poderosa – mas algumas vezes frágil – de capital social;

c) Relações de autoridade: Se o ator A transfere para o ator B o direito de controlar algumas de suas ações, então B tem capital social disponível que se exprime na forma destes direitos de controle. Se um número suficientemente grande de atores transferiu direitos de controle similares para B, então B tem disponível um extenso conjunto de capital social, que pode ser concentrado em determinadas atividades;

d) Organização social adequada: Associações e organizações são formadas para perseguir objetivos fixados pelos seus constituintes. Entretanto, depois de atingido o seu objetivo inicial, estas organizações podem vir a ser apropriadas por outro grupo de pessoas que têm outros objetivos, mas que usarão o capital social acumulado por estas associações quando elas perseguirem os seus objetivos iniciais. Assim, organizações que devem a sua existência a um conjunto preciso de metas e objetivos, podem ajudar a alcançar outros objetivos pertinentes a outro grupo de pessoas ou a um grupo mais extenso, sem que elas percam a sua característica constitutiva e fazendo desta associação um estoque de capital social a ser usado pela comunidade. Prática comum nas associações dos assentamentos rurais, que primeiramente tem como objetivo a posse da terra e depois são utilizadas para fins políticos ideológicos ou partidários;

e) Organização intencional: O uso do conceito de capital social dependerá dele ser ou não visto como um subproduto de atividades que foram concebidas para outros propósitos (não com o objetivo específico de criar capital social). Pelo fato do capital social ser um bem público, muitas vezes há pouco ou nenhum interesse, por parte de indivíduos atomizados, em investir em capital social. A partir do momento em que uma organização produz um bem público (capital social), sua criação por um grupo de pessoas torna os seus benefícios disponíveis para outras pessoas, quer estas pessoas participem diretamente da organização ou não. É exatamente esta característica que fará com que o primeiro grupo de pessoas estejam menos propenso a criar um organismo deste tipo. Um exemplo é a conquista de uma agroindústria dentro das normas exigidas pela legislação sanitária vigente. Fica evidente, que as pessoas que fazem parte da equipe que conseguiu o benefício, esperam um dia poder contar com a retribuição de quem se beneficiou; assim, como o grupo que recebeu os benefícios se sente na obrigação de retribuir os benefícios recebidos; ou seja, é uma via de mão dupla, em sentido de vai e vem.

Os agricultores familiares dos territórios analisados mencionaram que as formas tradicionais de solidariedade diminuíram sensivelmente a partir da década de 1990, com a implantação de dos equipamentos coletivos e das políticas públicas estatais.

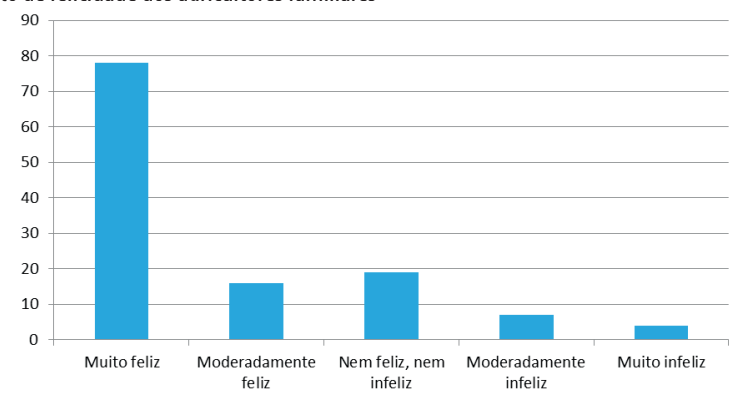
As políticas públicas têm exigido um nível de organização dos agricultores familiares para implantação de programas voltados ao fortalecimento e conseqüentemente beneficiamento desta categoria de agricultores. Contudo, esta exigência do associativismo formal aos agricultores familiares não tem sido garantia de êxito destas entidades.

Contudo, o Capital Cultural das comunidades, construído ao longo dos anos não tem sido aproveitado como elemento capaz de fortalecer este modelo de organização exigido aos agricultores familiares, principalmente a partir da Constituinte de 1988.

Neste sentido, é justamente a partir da década de 1990 que as práticas solidárias entre agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória sofrem uma sensível redução; além das transformações ambientais e da adoção de novas tecnologias.

Os agricultores familiares fizeram menção ao sentimento de felicidade, que pode ser observado por meio da representação gráfica 29.

Gráfico 29 – Sentimento de felicidade dos agricultores familiares



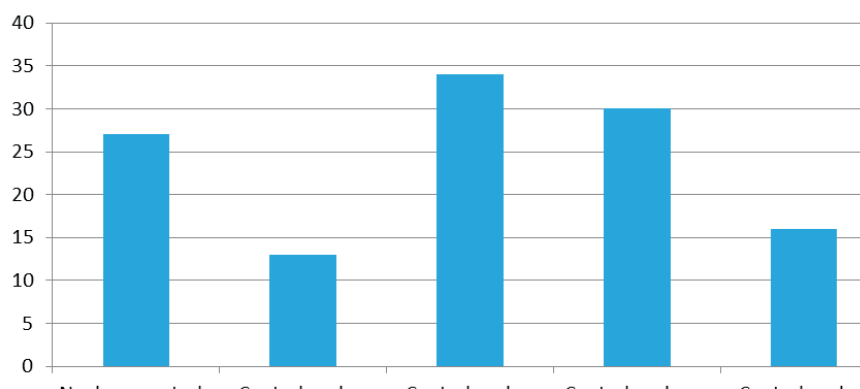
Fonte: Azevedo, 2015.

Dos agricultores 65% estão muito felizes, e de 13% para a alternativa moderadamente feliz; enquanto 15% dos agricultores não se consideram nem feliz, nem infeliz. Consta-se que em geral os agricultores, apesar de algumas dificuldades, a exemplo da seca nos últimos anos, se consideram pessoas felizes.

Neste sentido, há evidências que esta felicidade esteja relacionada ao sentimento de pertencimento aos territórios, bem como a identidade sertaneja. Desta forma contribuindo para o fortalecimento do Capital Cultural dos territórios, por meio da valorização da vida das pessoas.

Na representação gráfica 30, é possível verificar o nível de controle dos agricultores familiares quanto a tomada de decisões que afetam as suas atividades diárias.

Gráfico 30 - Controle dos agricultores nas decisões que interferem o seu dia-a-dia



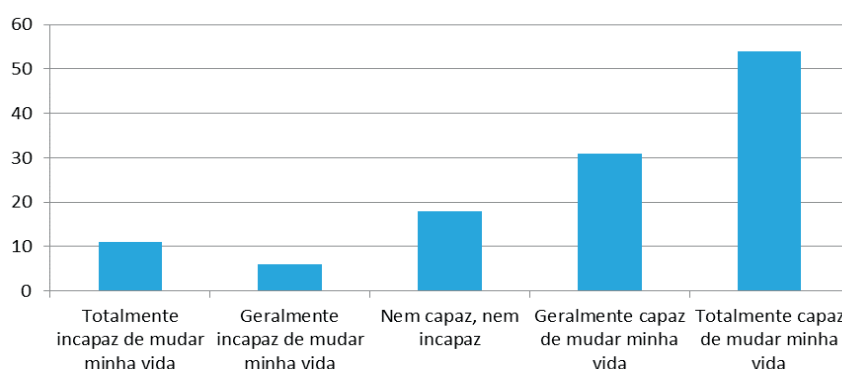
Fonte: Azevedo, 2015.

Do universo de 120 agricultores familiares 13% respondeu que tem controle sobre todas as decisões; 25% que tem controle sobre a maioria das decisões; enquanto mais de 28% afirmou que tem controle sobre algumas decisões, 10% tem o controle sobre muito poucas decisões e 24% não tem nenhum controle nas decisões que afetam as suas atividades diárias.

Por meio dos dados do gráfico 30 é possível constatar que os agricultores não exercem controle nas decisões que interferem as suas atividades diárias. Apenas um percentual 38% dos agricultores mencionaram que exercem controle sobre a maioria ou a totalidade das decisões que afetam o seu fazer diário.

Os agricultores familiares relataram quanto ao poder deles para tomar decisões importantes e que podem mudar o curso das suas vidas. Como pode ser verificado nos dados do gráfico 31.

Gráfico 31 – Poder dos agricultores familiares para tomar decisões importantes



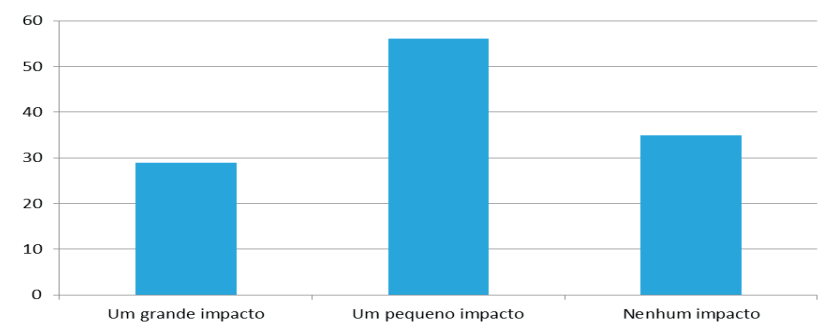
Fonte: Azevedo, 2015.

Entre os agricultores 45% respondeu que é totalmente capaz de tomar decisões que podem mudar a sua vida; 25% optou por responder que geralmente capaz de mudar minha vida, perfazendo as duas alternativas 70% do total de agricultores. Ou seja a ampla maioria tem a consciência de que pode interferir nos rumos de suas vidas.

De acordo com os dados do gráfico 31, é possível constatar que os agricultores tem conhecimento do seu poder de decisão nos fóruns estabelecidos pelos grupos que participam. Demonstrando desta forma que quanto maior for o nível de consciência política dos participantes maior será o Capital Social do grupo.

Os agricultores familiares evidenciaram a necessidade de efetivação de políticas públicas de diferentes níveis de impacto para fazer a comunidade um lugar melhor para se viver, conforme representação gráfica 32.

Gráfico 32 – Os níveis de impacto na efetivação de políticas públicas para melhorar a comunidade



Fonte: Azevedo, 2015.

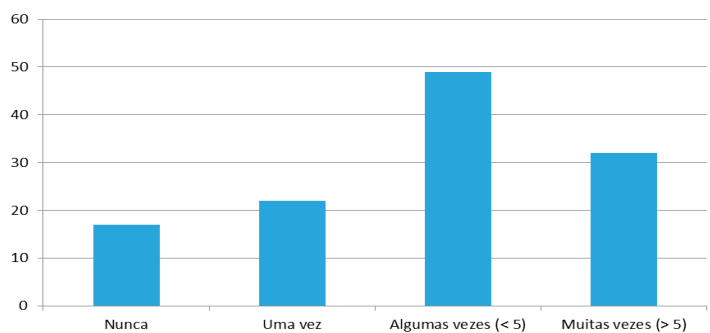
De acordo com os dados do gráfico 32, constata-se que 45% dos agricultores respondeu que um pequeno impacto seria suficiente para melhorar a comunidade local; enquanto que 27% respondeu que não há a necessidade de impacto nas comunidades, perfazendo a duas opções um total de 72%. Enquanto 28% que as comunidades necessitam de grandes impactos.

Os pequenos impactos mencionados pelos agricultores foram melhoria nas estradas de acesso das comunidades e no abastecimento de água encanada. Já nas ações de grande impacto, mencionados principalmente pelos membros do Território 2, estão o aumento no preço do leite, a liberação de recursos pelo Pronaf e a construção de agroindústrias comunitárias.

Os percentuais apresentados na representação gráfica 32, evidenciam que os agricultores familiares dos territórios analisados, na sua maioria entendem que não há necessidade de grandes impactos como nas suas comunidades. Neste sentido, quanto maior for o nível de aceitação, maior será a legitimidade dos líderes e instituições, facilitando a cooperação e a ação coordenada, elevando assim o grau de Capital Social dessa comunidade.

Os agricultores familiares relataram sobre o nível de organização para solicitar benefícios e melhorias para a comunidade, bem como para entregar conjuntamente petição a membros do governo, ou a líderes políticos, nos últimos 12 meses. Conforme dados da representação gráfica 33.

Gráfico 33 - Reunião dos agricultores familiares para reivindicar melhorias para a comunidade



Fonte: Azevedo, 2015.

Aproximadamente 27% dos agricultores respondeu que muitas vezes, enquanto 40% relatou que participou algumas vezes, 18% que participou apenas uma vez e 15% que nunca participou.

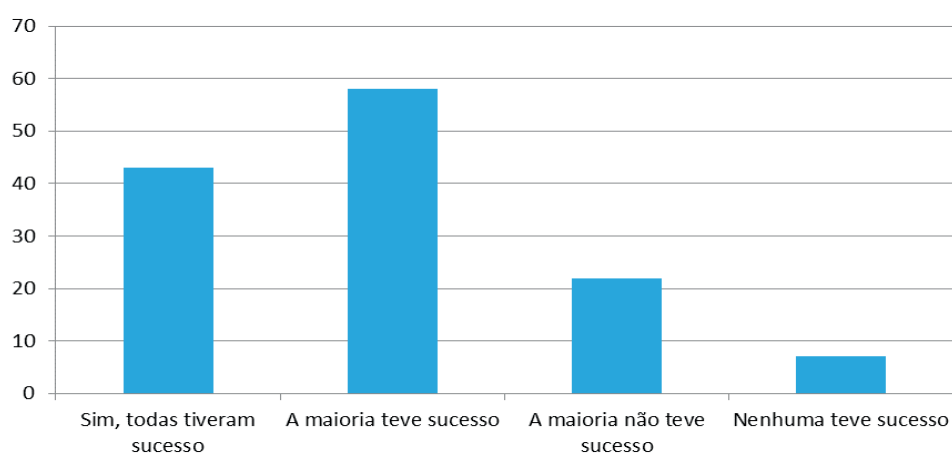
Somando-se o percentual de agricultores que respondeu muitas vezes com o percentual que respondeu algumas vezes perfaz um percentual de 67%; neste sentido, evidencia-se o caráter reivindicatório dos territórios analisados. Cabe ressaltar que os agricultores do Território 1, se destacam comparativamente aos dos demais territórios analisados, na afirmativa muitas vezes

Wanderley (1996) ressalta a predisposição a luta pelo agricultor familiar, e aponta a luta pela terra enquanto o esforço de "... construir um 'território' familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores" (1996, p. 12).

Conclui-se que quanto maior o engajamento dos membros da comunidade em ações que promovam o desenvolvimento coletivo, maior a possibilidade de existência de Capital Social.

Por meio da representação gráfica 34 é possível observar dados obtidos nos relatos de agricultores sobre o sucesso nas solicitações a órgãos e políticos, com o objetivo de beneficiar as comunidades.

Gráfico 34 - Sucesso nas solicitações dos agricultores familiares para melhoria da comunidade



Fonte: Azevedo, 2015.

Dos agricultores 43% respondeu que todas as solicitações tiveram sucesso, enquanto que 48% afirmou que a maioria das solicitações teve sucesso; já para 18% a maioria das solicitações não teve sucesso e o percentual de 6% entende que nenhuma solicitação teve sucesso.

Constata-se que a ampla maioria dos agricultores acredita no poder político das organizações, assim como que os grupos têm sido atendidos em suas reivindicações. Este reconhecimento do poder das entidades, fortalece o Capital Social e Cultural dos territórios pois tem contribuído para o aumento do número de agricultores familiares associados e na existências das entidades.

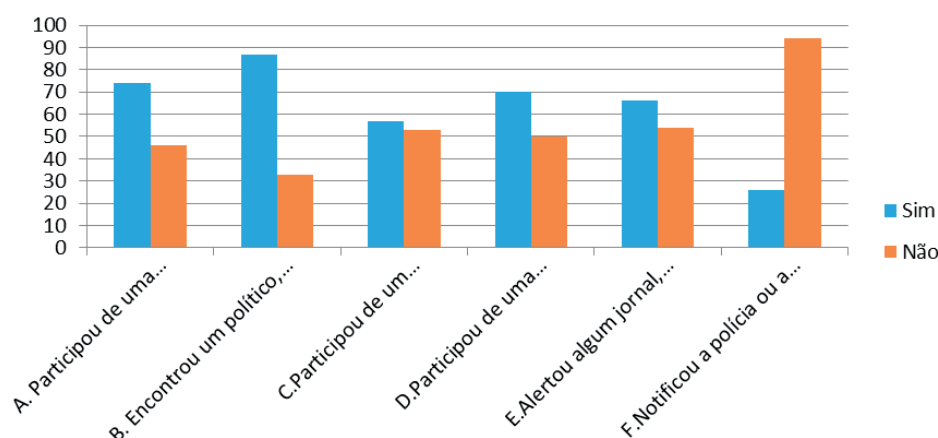
A densidade das redes que se estabelecem entre o poder público local, as firmas e a

sociedade civil e, principalmente, a qualidade das redes entre essas formas intermediárias de coordenação, é que nos dá uma medida do estoque de Capital Social existente nos territórios estudados.

Estas relações entre os diversos atores servem de ponto de partida para postularmos sobre a possibilidade de construção de relações sinérgicas entre os agentes do Estado, as representações do empresariado e os membros da sociedade civil.

De acordo com os relatos dos agricultores familiares as diversas ações promovidas por eles nos últimos 12 meses, objetivando beneficiar as comunidades, podem ser observadas por meio dos dados do gráfico 35.

Gráfico 35 - Ações promovidas pelos agricultores familiares com o objetivo de beneficiar as comunidades



Fonte: Azevedo, 2015.

Observa-se no gráfico 35 que entre as diversas ações propostas pelos agricultores familiares, obteve-se os seguintes resultados: - 62% dos agricultores participa de reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão; - 73% encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou-lhe uma carta; - 48% participou de um protesto ou demonstração; - 58% participou de campanha eleitoral ou informativa; - 55% alertou algum jornal, rádio ou TV para um problema local; - 22% notificou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local.

Em geral, verifica-se que os agricultores familiares têm participado de diversas ações promovidas pelas associações. Especificamente em relação as duas ações que obtiveram um número maior de não notificação a polícia ou a justiça a respeito de um problema local, entende-se que o referido comportamento não é prática comum na região.

Neste sentido, os agricultores familiares só buscam o poder de polícia e a justiça quando não conseguem resolver localmente o problema. E que há um desconhecimento do papel da justiça, principalmente para os agricultores que compõem as entidades do Território 3. Os agricultores que relataram que mais participam das ações apresentadas acima fazem parte dos Territórios 1 e 2.

Também foi mencionado pelos agricultores familiares a participação nas últimas eleições da associação.

Do total de agricultores 73% afirmou ter votado na última eleição para escolha das

atuais diretorias das associações de desenvolvimento comunitário, enquanto que 27% respondeu que não. Cabe ressaltar, que dos 120 agricultores que fazem parte do estudo, a metade é composta por dirigentes de entidades e a outra por associados não-dirigentes.

No grupo formado pelos agricultores não-dirigentes, estão os opositores as atuais diretorias, os quais muitas vezes quando não concordam com determinados posicionamentos políticos se abstêm das votações, com o objetivo de enfraquecer o grupo político opositor. Os agricultores familiares que compõem o Território 1, foram os que mais relataram participação nos processos eletivos, seguidos pelos que compõem o Território 3 e com menor intensidade pelos que fazem o Território 2.

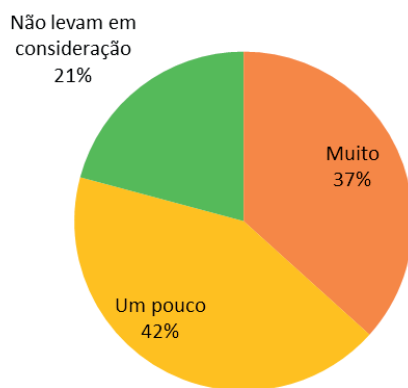
Dos agricultores 69% respondeu que participaram das últimas eleições na esfera municipal, estadual e nacional. Ressalta-se que entre os agricultores havia pessoas de diferentes faixas etárias, inclusive pessoas idosas que não tem mais a obrigatoriedade em votar.

Um aspecto que deve ser ressaltado é que entre os 31% dos agricultores familiares responderam não, alguns tinham deixado de participar de apenas um pleito, principalmente da esfera estadual ou federal, ou de um turno do processo eleitoral.

Como há um distanciamento entre os parlamentares nas esferas estadual e federal com as comunidades se não houver um trabalho das lideranças locais em apoio a estes parlamentares, a comunidade não se sente motivada a desloca-se para sede do município ou para povoado maiores com o intuito de votar.

Os agricultores familiares relataram que o governo municipal e os líderes locais adotam o seguinte comportamento em relação às propostas apresentadas que afetam a vida de todos, conforme dados constantes na representação gráfica 36.

Gráfico 36 - Consideração das propostas apresentadas pelos agricultores associados aos seus líderes



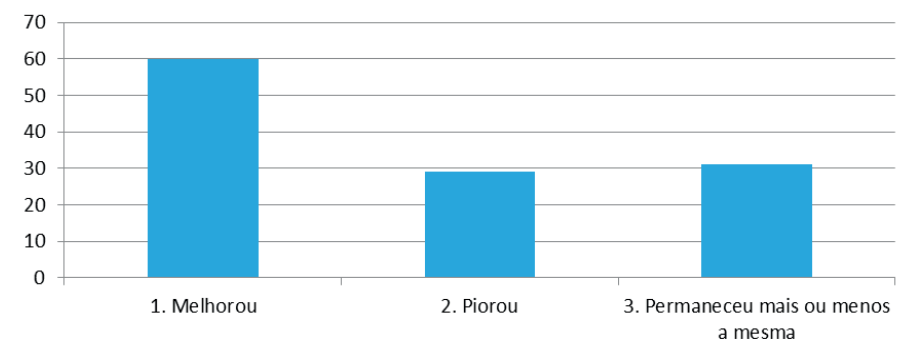
Fonte: Azevedo, 2015.

Para 42% dos agricultores familiares os líderes consideram um pouco as preocupações manifestadas por eles; já para 37% os líderes consideram muito as preocupações. Contudo 21% afirma que suas preocupações não são levadas em consideração.

Desta forma, constata-se que as preocupações apresentadas pelos agricultores familiares em sua maioria são consideradas pelas lideranças locais; esta prática fortalece o Capital Social nos territórios, pois os líderes se sentem mais comprometidos em buscar atender as solicitações, assim como mais respeitados pelas comunidades.

Quanto a honestidade do governo local, em comparação aos últimos cinco anos, os agricultores familiares se manifestaram conforme dados expostos na representação gráfica 37.

Gráfico 37 - Honestidade do governo local em relação aos últimos 5 anos



Fonte: Azevedo, 2015.

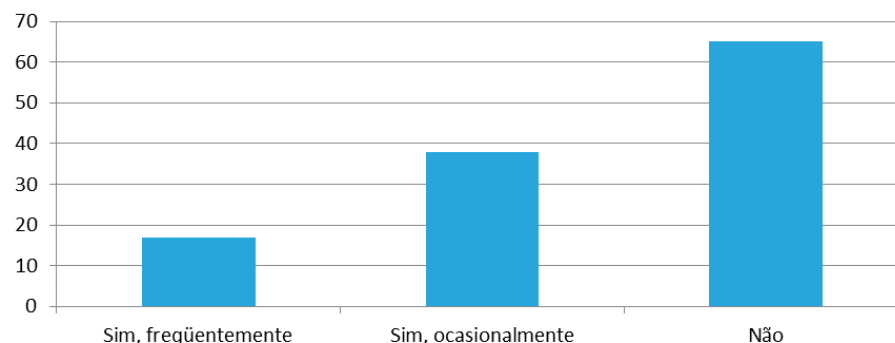
Dos entrevistados 50% respondeu que melhorou a honestidade do governo local, 26% que permaneceu mais ou menos a mesma coisa e 24% que piorou. Os percentuais observados por meio do gráfico 37 representam a confiança e a popularidade do prefeito no município e região.

Atualmente, o município é administrado pelo o Partido dos Trabalhadores numa frente composta com diversos partidos de linha política de esquerda. O prefeito é o Professor Francisco Carlos Nogueira Nascimento, conhecido na região como Chico dos Correios, tendo em vista que é servidor do referido órgão, já foi vereador por dois mandatos e foi eleito prefeito em 2012.

Ressalta-se o incentivo do governo local a participação popular nos fóruns consultivos, contribuindo positivamente para imagem da administração municipal e do seu atual gestor. O atual prefeito venceu nos três territórios analisados, com destaque para a expressiva votação no Território 1.

Os agricultores familiares abordaram sobre o pagamento de propina para obtenção de benefícios a membros do governo, nos últimos 12 meses. Os dados obtidos possibilitou a elaboração da representação gráfica 38.

Gráfico 38 - Pagamento de propina para obtenção de benefícios, anual



Fonte: Azevedo, 2015.

De acordo com os dados do gráfico 39, 54% dos agricultores respondeu que não pagou propina; 14% que sim, frequentemente paga propina e 32% que paga propina ocasionalmente. No entanto, não foi objeto do estudo em quais órgãos ou esferas de Governo isto ocorre.

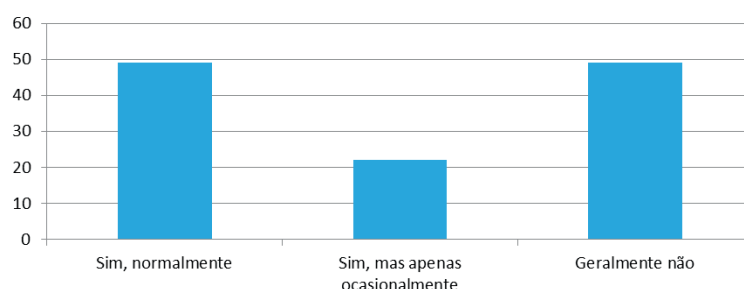
A corrupção proporciona uma diminuição da quantidade de recursos para áreas essenciais não só pelo roubo em si, mas, também, pelo processo político influenciado por agentes que procuram fazer com que áreas mais passíveis de corrupção sejam mais beneficiadas no processo de elaboração do orçamento público.

Contudo, o uso indevido de recursos públicos, supostamente destinados a atender demandas nas comunidades rurais, por agentes públicos corruptos que agem em benefício próprio, diminuirá o impacto dos programas sociais. E aumentará a possibilidade de melhoria de vida das pessoas assistidas pelos programas.

Ressalta-se que um percentual considerável de 54% afirmou que não pagou propina, seja por entender que não é correto ou por entender que não é necessário. Demonstrando o Capital Cultural dos territórios por meio do entendimento que não é necessário o desvio de conduta para obtenção de benefícios pessoais.

Os agricultores familiares mencionaram a eficiência no pagamento de propina para a realização de um serviço ou na resolução de um problema, de acordo com os dados do gráfico 39.

Gráfico 39 - A eficiência no pagamento de propina



Fonte: Azevedo, 2015.

Observa-se na representação gráfica 39 que aproximadamente 41% dos agricultores familiares afirmam que sim, normalmente o pagamento de propina é eficiente na resolução de problemas. 18% respondeu que sim, mas apenas ocasionalmente; enquanto 41% respondeu que geralmente o pagamento de propina não é eficiente na resolução de problemas.

A propina pode ser definida como o meio financeiro de se transformar relações impessoais em pessoais, geralmente visando à transferência da renda ilegal dentro da sociedade. Ela é uma soma fixa, uma certa percentagem de contrato ou qualquer outro favor em moeda usualmente pago para o burocrata corrupto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que pesem as considerações empreendidas ao longo desta tese, pode-se concluir que a Constituição Federal de 1988, objetivando a efetivação dos denominados direitos de terceira dimensão, que têm como fundamento o princípio da fraternidade, estabeleceu diretrizes que tornassem fáticas a consumação desses direitos.

Em seu texto, no capítulo que trata dos direitos e garantias fundamentais, a Carta Magna previu a criação de associações de livre formatação, sem a intervenção do Estado, que possibilitariam a solidariedade e serviriam como instrumentos para operacionalizar e redistribuir rendas de forma ampla e igualitária.

As relações simbióticas decorrentes desse associativismo estreitariam laços, fortaleceriam a comunidade e atuariam como facilitadoras para a implantação de políticas públicas.

Contudo, aqui há de se fazer uma crítica às posturas políticas adotadas pelo Estado. Ao prever a criação de associações de desenvolvimento comunitário o constituinte almejava que com o estabelecimento dessas relações solidárias, houvesse uma participação da sociedade nos projetos de interesse comunitário onde o Estado pudesse atuar como parceiro e fomentador desses projetos.

No entanto, pelo que foi observado nesse estudo o Estado não absorveu esses conceitos na sua plenitude e os deixou de observar quando assumiu mesmo que indiretamente o papel de preceptor da solidariedade e o fez no momento em que os serviços que deveriam ser realizados internamente pela própria comunidade passaram a ser viabilizados pelo próprio Estado e utilizados como moeda de troca na execução de projetos pessoais de alguns representantes políticos.

A construção de casas de farinha motorizadas, edificação de casas populares em alvenaria, mecanização da agricultura e a aquisição de outros equipamentos coletivos, todos realizados a expensas do erário passaram a configurar uma perigosa relação de dependência assistencialista com fins eleitoreiros.

Entende-se que esta tentativa de substituição de dádivas entre os agricultores, operada pelo Estado não poderia dar certo, uma vez que são sistemas diferentes, com princípios incomuns.

Outro aspecto é que os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, implantados em Sergipe a partir da década de 1970 pelo Pólo Nordeste e na década seguinte pelo PRONESE embora definidos como projetos de desenvolvimento sustentável não tiveram a preocupação com os aspectos culturais e históricos, prevalecendo estritamente o aspecto econômico, contribuindo para que o agricultor familiar contemplasse esses programas apenas sob o prisma de mercado em detrimento da sustentabilidade que deveria ser levada em consideração em todas as suas dimensões.

Neste sentido, verificou-se que as práticas de cooperação (batalhão, pisada, taipa de casa, pega e ferra de boi, que tinham um caráter de compromisso e participação solidária entre vizinhos e parentes, foram suplantadas pelas práticas mecanicistas colocadas em prática pelo Estado nessa nova versão do associativismo comunitário e estavam atreladas ao mero retorno financeiro.

Ficou também patentemente evidenciado que as atividades lúdicas desenvolvidas durante a execução das tarefas nesses momentos de cooperação eram importantes para a interação social das comunidades e para o entretenimento dos participantes durante a execução das tarefas mais árduas.

As tarefas desenvolvidas durante esses eventos cooperativos eram bem definidas e outorgadas aos seus partícipes levando-se em consideração as peculiaridades do grupo e o gênero, onde em geral as mulheres assumiam os papéis secundários. Entretanto, no que concerne às atividades coletivas denominadas como pega de boi e ferra, eram realizadas exclusivamente pelos homens.

A pecuária foi determinante para o surgimento do núcleo de povoamento que deu origem ao município de Nossa Senhora da Glória. Não obstante, ficou constatado que somente a partir dos anos 1970, por meio de incentivos estatais, é que o município passa a se consolidar como bacia leiteira. Para isso se destacam as políticas públicas de acesso ao crédito para promover a substituição dos rebanhos bovinos de corte para leite e consequentemente o desenvolvimento da pecuária.

Constata-se que a pecuária de leite é a principal atividade econômica no município; no entanto, observa-se a vulnerabilidade da atividade, principalmente devido aos efeitos da seca, ficando o agricultor dependente da aquisição de insumos externos.

Outro aspecto importante, diz respeito ao mercado, visto que a atividade leiteira de Nossa Senhora da Glória é prejudicada, principalmente no período da seca, em virtude da oferta de derivados do leite produzidos em outras regiões do país. Além disso, nos últimos anos o órgão de vigilância sanitária estadual tem exigido dos proprietários de fabriquetas a adaptação destas às normas técnicas.

Contudo, diante do elevado custo para a adequação, pouco ou quase nada se modificou embora um consórcio entre órgãos públicos e empresas privadas já tenha pré-selecionado alguns agricultores com o objetivo de conceder o financiamento com vistas à viabilização da mudança.

Observa-se um conjunto de estratégias adotadas pelos agricultores familiares do município no sentido de facilitar a sua sobrevivência econômica e a convivência com a seca; e as mais comuns dessas estratégias são: o consórcio entre as culturas agrícolas; a criação de suínos consorciada com a produção de leite; a venda de parte do rebanho no início do período de estiagem, evitando-se maiores gastos com ração; o arrendamento de áreas para plantio de milho e palma para alimentação animal, entre outras.

A principal fonte de renda das famílias de agricultores é obtida na propriedade e complementada por outros rendimentos, destacando-se a importância dos benefícios de aposentadoria e pensões, do programa Bolsa Família, assim como do trabalho assalariado, principalmente diarista.

Os sistemas agrários no município de Nossa Senhora da Glória são, em geral, formados por quatro subsistemas interdependentes: o subsistema de cultivo para consumo humano, o subsistema de cultivo para consumo animal, o subsistema de criação e o subsistema de processamento; enquanto o sistema social produtivo é formado pelo domicílio e interações sociais dos agricultores, inclusive com o mercado.

Os agricultores familiares mais organizados a exemplo dos que fazem parte do Território 1, são dotados de níveis elevados de Capital Social, assim como os que compõem o

Território 3, demonstraram elevados níveis de Capital Cultural.

Constata-se que a militância dos agricultores familiares do Território 1 é uma forma de emprego, como também uma estratégia de colocar em prática seu ideal por justiça social.

Os equipamentos coletivos quando utilizados solidariamente pelos agricultores familiares das comunidades onde estão instalados contribui para o fortalecimento do Capital Social e Cultural dos territórios.

Ressalta-se a importância destas instituições para as famílias de agricultores assentadas no município, servindo de referência e na orientação para a tomada de decisões que afetam a vida de todos os agricultores familiares das organizações, contribuindo para o fortalecimento do Capital Social dos territórios.

O Capital Cultural de um grupo de agricultores é fortalecido pelas práticas comuns entre os membros deste; portanto diferenças muito acentuadas no nível socioeconômico dos agricultores se constituem em obstáculos a manutenção deste tipo de capital.

Destaca-se que principalmente nos Territórios 1 e 2; no primeiro grupo há um trabalho permanente dos movimentos sociais para o fortalecimento deste capital, já no Território 2 de forma mais espontânea e impulsionada pelo elevado nível de Capital Cultural dos agricultores que compõem o referido território.

Reforçando a importância das entidades como instrumento para viabilizar o Capital Social dos agricultores familiares dos três territórios analisados neste estudo. As entidades do Território 1 foram as que mais cresceram em número de associados. Os Territórios 2 e 3 mantiveram o número de associados em suas entidades.

Um conjunto de políticas públicas, a exemplo do PAA, PNAE e Pronaf tem contribuído para o fortalecimento do Capital Social nos três territórios analisados. Constatou-se, nas entidades que formam o Território 1 uma maior consciência pelos direitos garantidos a categoria, bem como conhecimento na utilização dos instrumentos que viabilizam a implantação das políticas públicas.

Verificou-se a efetividade de algumas lideranças por meio da observação direta nos territórios, como o nível de organização dos agricultores familiares, por meio dos fóruns deliberativos, na presença de estranhos a comunidades e na implantação e uso de equipamentos coletivos nesses espaços, principalmente no Território 1.

Constatou-se o alinhamento político entre as entidades orientadas politicamente pelo MST e pela Fetase, independentemente da localização, assim como, dos grupos ligados aos CEB's. Ressalta-se que em geral tais entidades estão localizadas no Território 1.

É patente que há um desconhecimento do papel da justiça, principalmente para os agricultores que compõem as entidades do Território 3. Os agricultores que relataram que mais participam das ações apresentadas acima fazem parte dos Territórios 1 e 2.

Os agricultores familiares que compõem o Território 1 foram os que mais relataram participação nos processos eletivos, seguidos pelos que compõem o Território 3 e com menor intensidade pelos que fazem o Território 2, evidenciando que o Capital Social e o Capital cultural contribuem para o engajamento político e formação cidadã do Agricultura Familiar.

09 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.

ALEIXO, S. S. Análise de nível tecnológico de produtores de leite: estudo de caso da Cooperativa Nacional Agro-industrial. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Estadual Paulista, Jabotical, 2000.

ALENCAR, E. Introdução à metodologia da pesquisa social. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org). Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Viera, 2008, p. 47 – 70.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. Revista da ANPEGE, Fortaleza, Ano 2, n. 2, p. 103-114, 2005.

ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 290p.

AMMANN, S. B. Participação social. 2ª ed. ver e ampliada. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ANDRADE, I. A. L. Conselhos de desenvolvimento rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S. et al. (org.). Políticas públicas e participação social

no Brasil rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADE, Marcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. Avaliação geral: avaliação externa do PRONERA. São Paulo: PRONERA, 2004.

ANDRADE, Manuel Corrêa. A Terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Ed. Atlas, 1986. 239 p.

ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular? São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos).

ARAÚJO, S. M. P. Eles: a cooperativa; um estudo sobre ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.

AZEVEDO, José Franco. Associativismo e agroecossistemas: um estudo em Nossa Senhora da Glória/SE. 107 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

192 BELIK, W.; SOUZA, L. R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. x, n. 33, p. 103-122, jul./dez. 2009.

BERTHOME, J.; MERCOIRET, M. R. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, S. (org.). Organização dos produtores. Brasília: Embrapa, 1999.

BERTOLLI FILHO, Claudio. História das políticas públicas no Brasil. São Paulo: Ática, 2006.

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Trad. Celso de Castro. – 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BONNAL, Phillipe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. Política & Sociedade, n. 14, p. 211-250, 2009.

BOSI, Alfredo (org.). Plural, mas não caótico. In: BOSI, Alfredo. Cultura brasileira - temas e situações. São Paulo: Ática, 1987, p. 7-15.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução Maria Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In RICHARDSON, J. (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood, 1986, p. 241-258.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. In: BOURDIEU, Pierre. Actes de La recherche em sciences sociales, [S.I.], v. 31, p. 2-3, 1980.

BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas tem-

porais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: out. 2011.

_____. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf>. Acesso em: out. 2011.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Brasília: MDA, 2010. (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).

BRUNHES, J. Geografia Humana. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

BRUNET, R. Le territoire dans les turbulences. Paris: Reclus, 1990. 224 p.

BUAINAIN, A. M. Trajetória recente da política agrícola brasileira. Campinas, 1997.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 2004.

BUARQUE DE HOLANDA, S. Raízes do Brasil. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. 158 p.

CAILLÉ, A. Dádiva e associação. In: MARTINS, P. H. (org.). A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a. p. 191-205.

CALDEIRA, C. Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Brasiliense, 1956. 222 p.

CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 284 p.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectiva para uma nova extensão rural. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan/mar 2000.

CARVALHO FILHO, O. M. et al. A pequena produção de leite no semi-árido sergipano. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2000. 26 p.

CARVALHO, H. M. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em <<http://www.nead.org.br/index.php>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

CASTAÑON, Gustavo Arja. Construcionismo social: uma crítica epistemológica. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 12, n. 01, p. 67-81, 2004. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n1/v12n1a08.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: Identidade e significado na sociedade em rede. In: A Sociedade em Redes. 8ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. V. 01.

_____. O poder da identidade. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 02

CASTRO, Josué. Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares e Achiamé, 1980.

CERDAN, C. T. A pequena produção de leite no semi-árido sergipano. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2000. 26 p.

194 CHÉVEZ, M. L. Z. de. Capital Social e Desenvolvimento Local: alguns apontamentos teóricos. Anais... IV Congresso Brasileiro de Administração Rural, Goiânia, 2001.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. Revista GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, dez. 1999.

CLAVAL, Paul. Evolución de la Geografía Humana. Barcelona: Ed. Oikos-tau, 1971.

COELHO, Carlos N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). Revista de política agrícola, Brasília, ano x, n. 03, p. 03-58, jul/ago./set. 2001.

COLEMAN, James Samuel. Foundations of Social Theory. Cambridge, MA: University Press, 1990.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. American Journal of Sociology, vol. 94, S.95-120, 1988a. In: FRANCO, Augusto. Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.

COOLEY, Charles Horton. Human Nature and Social Order. New York: Schocken Books, 1964.

COSTA, A. A. A.; RIBEIRO, T. C. A. O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu, Anais... Foz do Iguaçu, [s.n.], 2001.

COURLET, C. Territoires et Régions, les grands oubliés du développement économique. Paris: L'Harmattan, 2001. (Collection Pour Comprendre).

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução: Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: Ed.

da USC, 2002.

CUNHA, E. Os sertões. São Paulo: Ediouro. 363 p.

DELGADO, Nelson G. Políticas diferenciadas de desenvolvimento rural no Brasil. Rio de Janeiro: IICA, 1985.

DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Habitus e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: Ed. AB, 1998. p.117-130.

DURSTON, John. Que és capital comunitario? [S.l.]: CEPAL, 2003. (Serie Políticas Sociales).

FABRINI, J. E. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro oeste / PR enquanto território de resistência camponesa. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2002.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, año 6, n. 16, p. 273-284, 2005.

FRANCASTEL, Pierre. A realidade figurativa: elementos estruturais de sociologia da arte. Trad. de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1982.

FRANCO, A. Capital Social. Brasília: Ed. Millennium, 2001.

FRANTZ, W. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. In: Simpósio Internacional de Gestão Pública, 2002, Ijuí. Anais...Ijuí: [s.n], 2002.

FREIRE, E. História dos municípios. Aracaju: Cinform, 2002. 272 p.

FUKUYAMA, F. Confiança, as Virtudes Sociais e a Criação da Prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 323 p.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2008.

GIRGLIOLI, P. Burocracia. In: BOBIO, N.; MATTEUCCI, N.; Pasquino, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: UnB, 1986.

GITTELL, Ross; AVIS, Vidal. Community Organizing: Building Social Capital as a Development Strategy. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1998

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GODBOUT, J. T. O espírito da dádiva. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOODENOUGH, Ward Hunt. Culture, language, and society, Addison – Wesley Mc Caleb Module.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Strcuture: The Problem of Embeddedness. American Journal of Sociology, Chicago, v. 91, n. 02, p. 481-510. 1984.

GRISA, Catia. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 6, n. 02, p. 97-129. mai.-ago. 2010.

196 GRISA, Catia. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar. Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios. Boletim do OPPA, Rio de Janiero, n.03, p. 01-04, 2010.

GROOTAERT, Christiaan. et al. Questionário integrado para medir Capital Social (QI – MCS). Washington DC: Banco Mundial – Grupo Temático sobre Capital Social, 2003.

GROOTAERT C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS). Grupo Temático sobre Capital Social. Washington, D.C.; World Bank.,2003.

GUARESCHI, Pedrinh; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). Textos em representações sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GUIMARÃES, B. O seminarista. São Paulo: Ática, 1995. 102 p.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Angelo (org.) Espaços culturais – vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme

Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. (Org.). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROZENDAHL, Z.; CORREA, R.L. (Org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. *GEOgraphia*, Ano IX, nº 17 p. 19-46, 2007.

HALL, Stuart. Identidade Cultural na Pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAMILTON, D. L. A cognitive-attributional analysis of stereotyping. In: BERKOWITZ, L. (Org.). *Advances in experimental social psychology*, New York, v. 12, p. 53-84, 1979.

HARTSHORNE, R. Propósitos e Natureza da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996. Trad. 1966.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-1996.

JACOBI, Pedro Roberto.; FERRREIRA, Lúcia da Costa. (Org.). *Dialogos em ambiente e sociedade no Brasil*. Coletânea ANPPAS. 1ª Ed. Editora Annablume. São Paulo. 2006.

LABERUR. Banco de dados da luta pela terra - Relatório 2011. São Cristóvão: NERA/UFS, 2013.

LA BLACHE, Vital. *Principes de Geographie Humaine*. Paris: Coli, 1896.

LEFÈBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Peninsula, 1978.

LEFÈBVRE, L. *La Tierra y la Evolución Humana*. Barcelona: Ed. Cervantes, 1965.

LEITE, S. C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LÉVI STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LISBOA, Josefa B. *Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

MAIA, C.; LOPES, M. Formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale do Jequinhonha, Montes Claros, *Unimontes Científica*, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contem-*

porânea. Lisboa, Portugal: Editora Instituto Piaget, 2001. 520p.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEIRA FILHO, N. Associações de agricultores familiares: fatores de sucesso e insucesso. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

MEAD, G. H. Mind, self and society. Chicago: The University of Chicago Press, 1934/1967. Disponível em <<http://spartan.ac.brocku.ca/lward/>>. Acesso em ago. 2002.

MELO, R. C. A espacialização das associações comunitárias no município de Malhador/SE: estratégias de permanência da unidade de produção familiar. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

MENEZES, Ana Virginia C. Estado e organização do espaço semi-árido sergipano. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 1998.

MENEZES, Sonia S. M. A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). O & S, San José, v. 11, p. 95-113, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>> Acesso em: 22 jul. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Manual operacional do crédito rural PRONAF. Brasília: MDA, 2002.

MINTZ, Sidney W.. Cultura: uma visão antropológica. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 223-237, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul 2015.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural. Chapecó: Argos, 2005.

MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira, 2004. 152p.

MOTA, Dalva Maria; SÁ, Cristiane Otto de; SÁ, José Luiz de.. Dinâmica recente no espaço rural

do município de Nossa Senhora da Glória/SE. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Crus Alta, v. 05, n. 02, p. 126-138, 2010.

MOTA, D. M.; VASCONCELLOS, J. B. G. Dinâmica territorial no sudoeste sergipano: "A diversificação por tradição". Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Aracaju, SE. 2004.

MOTA, D. M.; GOMES, J. B. V. Dinâmica territorial no sudoeste sergipano: "a diversificação por tradição". In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4., 2004, Aracaju. Anais... Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2004.

MOYANO, Eduardo E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. *Revista de Fomento Social*, Córdoba, n. 56, p. 35-63, 1999.

MUELLER, Charles C. A política agrícola no Brasil: uma visão de longo prazo. *Revista de política agrícola*, Brasília, ano XIX, p. 9-23, 2010. (Edição especial de aniversário do MAPA – 150 anos).

NARAYAN, Deepa. Bonds and bridges: social capital and poverty. Washington, DC: The World Bank, 1999.

NARAYAN, Deepa. La voz de los pobres? Hay alguien que nos escuche?. [S.l.]: [s.n.], 2000.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. Conviver o Sertão: origem e evolução do Capital Social em Valente/BA.

OLIVEIRA, F. Os protagonistas do drama: Estado e Sociedade no Brasil. In: Laranjeira, S. (org.). *Classes, movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. *Introdução a sociologia*. São Paulo: Ática, 2004.

KASTRUP, V. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: PARENTE, A. (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

KOLMING, F. V. A Coopertreze: seus caminhos e descaminhos (uma alternativa à agricultura familiar?) [S.l.]: [s.n.], 2007. (Relatório Final do CNPQ).

PEREIRA, M. H. Empobrecimento e permanência do produtor feirante no processo produtivo: um estudo no município de Lavras-MG. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1992.

PEREZ, C. Technological change and opportunities for development as moving target. Artigo apresentado na UNCTAD X – high-level Round Table on Trade and Development: Directions

for the Twenty-first Century, Bangkok, 12 February 2000, apud Brasil: o estado de uma nação.

PERICO, Rafael Echeverry. Identidade e Território no Brasil. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, n. 31, p.133-154, 2002.

PRONESE. I Relatório anual de avaliação de Processo. Aracaju: 1988.

_____. Relatório de atividades 1991-1994. Aracaju:1994.

PUTNAM, Robert. D. Making Democracy Work. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. The American Prospect, Spring, p. 35-42, 1993.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAUPP, A.K. Políticas públicas e agroindústria de pequeno porte da agricultura familiar: considerações de experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RECH, D. Quadro comparativo entre Associação – Cooperativa – Sindicato Microempresa. Goiânia / Rio de Janeiro: [s.n.], 1994 (Texto mimeografado).

RIBEIRO, E. Avaliação preliminar da experiência de grupos organizados de cooperação de pequenos produtores de Minas Gerais. Belo Horizonte: REDE, 1992.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 334p.

ROCHA, L. B.; ALMEIDA, M. G. Cultura, mundo vivido e território. In: Simpósio Nacional sobre Geografia Percepção e Cognição do Meio Ambiente, 1., 2005, Londrina. Anais..., Londrina, [s.n.], 2005. p. 1-13.

SÁ, José Luiz. Fortalecimento da produção familiar em sistema agroecológico na bacia leiteira

ra do semi-árido sergipano. [S.l.]: [s.n.], 2004. (Projeto de Pesquisa da Embrapa Semi-árido).

SACK, Robert. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Antonio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-32.

SAQUET, Marcos Antônio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Antônio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido. Aracaju: Sesi/CNDTF/SUDENE/UFS, 1992, 233p.

SANTOS, L.; OLIVA, T. Para conhecer a história de Sergipe. Aracaju: Opção Gráfica, 1998.142p.

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal. São Paulo: Ed. Record, 2000.

_____. A Natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico - Científico- Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Por uma Nova Geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAUER, Carl O. The Fourth Dimension of Geography. In: SAUER, Carl O. Selected Essays, 1963-1975. Berkeley: Turtle Island Foundation Berkeley, 1974.

SCHENKEL, C. A.; MOURA, D. de; ANDRREATA, T. Agroindústria Familiar: problemas e melhorias para a região do alto Uruguai Catarinense. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 42. Anais... Cuiabá: [s.n.], 2004. p. 1-13. CD.

SCHNEIDER, S., MATTEI, L. & CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, S. SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (org.). Participação social e políticas públicas no Brasil rural. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004. p. 21-50.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola-centro, 1996. 143p.

SCHMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

SCHMIDT, Vanice Dolores Bazzo; TURNES, Valério Alécio. Novas iniciativas de desenvolvimento em Santa Catarina: Agroindustrialização em rede – Desenvolver. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John (Org) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPQ/Paralelo 15, 2002. (p.127-154).

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TEDESCO, José Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUBE, 1999. 324 p.

THOMPSON, John. *Cultura e suas manifestações*. Rio de Janeiro: LTR, 1995.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo Cultural*. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

TORRES, Alain. *Dicionário de símbolos culturais*. São Paulo: José Olympio, 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

UFS/SEPLAN. *Atlas de Sergipe*. Aracaju: CONDESE, 1979.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1995.

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. VII, n. 1, p.11-23, 1998.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *Encontro*

Anual da ANPOCS, 20., Caxambu. Anais... Caxambu: [s.n], 1996. 18p.

WESZ JUNIOR, V. J. As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações Rurais e Agroindústrias. Revista de Administração da UFLA, Lavras, v. 01, n. 01, p. 34-41, 1999.

WOOLCOCK, M. Managing risk, shocks and opportunity in development economies: the role of social capital. [S.l.]: The World Bank, 1999.

WORLD BANK. World Development Report 2000/01. New York: Oxford University Press, 2000.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. Anuário Antropológico 1987. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
APCR – Apoio a Pequenas Comunidades Rurais
ASCA – Associação Sergipana de Caprinocultores
BB – Banco do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COFINS – Contribuição Financiamento da Seguridade Social
CONDEM – Conselho de Desenvolvimento Municipal Sustentável
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETASE- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUMAC – Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento Comunitário
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPI – Imposto Sobre Produtos industrializados
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS – Imposto Sobre Serviços
JAC – Juventude Agrária Católica
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCDE – Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAF – Programa de Agroindústria Familiar
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PCPR – Programas de Combate à Pobreza Rural
PLANAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
QI – MCS – Questionário Integrado para Medir Capital Social
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

O livro propõe-se analisar o papel do capital cultural nas redes solidárias de reciprocidade entre agricultores familiares para a organização e fortalecimento do(s) território(s) em Nossa Senhora da Glória/SE. Os territórios analisados foram definidos por seus processos históricos de formação, pela relação reticular e multidimensional, pelas relações de poder, considerando-se as redes de circulação e comunicação, os processos econômicos e principalmente as identidades culturais. O capital cultural é peça fundamental na compreensão do território, em especial, quando se observa a dinâmica territorial. A questão nuclear é saber de que forma o capital cultural contribui para o fortalecimento dos territórios e sua identidade, bem como na qualidade de vida dos agricultores familiares por meio dos laços de proximidade, solidariedade e confiança, contrariando uma lógica promovida pelo poder público estatal, a qual tem como reflexos novos padrões de organização social formal, alicerçados nas discussões de associativismo formal, gerando novos padrões de redes institucionais. Os procedimentos teóricos metodológicos adotados no estudo foram a pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de entrevista semiestruturada, história oral e observação direta nos estabelecimentos, no período de julho de 2014 a março de 2015. Foram entrevistados dirigentes de todas as entidades formais (associação e sindicato) de Agricultores Familiares do município de Nossa Senhora da Glória, SE, perfazendo um total de cinquenta e seis organizações, e esta mesma quantidade de agricultores familiares associados a essas entidades, com a condição de que não fizessem parte das atuais diretorias no intuito de que fossem confrontadas todas as respostas dos agricultores dirigentes e não dirigentes das associações. Como conclusão, evidencia-se níveis elevados de Capital Cultural entre os Agricultores Familiares que tem contribuído para o fortalecimento dos territórios analisados; contudo, a imposição do Estado na obrigatoriedade de organização formal entre os agricultores em determinados momentos se apresenta como obstáculo ao fortalecimento do Capital Social e consequentemente dos Territórios.